



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

LUCIANA HELENA ALVES DA SILVA

O HABITAR E A MEMÓRIA EM TERRAS DA SANTA:
ancestralidade no arraial da barra, na cidade de Goiás/GO

GOIÂNIA
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

☐ Dissertação ☒ Tese ☐ Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Luciana Helena Alves da Silva

3. Título do trabalho

O Habitar e a Memória em Terras da Santa: ancestralidade no Arraial da Barra, na cidade de Goiás/GO

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.

Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA HELENA ALVES DA SILVA, Discente**, em 08/07/2022, às 09:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do



[Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Denis Richter, Coordenador de Pós-graduação**, em 08/07/2022, às 11:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **3023156** e o código CRC **FAE3771A**.

Referência: Processo nº 23070.009849/2022-34

SEI nº 3023156

LUCIANA HELENA ALVES DA SILVA

O HABITAR E A MEMÓRIA EM TERRAS DA SANTA:

ancestralidade no arraial da barra, na cidade de Goiás/GO

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora. Área de concentração: Natureza e Produção do Espaço. Linha de pesquisa: Dinâmica Socioespacial.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Geralda de Almeida.

GOIÂNIA

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Silva, Luciana Helena Alves da
O Habitar e a Memória em Terras da Santa [manuscrito] :
Ancestralidade no Arraial da Barra, na cidade de Goiás/GO / Luciana
Helena Alves da Silva. - 2022.
dccl, 750 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Maria Geralda de Almeida.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de
Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em
Geografia, Goiânia, 2022.
Bibliografia. Anexos. Apêndice.
Inclui mapas, fotografias, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. lugar. 2. espaço vivido. 3. espaço construído. 4. complexo
geográfico. 5. paisagem cultural. I. Almeida, Maria Geralda de, orient.
II. Título.

CDU 911.3



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS
ATA DE DEFESA DE TESE

Ata Nº **41/2022** da sessão de Defesa de Tese de **Luciana Helena Alves da Silva** que confere o título de Doutora em **Geografia**, na área de concentração em **Natureza e Produção do Espaço**.

Aos **cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois**, a partir das **09 horas**, por meio de videoconferência, realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada **“O Habitar e a Memória em Terras da Santa: ancestralidade no Arraial da Barra, na cidade de Goiás/GO”**. Os trabalhos foram instalados pelo Professor Doutor **Adriano Rodrigues de Oliveira (IESA/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professora Doutora **Maria Augusta Mundim Vargas (UFS)**, membro titular externo; Professora Doutora **Liza Maria Souza de Andrade (UNB)**, membro titular externo; Professor Doutor **Eguimar Felício Chaveiro (IESA/UFG)**, membro titular interno; Professora Doutora **Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira (IESA/UFG)**, membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do **trabalho**. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Tese tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor **Adriano Rodrigues de Oliveira (IESA/UFG)**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata, que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora aos **cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Rodrigues De Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 05/04/2022, às 13:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira, Usuário Externo**, em 05/04/2022, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eguimar Felício Chaveiro, Professor do Magistério Superior**, em 05/04/2022, às 16:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Liza Maria Souza de Andrade, Usuário Externo**, em 05/04/2022, às 19:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luis Felipe Soares Cherem**, **Coordenador de Pós-graduação**, em 11/04/2022, às 08:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2805557** e o código CRC **91317F1A**.

Referência: Processo nº 23070.009849/2022-34

SEI nº 2805557



Dedicatória

**Para Francisco, meu lar.
Para a comunidade da Barra .
E para as muitas Aroeiras ancestrais que me
habitam.**



DEDICATÓRIA IN MEMORIAN

Àquela que soube olhar com sensibilidade e me lapidou margeando o Rio Vermelho pela Geografia Cultural, conduzindo-me o olhar atribuído às casas. “Estas são um microcosmo extraordinário na revelação do universo construído pela presença e vida da mulher sertaneja.” (ALMEIDA, 2021, p. 13) E que reconhecemos juntas, nas memórias das mulheres e mesmo nas ruínas de Buenolândia considerá-las um bem cultural, digno de ser valorizado e protegido.

AGRADECIMENTOS

Esta tese foi desenvolvida no Instituto de Estudos Socioespaciais do Departamento de Geografia (IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG), estando enquadrada num projeto de investigação envolvendo o distrito de Buenolândia, cidade de Goiás. A parte investigativa do trabalho foi realizada com o apoio do Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais (LABOTER). A estas instituições agradeço os meios colocados à minha disposição para a elaboração da tese, técnicos, professores e colegas do doutorado.

À Professora Dra Maria Geralda de Almeida, orientadora científica desta tese, desejo manifestar um especial agradecimento pelo apoio constante, inspiração, respeito, orientação, ensinamentos prestados, rigor científico e amizade. Contar com a orientação de uma intelectual que concebe conceitos e novos olhares para a abordagem cultural em Geografia foi uma honra para minha formação acadêmica. Minha gratidão também aos professores de minha qualificação que me auxiliaram no prosseguimento da pesquisa me incentivando, Prof Dr Eguimar Felício Chaveiro e Prof Dra Lena Castello Branco.

À equipe de trabalho discente do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Goiás (UFG) Regional Goiás dirijo também um agradecimento pelo empenho demonstrado na realização dos trabalhos de campo, iniciação científica e projeto de extensão derivados desta tese, nomeadamente Nayara Cristina Gonçalves, Larissa Miranda Martins, Eliezer Carvalho França, José William Azevêdo Pinto e Gabriel Aires Peixoto de Lima. Desde a preparação até a realização dos levantamentos, revelaram sempre uma grande dedicação e criatividade na procura de soluções quando surgiam contratempos. A todos eles um sincero obrigada pelo carinho que sempre demonstraram.

Deixo expresso o meu reconhecimento a todos os meus colegas de trabalho da Universidade Federal de Goiás (UFG) Regional Goiás, que de algum modo contribuíram para a realização desta tese, em especial a Janaina Tude Sevá, Erika Macedo Moreira, Thiago Fernando Santana e Silva e Camila Gomes Sant'Anna pelo apoio e pela ajuda prestada na concretização de algumas fases deste trabalho.

Não esqueço, também, o empenho demonstrado na revisão do texto desta fase e uma exposição preliminar. Ressalto aqui o carinho atento na leitura e o debruçar por horas dos amigos Cel. Brasil Ferreira e Frances Ferreira, Maria Luiza da Silva Oliveira, Conceição Caetano Ribeiro Siqueira e João Siqueira, Elenice Rodrigues de Souza,

André Cote Roman e Aline Camargo. As traduções com competência e muito critério de Cleiton Ribeiro. Minha eterna gratidão!

Ao geógrafo e cartógrafo Janiel Divino Souza da Universidade Estadual de Goiás (UEG), a ajuda prestada na elaboração dos mapas da tese, revelou sempre uma grande dedicação, brio profissional e desenvoltura frente aos desafios propostos. Com carinho também ao geógrafo Rodolfo Alves Pena pelo incentivo e apoio.

Agradeço a colaboração prestada pela: Associação de Moradores do Distrito de Buenolândia (na pessoa da presidente Clarice Cardoso Leite Silva), Pastoral da Saúde da Diocese de Goiás e Casa da Agricultura Familiar Dom Tomas Balduino (na pessoa da coordenadora Maria Luiza da Silva Oliveira e colaboradoras Gislaine, Verinha e Huyara), Câmara de Vereadores de Goiás (na pessoa da vereadora Iolanda Aquino Leite), Museu das Bandeiras - MUBAN (na pessoa de Milena Bastos Tavares), Instituto Frei Simão (na pessoa de Fátima da Silva Cançado), ao arquivo Dom Tomás Balduino da Diocese de Goiás (nas pessoas Ricardo e Odisséia), Bibliotecas da UFG e da UEG na cidade de Goiás, Procuradoria Geral do Estado de Goiás (na pessoa do procurador Dr Cláudio Grande Júnior), Tribunal de Justiça do Estado de Goiás na pessoa do desembargador Dr Luiz Cláudio Veiga Braga), ao Museu Casa de Anhangüera em Santana do Parnayba (SP), todos sempre com informações preciosas, paciência e dedicação.

Aos autores sobre o tema dos Arraiais, com afeto agradeço as trocas inteligentes e valorosas contribuições: Gustavo Neiva Coelho, Elder Camargo Passos, Heitor Rosa e Edival Lourenço. Encontramo-nos nas linhas do século XVIII, no Arraial da Barra.

Aos meus vizinhos da rua 9, Jardim Vila Boa: Renilda, Zezé e dona Lúcia, bem como as auxiliares que muitas vezes foram a família mais próxima que cuidaram do meu filho Francisco para que eu pudesse me ausentar e desenvolver as atividades do doutorado com tranquilidade em Goiânia, Curitiba, São Paulo e na Colômbia, em especial minha gratidão aos amigos Euranir Veloso Oliveira/ Dogeval e a querida Cleonice Eloiza Lenes Silva que além de cuidarem do Francisco, da nossa casa (como um lar), acompanharam-me no trabalho de campo. Assim como eles, tive muitos outros anjos enviados durante a pesquisa que me auxiliaram providencialmente naquele momento.

Em Buenolândia, agradeço aos moradores que permitiram que esta pesquisa fosse realizada, por meio da boa receptividade de cada um e que acabou por concretizar

meus amigos, em especial Jô/Totó, Néia (in memoriam), Sabino e Sirley, Rosália e Dona Geralda (in memoriam). A Cláudio Leite e as músicas autorais e inéditas de seu bisavô da Barra: Honório Dias da Silva. A acolhida e receptividade estende-se à minha equipe de discentes que me acompanhou. Foi ali que minha goianidade aflorou. Em especial, toda gratidão aos habitantes (e suas famílias), que abriram as quatro casas pesquisadas: Vaninha, Sr Inocêncio, Dita/Militão e Dona Francisca (in memoriam).

Às Mulheres Aroeira, que muito me ensinaram e ensinam sobre fé e ciência, ancestralidade, alteridade e o elo entre o sertão goiano e o Outro, minha eterna gratidão e respeito. A cada quintal (ponto de vida) que compartilhamos, rodas de conversa, mudas e garrafadas, afetos e benzeções.

Por fim, o maior agradecimento dirijo-o aos meus pais, pela motivação e apoio, que sempre me proporcionaram, não só ao longo desta tese como ao longo de toda a minha vida.

AR DE ESTUPOR • TAPERÃO • VENDA • TENHO A IDEIA BOA • AQUI NINGUÉM ATENTA • GENTE RUIM A TERRA NÃO COME • FISSO ESSA TEIA • ESSAS TERRAS SÃO DA SANTA • PEGANDO UM PIAUZÃO • FEITO DE ADOBO • PORQUE ELE QUE MANDA • AQUI NINGUÉM CUBIÇA NOS SEUS TREM • DESCE ALI NA PONTE E TEM PEIXE NO PÉ • MATRACA • ANDA TRÊS LEGOAS • DERRADEIRA • CÔMODOS • OITÃO • MANGA QUE FAZIA UMA SOBRA MUITO GRANDE • PÉ DE PLANTA • ACAMPAR • OURO • GARIMPO • RIO • CARTÓRIO • IGREJA • LARGO • COQUEIRO DE CAMBAUBA • PEGAMÃO DA CHAVE DE SÃO PEDRO • CASARÃO • CATIRA, CURURU, NEDOTA • VIOLA, SANFONA, PANDERO • PARTERA • PONTE • BENZIA • CANTAVA MODA • CHEGADA DA TREIÇÃO • MATANÇA PRA FESTA • AJUNTORO • CUMADRE • CUMPADI • BOLO • BISCOITO QUEBRADOR • SE TAVA MAIS FRACO DE SITUAÇÃO • GENTE QUE NUM GOSTA DE FAZÊ DESPESA • NUM TEM UMA PRECISÃO • A GENTE QUANDO É SORTERO É TRAPAIADO DE TUDO • NAQUELE TEMPO NÃO TINHA ALICERCE ERA BALDRAME DE AROEIRA • BARREADO • RIPÔ COM A TAQUARA • ESCRITÓRIO • CASA VÉIA • UM PAUZÃO DESSA GROSSURA LAVRADIN DAS QUATRO FACE • HOJE NUM TEM NEM PARENTE MAIS • SENÃO CE FAIZ BAGUNÇA DENTRO DA MATA • NAMORAVA PELO BURACO DA PAREDE • ABANÔ O LENCIN • MESTRE DE FOLIA • REZADÔ DE TERÇO • EM RIBA • CAPOEIRA • RESENHA • ROÇA • AJUDÔ A FAZÊ A CASA • TIRAVA DA DESPESA E VENDIA • A MULINHA PRA AMUNTÁ E PASSEÁ NOS VIZIN • CANDEIA • MAMONA PRA FAZE AZEITE PRA LUMINA • O PICO GARRAVA NA ROUPA DA GENTE • PILÃO E BRAÇO PRA QUEM TEM • NEM CRU NEM SAPECADA • CHÃO PURO, CHÃO BATIDO • MARIDO E MUIÉ SAIA LÁ PRA ROÇA • QUEBRAVA AQUELES TURRÃO TIRAVA O CAROÇO • PAU A PIQUE • AI NÓIS FOI CAPINÁ • UMA SAINHA MAIS BUNITINHA • MADRINHA A CONSIDERAÇÃO É PÔCA • AGORA O FUTURO DAS CRIA QUE PROCUPA • AQUELA ESCADA DE MENINO UM MAIS PEQUENO QUE O OUTRO • A GENTE ALEMBRA E SENTE SAUDADE • UMA DANÇA EM RIBA DA PONTE, UMBIGADA • O QUE FARTA NAQUELA CASA, QUE NUM VORTÔ MAIS, MINHA MÃE QUE FARTÔ • E DE PAREIA COM ELE TINHA UMA CASONA • ALI TINHA UMA OUTRA CASA QUE EU NÃO CHEGUEI A CONHECE ELA EM PÉ • BARRACA • TUDO DAVA O DE COMÊ • FESTERO • AS MÃO DO MEU PAI TÃO NAQUELA IGREJA • BARTOLOMEU • LA TOCAVA UMA ROCINHA, COMÊ E PESCA • ESTRADA DE CHÃO • VARAR DE PEIXE • CONDUÇÃO • ELA TAVA MUITO BARRIGUDA, NA HORA DE CRIÁ • CE TEM CORAGE • MORRERO NA CISTERNA • MADRINHA • CÓRGO • ASSOMBRAÇÃO • ÍNDIO • ESCRAVO • POVO ANTIGO • O TIRO NÃO MATO, ELE CAIU, ELE CORREU • CÁ EMBAIXO, LÁ EM RIBA • ARRESORVERO PUXA A CASA • OITO DIA DE FESTA TRATANO DO POVO • MARRAVA AS TABOCA • PRIMERO BATIA DE DENTRO, DEPOIS BATIA DE FORA • DORMIA OS PAIS NUMA CAMA E OS MENINO JUNTO TUDO NA OUTRA CAMONA • FORNO • FOGÃO DE LENHA • FESTA DE SANTO REIS • FESTA DA PADROEIRA • MÃE MANDO PARTI A SALA FAZÊ UM QUARTO PÁ PÔ TREM • TACHA • RANCHO • RAPADURA • FERVE PÔE NO PONTO • FORNAIA • MOENDA LA NA REBAXA • QUEIJO • CARRO DE BOI • MULHER VIRÔ CAPETA • BRUACA E CIÃO • PINGA • LÁ NAQUELE TEMPO ERA UM SERTÃO • CHEGAVA ROÇAVA E PUNHA UMAS BARRACA • BATIZADO • CASAMENTO • PROCISSÃO • DEBAIXO DAS MANGUÊRA • FOGÃO A LENHA SEMPRE ACESO INDICANDO QUE ALI SEMPRE TEM O DE COMÊ • TREMPÊ • QUINTAL • TAPETE NA GRADE • AROERA • DESCEU PRA BAIXO • MOVE COM BOI • DEXAVA REFRESCA UM TIQUIN E IA PRO PILÃO • CACHO DE VERGONÇA •

RESUMO

Partimos de um olhar da Geografia Cultural que ganha espaço, eco e que lança luz sobre a necessidade de novos olhares sobre o tema, a necessidade de se repensar a casa sertaneja goiana, sabendo que não podemos homogeneizar o aspecto de habitar no rural. O Arraial da Barra prosperou com a mineração - explorada pelos bandeirantes no século XVIII. Hoje o Arraial da Barra é conhecido por Buenolândia, distrito da cidade de Goiás. Possui habitantes e suas casas que guardam heranças deste contexto histórico colonial, deixando registros da cultura bandeirante paulista e indígena. Ali pudemos experimentar a categoria geográfica de lugar, percebido no conjunto de relações ambientais criadas no processo de habitar humano, extrapolou o ambiente da casa em si, alcançando os espaços nos quais os sujeitos vivenciavam suas experiências, seu mundo vivido. Há construções originais de taipa e adobe, que nos instigou a pesquisa pela arquitetura vernacular e a tradição secular. A trajetória que une o Casarão de Fronteira e as casas de hoje do Arraial da Barra demarca espacialmente um referencial geográfico de poder da Coroa Portuguesa, que remonta à ocupação do território do Complexo dos Arraiais por Anhanguera: Santana, Ferreiro, Barra e Ouro Fino, ao longo do Rio Vermelho. A igreja Nossa Senhora do Rosário, do Arraial da Barra, sinaliza o marco de poder cristão, bem como deixa rastros em sua modelagem construtiva, procedimentos toscos e de beleza rude no sertão goiano, a primeira igreja da Capitania de São Paulo, em terras das minas dos Goyazes. Fenomenologicamente o meio físico, multivalente, complexo e dinâmico, deste ponto de vista, permite-nos desfrutar da claridade entre os conceitos espaciais de espaço vivido e espaço construído, em sua essência. A religiosidade é bastante presente nos interiores das casas com imagens de santos protegendo as famílias, que também aparecem em retratos antigos nas paredes. O estudo demonstrou, que ecoam suas formas de habitar e construir paisagens culturais: madeira, barro e pedra e seus repertórios simbólicos. Neste sentido, a tese valorizou o olhar pelos hábitos, a rotina, o trabalho que descende do poderio paternalista e austero, repleta de memórias de relações exploratórias, gerando o Casarão de Fronteira derivado do Casarão de Origem, em Santana de Parnayba/SP. Uma relação semeada pela paisagem do sertão goiano e reforçada por uma nova análise espacial: o complexo geográfico e a paisagem cultural. Mudanças de poder local, ocupação, alargamento e construções que registram uma ligação importante de serem reconhecidas hoje aconselhando novos olhares e estudos antropológicos, sociológicos, arquitetônicos e de patrimônio cultural ultramarino, intercontinental e interestadual. Seus habitantes com o largo acervo que se apresenta propõe um mergulho mais aprofundado que nos convidou a conhecer as Mulheres Aroeira em seu processo de sanção e de lançamento como esteios como constructos sociais, cocriando o sertão goiano com suas sabedorias, oralidades e memórias que preservam a essência de seus ancestrais, apesar da adaptação ao longo do tempo secular. Muitas casas exibem móveis e artefatos domésticos artesanais, janelas de madeira e paredes pintadas com cores intensas, remontando um acervo artesanal real e a largo prazo, objetos de estudo de mudança e de poder de suas micropolíticas sertanejas em seus espaços de vida. Instigou-nos reconhecer os conceitos geográficos elencados em direção ao objeto de estudo, permitindo-nos entender que a casa sertaneja do Arraial da Barra nos deu condições de subsidiar estudos e percebê-los, como fizemos – de perto e de dentro, por imersão.

Palavras-chave: lugar; espaço vivido; espaço construído; complexo geográfico; paisagem cultural; espaço de vida.

ABSTRACT

We start from a perspective of Cultural Geography that gains space, echo, and that sheds light on the need for new perspectives on this subject. The need to rethink the Goiana country house, knowing that we cannot homogenize the aspect of living in the countryside. Arraial da Barra prospered with mining - explored by the pioneers in the 18th century. Today, Arraial da Barra is known as Buenolândia, a district of the city of Goiás. It has inhabitants and their houses that keep heritage from this colonial historical context, leaving records of the pioneering paulista and indigenous culture. There, we were able to experience the geographic category of place, perceived in the set of environmental relationships created in the process of human inhabiting, it extrapolated the environment of the house itself, reaching the spaces in which the subjects lived their experiences, their lived world. There are original rammed earth and adobe buildings, which instigated our search for vernacular architecture and secular tradition. The trajectory that unites O Casarão de Fronteira and the present-day houses of Arraial da Barra spatially demarcates a geographic reference of power of the Portuguese Crown, which dates to the occupation of the territory of the Complexo dos Arraiais by Anhanguera: Santana, Ferreiro, Barra and Ouro Fino, along the Rio Vermelho. The Nossa Senhora do Rosário church, in Arraial da Barra, signals the mark of Christian power, as well as leaves traces in its constructive model, crude procedures and rude beauty in the hinterland of Goiás, the first church of the Captaincy of São Paulo, in the lands of Goyazes mines. Phenomenologically, the physical, multivalent, complex, and dynamic environment, from this point of view, allows us to enjoy the clarity between the spatial concepts of lived space and built space, in its essence. Religiosity is quite present in the interiors of the houses with images of saints protecting the families, which also appear in old portraits on the walls. The study demonstrated that they echo their ways of inhabiting and building cultural landscapes: wood, clay and stone and their symbolic repertoires. In this sense, the thesis valued the look at habits, the routine, the work that descends from the paternalistic and austere power, full of memories of exploratory relationships, generating the Casarão de Fronteira derived from the Casarão de Origen, in Santana de Parnayba/SP. A relationship sown by the landscape of the Goiás hinterland and reinforced by a new spatial analysis: the geographic complex and the cultural landscape. Changes in local power, occupation, enlargement, and constructions that register an important connection to be recognized today, advising new perspectives and anthropological, sociological, architectural, and cultural heritage studies overseas, intercontinental and interstate. Its inhabitants, with the large collection that is presented, propose a deeper dive that invited us to know the Aroeira Women in their healing process and launching as mainstays as social constructs, co-creating the Goiás backlands with their wisdom, orality and memories that preserve the essence of their ancestors, despite adaptation over secular time. Many houses display handcrafted domestic furniture and artefacts, wooden windows and walls painted with intense colors, retracing a real and long-term artisanal collection, objects of study of change and power of their country micropolitics in their living spaces. It encouraged us to recognize the geographical concepts listed towards the object of study, allowing us to understand that the country house in Arraial da Barra gave us conditions to subsidize studies and perceive them, as we did – up close and from within, by immersion.

Keywords: place; lived space; built space; geographic complex; cultural landscape; living space.

RESUMEN

Partimos de una perspectiva de Geografía Cultural que gana espacio, eco y destaca la necesidad de nuevas miradas sobre el tema. La necesidad de repensar la casa de campo Goiana, sabiendo que no podemos homogeneizar el aspecto de vivir en el campo. Arraial da Barra prosperó con la minería, explorada por los pioneros en el siglo XVIII. Hoy, Arraial da Barra es conocido como Buenolândia, un barrio de la ciudad de Goiás tiene habitantes y sus casas que guardan herencia de ese contexto histórico colonial, dejando huellas de la cultura pionera paulista e indígena. Allí pudimos experimentar la categoría geográfica de lugar, percibida en el conjunto de relaciones ambientales creadas en el proceso de habitar humano, extrapoló el entorno de la casa misma, llegando a los espacios en los que los sujetos vivieron sus experiencias, su mundo vivido. Hay construcciones originales de tapial y adobe, que impulsaron nuestra búsqueda de arquitectura vernácula y tradición secular. La trayectoria que une O Casarão de Fronteira y las actuales casas de Arraial da Barra delimita espacialmente una referencia geográfica de poder de la Corona portuguesa, que se remonta a la ocupación del territorio del Complexo dos Arraiais por Anhanguera: Santana, Ferreiro, Barra y Ouro Fino, a lo largo del Río Vermelho. La iglesia de Nossa Senhora do Rosário, en Arraial da Barra, señala la huella del poder cristiano, además de dejar huellas en su modelo constructivo, procedimientos toscos y ruda belleza en el interior de Goiás, la primera iglesia de la Capitanía de São Paulo, en los terrenos de las minas de Goyazes. Fenomenológicamente, el entorno físico, polivalente, complejo y dinámico, desde este punto de vista, nos permite disfrutar de la claridad entre los conceptos espaciales de espacio vivido y espacio construido, en su esencia. La religiosidad está bastante presente en los interiores de las casas con imágenes de santos protegiendo a las familias, que también aparecen en antiguos retratos de las paredes. El estudio mostró que se hacen eco de sus formas de habitar y construir paisajes culturales: la madera, el barro y la piedra y sus repertorios simbólicos. En ese sentido, la tesis valoró la mirada sobre los hábitos, la rutina, el trabajo que descende del poder paternalista y austero, lleno de memorias de relaciones exploratorias, generando el Casarão de Fronteira derivado del Casarão de Origen, en Santana de Parnayba/ SP. Una relación sembrada por el paisaje del interior de Goiás y reforzada por un nuevo análisis espacial: el complejo geográfico y el paisaje cultural. Cambios en el poder local, ocupación, ensanchamiento y construcciones que registran una importante conexión a ser reconocida hoy, aconsejando nuevas perspectivas y estudios antropológicos, sociológicos, arquitectónicos y culturales patrimoniales ultramarinos, intercontinentales e interestatales. Sus habitantes, con el gran acervo que se presenta, proponen una inmersión más profunda que invita a conocer a las Mulheres Aroeira en su proceso de sanación y puesta en marcha como pilares como construcciones sociales, co-creando la serranía de Goiás con su sabiduría, oralidad y memorias que conservan la esencia de sus ancestros, a pesar de la adaptación a lo largo del tiempo secular. Muchas casas exhiben muebles y artefactos domésticos hechos a mano, ventanas de madera y paredes pintadas con colores intensos, trazando una colección artesanal real y de larga data, objetos de estudio de cambio y poder de su micropolítica sertaneja en sus espacios habitacionales. Nos animó a reconocer los conceptos geográficos enumerados hacia el objeto de estudio, permitiéndonos comprender que la quinta de Arraial da Barra nos dio condiciones para subsidiar estudios y percibirlos, como lo hicimos, de cerca y desde adentro, por inmersión.

Palabras clave: lugar; espacio vivido; espacio construido; complejo geográfico; paisaje cultural; espacio vital.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1a: Setor censitário 01.....	51
Figura 1b: Mapa Censitário do distrito de Buenolândia/GO. Escala 1:100.000 (Setor 0002).....	52
Figura 1c: Mapa Censitário do distrito de Buenolândia/GO. Escala 1:100.000 (Setor 0003).....	53
Figura 1d: Mapa do distrito com a localização da vila de Buenolândia – Cidade de Goiás (GO).....	54
Figura 2: Mapa da distribuição das vilas dos distritos no município de Goiás/GO.....	70
Figura 3: Casa de barro, ruralidade e a forte ligação entre as árvores e a casa em tempo, espaço e poética.....	134
Figura 4: “Entra pra dentro e traz pra fora”	141
Figura 5: Sr. Inocência nos atende.....	141
Figura 6: Fachada da frente (esq Francisca e dir Mariquinha)	145
Figura 7: Fachada dos fundos da casa da dona Mariquinha.....	145
Figura 8: Mapa do alcance da dinâmica espacial do Lar de Dona Francisca, festeira do Divino do Arraial da Barra.	148
Figura 9: Fachada da casa da Vaninha que recebe a todos na entrada do Arraial da Barra e leva direto à cozinha na garrafa de café do Seu Lô.....	149
Figura 10: A rua e a casa integram-se na cozinha pontuadas pela garrafa de café.....	152
Figura 11: Tecnologia construtiva em terra – herança popular portuguesa.....	165
Figura 12 : Terras da Santas Goiás.....	190
Figura 13 : Sistema construtivo de estrutura autônoma (sustentação) com taipa de mão utilizada como vedação.....	203
Figura 14: Casarão de Origem: 10x7m, revelando a casa térrea, posteriormente recebendo o 2º nível sobre metade da área do térreo.....	208
Figura 15: Casarão de Fronteira (1960), <i>Croqui</i> de memória.....	208
Figura 16: Espaço construído da casa e a morfologia urbana: demarcação de Estado em território goiano (da casa sertaneja do arraial minerador à casa modernista e o plano piloto)	227

Figura 17: Mulheres Aroeira – grupo Maria Luiza Buenolândia, GO, comunidade São João do Monte Alegre, casa da Aroeira Dita.....	233
Figura 18: Paisagem da memória feminina dos arraiais mineradores.....	240
Figura 19: Elaboração do mapa dos quintais, encontros e percursos das Mulheres Aroeira.....	254
Figura 20: Adesivos elaborados sobre as plantas apontadas, as mais representativas para as comunidades rurais: Pacari. Chanana e Sabugueiro.....	255
Figura 21: Organização Pastoral – Regiões Pastorais.....	260
Figura 22: Cartografia da Aroeira Dita.....	268
Figura 23: Cartografia cultural dos quintais das mulheres Aroeira - Pontos de tensão dos esteios da Pastoral da Saúde no Arraial da Barra, grupo Maria Luiza.....	275
Figura 24: <i>Arpillera</i> das Aroeiras.....	279
Figura 25: Cartaz informativo que ciranda juntamente com a <i>Arpillera</i> das Aroeiras.....	282

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Arraial da Barra retratado em “O tropeiro, a Igreja e os Sinos” (1982) – de Octo Marques (1915-1988) – pintor da Cidade de Goiás – Obra reproduzida em Faria (2018).....	46
Imagem 2: Buenolândia retratada durante estudo de campo (2018) – de Francisco Silva Fregonezi (10 anos) – filho participante da pesquisadora.....	105
Imagem 3: Casa Sertaneja Goiana da Dita e Seu Militão.....	132
Imagem 4: Casa Sertaneja Goiana de Amélia e Seu Inocência.....	140
Imagem 5: Casa Sertaneja Goiana de Dona Francisca.....	144
Imagem 6: Casa Sertaneja Goiana de Vaninha (2020) (detalhe do papagaio Caçula avulso a tela, preso pelo lóbulo da orelha da imagem).....	151
Imagem 7: O Casarão de Origem de Bartolomeu Bueno da Silva (filho), em Santana do Parnayba/SP.....	175
Imagem 8: O Casarão de Fronteira de Bartolomeu Bueno da Silva (filho), no Arraial da Barra.....	175
Imagem 9: “Toda casa tem um chapéu na parede”.....	232

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Síntese etimológica dos Espaços geográfico e arquitetônico.....	156
Tabela 2: Tipologias Edilícias da Casa Sertaneja Goiana – Espaço Arquitetônico Construído.....	168
Tabela 3: Dinâmica Socioespacial da Casa Sertaneja Goiana: Tectônica Sertaneja e as Diferentes Escalas Temporais de Cosgrove.....	220

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: População por tipo de domicílios (urbano/rural) no Distrito de Buenolândia.....	50
Quadro 2: Descrição dos setores censitários do distrito de Buenolândia – Cidade de Goiás (GO)	56
Quadro 3: Assentamentos na área rural do distrito de Buenolândia – Cidade de Goiás (GO)	57
Quadro 4: Períodos históricos marcantes do atual distrito de Buenolândia – Cidade de Goiás (GO) – com suas respectivas denominações empregadas à época.....	58
Quadro 5: Paroquiais do Padroado Régio da Freguesia Colada de Nossa Senhora do Rosário da Barra – atual distrito de Buenolândia, Cidade de Goiás (GO) – em índice toponímico.....	61
Quadro 06: Memorial Descritivo Para instruir Decreto de Desmembramento e Projeto de Lei (07/03/2012).....	73
Quadro 07: Percurso de formação do território da “Terras da Santa”.....	100
Quadro 08: Estudo do programa de necessidades ao longo do tempo – 2021.....	170
Quadro 09: Cartografia cultural dos quintais das mulheres Aroeira - Pontos de tensão dos esteios da Pastoral da Saúde no Arraial da Barra, grupo Maria Luiza.....	276
Quadro 10 - Apresentação à comunidade das atividades do histórico da Associação de Moradores do Distrito de Buenolândia (gestão 2020-2024)	289

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE 1: Conversa com o senhor Caetano (81 anos).....	316
APÊNDICE 2: Conversa com o senhor Pedro (85 anos).....	322
APÊNDICE 3: Conversa com Sr. Inocêncio (88 anos).....	326
APÊNDICE 4: Narrativa da dona Nazareth (81 anos).....	329
APÊNDICE 5: Loteamento clandestino e tipologias sem infraestrutura construídas informalmente.....	337
APÊNDICE 6: Análise da demolição do Casarão de Fronteira no distrito de Buenolândia, GO.....	339
APÊNDICE 7: estudo- <i>croqui</i> de alteração do patrimônio em Buenolândia.....	340
APÊNDICE 8: Ocupação de áreas históricas, do conjunto arquitetônico original...	341
APÊNDICE 9: <i>croqui</i> do conjunto do aldeado na geração Buenolândia (séc XXI), inserindo a casa de Anhanguera (esquerda) e deixando o largo desocupado (primeiro plano), retomando a composição do conjunto arquitetônico original.....	342
APÊNDICE 10: Ocupação particular de APPs do Rio Vermelho.....	343
APÊNDICE 11: Equipamentos e serviços urbanos que o PIU deve contemplar....	344
APÊNDICE 12: Placa no interior da cidade de Goiás (GO), única indicação para o distrito de Buenolândia, vila distrito escolhido para área de estudo	345
APÊNDICE 13: Caminho da cidade de Goiás a Buenolândia, século XVIII.....	346
APÊNDICE 14: Acesso a Buenolândia, na década de 1940.....	347
APÊNDICE 15: ponte sobre o Rio Bugre.....	348
APÊNDICE 16: Estrada do Cacete Armado e da Ponte do Apertado.....	349
APÊNDICE 17: Cacete Armado ou Bar do Luciano.....	350
APÊNDICE 18: placa de indicação ao distrito de Buenolândia.....	351
APÊNDICE 19: Porteira é também pauta de caderno.....	352
APÊNDICE 20: Curvas, caminhos e canais no interior da vila.....	353
APÊNDICE 21: Tipologias da vila de Buenolândia.....	354
APÊNDICE 22: Habitar e comercializar no mesmo espaço doméstico.....	355
APÊNDICE 23: a vida simplificada dos habitantes do local.....	356
APÊNDICE 24: rumo à estrada de terra, uma sertaneja forte.....	357
APÊNDICE 25: Estudo sobre Material Notarial.....	
APÊNDICE 26: Chegada da romaria das comitivas reunindo cidades de Itapuranga, Faina, Goiás, Mossâmedes para a festa da Padroeira no Arraial da Barra Comida sertaneja servida nas festas do Arraial da Barra.....	358

APÊNDICE 27: Arraial da Barra entre rios (Vermelho e Bugre) e as 3 casas sertanejas da área urbana da vila: Vaninha, Inocêncio/Amélia e Francisca/ Mariquinha e a casa da Dita/ Militão na área rural.....	367
APÊNDICE 28: Dona Calixta, 76 anos, em sua privacidade na casa em que nasceu (foto e entrevista)	370
APÊNDICE 29: Espaço tempo da casa sertaneja goiana: espaços geográficos vividos - a casa que desmancha.....	371
APÊNDICE 30: cemitério na comunidade de São João do Monte Alegre, zona rural de Buenolândia	373
APÊNDICE 31: Quintal e casa do forno da casa da Dita/ Militão.....	375
APÊNDICE 32: Acervo de móveis e apetrechos da casa sertaneja goiana.....	376
APÊNDICE 33: Quintal da casa do Sr Inocêncio/ D Amélia, casamento Taynara/ Maykon.....	377
APÊNDICE 34: Quintal da casa D. Francisca sementeiro das reuniões da Pastoral em outros quintais.....	381
APÊNDICE 35: Oferta de comida a padroeira e festa da padroeira no quintal de D Francisca	381
APÊNDICE 36: Conversa com D Francisca.....	384
APÊNDICE 37: Casa da Vaninha e seu comércio.....	385
APÊNDICE 38: Puleiro do Caçula na chegada da casa/ comércio da Vaninha.....	386
APÊNDICE 39: Vaninha em seu fogão a lenha diariamente.....	387
APÊNDICE 40: Mão da Vaninha que contém um fogão a lenha e um coração generoso de um lar sertanejo.....	388 389
APÊNDICE 41: As panelas pós-festas areadas no leito do Rio Vermelho.....	390
APÊNDICE 42: Lena, filha de D Francisca e a confecção do quebrador, um tanto como medida de cada coisa e a mão como molde.....	390
APÊNDICE 43: Casas monoblocos, com estruturas em madeira.....	391
APÊNDICE 44: Sistema estrutural em painéis da casa sertaneja e os gigantes da lateral da igreja do Arraial da Barra (1727).....	392

APÊNDICE 45: Casas alpendradas.....	393
APÊNDICE 46: Influência portuguesa da casa salaia e o componente arquitetônico em beira-saveira presentes na igreja de N. Sra do Rosário da Barra.....	394
APÊNDICE 47: Sistema de vedação e elementos compositivos arquitetônicos da casa de adobe do Arraial da Barra.....	396
APÊNDICE 48: Casa do monte alentejano e o gigante, casa do monte alentejano e as influências na igreja da Barra.....	397
APÊNDICE 49: Plantas baixas das 4 casas sertanejas estudadas.....	400
APÊNDICE 50: Sistema construtivo das 4 casas sertanejas estudadas.....	403
APÊNDICE 51: Memorial das 4 casas sertanejas estudadas.....	444
APÊNDICE 52: Câmbio territorial <i>Uti Possidetis</i> entre Portugal e Espanha.....	468
APÊNDICE 53: Arraiais auríferos do rio Vermelho de Anhanguera.....	470
APÊNDICE 54: Distância da capitania de São Paulo ao sertão das minas dos Goyazes.....	481
APÊNDICE 55: Igrejas dos Arraiais Auríferos de Anhanguera.....	482
APÊNDICE 56: Viagem à Santana do Parnayba/SP, Museu Casa de Anhanguera, 13/10/2018.....	473
APÊNDICE 57: Mapa das estradas ancestrais, dos arraiais, igrejas do século XVIII na cidade de Goiás, refletida na cidade de Goiás atualmente, sobre suas bacias, assentamentos, distritos e povoados.....	477
APÊNDICE 58: Casarão de Origem (Santana do Parnayba/SP). Elementos pré-componentes do aglomerado: 1 Igreja Matriz de Santa Ana, 2 Casarão de Origem, 3 Largo da Matriz de Santa Ana, 4 Cruzeiro, 5 Rio Tietê.....	478
APÊNDICE 59: Esteios do Casarão de Fronteira. Um dos últimos vestígios da arquitetura sertaneja do sertão das minas de Goyaz, Capitania de São Paulo, no início do século XVIII.....	480
APÊNDICE 60: Subida do Santinho, área rural de Buenolândia.....	481
APÊNDICE 61: <i>Croqui</i> do Espaço vivido do quintal da Aroeira D. Francisca no Arraial da Barra, detalhe da horta.....	482
APÊNDICE 62: Cozinha da casa sertaneja da Aroeira Amélia (janelas que conversam), Arraial da Barra/GO: “cozinha de dentro”.....	484

APÊNDICE 63: A mesa serve de apoio para a matança, casamento da Taynara.....	485
APÊNDICE 64: Encontro da Pastoral da Saúde no Colégio Santana/UFG Campus Goiás (2019).....	486
APÊNDICE 65: Apetrechos, móveis e manualidades da casa sertaneja do Arraial da Barra.....	487
APÊNDICE 66: Aroeiras em reuniões da Pastoral da Saúde nos quintais de Buenolândia.....	494
APÊNDICE 67: Caminhos e pontes para as reuniões das Aroeiras.....	499
APÊNDICE 68: Elaboração da <i>Arpillera</i> das Aroeiras.....	500
APÊNDICE 69: <i>Arpillera</i> no Seminário Internacional de Território y Cultura, Rionegro, Colômbia.....	502
APÊNDICE 70: <i>Arpillera</i> no I Seminário Nacional Questão Agrária UFG no foyer do Teatro São Joaquim, Goiás/GO.....	503
APÊNDICE 71: <i>Arpillera</i> pela Aroeira Clarice no I Seminário Nacional Questão Agrária UFG no Colégio Santana, UFG, Goiás/GO.....	504
APÊNDICE 72: 1ª Reunião presencial AMDBGO, Escola Terezinha de Jesus, Buenolândia/GO.....	505
APÊNDICE 73: Termo De Consentimento Livre E Esclarecido Clarice Cardoso.....	506
APÊNDICE 74: Termo De Consentimento Livre E Esclarecido Benedita Ferreira.....	510
APÊNDICE 75: Termo De Consentimento Livre E Esclarecido Amélia Pinheiro.....	514
APÊNDICE 76: Termo De Consentimento Livre E Esclarecido Maria Helena Ferreira.....	518
APÊNDICE 77: Termo De Consentimento Livre E Esclarecido Leovane Raimunda....	522

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 01: Decreto do estado de Goiás 2832/1940.....	526
ANEXO 02: Mapa dos vinte e quatro assentamentos no município de Goiás	527
ANEXO 03: Livro de Registro Cartorial de Casamentos da Freguesia da Barra.	528
ANEXO 04: Decreto Lei 1233/1938.....	529
ANEXO 05: Livro Tombo 1.....	530
ANEXO 06: Resolução nº 5/1850.....	531
ANEXO 07: Livro 3 Arraial da Barra.....	537
ANEXO 08: Índice dos Imóveis das Paroquiais da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Barra.....	586
ANEXO 09: Paroquiais da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Barra.....	589
ANEXO 10: Casais Fregueses.....	595
ANEXO 11: Recibos de compra e venda.....	597
ANEXO 12: Projeto de Lei Municipal (07/03/2012).....	598
ANEXO 13: Memorial Descritivo do Parcelamento do Distrito de Buenolândia	612
ANEXO 14: Levantamento cadastral	632
ANEXO 15: Memorial Descritivo de limites e confrontações	633
ANEXO 16: Parecer das Comissões Reunidas ao Projeto de Lei 07/2012.....	634
ANEXO 17: Justificativa.....	635
ANEXO 18: Autógrafo em 13/03/2012	636
ANEXO 19: Ata abril/2012.....	646
ANEXO 20: Casa de Anhanguera em Buenolândia (visita técnica municipal) ...	653
ANEXO 21: Arraial de Santana - hoje Cidade de Goiás (GO) - saída pro Arraial da Barra – atual distrito de Buenolândia: 1730/1740.....	634
ANEXO 22: documentação fotográfica, anos 40 do século XX, Estrada Real.....	635
ANEXO 23: Vista da estrutura de madeira da ponte “do Apertado” a partir da prainha do Rio Vermelho.....	636
ANEXO 24: Caminho de Goyaz, a estrada que unia Vila Boa de Goiás ao Rio de Janeiro.....	637
ANEXO 25: Mapa dos Sertões que se compreendem de Mar a Mar entre as capitanias de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato-Grosso e Pará (1766-1775). Biblioteca Nacional – Coleção Morgado de Mateus.....	658

ANEXO 26: Urbanismo da intencionalidade.....	659
ANEXO 27: <i>Croqui</i> de caderno de campo de Buenolândia.....	661
ANEXO 28: Relação dos documentos do Cartório, Livros Notariais (MUBAN).....	662
ANEXO 29: Serra Dourada Guardiã dos Arraiais Barra, Ouro Fino, Santana e Ferreiro..	663
ANEXO 30: Fragmento do mapa B da região Parano-Paraguaia (1740), mapa anônimo com 0,49m x 0,67 no original. Pertencente à coletânea de mapas da Cartografia Paulista Antiga, de Affonso d'Éscagnolle Taunay, Companhia Melhoramentos, 1922.....	664
ANEXO 31: cemitério na vila do distrito de Buenolândia, anexo à igreja NS do Rosário em Buenolândia.....	665
ANEXO 32: Dona Francisca (86 anos) horta, rosas e chifres de boi contra mau olhado.	
ANEXO 33: Programação da festa do Divino Espírito Santo com oferta de comida para padroeira e devotos para a festa da padroeira no quintal de D. Francisca.....	666
ANEXO 34: Forró e catiras da roda de viola do Zé Leite na casa sertaneja da Vaninha...	667
ANEXO 35: A cultura dos padrões de medição popular.....	668
ANEXO 36: Influência árabe oriundos do mundo português, casa do padre Inácio em Cotia, SP.....	669
ANEXO 37: Região sul de Portugal: Centro Litoral (Estremadura e Ribatejo); Alentejo e Algarve.....	670
ANEXO 38: Casarão de Fronteira setecentista (1727) no Arraial da Barra (GO): registro de 1997 – frente.....	671
ANEXO 39: Casarão de Origem seiscentista (1632) em Santana do Parnaíba (SP): frente antes da reforma.....	673
ANEXO 40: Honório Dias da Silva, compositor de recortados da Freguesia da Barra.....	674
ANEXO 41: Sertão das Minas dos Goyazes/Capitania de São Paulo – Linha divisória do Tratado de Madri, com a localização da colônia portuguesa (Vila Boa) em terras espanholas: UTI POSSIDETIS – 1796.....	682
ANEXO 42: O Rio Vermelho com seus principais afluentes auríferos e os arraiais de Vila Boa (Santana, Barra, Ouro Fino e Ferreiro).....	683
ANEXO 43: Casarão de Origem – detalhe taipa de mão, casa urbana bandeirista paulista (quintal).....	684

ANEXO 44: Casarão de Fronteira - detalhe taipa de mão da casa sertaneja goiana.....	685
ANEXO 44: Casarão de Origem – detalhe taipa de mão, casa urbana bandeirista paulista (quintal).....	686
ANEXO 45: Composição dos Aglomerados no Arraiais de Anhanguera.....	687
ANEXO 46: Escripura de compra e venda de uma morada de casas sito no Arrayal da Barra.....	689
ANEXO 47: Posse anteriormente ocupado pelo Casarão de Fronteira, hoje ocupado por mandiocal e resfriador de leite.....	690
ANEXO 48: Maquete eletrônica do Casarão de Fronteira, releitura da bisneta (Engenheira Civil Wanucy Barroso Rodrigues) de dona Feliciano Ferreira da Cruz, freguesa da Barra, matriarca da casa sertaneja da Dita/Militão (1937).....	668
ANEXO 49: <i>Croquis</i> ausência de alpendre frontal das casas.....	691
ANEXO 50: Cântico de acolhida das Aroeiras.....	694
ANEXO 51: Projeto de extensão Casa de Tradições e Paisagens do Cerrado.....	695
ANEXO 52: a dominação masculina sobre as mulheres.....	696
ANEXO 53: Quintal da Aroeira D Francisca no Arraial da Barra.....	697
ANEXO 54: Quintal do Sr Inocência/ D Amélia no Arraial da Barra.....	698
ANEXO 55: Quintal da Dita no Arraial da Barra.....	699
ANEXO 56: Cozinha do Casarão de Origem (janelas que conversam), Santana do Parnaíba/SP.....	700
ANEXO 57: Trempe da casa sertaneja da Aroeira Ângela Arraial da Barra/GO: “cozinha de fora”.....	701
ANEXO 58: Encontros no Quintal da Barra.....	702
ANEXO 59: Casa da Agricultura Dom Tomas Balduino e as Aroeiras.....	707
ANEXO 60: lista das Comunidades rurais.....	708
ANEXO 61: Lei Municipal das Aroeiras224/2019.....	710
ANEXO 62: Cadastro das caminhadas e distâncias percorridas pelas Aroeiras - Média da caminhada por ano.....	712
ANEXO 63: Ciranda da <i>Arpillera</i>	713
ANEXO 64: Ações da AMDBGO durante o início do quadriênio de 2020-2024.....	714

ANEXO 65: Estatuto da Associação dos Moradores do Distrito de Buenolândia/GO...	719
ANEXO 66: CNPJ da Associação dos Moradores do Distrito de Buenolândia/GO.....	731
ANEXO 67: Convite da LIVE de posse da Diretoria da Associação dos Moradores do Distrito de Buenolândia/GO.....	732
ANEXO 68: Lançamento do ebook Catálogo de Pesquisa Terras da Santa junto ao Iesa/UFG e Campus Goiás/UFG.....	733
ANEXO 69: Reunião com a Prefeitura Municipal, AMDBGO e parceiros para o lançamento do Projeto Terras da Santa.....	734
ANEXO 70: Atas das reuniões da Associação dos Moradores do Distrito de Buenolândia/GO.....	735
ANEXO 71: Reunião Preparatória da AMDBGO para participar do debate sobre o Plano Diretor de Goiás.....	741
ANEXO 72: Decreto Municipal 76 de abril/2021, institui a Comissão Terras da Santa Atas das reuniões da Associação dos Moradores do Distrito de Buenolândia/GO.....	742
ANEXO 73: Decisão do Tribunal de Justiça de Goiás já sobre a regularização fundiária do distrito.....	744
ANEXO 74: Pactuação entre o projeto de extensão Campus Goiás e Reitoria UFG.....	779
ANEXO 75: Convite para o lançamento da pedra fundamental do projeto de extensão Casa de Tradições e Paisagens do Cerrado.....	750

Sumário

INTRODUÇÃO	30
1 - A CHEGADA PARA O AJUNTÓRIO: UM TRIÊRO HUMANISTA E A TOPOFILIA EM BUENOLÂNDIA	477
1.1. O ARRAIAL DA BARRA, A FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DA BARRA E O DISTRITO DE BUENOLÂNDIA	499
1.2 A ANÁLISE DO DISTRITO COMO ESPAÇO TRANSICIONAL E SUA LEITURA DE LUGAR	7272
1.3 REFLEXÕES SOBRE O PIU: PROJETO DE INTERVENÇÃO URBANA PARA BUENOLÂNDIA	777
1.4 BUENOLÂNDIA: PERCURSOS E CAMINHOS	844
1.5 BARRA OU BUENOLÂNDIA? NA PERSPECTIVA DE LUGAR.....	9090
1.6 MEMÓRIAS E SIGNIFICADOS DE BUENOLÂNDIA: O LUGAR COMO ENCARNAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS DOS HABITANTES NO DISTRITO	9292
2. ESPAÇO GEOGRÁFICO VIVIDO E ESPAÇO ARQUITETÔNICO CONSTRUÍDO, A CASA QUE “DESMANCHA” EM BUENOLÂNDIA	1066
2.1 A GEOGRAFICIDADE DOS SEDIMENTOS-SERTANEJOS.....	1088
2.2 PERCORRENDO O CAMINHO DA CASA SERTANEJA	11212
2.3 A RELAÇÃO DE IDENTIDADE, ALTERIDADE E PERTENCIMENTO COM OS SEDIMENTOS-SERTANEJOS	1188
2.4 A CASA SERTANEJA DO ARRAIAL DA BARRA: DEBATE SOBRE SERTÃO E CERRADO	12222
2.5 A CASA SERTANEJA DO ARRAIAL DA BARRA À CONEXÃO DE SEUS QUINTAIS	1288
2.6 A CASA SERTANEJA DE CINCO GERAÇÕES: A CASA QUE DESMANCHA	1333
2.7 A CASA SERTANEJA QUE TECE, BENZE, REÚNE, CHAMA PRA DENTRO E LEVA PRA FORA	14141
2.8 A CASA SERTANEJA DO MUTIRÃO, DA CURA, QUITANDAS E SAUDADE	1455
2.9 A CASA SERTANEJA E O FOGÃO A LENHA: “DE COMEZINHO”, ACONCHEGO, FESTA E POLÍTICA	15254
2.10.1 Espaços de Habitar de Quatro Casas Sertanejas	16060
2.10.2 Apontamentos Arquitetônicos e de Arquitetura Tradicional – Espaço Projetual Popular	1699
2.10.3 A Casa Sertaneja Goiana: Morfologia das Edificações	17272

3 - A PAISAGEM CULTURAL DO CASARÃO DE FRONTEIRA: ‘ONDE O REI ESTÁ LONGE E DEUS ESTÁ ALTO DEMAIS’	1788
3.1 - O CASARÃO DE FRONTEIRA COMO MARCO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS E O PRINCÍPIO DE DIREITO DO <i>UTI POSSIDETIS</i>	1811
3.2 - OS ELEMENTOS PRÉ-COMPONENTES DO COMPLEXO DOS ARRAIAIS E O REPERTÓRIO DA PAISAGEM SERTANEJA DAS TERRAS DA SANTA ...	19292
3.3 -O CASARÃO DE ORIGEM EM SANTANA DO PARNAYBA/SP E OS ELEMENTOS SIMBÓLICOS PRIMÁRIOS DO HABITAR: A GEOGRAFIA NÃO ABANDONA A CASA SERTANEJA GOIANA.....	202202
3.4 - A DEMOLIÇÃO DO CASARÃO DE FRONTEIRA	2133
3.5 - A CASA SERTANEJA GOIANA COMO SÍMBOLO E SEUS LEGADOS	2255
3.6 - O HUMANO, A SIMPLIFICAÇÃO E O SERTÃO.....	2299
4. O ESPAÇO DOMÉSTICO DA CASA SERTANEJA REVELA QUE “TODA CASA TEM UM CHAPÉU NA PAREDE” E UM PULSANTE QUINTAL DAS MULHERES AROEIRA	2333
4.1 PRECEDENTES DO QUINTAL DA CASA SERTANEJA GOIANA: ESPAÇO VIVIDO GUARDIÃO DOS SABERES ANCESTRAIS.....	2366
4.2 A DINÂMICA DOS QUINTAIS DO ARRAIAL DA BARRA	2444
4.3 O TANTO COMO ESCALA PARA A MÉTRICA DA CASA, O BISCOITO QUEBRADOR, O SABÃO DE BOLA E OS REMÉDIOS.....	2477
4.4 “A MULHER ILHA”	25050
4.5 MICROPOLÍTICAS E A CARTOGRAFIA DOS QUINTAIS DO ARRAIAL DA BARRA: O PROTAGONISMO DAS MULHERES AROEIRA E A PASTORAL DA SAÚDE DA DIOCESE DE GOIÁS.....	2544
4.6 A MULHER AROEIRA: “ESTEIO” COMO CONSTRUTO SOCIO-CULTURAL SERTANEJO.....	27171
4.7 A NARRATIVA SENSÍVEL DAS MULHERES AROEIRA REPRESENTADA PELA <i>ARPILLERA</i>	2799
4.8 A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO DISTRITO DE BUENOLÂNDIA (AMDBGO) E A NOVA AGENDA SERTANEJA.....	2866
CONSIDERAÇÕES	2944
REFERÊNCIAS	3088
APÊNDICES.....	3166
ANEXOS	52626

INTRODUÇÃO

“Entra pra dentro!”¹

Vou parar minha canoa aqui, onde o Rio Vermelho encontra o Rio Bugre e jogar uma âncora, aqui no meio do rio, convidá-lo ao mergulho de escafandro para uma descoberta. Confiar que enquanto um mergulha para poder retirar o cascalho no fundo do rio (três, quatro metros de fundura), o outro toca daqui de cima da canoa a manivela da mangueira, no ritmo para que o oxigênio chegue aos pulmões de quem está lá embaixo. Subindo um odre de cada vez, que consiste numa capanga de couro cheia de cascalho e derrubar assim na canoa para levarmos para lavar. Mas eis que numa virada dessa, a capanga cospe uma pepita em meio ao cascalho e faz arder meus olhos.

No frisson, mergulhei do distrito de Buenolândia e emergi no século XVIII no Arraial da Barra. Nadei até sua margem com o rio Bugre e caminhei às suas veredas para conhecer as paredes da casa sertaneja, “o pinho que não faia os dedo nos traço, as paredes de taipa misturada com bagaço, a promessa de cura da benzeção, as novena, fruta madura... assim os invejoso não vão dizê que fiz fracasso!”² A força impulsionadora desta tese se origina numa evocação ancestral, da coautoria do homem – e de seu lugar (MARANDOLA JR, 2013) – com a casa, da combinação de sensações visuais e tácteis, de imagens mentais, simbólicas, trazidas por essa evocação.

Essa rica e oportuna experiência se iniciou pela criação de um projeto, o qual estudamos a Barra. Arraial criado juntamente com os Arraiais Ouro Fino, Santana e Ferreiro na Capitania de São Paulo, em 1726, no sertão das minas dos Goyazes, a partir do movimento aurífero de Anhanguera. Hoje, ela se caracteriza como vila do distrito cujo nome é Buenolândia. Ocupar espaços às margens de rios se apresenta como uma marca aos bandeirantes, pela condição de sobrevivência. Mas foi apropriado do modo de vida indígena (GIANESELLA, 2008), pela predisposição do conhecimento do território, a proximidade da água orientou a estruturação do arraial minerador ao longo da história. Isso se deve às múltiplas funções relacionadas ao conhecimento ancestral

¹ Expressão utilizada no Arraial da Barra quando alguém chega na porta de sua casa, para acolher e convidar para seu interior, mesmo sem ver quem bate à porta, o habitante generosamente convida gritando de dentro de casa: Entra pra dentro!

² Letra da música Promessa de Violeiro de Raul Torres e Florêncio.

indígena e sua relação com a água, que o explorador ocupara por interesse desde o eixo de sua ocupação, o pescado, a exploração do ouro e a construção da casa de Deus e da casa da Coroa, sedes de poder cristão e presença de Estado.

Diante disso, a abordagem do tema implica o enfrentamento das relações dicotômicas envolvidas. Por um lado, as aldeias já estabelecidas no sertão das minas dos Goyazes, por outro o embranquecimento (RAVAGNANI, 1996) e ocupação do interior da Capitania de São Paulo em busca da demarcação geopolítica deste território, alteração de sua paisagem simbólica (ALMEIDA, 2011) e paisagem visível e invisível (ALMEIDA, 2013), construção do Casarão de Fronteira que encabeçaria a negociação entre as Coroas portuguesa e espanhola, expandindo o território da colônia portuguesa mais ao oeste.

O espaço construído arquitetônico e o espaço vivido geográfico (BACHELARD, 1993; TUAN, 2013; HEIDEGGER, 1954), residem no imaginário coletivo, seja nas formas de ocupação precedentes das freguesias, vilas e distritos, ou seja, os arraiais mineradores, seja na forma de ocupar com a construção da igreja, instalação do cruzeiro e estabelecimento do largo para demarcação geográfica das léguas da sesmaria. A junção neste aldeado das construções robustas das casas sertanejas permanentes, destes arraiais, aqui na tese trata de um em específico: Casarão de Fronteira do Arraial da Barra. Nesse contexto, emergem imagens, de festas, casamentos, cururus, umbigadas, cavalgadas, garrafadas, resenhas e tantas outras que carregam a inspiração e memórias dos espaços vividos da casa sertaneja, em comunhão com o delta, o encontro, a barra de dois rios: o Vermelho e o Bugre e a ocupação bandeirista.

Aqui, estampa-se o primeiro paradoxo subjacente ao tema: de um lado, os elementos de ocupação ao longo do Rio Vermelho no estabelecimento do Complexo dos Arraiais com efeito de atração às necessidades da Coroa portuguesa e o atendimento à carta régia de D. João V a Bartolomeu Bueno; de outro a construção de uma casa permanente num arraial minerador, cuja perenidade do habitar se dá mediante a extinção do ouro, e a premente necessidade de se mudar para outro sítio, onde apenas uma choça de palha já seria suficiente (TEIXEIRA, 2011).

Dessa forma, é válido ressaltar que essa temática foi proposta por duas razões basicamente: 1) Pela escassez de estudos sobre casa sertaneja no Brasil e 2) Pela curiosidade acerca da relação entre esse habitante e sua casa. Entretanto, a tese não tem

a intenção euclidiana de conhecer a configuração espacial da casa sertaneja a partir de sua arquitetura pura e simplesmente, mas complementar ao seu espaço vivido.

Assim, distanciamo-nos das técnicas, forma e função por meio das quais se configuram plantas baixas, cortes e fachadas, porque entendemos que a sabedoria sertaneja é complexa e vai além do desenho da casa, articulando as noções de rural e identidade social (MOREIRA E GAVIRIA, 2002). Esse estudo também não teve a intenção comparativa de quantificar ou qualificar a casa sertaneja com a urbana, mas sim aprofundar em sua topografia de memórias, recordações e poéticas de seu espaço incluindo o contexto de suas origens.

Portanto, ele atende fatores relevantes. Entre eles, destacam-se inicialmente três mais proeminentes: 1) A relevância social do estudo; 2) A casa sertaneja numa perspectiva de entendimento sobre seu papel diante do habitar e da memória na vida, práticas e cultura do mundo rural e 3) A atenção aos artefatos e dinâmicas socioculturais de seus habitantes.

O intuito foi perseguir uma relevância científica/acadêmica que pudesse ir traçando novas perspectivas ao estudo do habitar sertanejo, seus elementos significativos do passado (perpassando a memória e a ancestralidade), e os novos conteúdos da ruralidade, pela ótica da abordagem cultural em Geografia.

Essa tese também intenta alcançar uma relevância formativa que aprimora o conhecimento acerca da casa sertaneja articulando-a como possibilidade de novas investigações sobre o tema para ampliar a discussão. Para sua realização recorreu-se aos bancos acadêmicos como elemento formador e de debate, numa busca de alterar o pensamento cartesiano quando se promoveu a análise da casa e, por consequência, tentou diminuir a distância entre o pesquisador e o habitante, trazendo-o para o primeiro plano.

Tendo o rural como forma de leitura do espaço geográfico (CLAVALL, 2007), é válido salientar que as necessidades humanas sensíveis e, ao mesmo tempo, tão singelas e complexas do mundo rural provocam uma imensa vontade de aproximarmos-nos dessa realidade perceptiva: a natureza do sertão goiano, refletida na casa sertaneja, traz em si a ideia de natureza e sociedade, objetividade e simbolismo (LUCHIARI, 2001). Julgamos que os sujeitos rurais, com suas peculiaridades e considerações acerca do universo rico em acervos de saberes populares cumulativos e compartilhados, necessitam de visibilidade. Assim, buscamos valorizar esse sujeito, assim como a casa sertaneja que acumula gerações, partilha, farturas e insere-se politicamente diante da realidade dada.

Fazer uma investigação sobre esse tema e em Goiás não é algo assim tão fácil. Eu pensei que por me encontrar na cidade de Goiás, em meio a tantos acervos em Museu, Institutos e Universidades eu teria muito material disponível e eu pronta pra poder escrever. Mas o negócio não é tão simples assim! Na realidade, você precisa correr atrás das informações, você não acha, ou ainda pior estão contraditórias, como se você estivesse num pântano, no escuro, você se perde e complica-se. Tive sorte de ter muitas pessoas que me orientaram na busca de informações, entre as quais eu citaria a professora Lena Castelo Branco. Muitas pessoas me ajudaram a buscar informações. E além das informações, minhas memórias que vinha como paulista e arquiteta e já havia lido material sobre arquitetura rural paulista e bandeirista, dos arquitetos Luis Saia e de Carlos Lemos, textos e mapas do Prof Nestor Goulart Reis sobre a colonização do Brasil, visto plantas arquitetônicas e visitado museus como a Casa de Anhanguera em São Paulo.

Além disso, eu percorri os caminhos dos habitantes do arraial da Barra; por dois anos, vivi com eles. Eu precisava sentir seus habitantes, suas casas, entrar na pele deles. Escrevi muitas páginas que não estão aqui no corpo do texto, para absorver melhor a fala, ou o dia, ou o lugar, até me sentir segura e trazer pra cá. Escutei histórias, dormi nas suas casas, comi suas comidas, participei de suas festas e dores. Ouvi que o “bisavô contou isso que contou pro meu avô e que contou pro meu pai”. Ou seja, durante dois anos eu vivi ali com eles, interessada por seus assuntos, buscando aqui e acolá. Conheci os demais arraiais, suas paisagens, habitantes e li quatro livros que, especialmente me inspiraram durante a pesquisa sobre a formação dos arraiais.

Os romances “Naqueles Morros Depois da Chuva”, de Edival Lourenço (2011) e a “A História de André da Conceição” de Heitor Rosa (2017) e os livros “Lembranças” do filho de Buenolândia, Coronel Brasil Vicente Ferreira (2016) e “De Arraial a Patrimônio” de Helder Camargo Passos (2018). A literatura, ademais dos textos acadêmicos, também contribui para a história de Goiás, que é muito rica e passa a ser parte importante para a construção de sua cultura, das artes daquela população, especificamente a arquitetura, a literatura, a música. Então os romances fundantes, como os que citei, narram sobre os arraiais da tese Ouro Fino, Ferreiro, Barra e Santana. Recorre-se a esses fatos históricos, fundamentados por perfis sociais e paisagens que ricamente nos trazem o que não se perderia nas oralidades, mas estariam registrados exatamente contados da forma como aconteceram. Esses elementos misturados as lendas locais, os mitos, ampliam e acabam sendo parte integrante das histórias de Goiás.

Seus ocupantes, índios, bandeirantes e a formação espacial, a febre do ouro, a exploração, mas visto pela literatura, eles enriqueceram a tese sob a ótica de uma parte importante das oralidades não perder seu significado ao longo dos anos

Quando iniciei a escrita da tese, já tinha uma série de documentos, entrevistas, mapas, fotos, croquis, peças de estudo de campo, então veio a indagação, mas como vou montar esse quebra cabeças? Por onde começo? Eu não queria que fosse uma linguagem estritamente acadêmica, mas que a tese “desse conta” de receber as terminologias, as expressões regionais goianas e chegasse o mais próximo possível da cultura dos habitantes e seu modo de habitar. Trazer também esse aspecto rude, bruto do sertão goiano, mas que mesmo o leitor não-acadêmico tivesse condição de absorver as informações e atestes da pesquisa, de poder ler e compreender a tese, produto científico.

Ademais, a pesquisa pretendeu partilhar com todos os interessados por esta temática, que por si só já é apaixonante, e colaborar com uma concepção de mundo que vá além de uma simples percepção de formas. Esse modo de proceder é por nós realizado desde a seleção das fontes de informações nas quais a análise se baseia. Isto é, com o olhar da abordagem cultural em Geografia que entende o sujeito como protagonista da sua casa. Não exatamente por haver pesquisas com essa abordagem sobre casa sertaneja, mas pelo enfoque que nos alicerça e que coloca o espaço vivido como sendo o lugar que os sujeitos constroem suas identidades.

Esta tese “põe pra quarar” um período histórico-geográfico-arquitetônico esquecido nas locas do tempo, sobre a formação inicial de Goiás e seus arraiais mineradores. Para tal, lancei mão de estudos da Geografia neste contexto para ir além dessa descrição. Procurei adentrar os processos que descrevem esse espaço, as dinâmicas que fazem com que essa paisagem, o espaço geográfico possa ser observado, estudado e experimentado. Isso é fazer Geografia! Dessa forma, trouxemos como objetivo central deste estudo compreender a casa sertaneja à luz do seu processo de espacialidade atravessado pelos conteúdos da ruralidade, afetividade e ancestralidade do lugar. Ou seja, uma casa perpassada também pela memória.

A tese combina Arquitetura, Geografia e História como “alho frito em manteiga quente de capado”. A Geografia e a História são disciplinas irmãs, como disse a prof^o Dr^a Lena Castelo Branco em minha banca de qualificação, e as aproxima em seus objetos de estudo e aprofundamentos em diversos temas aprofundados em análises de pesquisa. Passei pelas duas como arquiteta e urbanista, como triêros e picadas que nos conduzem apropriadamente. Em 2017, iniciando o estudo sobre habitar o rural, não

imaginava encontrar o caminho que articularia o novo olhar sobre a ocupação do sertão goiano contribuindo com a temática da formação dos arraiais mineradores componentes histórico e geográfico da Cidade de Goiás.

Entrei no distrito de Buenolândia e descobri o Arraial da Barra. A casa sertaneja foi se projetando durante a pesquisa da maneira mais insistente. Com base nas oralidades, pude fazer emergir contribuições para o estudo da cartografia do Complexo dos Arraiais, na cidade de Goiás, desde as “Terras da Santa” e o Casarão de Fronteira evidências da ação demarcatória geopolítica ultramarina para oportunizar a negociação das colônias portuguesas sobre terras espanholas. Com a abordagem cultural em Geografia foi possível entender a leitura espacial de uma nova maneira, complementando a perspectiva arquitetônica da qual me instruí, e avançar na imersão de quatro casas no Arraial da Barra, entendendo a sequência dada pela materialidade advinda do processo de ocupação e da casa bandeirista.

Juntando História e Geografia tem, em destaque, o emblemático e renegado sertão goiano materializado na demolição do Casarão de Fronteira, o escritório, a casa velha ou a casa de Bartolomeu, assim chamada pelos habitantes do Arraial. Em 1889 temos a abertura do Cartório na Barra, naquele casarão. Dele restou o livro de casamentos e afora esse fato, depoimentos e algumas fotos, não encontrei outros registros que assegurassem se era mesmo uma casa demarcatória. Essa foi a segunda demanda da tese.

Durante anos o Casarão foi esquecido e passado de mão em mão por representar a personificação do anti-herói e ser desprezado. O estigma de Bartolomeu demarcou a ferro consigo os artefatos e imóveis dos descendentes ancestrais do lugar, que o constituíram, bem como parte do conjunto arquitetônico do Complexo dos Arraiais. A forma que encontrei de torná-lo “material” foi relatar sua história, e registrar as mágoas que recolhi dos descendentes do lugar durante a pesquisa.

Um Casarão me levou a outro e foi no Casarão de Origem em Santana do Parnaíba, em São Paulo, que hoje abriga o Museu Casa de Anhanguera, onde conheci os pertences e a arquitetura da época com suas técnicas construtivas, partido arquitetônico e materiais. Em visita a Santana, em 2018, percebi a diferença com que se referem ao contexto exploratório e a linguagem que o museu lança mão, de forma turística e pedagógica, acolhendo a quem visita de maneira até a exacerbar os bandeirantes. Ali o Iphan e a Prefeitura fizeram a tarefa de casa e preservaram a casa seiscentista e seu acervo. Junta-se a esse museu paulista, a oportunidade de intercâmbio com o Casarão de

Fronteira, ainda outros quatro: Museu Ultramarino em Lisboa (Portugal), Museu das Índias em Sevilha (Espanha), Museu das Missões em Sete Povos das Missões (RS) e o Museu Português em Colônia de Sacramento (Uruguai).

Sobre a leitura territorial o acervo do Cartório de Notas Provincial, me mostrou que mesmo sendo uma Freguesia, a Barra ainda intitulava suas terras como sesmarias, ainda no século XIX. A cultura patrimonial da Barra que a denomina em léguas e se apresenta ainda nos dias de hoje como área fração de terra da capitania concedida a terceiros, a sesmaria para a exploração econômica, advinda do sistema português transplantado de Portugal para o Brasil, previsto nas cartas de doação e forais de capitanias hereditárias, extensão de terra definida, léguas em quadra ou formas regulares. A divisão das terras feitas somente na condição tácita e com a estaca de aroeira demarcando o adonado³.

A tese também contribui com dados originais sobre os topônimos correspondentes a esse território, graças ao acervo Dom Tomás Balduino da Diocese de Goiás, Procuradoria Geral do Estado de Goiás, Instituto Frei Simão e Museu das Bandeiras (MUBAN), onde o situa administrativamente em hierarquia como freguesia e não mais como Arraial da Barra, desde 4 de junho de 1855 e descreve suas quarenta e quatro paroquiais. Temos assim seu contexto onomástico: 1727 Arrayal do Capitão Mor Bartolomeu Bueno, 1855 Freguezia de Nossa Senhora do Rozário da Barra e em 1938 distrito de Buenolândia – definidos seus “topônimos”⁴.

O início de sua povoação de caráter temporário, formada em função de suas atividades extrativas, da lavra de minérios cuja denominação acompanha a do Capitão Mor designado por carta régia como Arraial. Na sequência como freguesia, definida por uma circunscrição eclesiástica que forma a paróquia, sede de sua igreja e que servia também para a administração civil onde um padre recebia a cômputo anual dos paroquianos. A paroquial era definida como a comunidade de fiéis sob a autoridade de um pároco de forma espiritual, mas também administrativa tributária, como pessoa moral de direito público, derivando daí a freguesia, integrando a delimitação territorial na conjugação destes dois fatores, espiritual e tributário. Estas paroquiais ainda mantêm seus nomes, os mesmos, há 292 anos.

³ Termo utilizado pelos habitantes da Barra, para caracterizar o marco, onde termina uma propriedade e inicia outra, o dono.

⁴ Toponímia (do grego *topos*, lugar e *nímia*, nome, significando, portanto, “nome do lugar”) é a divisão da onomástica que estuda os nomes de um lugar, de uma região geográfica.

Além das oralidades, os acervos de artesanatos reais do cotidiano doméstico das casas, suas contribuições acerca do modo de vida, da cultura do habitar, e elementos de memória, outras ideias podem subsidiar outros estudos a partir da tese. Longevidade e a possibilidade de outras linguagens e metodologias, outras ciências podem relê-la. Quando comecei escrever esse grupo histórico geográfico mais vulnerável uniu-se a esse silêncio demarcatório geográfico. A sociedade machista cruel em si, mulheres e índios a beira da crueldade, a vertigem, lacunas preenchidas por pessoas da oligarquia, do poder de Estado, por falta de escrita e de registro. Agradeço a oportunidade como paulista, pela oportunidade de poder redimir, revolver e recontar, trazer à tona outra forma de apresentar esse território, paisagem e lugar a partir desse Arraial. Outro olhar sobre esses habitantes, arquiteturas e paisagens constituintes desse espaço vivido sertanejo secular.

Para uma arquiteta e urbanista, apoiar-se em Cosgrove e entender que “a geografia está em toda parte” (1998), tive que aprofundar na sua epistemologia, compreendendo como se estruturava. A primeira corrente de renovação filosófica e metodológica, a ter destaque na Geografia foi a Quantitativa. Esta corrente teve sua hegemonia entre as décadas de 1950 e 1970, tecendo uma crítica à falta de utilidade e pragmatismo da Geografia Tradicional. Caracteriza-se, também, pela matriz filosófica do neopositivismo e pelo método hipotético-dedutivo. A Geografia Quantitativa definiu o espaço como o conceito chave da Geografia, um espaço absoluto, isotópico, matricial, utilizado para a construção de sistemas e modelos aplicados ao planejamento e à organização do espaço.

A segunda corrente de renovação da Geografia foi a Crítica, hegemônica entre as décadas de 1970 e 1990, enfatizando a crítica ao comprometimento da Geografia Tradicional e da Geografia Quantitativa com as classes sociais dominantes, com as ideologias burguesas. Essa corrente tem como principal base filosófica o materialismo histórico; e como método, a dialética. O espaço também é um conceito chave para a corrente Crítica.

Mas, me encontrei de fato na corrente da Geografia Humanista, a terceira linha de renovação da ciência geográfica, que resgata alguns elementos da Geografia Tradicional e faz a crítica à falta de subjetividade nas correntes Quantitativa e Crítica. Essa corrente tem como principal base filosófica o existencialismo; e como método, a fenomenologia. O espaço, na corrente Humanista, não é o conceito chave,

privilegiando-se o conceito de lugar, enquanto o espaço vivido, espaço simbólico, espaço cotidiano, nos quais essa tese se apoia.

A Geografia é uma ciência que descende de Aristóteles, Pitágoras, pois os filósofos, matemáticos, já faziam Geografia, já estudavam o espaço geográfico, já tinham a percepção de paisagem. Mas a Geografia como uma disciplina é bem recente, no século XIX, incorporada nas Universidades europeias apresentando o espaço geográfico.

A busca pela definição de espaço geográfico em Richard Hartshorne (1978), como uma construção de um espaço intelectual, que ele não existe de fato, é justamente uma forma com a qual nós entendemos o espaço em que nós vivemos e por isso uma construção nas nossas cabeças. Já para Milton Santos (2006), o espaço geográfico é um conjunto de ações e sistemas que fazem com que o homem se relacione com a natureza, modificando o lugar, modificando a Terra através daquilo que ele precisa pra sobreviver, do que ele precisa pra conviver com as pessoas. Para Santos (2006) o espaço geográfico é o palco das ações humanas naturais. Já para Friederich Ratzel (1983), o espaço geográfico é o espaço vital, é o espaço pra sobrevivência humana, que apesar de ser próximo a ideia de Milton Santos, ele o define valorizando p biológica do ser humano, e menospreza a dimensão social.

Para os geógrafos humanistas, o espaço geográfico é a morada do homem, o espaço ou lugar onde o homem está presente. A tese traz a interpretação de sociólogos, antropólogos, historiadores e geógrafos que fortalecem a Geografia Humanista como De Certeau (1998), Collingnon (2010), Dardel (2011), Tuan (2013), Almeida (2016). Nesta tese, entende-se o espaço geográfico como aquele em que o homem tem uma ação, produz, interfere e influencia mesmo indiretamente. Compreende mais que a Terra, o Sol faz parte do espaço geográfico, pois interfere na modificação da paisagem, das atividades, o clima, as fases da lua; tudo aquilo que acaba sendo essa ação, passível de modificação pela ação do homem ou pela ação natural é espaço geográfico.

Para avançar no entendimento desta tese, nela, comparecem três categorias geográficas: território (capítulo 1), lugar (capítulo 2) e paisagem (capítulo 3).

O território implica em uma relação de poder e hierarquia, alguém tem o domínio, tem a força nesse espaço geográfico, tais como a soberania do Estado Nacional, o território brasileiro, mas também pode ser um território de poder paralelo, de mando, de posse, de disputa, envolve adversários, aliados, mandantes e comandados.

Já o lugar é espaço com o qual as pessoas criam uma certa particularidade, pertencimento ao espaço, tudo aquilo que chamamos de meu (minha casa, minha comunidade, meu país), onde temos relação de afetividade e faz parte de nosso cotidiano. Diferentemente da relação de posse, lugar nos apresenta uma relação de amor com o território.

Assim, é com a noção de lugar, como instrumento de leitura e interpretação do espaço, que se busca fazer um breve resgate para então discorrer sobre a sua importância nos estudos culturais na atualidade.

E por fim, a paisagem, o captamos por todos os sentidos, o cheiro da cozinha da casa, o barulho do vento, o calor que sentimos, tudo aquilo que interferindo no espaço geográfico e é percebido pelos nossos sentidos.

A paisagem pode classificar-se de duas maneiras, aquela que o homem ainda não interferiu, as paisagens naturais, e diferentemente as que já sofreram alguma ação, relação, dinâmica humana, chamamos de paisagem cultural (Cosgrove, 1998) em sua perspectiva simbólica e iconográfica da paisagem ou modificada. Almeida acrescenta em seus estudos a paisagem simbólica (2011) e paisagem visível e invisível (2013), propondo a cartografia cultural como forma de registrar e compor um acervo espacial cultural. Com base na abordagem cultural e humanística em Geografia, iniciei o debate, reforçando a importância da inserção deste tema junto ao espaço construído da Arquitetura e Urbanismo e da composição do aldeado no Arraial da Barra.

Para definirmos o que seria a paisagem simbólica do Arraial da Barra é importante entender que essa paisagem é formada das relações que os sertanejos estabelecem com o lugar, nos valendo do conceito de Tuan (1983, p.6), quando afirma que “espaço é mais abstrato que lugar. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor”. Os símbolos que constroem essa paisagem são carregados de significados atribuídos pelos sujeitos que compartilham esse espaço, vivenciando as paisagens como são construídas a partir das suas experiências e percepções. Holzer (2000) define paisagem como “uma expressão física da ação do homem sobre a natureza, e por extensão, um receptáculo de memória”, são nossos *souvenirs* dessas ações, percepções e experiências vividas.

Para compreender como se caracteriza a casa sertaneja e atingir os objetivos pré-estabelecidos, essa corrente da Geografia tem o singular (particular) como base das análises e a percepção como instrumento da Geografia Cultural (ROCHA, 2008). Dessa forma, destaca-se que ao utilizar-se a percepção para a análise de fenômenos espaciais,

estes passam a ser vistos desde seus significados e suas relações uns com os outros e com seu meio.

Diante disso, a Geografia Cultural, ao se utilizar da percepção como instrumento de análise, tem no lugar uma importante categoria de leitura do espaço. Para este estudo, Barra, lugar que apresenta, em suas materialidades, elementos recheados de simbolismo e significações da cultura do sujeito que o habita, o constrói e o transforma constantemente.

Nesse sentido, a perspectiva metodológica de investigação vê na bricolagem⁵ um modo de entrecruzar áreas de conhecimento, contextos, conceitos, vivências, afetos e imagens para construir a análise. De Certeau (1998) nos inspira dizendo que os relatos de lugares são bricolagens. Ou seja, são fragmentos de lugares semânticos dispersos, e por isso mesmo cheio de significados. Tem-se assim a própria relação das práticas do espaço com a ordem construída. Um conjunto simbólico que se compõe nos relatos ligados às oralidades, às relíquias verbais e aos gestos. Elementos sobrepostos numa colagem em que suas relações não são pensadas, mas que se articulam por lacunas.

Bricolagem, de acordo com o dicionário Michaelis, é um termo com origem no francês “*bricolage*”, cujo significado se refere à execução, montagem ou instalação feita por pessoa não especializada. Nesta tese, contudo, o termo tem sentido figurado. Aqui o termo se refere a uma combinação de elementos diversos, que remetem às práxis rurais de uma cultura dita de mão-de-obra não acadêmica, não especializada cientificamente. Além da escrita acadêmica outros elementos o compõem: telas, croquis, fotos e mapas.

Procurei me ater à metodologia a partir da percepção enfatizando o registro de observação com a finalidade de representar e transmitir a narrativa dos habitantes na paisagem simbólica a qual pertencem, registrando-os a partir das diferentes linguagens suas diversas práticas cotidianas. Foram cinco levantamentos de campo que resultaram num processo de expressão e habilidade, alicerçados pela pesquisa acadêmica em iniciação científica e projeto de extensão universitárias, apresentando como produto elaborado em *croquis* aquarelados, fotografias, mapas, plantas arquitetônicas e telas bordadas à mão.

O espaço construído, arquitetônico das casas sertanejas do Arraial, colocado em evidência como acervo expositivo, possível de circular e colaborar em trazer à tona (em formato de exposição e participação em eventos científicos e culturais). Retirando da invisibilidade o espaço vivido dos habitantes do Arraial, conhecendo sua dinâmica

⁵ Etimologia - do francês *bricolage*: trabalho ou conjunto de trabalhos manuais ou artesanato.

socioespacial pelas categorias geográficas de lugar e paisagem simbólica. Ressaltamos a significância e a autenticidade que este habitar e memória conservam, com seu legado de quase 300 anos de existência nos contextos cultural e geopolítico do sertão goiano.

Na execução dessa pesquisa houve a necessidade da alteração na metodologia das atividades, a revisão bibliográfica aconteceu remotamente por dificuldades *online* e seguindo as orientações e flexibilizações do edital PRPI (Pró- Reitoria de Pesquisa e Inovação – UFG), pela produção de um Catálogo de Pesquisa Digital, artigos, eventos e exposições acadêmicas. Apesar disso, o conteúdo da tese se manteve sem alterações.

Com o caminhar do estudo a nossa percepção de que esses habitantes se legitimam por si, resilientes, autênticos a valorização de suas vivências e ancestralidades a partir de suas casas sertanejas. Os sertanejos constroem suas narrativas pautadas no presente, mas preservam as memórias e narrativas dos que os precederam e assim constroem e reconstróem a história daquele lugar. Os sertanejos se valorizam como os sujeitos que são e entendem a importância da preservação e transmissão dos espaços construído e vivido aos quais pertencem, guardiões das memórias que possuem, como fizeram seus ancestrais sertanejos: as mulheres aroeira e o compositor Honório Dias da Silva.

As Aroeiras⁶, mulheres que durante muito tempo não tiveram o reconhecimento de seu compromisso com esses núcleos rurais, comunidades à margem da vida, mas a mantiveram saudável e com qualidade. O que fizeram com a micropolítica repensando a relação com o Outro, seu ritmo, sua forma e estratégias. As Aroeiras foram se apropriando dos conteúdos do sertão goiano, a forma de organização desse território em novos espaços de vida. Para elas o que está em desenvolvimento é a dedicação, a sensibilidade ao aprendizado e a interlocução com a comunidade sertaneja da Barra. Isso está em constante construção. A forma como a estrutura da Pastoral da Saúde trabalha os saberes, os conteúdos, o controle do tempo. Com a mudança de demanda, as Aroeiras foram se adaptando também às novas expressões da vida, analisada pelo contexto de mulheres rurais e quintais (ALMEIDA, 2016) ou pela ótica das práticas domésticas (COLLINGNON, 2010) ou ainda por suas práticas cotidianas (DE CERTEAU, 1998).

Elas rompem o processo e avançam para outros meios de produção de sujeitos que extrapola o técnico, capacidade de criação, de resolver problemas, além do conteúdo, desenvolvem autonomia. Esse objetivo é o principal. As Aroeiras foram se

⁶ Serão apresentadas no Capítulo 4 desta tese.

adaptando e se reinventando, mostrando superação e novas formas e estímulos. As relações com os sertanejos e suas gerações, ajustes em função do meio, mesmo sendo totalmente díspares.

Devido às limitações de orçamento e falta de incentivo financeiro a potencialidade da tese ficou comprometida. Todo o esforço para a produção de um material inédito e acessível aconteceu exclusivamente por parte do meu esforço sem bolsa e da generosidade da comunidade e graduandos integrantes do Projeto de Extensão. As viagens, alimentação, pouso pela necessidade de deslocamentos e eventos noturnos (como a procissão da Padroeira e do Divino), ocorreram por envolvimento dos habitantes do lugar. Um esforço de quem acredita na pesquisa e na ciência como modo de contribuir para a comunidade acadêmica e local pesquisada.

Com o início das recomendações de distanciamento e isolamento social a pesquisa sofreu com alterações repentinas e que não tiveram muito tempo para adaptações. Tive experiências positivas e negativas com essa nova realidade pandêmica. Consegui mais participação e interação entre os integrantes do Projeto de Extensão, como os encontros eram online e as plataformas para compartilhamento de material eram abertas, conseguimos acesso às pesquisas dos demais alunos e compatibilizar o material de modo que passamos a pensar o produto final como um único produto, fruto de uma pesquisa de diversos olhares, mas sobre o mesmo lugar. Em contrapartida, as questões técnicas dificultaram muito o desenvolvimento das reuniões: equipamentos inadequados, rede de internet insuficiente foram alguns dos fatores que atrasou nossas reuniões e por fim gerou desgaste mental e psicológico que desestimulava a continuação na atividade.

No entanto, embora com alguns contratempos para que essa tese fosse concretizada a bom termo, consegui realizar os objetivos específicos que delimitei, tais como: Conceituar a vida rural pelos significados das escalas de análise da Geografia Cultural, conduzindo a escala de análise até a casa sertaneja, desde a ruralidade, do Arraial, da ancestralidade, da memória e do habitar; Analisar o contexto da casa sertaneja no Arraial da Barra e conhecer sua trajetória ancestral; Adentrar 4 casas sertanejas do Arraial da Barra para conhecer a casa sertaneja para além das paredes, sua resistência e transformações, seu cuidado com as pessoas e com o meio ambiente, suas expressões culturais e força política; Conhecer e apresentar os sujeitos do Arraial da Barra indo ao seu encontro para dar-lhes visibilidade.

Assim, como forma de delinear tais objetivos estruturamos essa tese em quatro capítulos:

No capítulo 1 (a chegada para o ajuntório: um triêro humanista e a toponímia em buenolândia) apresento o espaço geográfico de formação do território onde se encontra o distrito, também as relações de poder que o constituíram, de mando, de posse, de disputa. Tal qual o processo epistemológico geográfico, o capítulo explora o espaço sob a ótica das Geografia Tradicional e da Geografia Quantitativa, ainda sem a conotação social, por isso somente o triêro, como marcas de pegadas de seus habitantes que se apresentarão no Capítulo 2. Concebido de natureza conceitual espacial analítico, nele investiga-se a formação político-administrativa do Arraial da Barra até a sua mudança para distrito de Buenolândia. Esclarece o porquê da escolha do distrito para a tese e como se estrutura enquanto objeto de estudo na abordagem Cultural em Geografia. Analisa as relações dos espaços urbanos e rurais e a realidade transicional dos distritos neste espaço entre ruralidade e urbanidade. Ao final abre o convite para trilharmos no território o percurso traçado pelas pegadas dos habitantes, deixando um triêro humanista para realização do ajuntório, da treição para adentrarmos na casa sertaneja no capítulo 2.

No capítulo 2 – espaço geográfico vivido e espaço arquitetônico construído, a casa que “desmancha” do arraial da barra, a chegada do ajuntório em quatro casas sertanejas goianas e conhecer seu adonado⁷, desfrutar do seu mundo, sua alma alicerçada ao longo de quase trezentos anos. Realizado pelo processo investigativo fazendo uso de fontes primárias e secundárias neste capítulo lê o espaço geográfico e o espaço construído das casas, sob a perspectiva da Geografia Humanista. Ele faz a discussão sobre espaço construído, e as vivências dos habitantes da casa em seus espaços vividos, fundamentando-se na Geografia Humanista. Aqui a Geografia e a Arquitetura e Urbanismo se encontram, corpos disciplinares que se debruçam sob o mesmo objeto – o espaço. Traz à luz um acervo de plantas técnicas arquitetônicas rurais, associadas às vivências dos seus habitantes, entendendo a casa para além das paredes. Embora a primeira vista não se perceba no arraial minerador de Goiás a distinção da casa sertaneja goiana das atividades aliadas à evolução das mesmas, que atendem reposições de ordem cultural, valem a pena ser iluminadas estas casas por estar negligenciadas pelos poucos estudos que têm, dedicado seu tempo às questões do espaço construído, ademais do espaço vivido do sertanejo goiano. Diferente dos

⁷ Referente ao dono de algo, o sertanejo coloca esse termo de forma tranquila, não existe sentido pejorativo nesta relação de pertencimento, por exemplo usando de esperteza para ser o dono.

austeros casarões de fazenda, a simplicidade da casa sertaneja e seus habitantes com suas práticas cotidianas e artefatos reais que o legitimam e honram sua ancestralidade, materializadas em 4 casas de diferentes períodos do séc XX, materiais e sistemas construtivos. A relação espacial e suas dinâmicas domésticas dos espaços construídos privados, na busca incessante do não-apagamento desta arquitetura “não-admitida”, da casa “que desmancha”, que representa seu habitante que a mensura pelo “tanto”, que não lhe pertence como imóvel mas sim como lar, pela ausência de documentação mas como referência de afeto e honra em sua descendência, se apropria levantando, barreando e desmanchando para ampliar, reformar, adequar. Do ouro à fumaça do fogão à lenha, das músicas autorais, aos eventos festivos, dos sabores e da fé, são os elementos compositivos de memória do habitar deste capítulo.

No capítulo 3 – a paisagem cultural do casarão de fronteira: onde o rei estava distante e deus estava muito alto, o capítulo discorre sobre a percepção da vida no sertão. O que acontecia ali ficava ali mesmo, tal era a distância do sertão a qualquer recurso, e a ocupação do território alterando suas paisagens indígenas. Os Casarões de Origem e de Fronteira com suas ações pré-determinadas demarcatórias, analisados pelos conceitos geográficos espaciais humanísticos de complexo geográfico (MONBEIG, 1950) e de paisagem cultural (COSGROVE, 1998) e paisagem simbólica (ALMEIDA, 2011) e paisagens visíveis e invisíveis (ALMEIDA, 2013). O processo de investigação empírica que nasce da oralidade dos habitantes do Arraial, durante meu estudo de campo.

Procuro interpretar comparativamente a veracidade destas oralidades ao Casarão de Fronteira, a partir da análise do discurso e juntamente com a pesquisa bibliográfica, visita ao museu Casa de Anhanguera em Santana do Parnayba em São Paulo e a experimentação arquitetônica e urbanística, desafiando as conjecturas pelo partido arquitetônico da casa já que foi transformada e em seguida demolida, desde suas atividades não-residenciais até sua não-existência, a casa espírito do povoado quando todo mundo se foi. Para conhecermos seu essencial, o que nos interessa saber “como” esse programa de necessidades é ou foi satisfeito, a partir das condições ou das disponibilidades locais para sua época, desta parte específica da colônia portuguesa como experimentação arquitetônica de uma proto-identidade nacional. Composição de uma nova paisagem cultural, o Casarão de Fronteira gerado de um complexo geográfico no qual o lugar é altamente complexo revelando seus múltiplos significados, onde muitas culturas se encontram, e talvez o conflito seja a motivação desse processo

demarcatório e expansionista: a fronteira, materializado pelo Casarão de Fronteira. Nele, faz-se ainda o debate de paisagem, cultura e simbolismo da casa precedente sertaneja como casa de tradição e paisagem do sertão goiano, derivação da casa urbanista bandeirista paulista.

No capítulo 4 começamos por analisar, nesse capítulo, o espaço doméstico – cenário das práticas cotidianas – como sendo, de praxe, um espaço feminino sertanejo. a partir dos quintais, procuramos entender como se estabelecem as conexões de tais espaços com as profundas transformações desencadeadas no decorrer de quase três séculos do Arraial da Barra e como se dá a reconstrução desses espaços ao longo do tempo.

Entre outras questões, tratamos dos papéis femininos e seu desempenho como reduto de ações comunitárias. E do papel atual dos quintais na economia doméstica, sua relação com as trocas de saberes, sua importância como guardião de artefatos e utensílios e seu protagonismo com respeito a aspectos de gênero de vida – cocriando a cultura sertaneja, revelando identidades e práticas comunitárias, socioculturais, bem como de compadrescos e parentescos. Por fim, buscamos dar visibilidade às práticas coletivas dos quintais e como tais práticas motivam e afetam outras comunidades, ao longo da história do Arraial da Barra. Para tanto, empenhamos em destacar aspectos relacionados à transmissão de saberes tradicionais e às vivências coletivas da mulher sertaneja – enraizada no seu meio – com destaque à prática do “cuidar”.

Por fim, em outros termos, e conforme o que foi até agora apresentado, essa tese “põe pra quarar” um período histórico-geográfico-arquitetônico esquecido nas locas do tempo, sobre a formação inicial de Goiás e seus arraiais mineradores. E é hora de parar a canoa aqui, onde o Rio Vermelho encontra o Rio Bugre, e jogar uma âncora, aqui no meio do rio, convidá-lo ao mergulho de escafandro para uma descoberta.

É hora de mergulhar no distrito de Buenolândia e emergir no século XVIII no Arraial da Barra. Nadar até sua margem com o rio Bugre e caminhar às suas veredas para conhecer as paredes da casa sertaneja: “o pinho que não faia os dedo nos traço, as paredes de taipa misturada com bagaço, a promessa de cura da benzeção, as novenas, fruta madura... assim os invejoso não vão dizê que fiz fracasso!”⁸.

A força impulsionadora dessa tese se origina duma evocação ancestral da coautoria do homem – e de seu lugar (MARANDOLA JR, 2013) – com a casa – e da combinação de sensações visuais e tácteis, e de imagens mentais e simbólicas, trazidas por essa evocação. “Entra pra dentro!”.

8 Letra da música Promessa de Violeiro de Raul Torres e Florêncio.



Imagem 1 - Arraial da Barra retratado em “O tropeiro, a Igreja e os Sinos” (1982) – de Octo Marques (1915-1988) – pintor da Cidade de Goiás – Obra reproduzida em Faria (2018).

1 - A CHEGADA PARA O AJUNTÓRIO: UM TRIÊRO HUMANISTA E A TOPOFILIA EM BUENOLÂNDIA

“Boa tarde meu patrão, minha patroa como passô? Recebê seus camarada, que o serviço acabô! Meu patrão é bunitinho, minha patroa é mais formosa, quando é de madrugada parece um botão de rosa! Lá se vai o sol entrando por cima da morraria. Acabou-se o mutirão com prazer e alegria. Com prazer e alegria ôtro ano é de torná, para fortuna socorrê ôtro ano é de torná.”

(Música de chegada da Treição, Mutirão ou Ajuntório no Arraial da Barra – Apêndice 1)

No século XX, assistimos a um rápido crescimento industrial de modo que das novidades tecnológicas, passamos à era da globalização⁹ vigorante, com a lógica do lucro imediato, pois se retira mais da natureza do que ela pode repor. Consideramos que ela existe para nos servir, que justamente por isso, ela necessita ser controlada e transformada. Diante disso, somos induzidos a absorver uma filosofia que cria cada vez mais necessidades e impõe hábitos de consumo a toda a população mundial, fazendo com que nós, seres humanos, busquemos, não necessariamente, aquilo que realmente precisamos.

Com isso, se percebe que a organização do espaço no mundo contemporâneo passa por sucessivas mudanças, tanto no aspecto demográfico quanto, no aspecto socioespacial. A cidade se torna o lugar de ocorrência de uma série de processos sociais, entre os quais, a reprodução do capital, o processo de urbanização se intensifica a cada dia, na busca por atender as necessidades de uma população globalizada, algo diferente da lógica da ruralidade, presente na vila do distrito urbano da Barra, acostumada à “treição” (ou “ajuntório”), conforme descrição que se segue:

A **treição** se dá como, alguém que tem uma roça ou um pasto precisando de socorro, capinã, roçã, qualquer coisa, fazê cerca, isto, aí juntava-se os amigos daquela casa, escondido dele, escondido, por isso que é **treição**. Aí então o que que faziam? Juntava os amigos e quando era lá pela meia noite, ou uma hora da manhã, combinava aqueles cumpanheiro todinho combinado e iam na casa da vítima, aí com viola, violão, pandero, e aí muitos fogos dando foguete. E a moral da história? Alguns levavam até as coisas de comer, bolo, biscoito essas coisas. Chegava lá cantava na porta, já tem os versos adequado praquele momento, já chegava lá, já cantava e aí ele ia, era pego de surpresa. Alguns amanhecia lá. Algumas das cumadre, porque as cumadre naquela época era muito presente, ia pra lá, ajudava a dona da casa, no outro dia já tava muita gente lá. Aí aquelas pessoas que já sabiam já ia pra lá cedinho, já ia pra onde tinha que sê feito o serviço e já ia trabalhando. Quando fosse dez hora, já chegava o almoço, e por aí. E as veize, se eu subesse que nós vai dá

⁹ Para fins deste estudo, adota-se o conceito de Globalização dos autores Doreen Massey (1991), David Harvey (1996), Milton Santos (2005).

treição no cê, nós sobesse que cê tinha esse tanto de lavoura o pasto que seja lá o que for, aí nós sabia que cê tava mais fraco de situação, nós levava feijão cozido, levava carne, levava frango, levava de tudo pra fazê o almoço. É a benção! Mas agora acabô essa coisa tudo, né? O que é bom acabô, né? (...). Parô depois dessa modernidade que tá por aí, né? Depois de tanto egoísmo que tá por aí, da necessidade, tem muita gente que não gosta de fazê despesa, e aí essas coisas boas vão acabando e acaba no que tá aí, ó! Isso acontecia na área rural em torno da Barra, que acontecia isso (Trecho de conversa com o senhor Caetano, 81 anos, Apêndice 1).

Com isso, como diz senhor Caetano, a “bença acabô”, pois a modernidade referida por ele pode ser lida como a percepção dos efeitos do processo da globalização. A globalização não é homogeneizadora e existem espaços geográficos organizados e não organizados, de diferentes formas, nas várias regiões. Conceitos centrais da Geografia, os espaços urbanos e rurais se apresentam com características diversas, mas marcados por relações e funções cada vez mais interligadas, o que evidencia a complexidade na definição de uma abordagem única para sua delimitação.

As transformações ocorridas no campo e nas cidades nos últimos 50 anos vêm a demandar, nos dias de hoje, abordagens multidimensionais na classificação territorial. O urbano e o rural, por exemplo: a identificação de padrões dessas manifestações constitui um desafio, principalmente ao se considerar a abordagem dos distritos.

Os distritos, segundo o Manual da Base Territorial (2014, p.35), consistem em “unidades administrativas internas aos municípios que, por sua vez, conforme a Constituição Federal vigente, podem criá-los, organizá-los e suprimi-los, observada a legislação estadual. Os distritos [...] possuem, geralmente, sedes distritais, denominadas vilas [...]” (IBGE, 2014, p. 19). Esse conceito administrativo reconhece na sequência que as vilas são áreas urbanas, denominadas distritos secundários, embora contraste com a definição abaixo transcrita:

(...) as vilas, apesar de carregarem a nomenclatura oficial que as classifica como urbanas, carregam um conteúdo eminentemente rural. A preponderância do modo de vida em uma vila, contudo, tem relação tradicional, bastante evidente, com o contexto regional (DANTAS; SOUZA, 2014, p. 540).

Além de atentarmos aos conceitos de rural e urbano – e a como se caracterizaria, na prática, o espaço geográfico do distrito – o presente estudo se atém ao conceito geográfico de lugar¹⁰ – o lugar onde os sujeitos constroem suas identidades,

¹⁰ “Lugar” passou a ser efetivamente tratado como categoria de análise essencial sob a perspectiva da Geografia Humanista, a qual desenvolve uma visão profunda e complexa das relações que o sujeito estabelece com o seu lugar por meio das vivências do cotidiano. Para a análise do “lugar”, realizada nesse estudo, consideramos: Relph (1979), Yi Fu Tuan (2012), Santos (2005), Marandola Jr (2007),

enquanto espaço vivido, espaço simbólico ou espaço cotidiano – analisado sob a perspectiva da toponímia: conceito segundo o qual ressalta-se a necessidade de se separar e ordenar, de alguma maneira, a ampla variedade de atitudes e valores concernentes ao meio ambiente físico do homem (TUAN, 2012).

Assim, ao abordar as questões relacionadas ao distrito de Buenolândia – no que tange à sua conceituação administrativa, sua toponímia e cartografia, além de algumas características particulares desse distrito que nos motivaram fazer dessa localidade área de estudo para a presente tese, este capítulo se propõe a analisar a formação do território do Arraial da Barra.

Desse modo, se compreende como base de referência histórica e produção socioespacial e simbólica dos seus habitantes e se expõe o cenário inicial social, e de natureza sertaneja, incluídas as circunstâncias que serviram de palco para os comportamentos e as comunicações que vão interferir na definição das identidades territoriais destes habitantes. Em outras palavras, aqui tentamos visualizar o triêro – caminho – dos habitantes, suas pegadas, suas sombras, por onde passam suas marcas, sem, ainda, tomar contato direto com eles.

1.1. O ARRAIAL DA BARRA, A FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DA BARRA E O DISTRITO DE BUENOLÂNDIA

A vila do distrito

Para os órgãos institucionais do Brasil, os distritos “são unidades administrativas internas aos municípios que, por sua vez, conforme a Constituição Federal de 1988, podem criá-los, organizá-los e suprimi-los, observada a legislação estadual [...]” (IBGE, 2014, p.19). De acordo com o Decreto Lei 311/1938 que dispõe sobre a divisão territorial do país, “o distrito se designará pelo nome da sua respectiva sede, a qual enquanto não for erigida em cidade, terá a categoria de vila” (IBGE, 2014, p. 14).

Para o IBGE (2014), segundo sua definição sobre a classificação de tipos de localidades, vila é a localidade com o mesmo nome do distrito a que pertence (é a sede

Creswell (2008), Haesbaert (2011), Dardel (2011), Almeida, Vargas; Mendes (2011), Karjalainen (2012), Figueroa (2013), Serpa (2013), Seamon (2014), Chaveiro (2014) e Oliveira (2014).

distrital) onde está sediada a autoridade distrital, excluídos os distritos das sedes municipais. É delimitada pelo perímetro urbano do distrito e definida por lei municipal

A população de Buenolândia, quanto aos tipos de domicílios (rural/urbano), está caracterizada no Quadro 1:

Quadro 1: População por tipo de domicílios (urbano/rural) no distrito de Buenolândia – (GO)

POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL
952	85	867

Fonte: IBGE, Censo 2010.

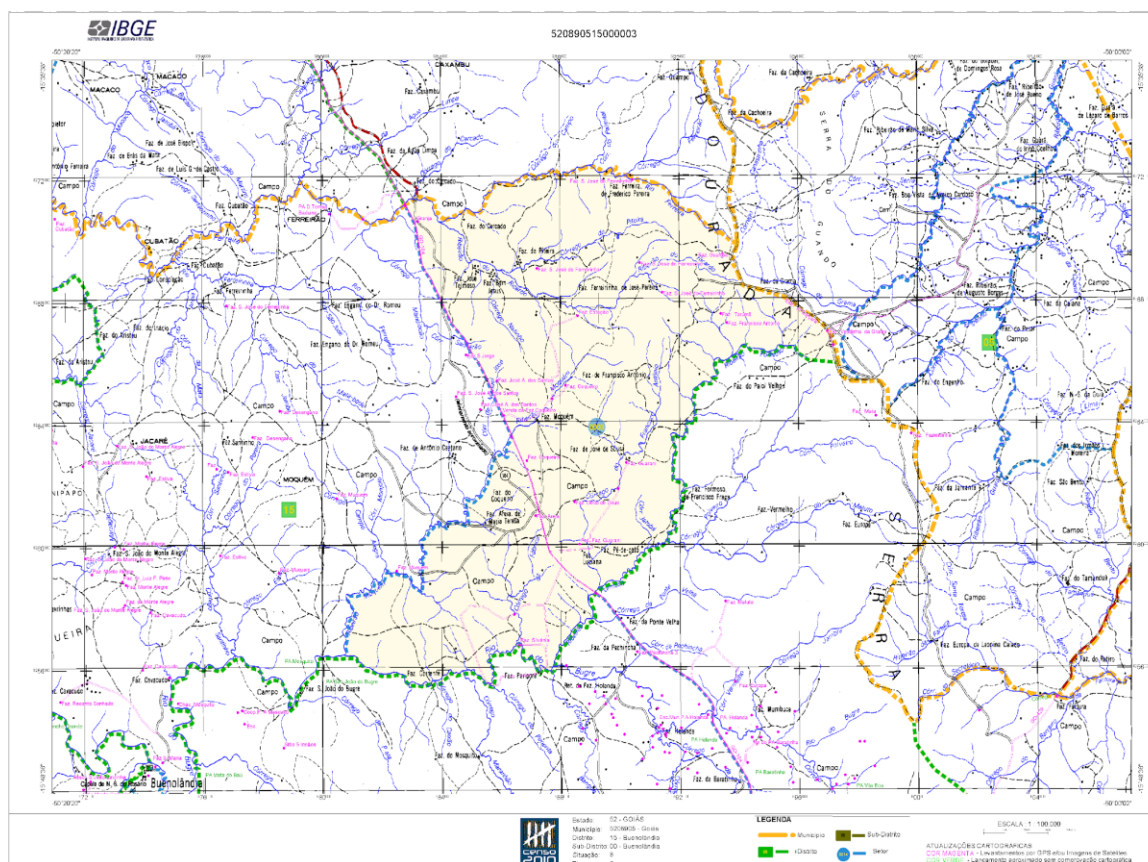
Cartografia do Distrito

Com este entendimento nos debruçaremos sobre o distrito de Buenolândia (vila de mesmo nome: Buenolândia), criado a partir da Lei Geográfica em 1938, o Decreto do estado de Goiás 2832/1940 (Anexo 01), no município de Goiás (GO). Os mapas do cadastro censitário deste registro do distrito, no IBGE, estão segmentados em três setores 01, 02 e 03 (Figuras 1a, 1b e 1c). Foi necessário elaborar um mapa único, apresentado na figura 1d, junto ao laboratório Gwatá, campus Cora Coralina, curso de Geografia – ao realizar esta pesquisa, utilizando como base dois desses referidos (três) mapas censitários do IBGE. Isso nos permite conhecer o território integralmente, com seus limites e a localização da vila do distrito.

Figura 1a: Setor censitário 01

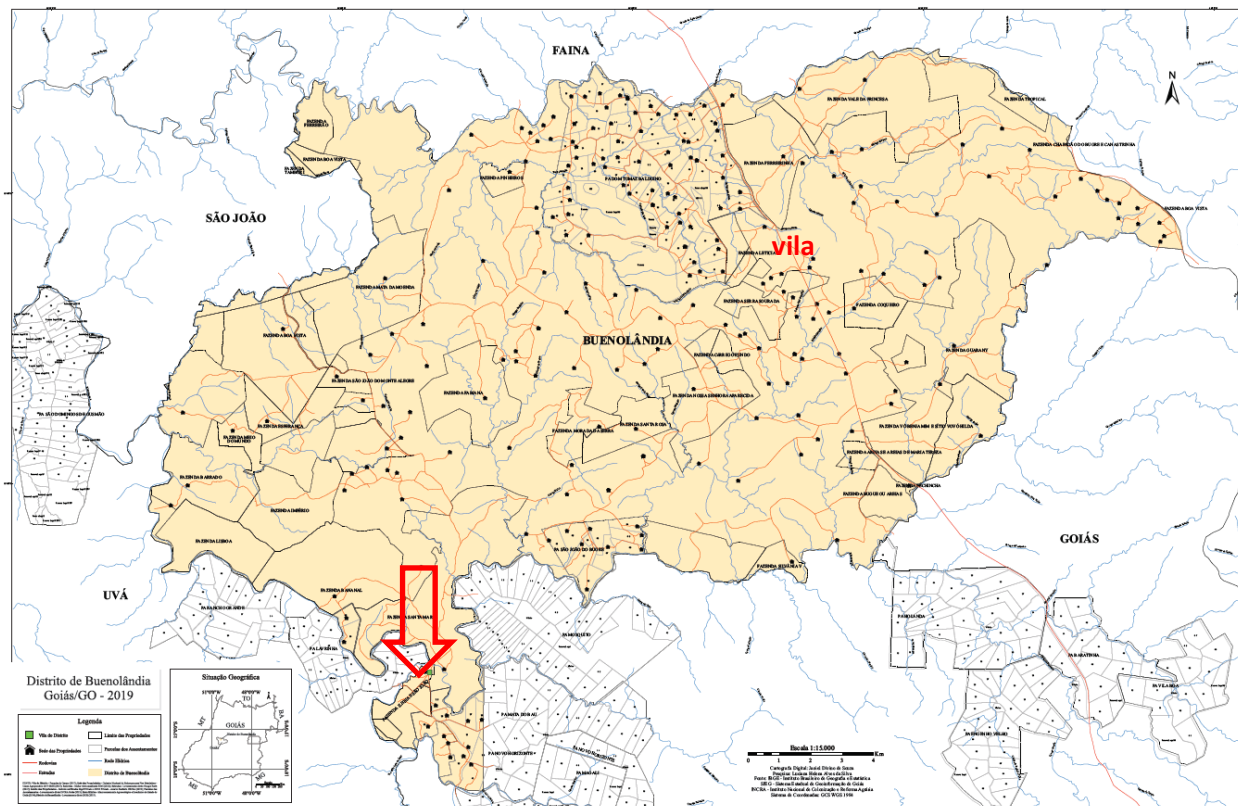
Fonte: IBGE, Sede Goiás (2010).

Figura 1c: Mapa Censitário do distrito de Buenolândia/GO. Escala 1:100.000 (Setor 0003)



Fonte: IBGE, Sede Goiás (2010).

Figura 1d: Mapa do distrito com a localização da vila de Buenolândia – Cidade de Goiás (GO).



Fonte: Mapa desenvolvido para esta pesquisa por meio de dados encontrados junção dos setores censitários 02 e 03 (IBGE, 2010), dados do cadastro nacional para fins estatísticos – censo agropecuário 2017 e IBGE (2017): sede das propriedades; SIEG (2012): malha viária atualizada; estradas; levantamento direto Google Earth (2019); INCRA (2019): limite de propriedades, imóveis certificados SIGEF privado e SNCI privado, acervo fundiário PAS - Parcelas dos Assentamentos; Macrozoneamento Agroecológico e Econômico do Estado de Goiás (2014): rede Hídrica; IBGE (2019): cartografia do Distrito de Buenolândia. Organização SOUZA, J.D. (2019) UEG e SILVA, L.H.A. (2019) UFG.

Durante algum tempo da elaboração da tese, trabalhamos apenas com uma parte do mapa por ignorarmos que ele tinha uma continuidade. As informações cartográficas do IBGE sobre o distrito são fragmentadas e inseridas num banco de dados de difícil acesso. Foi necessário o auxílio do coordenador desse instituto público, na cidade de Goiás, para que pudéssemos acessar o mapa na íntegra, inclusive, essa etapa tomou muito de nosso tempo, apesar de termos acesso aos meios digitais e ao IBGE. Imaginemos a dificuldade desse acesso aos habitantes de Buenolândia, a representação cartográfica de seu território¹¹, até a elaboração desse mapa como um dos resultados da presente tese – era desconhecida por nós: em sua composição e para eles moradores, em sua totalidade.

Assim, o novo mapa, englobando os dois setores censitários, recebe camadas de informações sobrepostas. Com as informações do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e do CAR – Cadastro Rural da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Goiás, pudemos inserir os assentamentos internos¹² ao distrito.

Também incluímos indicações de propriedades cadastradas e suas casas, estradas, rede hídrica, malha viária, trazendo uma base de dados essenciais para dialogar com a comunidade do distrito de Buenolândia e informar sobre e outros municípios limítrofes ao mesmo, o que foi possível a partir de uma parceria com a UEG Cora Coralina, e do Programa de Pós-Graduação em Geografia do IESA/UFG.

¹¹ Espaço, paisagem, território e lugar são categorias usuais em Geografia. Geralmente tomamos uma ou outra destas concepções para referenciar o estudo. Uma análise territorial não é exatamente aquela que recorre ao conceito de paisagem para construir sua abordagem. Muitas vezes, referências a lugar pretendem demonstrar relações próximas e é isso que demarca diferença em relação ao estudo que toma o território como base analítica, já que ambos permitem tratar sobre vínculos de identidade. Na Geografia Cultural, paisagem, território e lugar têm permitido realizar importantes análises e a escolha teórica, a falar de um determinado e específico contexto (SERPA, 2008, p.295).

¹² O assentamento Mosquito, apesar de aparecer no setor censitário, não pertence ao território do distrito de Buenolândia. De forma correta, pertencem ao distrito em sua zona rural: PA Dom Tomás Balduino, PA São João do Bugre e parte das parcelas dos assentamentos PA Mata do Baú e PA Novo Horizonte.

O perímetro deste mapa, com dados fornecidos pelo IBGE (2010), está repartido em três áreas censitárias referentes aos mapas correspondentes, e nos fornece as informações organizadas no Quadro 2:

Quadro 2: Descrição dos setores censitários do distrito de Buenolândia –
Cidade de Goiás (GO)

Setor	Ponto Inicial/ Ponto Final	Descrição Do Perímetro	Aglomerados Rurais, Subnormais, Assentamentos Rurais Somente Identificados
0001	"rio Vermelho" com o "rio do Bugre"	Do ponto inicial pelo "rio do Bugre" até "cerca de arame da fazenda Joao Raposo" ate "rio Vermelho" até o ponto inicial. 1.	Nada a registrar
0002	"córrego Sanca" no "rio Ferreiro"	Do Ponto Inicial sobe o "rio Ferreiro" até "rodovia GO-164" até "ribeirão Muquem" até "rio do Bugre" até 2. "córrego do Mosquito", daí rumo certo à barra do "córrego do Doutor" no "rio Vermelho" desce pelo "rio Vermelho" até "córrego da Boa Vista" até sua cabeceira, daí rumo certo à cabeceira do "córrego Sanca" 3. até o ponto inicial	PA Mosquito PA São João Do Bugre
0003	"rodovia GO 164" sobre o "rio Ferreiro"	4. Do ponto inicial sobe pelo "rio Ferreiro" na "serra Dourada", por esta até cabeceira do "ribeirão Formoso" desce até o "rio do Bugre" até o "ribeirão Muquem" até "rodovia GO-164" até o ponto inicial.	Nada a registrar

Fonte: IBGE (2010).

Como complemento ao conteúdo do referido Quadro 2 – alguns dados não registrados pelo IBGE (2010), em seus setores censitários 02 e 03, além da vila do distrito e da população censitária das áreas urbana e rural – sobrepomos no mapa, elaborado no decurso deste estudo, informações referentes aos parcelamentos do INCRA (2015). Dos vinte e quatro assentamentos no município de Goiás (Mapa – Anexo 2), eles estão inseridos na área rural do distrito de Buenolândia, desde 1988 (Ver Quadro 3).

Quadro 3: Assentamentos na área rural do distrito de Buenolândia – Cidade de Goiás (GO)

Nº	Projeto de Assentamento	Nº de Famílias no distrito	Criação
01	PA São João do Bugre	09	1988
02	PA Mata do Baú	04* (41)**	1996
03	PA Novo Horizonte	05* (21)**	1996
04	PA Dom Tomás Balduino	66	2004
TOTAL	04	84* (137)**	

*Total de famílias do assentamento no território de Buenolândia. ** Total de famílias do assentamento em área limítrofe ao território de Buenolândia, onde mantêm vínculos e relações socioterritoriais.

Fonte: INCRA (2015).

Sobre a cartografia do distrito, podemos afirmar que este estudo pode contribuir com os debates e pesquisas de outros pesquisadores, gestores e da comunidade da Barra nos dias atuais, pela Associação de Moradores, alunos da Escola Terezinha de Jesus na vila do distrito, assentados e comunidades rurais que compõem o distrito como um todo. Conhecer sua **cartografia** é muito importante, pois proporciona a aquisição de conhecimentos e compreensão do espaço geográfico, levando o sertanejo a possibilidade de conhecer, analisá-lo de forma crítica e atuar na realidade à qual pertence, contribuindo para a construção da cidadania.

Toponímia e o Processo de Formação Territorial Histórico-Geográfico

Esta relação entre o distrito e o território deve ser destacada, pois revela a multiplicidade das identidades, fortemente associadas ao processo histórico de enraizamento no/pelo lugar, e associadas às relações de pertencimento e às transformações sociais, ambientais e culturais às quais o distrito e suas gentes são submetidos, desde o século XVIII.

Desse modo, se atenta à noção de tempo agregada à toponímia, já que temos associados ao seu contexto histórico – em quatro períodos (Quadro 4) – três nomes

diferentes. Assim, quando se pesquisa um território, sua toponímia nos conduz aos seus aspectos históricos, políticos e geográficos atrelados ao seu processo de formação.

Quadro 4: Períodos históricos marcantes do atual distrito de Buenolândia – Cidade de Goiás (GO) – com suas respectivas denominações empregadas à época

Ocupação Demarcatória e Mineradora do Arraial da Barra	Arraial da Barra	Elevada de Vigaría à Paróquia Collada (Igreja ultramarina) Freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Barra	Autonomia Registro Civil/ Cartório Freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Barra	Denominado Distrito de Buenolândia
Ciclo do Ouro Brasil Colônia Dom João V/Capitão Mor Bartolomeu Bueno da Silva	Cria-se a Capitania de Goiás	Segundo Reinado Brasil Império Dom Pedro II/	Proclamação da República Presidente Deodoro da Fonseca	República Estado Novo Presidente Getúlio Vargas
1726	1744	1850	1889	1938

Fonte: Os dados do Quadro foram retirados dos dados secundários coletados em bibliografia e documentos oficiais: 1726 e 1744-TEIXEIRA (2011), 1850-Lei Provincial nº 5, de 04-06-1850, Assembleia Legislativa de Goyaz e p_5 Livro 1 Tombo da Diocese de Goiás, 1889 - Livro Cartorial da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Barra (Anexo 03) e 1938 Decreto-Lei Estadual nº 1233 (Anexo 04), de 31-10-1938. Organização SILVA, L. H. A (2021).

De acordo com Claval (2001, p. 202), “a toponímia é um dos traços mais acentuados da herança cultural: [...] é, frequentemente, marcada por um grande conservadorismo: guardam-se através dos nomes antigos”. Alterar a denominação de um território, de um lugar, implica, muitas vezes, demover a história ali vivida (ALMEIDA; VARGAS; MENDES, 2011).

Diante disso, alterar a denominação da localidade, sua toponímia, inclusive em seu mapeamento, desarticula um porto seguro que até então estruturava sua memória. Acresce que a toponímia revela a paisagem e afirma que ela é uma marca que pode perdurar ao longo do tempo, nos indicar receptáculos de memórias, pois “podem nos fornecer pistas sobre as matrizes originais [...]. Elas são a memória do que foi esquecido, e podem ser decodificadas” (HOLZER, 2000, p. 121).

O entendimento da Geografia Cultural perpassa a necessidade de se conceber o território também pelo viés de sua dimensão cultural. Quando o que prevalece é a utilização de critérios administrativos, deixando de lado a identidade e o perfil cultural do lugar, a toponímia não representa à vontade, nem a identidade cultural de sua comunidade. O nome Barra é do traquejo local, das conversas referências e no repertório de memória das gentes dali, por isso Buenolândia, é o nome administrativo, que não foi motivado pela afetividade, mas pelo poder público, sem consulta popular, atropelando a toponímia recorrente e utilizada por todos que viviam ali.

Arraial da Barra

A procedência do nome “Barra” descende de Arraial da Barra, desde 1726, posto isto Teixeira Neto (2011), nos orienta sobre o termo “Arraial”, inicialmente uma palavra usada para designar as Bandeiras que entravam pelo sertão. Assim, o sítio onde acampavam os que compunham a expedição poderia se transformar em povoados, conservando o honroso título de “arraial”, gozando dos direitos comuns e entrando no regime civil do reino, se distinguindo das “aldeias” dos índios, sujeitas a leis especiais e humilhantes:

[...] assinalando a extraordinária façanha expansionista dos bandeirantes, anota que eles fizeram divulgar a palavra arraial, e que na realidade os primeiros mineradores não faziam mais do que acampar; a grande quantidade de ouro por eles encontrada em certos lugares é que os levou a neles se fixarem, concorrendo, assim, para que a significação de ‘arraial’ perdesse a primitiva significação (TEIXEIRA NETO, 2011, p. 172).

Para Milfont (2010), o significado de Arraial era de um aldeado, como acrescenta Fonseca (1996, p. 17):

[...] mineradores, fazendeiros, agricultores ou comerciantes e criaram muitos arraiais (aldeados). Afirma que a aldeia era uma povoação pequena que depende da vila, ou cidade, pois não tinha jurisdição própria.

Segundo Bertran (1996), o Arraial da Barra nasce do descobrimento do ouro pelo capitão Bartolomeu Bueno da Silva, que partiu do Arraial de Santa Anna,

localizado no sertão da Capitania de São Paulo, explorando o Rio Vermelho. Assim descreve o autor:

[...] desceu pelo Rio Vermelho até a paragem onde nele faz barra o Rio dos Bugres, distante desta Vila 4 léguas e ali se estabeleceu com lavras e roças (...). Com o concurso (de gente) formaram o segundo Arraial da Capitania, a que puseram o nome de Barra com uma Capela da invocação de N. Sra. do Rozário, e chegou a igualar no comércio e moradores ao de Sta. Anna, hoje Vila Boa¹³ (BERTRAN, 1996, p. 125).

Na literatura ficcional, Arraial da Barra aparece comumente retratado em associação com seu passado colonial. Nesse sentido, a obra “Naqueles Morros depois da Chuva” (2011) de Edival Lourenço, nos convida a conhecê-lo por meio da elaboração de paisagens mentais, onde a Barra desvela aspecto vulnerável e rude.

Freguesia e Urbanidade

Depois de habitado por mais de 124 anos, pela Lei Provincial nº 5, de 04-06-1850, o Arraial da Barra passa a se denominar Freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Barra. Pesquisas no acervo Dom Tomás Balduino, da Diocese de Goiás¹⁴, dão a conhecer a ata de criação do Livro Tombo 1, descrita pelo Pároco responsável (Anexo 5). No acervo do Arquivo Frei Simão¹⁵ – Livro da Lei Goyana – encontram-se as leis e resoluções da Assembleia Legislativa da Província de Goyaz. Nas sessões ordinárias de 1850, tomo 16, se encontra publicada a Resolução nº 5 (Anexo 6).

No acervo da Procuradoria Geral do Estado de Goiás, Livro 3 (Anexo 7), consta o Índice dos Imóveis (Anexo 08) no Registro das Paroquiais de 20 de junho de 1857 a 02 de abril de 1860. Nele se escrevem os 45 imóveis, ou Paróquias, que pertenciam à

¹³ Atual município de Goiás (GO).

¹⁴ Arquivo Diocesano Dom Tomás Balduino – inaugurado em 2016 na Diocese de Goiás - cidade de Goiás (GO). Entre os arquivos da Diocese constam documentos de valor histórico como batismos, casamentos e óbitos dos séculos XVIII, XIX e XX, disponíveis para consulta pública. A documentação relativa ao bispado de Dom Tomás Balduino, incluindo arquivos do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e da Comissão Pastoral da Terra, fazem parte do acervo. O imóvel da Diocese está inserido no Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Goiás, tombado pelo Iphan em 1978.

¹⁵ O arquivo Frei Simão Dorvi – pertencente à Fundação Educacional da Cidade de Goiás – é uma instituição privada, localizada em Goiânia (GO). Possui acervo com documentos de naturezas diversas de história de Goiás dos séculos XVII, XIX e XX – data-limite 1735-1999.

época à Freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Barra (Quadro 5). O documento, referente aos paroquiais da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Barra (Anexo 09), é do século XIX e possui declarações de posse sobre as terras da Freguesia, acima mencionadas.

Quadro 5: Paroquiais do Padroado Régio da Freguesia Colada de Nossa Senhora do Rosário da Barra – atual distrito de Buenolândia, Cidade de Goiás (GO) – em índice toponímico

Item	Nome do lugar	Declarante	Nº do registro
01	Areias	Joaquim Pereira de Oliveira.	09
02	Areia	Maria Thereza	13
03	Bananal	Alberto de Araujo Roize.	30
04	Barreada	Joaquim Jozé do Patrocinio	07
05	Boa vista	Antonio Bernarndo do Prado Lemes	42
06	Boavista	Salvador Honorato Bueno da Fonseca	20
07	Bugres	Francisco Manoel Vieira	21
08	Bugres	Joaquim Francisco da Purificação	34
09	Cabiceira dos Bugres	Reginaldo Alves de Castro (continua...)	24
10	Cachoeira	Joaquim Luis Pereira	43
11	Cayapo	Antonio Alves de Carvalho	28
12	Chapada	Joaquim Justiniano de Vellasco	25
13	Christal	Ignacio Joaquim Soares	18
14	Corrigo do Jequitibá	Manoel Pedro Pacheco	37
15	Corrigo do Jequitibá	Romualdo da Silva	38
16	Engenho de S. Anna	Joaquim Jozé de Brito	03
17	Estiva	Lino Ferreira Pinto	08
18	Forte	Joaquim Luis do Coutto Brandão	45
19	Gameleira	Ildefonso Rodrigues Jardim	19
20	Índio pequeno	Manoel Joaquim Noronha	35
21	João de Brito	Salvador Bicudo	44
22	Jose Alves dos Santos	Jose Rodrigues Jardim	41
23	Lapa	Francisco Gonsalves dos Santos	14
24	Maria Thereza	Faustino Ribeiro	39

25	Moquem	Luiz Francisco Gonzaga	12
26	Musquito	Domingos Ribeiro da Fonceca	33
27	NÃO DECLARADO	Francisco de Paula Cardozo	23
28	NÃO DECLARADO	Ignacio Alves Pinto	31
29	NÃO DECLARADO	Anna Botelha da Costa	32
30	Piedade	Felix Camello Pinto	17
31	S. Joze Ferreirinho	Jozé Rodrigues Jardim	01
32	Santa Anna	Jozé Theixeira Xaves	11
33	Santa Anna	Joze Rodrigues Jardim	26
34	São João	Salvador Bicudo	06
35	São João do Monte allegre	Sezario Alves de Carvalho	05
36	São Roque	Joaquim Pereira de Oliveira	15
37	São Roque	Maria Thereza	16
38	São Sebastião	Emigdio Gomes de Almeida.	04
39	Sítio da Estrella	Manoela Coelho dos Guimaraens	36
40	Sítio S. João	Manoel Pinheiro de Lemos	02
41	Tapera de Domingos Joze	Manoel Antunes do Pilar	22
42	Tapera de Emygdio Gomes	Reginaldo Alves de Castro	27
43	Tapera do fallecido Sebastião Jardim	Felix Coelho Furtado	40
44	Uvá	Margarida Antunes	10
45	Varje grande	Francisco Joze de Brito	29

Fonte: Livro 3, Procuradoria Geral do Estado de Goiás (1857-1860).

A função desse documento à época era comprovar à Coroa as paróquias da Freguesia colada, ou seja, se a Igreja dessa Freguesia respeitava os critérios de D. João V, para que recebesse o compromisso do poder real com a finalidade de demarcar seu domínio público. Dava-se assim o território dos fregueses no Brasil do sertão das minas dos Goyazes (Anexo 10), imposto por Portugal e a Igreja católica ligada ao Conselho Ultramarino. Esta Freguesia colada caracterizava uma zona ou região que estava sob uma jurisdição, pertencia ao Estado português.

A territorialidade dos fregueses, sua conduta está relacionada com sua cultura que determina este espaço geográfico. A Freguesia desenhava uma cartografia a partir de doações, casamentos, batizados, obituários, definindo o modo de vida para estes fregueses, os quais já estabeleciam uma identificação com o território permitindo construir uma nova localidade por meio do número de Freguesias no século XVIII. Tais

localidades ainda se encontram com o mesmo nome, como Arraial de Três Barras, Arraial de Jaraguá e Arraial de Pilar. Referem-se a suas ancestralidades e hereditariedades como base para inventários em busca documental pelos cartórios e agentes de justiça do estado de Goiás.

Localidades do século XIX – como Cristal, Gameleira, Mosquito, São João do Monte Alegre e Estiva, entre outras citadas na Freguesia de 1857 – ainda possuem a mesma toponímia. Nem todos os registros estão assinados pelo Vigário encarregado, porém, o termo de abertura é assinado pelo Padre Brás da Costa e Oliveira (junho de 1857). E o termo de encerramento, assinado três anos depois pelo Padre Luiz Antônio da Fonseca (dezembro de 1860). Nesta edição, incluem-se três índices: um cronológico¹⁶, um toponímico¹⁷ e um onomástico¹⁸ (Anexo 07). Além disso, se disponibiliza um glossário, com palavras e expressões a serem pesquisadas e verificadas:

[...] É destinado este Livro, que vai todo numerado e rubricado por mim com a rubrica de que uso = Oliv^r. = para o registro das terras na Freguesia de Nossa Senhora do Rozario da Barra segundo as declaraçoens dos seos proprietarios; alem deste termo de abertura levará o de encerramento em que irá mencionado o número de folhas que contem Barra. 20 de junho 1857. O Vigar^o. Encomendado Bras da Costa e Oliveira. [...] (OLIVEIRA, 1857, p 1).

A abertura do Livro de Registro de Casamentos da Freguesia da Barra (Anexo 03), constando sua regularidade civil para os registros dos casamentos do Cartório da Barra, contribui para a definição física da Freguesia, por apontar uma forma de cartografar, normatizar e exercer uma vigilância sobre o cotidiano dos fregueses. A Paróquia ou Freguesia guarda a exigência legal mínima da vida cotidiana do Brasil colonial por meio dos Livros de óbito, de casamento e de batismo, buscando também uma normatização deste território (MILFONT, 2010, p. 10).

Muitos são os relatos sobre esses casamentos no Cartório da Barra, como o do Sr. Pedro Vicente (85 anos):

¹⁶ Diz-se que algo é cronológico quando está organizado, listado ou descrito na ordem em que realmente aconteceu, adotando-se o tempo como referência. O conceito implica a ideia de consecutividade e progressão. No acervo vieram duas categorias: “declarante” e “signatário a rogo”, pelas dificuldades de quem assina, por falecimento ou analfabetismo, por exemplo.

¹⁷ Este índice remete aos topônimos referidos no documento da Paroquial - nos casos em que os topônimos fazem parte dos nomes das terras na freguesia (acervo da circunscrição geográfica ou administrativa utilizada).

¹⁸ Índice de nomes próprios que aparecem no documento da Paroquial.

(...) inclusive eu casei no dia da festa da casa. O ano que vem faz 60 anos de casados (referenciando o ano de 2020). O casamento foi simples, minha mãe era viúva. Nós fomos numa festa de Santo Antônio, na casa do Dorico. Aí lá é que nós ficô noivo e durou de junho até setembro, durou só três mês. Aí nós casou, na festa da Barra. A minha mãe pegou e arrumou lá esse casamento lá uns trezinho, e nós fomo nessa festa da Barra e lá nós casamo no cartório. (Apêndice 2).

Ouvir as narrativas familiares nos aproxima da realidade destes casamentos sertanejos, que se aproveitavam das festas da padroeira e dos santos para juntar o ritual da urbanidade com o do casamento, como um marco relevante, referenciado ano após ano. Como narra o Sr. Inocêncio (88 anos): “quando o Casarão era do Bartolomeu, eu vinha, eu tinha a idade de 10 anos. Aí, quando eu fiz 33 anos eu casei, né? Tudo lá no Casarão” (Apêndice 3).

Ou ainda, Dona Nazareth (81 anos), que reconhece o cartório como “escritório”, com a percepção acentuada, reforçando a relação formal entre eles, o cartório e a urbanidade: o acesso à urbanidade – vila é a parte urbana do distrito – por meio dos rituais:

Casei na Barra, no escritório da Barra, lá no Cartório da Barra, casamo na mesma igreja lá da Barra no mesmo dia, 4 de setembro de 1954 (...). Nós casou na Barra. Meu pai mais minha mãe achou melhor nós acampar lá na Barra, ficar lá uns dia, uma semana; uns quatro dia nós ficamo. Nesse tempo só tinha mangueira véia no fundo da Dona Fia. Meu pai tinha a tolda, de fazê um quarto, a gente falava era tolda, hoje em dia é barraca, né? Ele tinha era carro de boi. Aí arrumava, minha mãe fazia lataiada de bolo, só biscoito quebradô, ela fazia duas lata de quebradô e biscoito de fubá de mio, tudo era ela que fazia. Botava na lata bolo de trigo, aí foi umas três ou quatro lata de bolo depois do casamento. Aí levantamo cedo, a mãe fez uma tigelona, misturou lá o bolo e pois lá. Todo mundo comeu depois, acabou o bolo. Depois do café que foi o casamento do escritório. Depois do almoço foi o casamento na Igreja (Apêndice 4).

Essas Freguesias – “extensões enormes ou inacessíveis”, sem fronteiras definidas – caracterizam a configuração das paróquias no Brasil do século XVIII, formadas em geral por uma Igreja matriz e seus arredores próximos, ou longínquos. A Freguesia foi, no Brasil Colonial, a primeira forma de controle exercida pelas autoridades, como destaca a historiadora Cláudia Damasceno Fonseca (1996, p. 16-17).

[...] a primeira forma de controle foi exercida pela Igreja (então profundamente ligada ao Estado absolutista), através da criação de

Freguesias em algumas comunidades mineiras – chamadas arraiais – que já eram bastantes povoadas [...].

Assim, a Freguesia se institui como o principal depositário, detentor e fonte de registros da vida e da morte na Colônia, sendo a forma mais expressiva da urbanidade – palavra utilizada no século XVIII que traduz o desejo da normatização da Colônia: controlar as populações. Essa normatização se faz presente desde o controle dos caminhos abertos do sertão por meio, da criação de arraiais, vilas e cidades até o controle do homem. Não se concebe falar de urbanização neste contexto, pois ainda não havia o processo de criação ou de desenvolvimento de organismos urbanos, nem infraestrutura de uma determinada área, segundo os princípios do urbanismo (FERREIRA, 1986), preceitos inexistentes à época.

A urbanidade do século XVIII envolve uma tentativa incipiente de criação de organismos urbanos, assim como o mundo a que esses elementos pertencem, juntamente com os indivíduos da época. É na integração entre as coisas, o mundo e o homem que a urbanidade se faz atuante durante o século XVIII no Brasil e ganha reforço com a velha política do padroado régio.¹⁹ Para Brandão (2006, p. 67), a “urbanidade do século XVIII tinha como objetivos centrais: 1) a experiência concreta do território e do artefato urbano; 2) das condutas humanas e normas sociais”.

As experiências concretas e normativas do urbano estão sempre em movimento, conjunto e tenso; não são objetos contemplativos passíveis de serem analisados separadamente. Os modos de urbanidade tratam das experiências concretas do território e do artefato urbano, assim como das normas sociais e condutas humanas (BRANDÃO, 2006).

Distrito de Buenolândia

De acordo com a divisão administrativa vigente no ano de 1911 (IBGE, 2017), o município de Goiás é constituído por 12 distritos: Santana de Goiás, Bacalhau, Barra, Cachoeira, Carmo, Mossâmedes, Ouro Fino, Registro, Rio Claro, Santa Leopoldina, Santa Rita da Anta e São José do Araguaia.

¹⁹ “A política do padroado régio se origina da concessão do poder espiritual do papa aos reis portugueses. A finalidade primeira é de propagar a fé aos territórios mouros, em 1456, até às colônias portuguesas da África. E, a partir de 1551, ao Brasil” (MILFONT, 2010, p.11).

A Freguesia da Barra – por meio do Decreto-Lei Estadual nº 1233, de 31-10-1938 torna-se distrito do município de Goiás. Seu nome, desde então, passa a ser Buenolândia. Este nome, se deu em decorrência de Bartolomeu Bueno da Silva, motivando e dando ênfase ao evocar sua ocupação originária, o nome do povoador do arraial minerador. Além disso, ao longo desse tempo, o município se desvincula de alguns distritos, que ganham emancipação. Desse modo, encerrando seu ciclo de formação territorial (desde 2003), Buenolândia, hoje, é composta por cinco distritos, além de sua sede urbana.

Durante as conversas, senhor Inocêncio assim nos relata:

Essas terras são da Santa! Do Rio Vermelho vai até a chácara 34 alqueires (...). Os donos da Barra: Ferreira Pontes, eles que doou pra Igreja aqui. Era chão deles aqui. São 45 alqueires, vai até lá perto da ponte do Apertado. Eles doaram pra Santa Nossa Senhora do Rosário. Foi eles que doou” (Sr Inocêncio, 91 anos, 14/10/2019, Apêndice 3).

Este relato nos aproxima da noção que se instala entre os antigos fregueses, ainda hoje no distrito, sobre a formação de seu território e o poder exercido pela Igreja como “terras que pertencem à Santa” – no caso, a anterior sesmaria de Anhanguera, a derradeira Freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Barra e hoje distrito de Buenolândia. Assim, o documento de sesmaria, emitido por D. João V a Anhanguera, foi determinado por Carta Régia, concedida por conta de sua expedição²⁰, assunto discutido com mais detalhes no Capítulo 3

Apesar de o Sr. Inocêncio pertencer à “geração Buenolândia” e habitar hoje o distrito, sua oralidade e memória nos coloca diante de um processo de propriedade e posse da terra ainda da época Colonial, cuja toponímia influencia sua territorialidade. Denominar as terras do distrito que habita, Buenolândia, como “Terras da Santa”, legitimada pela documentação levantada em cartórios, confirma sua condição de freguês ainda nos dias de hoje. Situa-o, ainda, sobre as terras que não foram regularizadas em nome de seus habitantes, não lhes pertence juridicamente, apenas como posse. Ainda hoje nas negociações de terras são passados meros recibos de compra e venda (Anexos 11).

No Brasil, concomitante à Lei das Sesmarias, surgiu o que se convencionou chamar de “regime de posse”. Esta modalidade foi decorrente da resistência e luta da

²⁰ A primeira o autoriza a tomar posse das terras que descobrisse; a segunda lhe confere os títulos de capitão-mor e governador destas terras; e a terceira lhe permite conceder sesmarias das terras aproveitáveis que encontrasse.

população pobre que, não dispondo de recursos materiais ou de outras formas de obter terras pela lei de sesmarias, ocupa terras não apropriadas de fato pelos latifúndios.

Entre 1822 e 1850 se instituiu a abertura, e depois a regularização das posses pela Lei de Terras nº 601, de 18/09/1850, ficou estabelecido a proibição de aquisição de terras devolutas por outro título que não o de compra; revalidou as sesmarias que se achavam cultivadas e legitimou as posses mansas e pacíficas adquiridas por ocupação primária.

Já o Decreto 1318, de 30 de janeiro de 1854, que regulamentou a Lei de Terras, fixou o prazo de 2 anos para que as sesmarias e as posses fossem medidas e registradas nos livros das casas paroquiais, reconhecendo-as juridicamente, enquanto as terras devolutas deveriam ser adquiridas por compra e venda em hasta pública.

A legislação de Sesmaria e o regime de posse foram formas de distribuição de terras no Brasil, onde prevalecia a posse da terra sobre o título, se garantindo a ocupação efetiva da terra. Já na Lei de Terras de 1850, o domínio, o título, passou a prevalecer sobre a posse, transformando a terra em moeda de troca, em capital, favorecendo a concentração fundiária e a disponibilidade de força de trabalho para a grande lavoura comercial.

Segundo Cirne Lima (1954, p.35) as terras devolutas existem, sobretudo, desde a “independência e podem ser entendidas, também, como parte da terra pública, ainda não titulada e sem o competente título de propriedade registrado em Cartório de Registro de Imóveis”.

Com a internacionalização da economia brasileira, a luta pela terra se acentua no campo, pois se aprofunda a concentração fundiária em grandes latifúndios. Com a grilagem de terras indígenas e a expropriação de camponeses posseiros, dá-se origem às diversas organizações de movimentos sociais no campo (Ligas Camponesas). Resgata-se, dessa forma, as lutas coletivas pela terra e pela reforma agrária iniciada há muitos anos na guerra dos Palmares, dos Canudos, do Contestado e greves nos cafezais.

A partir daí, se passa a olhar a função social da propriedade, reconhecida pela Constituição Federal de 1988, mas o distrito ainda não chega a essa condição; encontra-

²¹ Essa concentração foi mantida pela Constituição republicana de 1891 e pelo Código Civil de 1917, mudando apenas a concessão de terras devolutas, excluídas as terras de marinha e as da faixa de fronteira, que passaram com o pacto federativo para os estados, e cada um desenvolveria sua política de concessão de terras. O que deu início às transferências maciças de propriedades fundiárias para grandes fazendeiros e grandes empresas de colonização, interessados na especulação imobiliária.

se parado no tempo com seu território ainda ligado aos seus habitantes, tal qual 200 anos atrás, como Freguezia de 1850, sem possibilidade de suas matrículas individuais.

Ademais da ausência da regularização, há a alteração do nome do ponto geográfico ao passo de que ao alterar a denominação dada de um território, demove-se, conforme anteriormente abordado, a história vivida ali.

O Nome do Lugar e a Identidade

A alteração toponímica, no caso de nosso estudo, é abordada sob a perspectiva da Geografia Cultural. Os habitantes do lugar, a despeito da renomeação de Barra para Buenolândia, ainda mantêm a denominação do distrito como há 212 anos: Barra.

Quanto à toponímia e sua alteração, o que ocorre no distrito é uma ação administrativa sem consulta à sua população. Essa ação tem uma atribuição política no seu efeito decisório, pois o nome de Bartolomeu, tal qual o nome de Cora Coralina para a UNESCO, eleva a potência referencial geográfica e lhe concede o direito de poder solicitar recursos em representatividades e instâncias institucionais e administrativas com mais veemência.

A verdade é que a questão da identificação, emanada pelo nome entre o ser/objeto designado e sua designação, persiste em Buenolândia. Aqui refletimos, pois, o nome em seu conceito básico, além de pensar a relação semântica de um objeto com seu nome e, por extensão, a relação de um nome próprio ao lugar ou à pessoa a qual se vincula não ser aceito socialmente no uso cotidiano. A referência de “Terra Santa”, usada pelos habitantes, reflete o estudo dos nomes locais, ou Toponímia, na qual se inclui igualmente o elemento líquido - barra, rios, lagos, etc. – e outros elementos da natureza, como árvores e penedos, frequentemente empregados à nomeação de sítios. A Toponímia é, pois, Onomatologia²² geográfica (CARVALHINHOS; ANTUNES, 2007).

Sobre esse tema, que ainda nos provoca, se refere ao sufixo colocado na palavra anexa ao nome de Bartolomeu – “lândia” – termo que, em nosso idioma, designa substantivos geográficos como terra, país, região – a exemplo de Uberlândia e Açailândia, entre outros. Dando um elemento estrangeiro de feição compatível com nosso sistema silábico de modo que as adaptações que nosso idioma faz com o termo

²² No Brasil, usamos o termo Onomástica para referir-nos à parte de Linguística que se dedica ao estudo dos nomes próprios (CARVALHINHOS; ANTUNES, 2007, p. 121). Para fins deste estudo, referimo-nos aos nomes dos lugares.

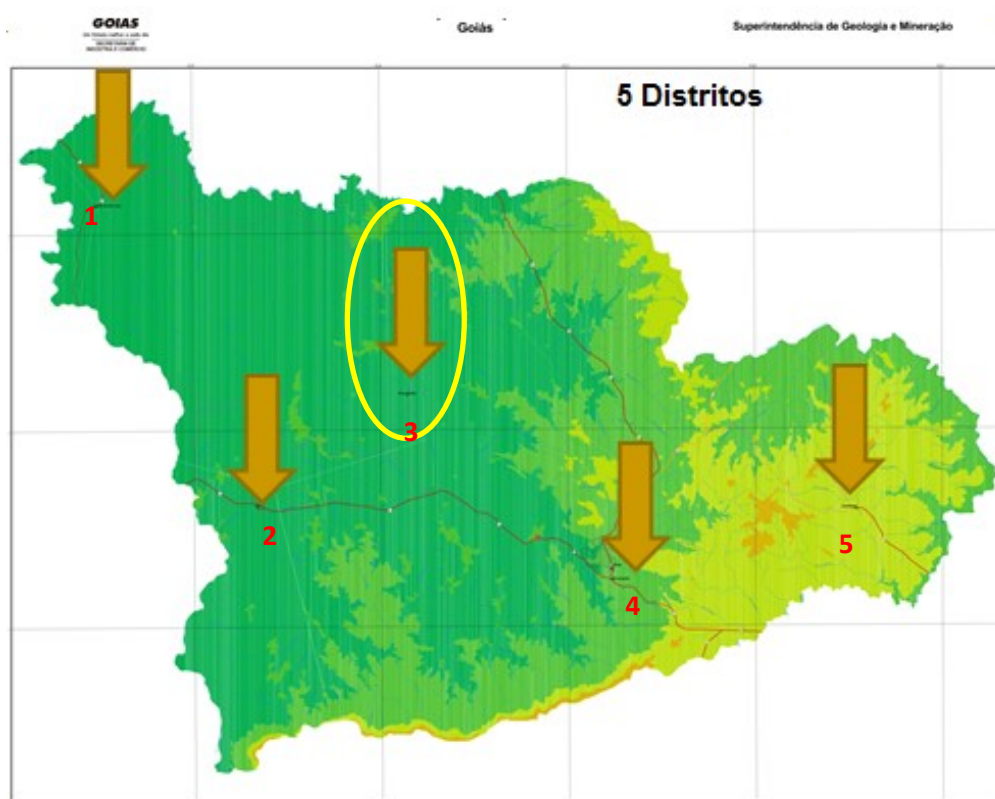
germânico “land”, presente nos idiomas anglo-saxões, em topônimos internacionais: Disneylândia, Tailândia, Groenlândia.

Buenolândia parece ter sido marcada, com esse novo nome, com a intenção de almejar um futuro, em que o antigo povoado fizesse ser reconhecido e renascido para Goiás como um novo território. É como se o novo termo imprimisse à localidade uma função desestruturante, como o conceito de cidade-mercadoria de Vainer (2002); local propício ao empreendedorismo urbano (Harvey, 2005) – para servir ao mercado do turismo de fim de semana, ao veraneio descomprometido, ao “passeio da roça do fim de semana”: visões desvinculadas da identidade local e percepções e concepções de seus moradores com respeito ao lugar.

Buenolândia Como Lugar de Estudo

De acordo com o que foi anteriormente citado, e conforme ilustrado no mapa da Figura 2, são cinco as vilas dos distritos no município de Goiás (GO): 1) Águas de São João, 2) Colônia de Uvá, 3) Buenolândia, 4) Davidópolis e 5) Calcilândia.

Figura 2: Mapa da distribuição das vilas dos distritos no município de Goiás/GO



Legenda (da esquerda para a direita): 1) Águas de São João, 2) Colônia de Uvá, 3) Buenolândia, 4) Davidópolis e 5) Calcilândia.

Fonte: Superintendência de Geologia e Mineração do Estado de Goiás, 2017.

Mas qual foi o critério de escolha, adotado nesta tese quanto à seleção do distrito de Buenolândia como estudo: para a análise da casa sertaneja à luz do seu processo de espacialidade – sob a perspectiva da ruralidade, afetividade e ancestralidade do lugar?

Primeiramente, tínhamos a intenção de avaliar os distritos que tivessem maior conotação rural e que tivessem proximidade da cidade de Goiás, para conhecermos suas influências culturais. Acresce, para entendermos o distrito sob a perspectiva de sua ruralidade, analisado por Soares; Melo (2010), sobre o entorno rural e as ruralidades. Conceito segundo o qual as pequenas cidades têm forte ligação com seus entornos rurais e, em certos aspectos, desempenham papel semelhante ao do espaço rural. Mesmo em localidades onde a população é predominantemente “urbana”, existe, segundo o censo IBGE 2010, uma significativa porcentagem de pessoas residentes ou trabalhando no meio rural, dispersas no território do município. Podemos observar nestas localidades uma forte ligação histórica e produtiva – portanto, social e política – com o todo

municipal, no sentido espacial e concreto enquanto realidade do cotidiano (BACELAR, 2003).

Nesse sentido, a população de Buenolândia – vila de distrito da cidade de Goiás – mesmo habitando uma área considerada urbana pelas instituições oficiais – desde a Lei Geográfica de 1938 – ainda mantém um vínculo identitário com o lugar rural, expresso em seus valores e tradições. Esse vínculo pode ser observado, por exemplo, no dia a dia dos moradores, nas suas relações de trabalho, no uso de objetos e tecnologias próprios do espaço rural, além do conhecimento tradicional a respeito dos modos de aproveitamento dos recursos naturais do entorno, para provimento de alimentos e medicina, dentre outros suprimentos.

Com relação às demais localidades mencionadas, logo descartamos Calcilândia e Águas de São João, pois a população desses distritos – respectivamente mais próximos aos municípios de Itaberaí e Itapirapuã – não costuma recorrer à Cidade de Goiás para guarnecer suas necessidades urbanas. E Divinópolis, por se circunscrever no perímetro urbano da cidade de Goiás, com loteamentos e áreas de expansão urbana, descaracteriza o fator cultural rural da proposta inicial de nosso estudo.

Entre as duas vilas de distrito restantes, visitamos a Colônia de Uvá – onde a presença de imigrantes alemães nos apresentou como localidade favorável à realização de estudos vinculando território e imigração em Goiás. Visitamos ainda a Buenolândia, sítio escolhido para a realização da tese sobre a casa sertaneja, de modo a observar como sobrevive às transformações do lugar e do mundo, mantendo traços de ancestralidade, resiliente às diversas tarefas que o mundo de hoje lhe impõe, conservando suas tradições seculares. Para irmos ao seu encontro partimos da cidade de Goiás.

A escolha de Buenolândia se deu desse modo, pelo fato de a localidade evidenciar atributos mais consoantes ao propósito do nosso plano inicial de tese: um núcleo urbano, origem da cidade de Goiás – onde inúmeros causos, relatos e memórias, desde sua formação, ainda se fazem ouvir. Tendo o distrito sido erguido por mãos escravas indígenas e negras, organicamente, ou seja, sem pretensão de planejamento prévio. E que ainda conserva, após quase 300 anos de existência, suas principais características sertanejas – com possibilidade de análise sobre o conceito humanista de lugar, sobre as relações de trocas e sobre as relações existenciais do homem com a Terra – objetos fundamentais para o desenvolvimento de nossa problemática de tese, sob a perspectiva da Geografia Humanista.

1.2 A ANÁLISE DO DISTRITO COMO ESPAÇO TRANSICIONAL E SUA LEITURA DE LUGAR

De acordo com a Prefeitura Municipal de Buenolândia em seu “Projeto de Lei” (07/03/2012) (Anexo12), Matrícula: nº 16.805, Buenolândia contava, em 2012, com 76 lotes e 69 moradias, numa área total de 95.864,45m² - interna ao perímetro, Memorial Descritivo do Parcelamento da Prefeitura Municipal de Goiás, 2012 (Anexo 13). Priorizamos o mapa cadastral (Anexo 14) deste Projeto de Lei para referenciar, desde o início, o nosso campo.

Os habitantes da vila têm pressionado os governos locais, reivindicando a regularização fundiária e urbanística representando uma vontade popular dos habitantes do distrito, para fins de legalização da situação fundiária urbana do distrito de Buenolândia. São habitantes com diversos níveis de rendimento, inclusive veranistas. Segundo entrevista: “houve uma alta valorização dos loteamentos de Buenolândia; as novas expansões do distrito são provenientes de terras que os fazendeiros resolvem lotear e vender (sem controle de loteamentos ou definições da expansão).²³”

O Quadro 6 demonstra a ocupação registrada pela Prefeitura Municipal de Goiás, na busca de regularizar a área urbana distrital, com dados sobre o desmembramento do terreno urbano, representando a vontade popular dos habitantes do distrito, para fins de legalização da situação fundiária urbana da vila do distrito de Buenolândia. Os trechos destacados são as maiores concentração de m² por proprietário do levantamento cadastral e do Memorial Descritivo de limites e confrontações (Anexo 15).

No Quadro 6, um fato que muito nos chama a atenção é a concentração de terras pertencer a 3 pessoas, com propriedades de tamanhos superiores aos demais. Na matrícula 16.805, com área total de 95.864,45m², um proprietário possui 6.186,17m² (6,45%). Outro proprietário possui 13.947,46m² (14,54%), e por último mais um proprietário com duas áreas de 4.369,77m² e 306,43m², somando 4.676,20m² (4,87%). Juntos eles são proprietários de 25,86% da vila, fato que precisa ser verificado pela Associação de Moradores, pois a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários faz com que a especulação pode gerar uma proximidade com o mercado

²³<https://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/Diretrizes-e-Propostas-Para-Buenolandia-Go-Povoado/65451778.html>

consumidor, viabilizando novos canais de comercialização, indo na contramão das ações públicas²⁴.

Quadro 6: Memorial Descritivo Para instruir Decreto de Desmembramento e Projeto de Lei (07/03/2012)

Área Total do Imóvel			11.932,50
Matrícula nº 16.805			
Quadra	Lote	Nome	Área Imóvel (M²)
01	01	Milton	444,35
	02	Geraldo	307,25
	03	Dª Iraci	293,05
	04	vago	247,74
TOTAL QD 01	04		1.292,39
Quadra	Lote	Nome	Área Imóvel (M²)
02	01	Fabino (Marly)	288,13
	02	Josué	245,00
	03	Celso	250,00
	04	Pé de Pano	248,75
	05	Maria de Lourdes Pessoa Luz	252,50
	06	Rosária	247,50
	07	Dª Divina	257,50
	08	Antônio	388,75
	09	Fabiana	301,25
	10	Rodrigo	255,00
	11	Maria	247,50
	12	Sheila	334,38
TOTAL QD 02	12		3.316,26
Quadra	Lote	Nome	Área Imóvel (M²)
03	01	Dulce	280,00
	02	Duarte (continua...)	247,50
	03	Lourdes	248,75
	04	Terezinha Branco	250,00
	05	Maria Eterna/Marcelo	252,50
	06	Francisco	250,00
	07	Resende	247,50
	08	Vergínio	251,25
	09	Wilson	262,50
	10	Crésio	353,75
Vias Públicas			1.991,00
Áreas Verdes			2.689,10
Área Total do Imóvel Matrícula nº 19.114			95.864,45
Quadra	Lote	Nome	Área Imóvel (M²)
03	11	Sr Inocência	2.877,70
	12	Bárbara	597,00
	13	Sr Neginho	684,16
	14	Sr Lô	344,37

²⁴ Como ações públicas nos referimos ao conjunto de políticas e ações implementadas pelo governo no sentido de garantir o bem-estar da população (ex.: serviços de educação, saúde, segurança e lazer; obras e equipamentos comunitários) bem como a interferência na criação de normas e leis que corrigem as imperfeições ligadas ao mercado (ex.: retenção especulativa de capital imobiliário, degradação do meio ambiente, não cumprimento da função social da propriedade) (SANTORO; PINHEIRO, 2004, p. 24).

	15	Pr Isaac Modesto Araújo	6.186,17
	16	Dª Vera	1.924,44
TOTAL QD 03	06		12.613,84
Quadra	Lote	Nome	Área Imóvel (M²)
04	01	Leovani Raimunda Pinto	1.064,35
	02	Igreja Evangélica	1.453,45
	03	Hélio Carlos Cordeiro dos Santos (Barriga)	1.007,42
	04	Sabino	1.799,76
	05	José Francisco de Souza	1.107,32
	06	Osmar	2.360,49
TOTAL QD 04	06		8.792,79
Quadra	Lote	Nome	Área Imóvel (M²)
05	01	Poço artesiano	204,66
	02	José Gomes dos Santos	894,71
	03	Orleans Roxinho	643,50
	04	Campo de futebol	7.233,27
	05	Antônia Aparecida Jesus Silva	3.791,98
	06	Itamar PM	352,90
	07	Alexandre	401,82
	08	Divino F. Pinto	359,32
	09	Torre tv	369,25
	10	Vilmar	270,96
	11	José Ferreira	303,21
	12	Divino Neto Santiago	767,91
	13	Tãozinho pedreiro	836,97
	14	Eládio	445,91
	15	João Batista	264,80
	16	Alcides Maria	337,45
	17	Geralda Rodrigues da Silva	1.925,09
	18	Dairza Carvalho	506,39
	19	Valdemi	224,88
	20	Manoel M dos Santos	180,82
	21	Paulo sapataria	214,96
	22	Jamirto	261,50
TOTAL QD 05	22	(continua...)	20.792,26
Quadra	Lote	Nome	Área Imóvel (M²)
06	01	Maria Francisca dos Santos Silva	1.055,13
	02	Maria dos Santos Ferreira	928,00
	03	Domingos Ramos da Silva	306,43
	04	Domingos Ramos da Silva	4.369,77
	05	Wesley Pereira da Silva	1.497,85
	06	Jânio Aparecido da Silveira	699,63
	07	Maria Helena Ferreira	2.717,00
	08	Romildo Rodrigues da Cunha	13.947,46
TOTAL QD 06	08		25.521,27
Quadra	Lote	Nome	Área Imóvel (M²)
07	01	Cemitério e Igreja	737,87
	02	Maria de Almeida Silva	608,03
	03	Vera Lúcia Remígio Jardim Silveira	443,77
	04	David Fernandes Mourão	2.091,28
	05	Dª Jordelina	805,74
	06	Domingos Ramos da Silva	457,53
TOTAL QD 07	06		5.144,22

Quadra	Lote	Nome	Área Imóvel (M²)
08	01	Praça Bartolomeu Bueno	8.079,40
TOTAL QD 08	01		8.079,40
Vias Públicas			14.920,67
Total Lotes			76
Total Casas			69

Fonte: Prefeitura Municipal de Goiás. Organização: Silva, LHA (2021)

Neste caso, em que a população pretende se manter onde vive, inclusive há séculos, mas sem ter a posse da terra, é necessário promover a regularização fundiária. Trata-se de um conjunto de medidas físicas, sociais e jurídicas que serve para legitimar e legalizar sua permanência no local. Previsto no Estatuto da Cidade²⁵, a assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos é uma forma de atuação ainda pouco utilizada, que visa promover a melhoria de habitações precárias, a redução de riscos ambientais, a regularização fundiária e a urbanização de espaços públicos.

O perfil socioeconômico e a organização territorial da vila são imprescindíveis, por exemplo, áreas ocupadas pela população em estágio avançado de consolidação, localizadas fora das áreas de risco e de interesse ambiental, dentre outros. Como em qualquer ação de regularização fundiária e urbanística, é importante que se adotem medidas preventivas para se evitar a criação de novos núcleos clandestinos e irregulares (Apêndice 05).

As partes desocupadas da vila ou parcialmente construídas, podem retornar à condição de gleba. É importante que o poder público, juntamente com a Associação dos Moradores do Distrito de Buenolândia²⁶ use o seu poder de fiscalização e de controle dos loteamentos clandestinos e irregulares ali localizados, interditando, embargando e até demolindo novos núcleos. Articular estratégias para democratizar e ampliar o acesso à terra urbana em áreas adequadas na regulação territorial não é pura e simplesmente proteger a propriedade, e sim garantir o cumprimento de sua função social da propriedade.

Um entrevistado relata ter comprado, em 2009, seu terreno de 15x30m² por R\$600,00. Há quem compre ainda e subdivida o terreno em quatro partes para revender.

²⁵ Além da Carta Magna, outra lei federal importante para a organização das cidades é o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001). Ele estendeu a obrigatoriedade de planos diretores a todos os municípios com mais de 20 mil habitantes e outros, criou instrumentos que permitem aos gestores o cumprimento da função social da propriedade e reforçou o caráter participativo do planejamento urbano. Vale lembrar que na Constituição Estadual todos os municípios passam a ter regras para o ordenamento territorial.

²⁶ O assunto estará abordado no capítulo 4.

A divisão de custo referente à conta de energia – para lote irregular – é negociada entre proprietários próximos à área clandestina.

A própria dinâmica de ocupação do território da vila é exemplar de como as funções dos territórios vão-se alterando, estejam delimitadas como áreas rurais ou urbanas. Exemplo disso, é a crescente conversão das terras rurais em urbanas, como no caso citado acima, geralmente mediante uma lógica que não promove a inclusão social e a sustentabilidade do ambiente. Muitas e variadas ações pressionam tal dinâmica excludente: a especulação imobiliária, o parcelamento clandestino ou irregular do solo rural na REI – “Região de Entorno Imediato”²⁷ - assediada constantemente pela especulação imobiliária na REI da vila, provocada pela procura de veranistas e alimentada pelo mercado clandestino.

No intuito de legalizar os 76 lotes constantes do Projeto de Lei, a situação fundiária urbana do Distrito de Buenolândia, em 12/03/2012, na gestão do Prefeito Municipal Márcio Ramos Caiado, foi encaminhado o Decreto Municipal de Desmembramento das Matrículas 16.805 e 19.114. Foi então enviado à Câmara Municipal o Projeto de Lei - com mapa e memorial descritivo- para ser votada a decisão sobre a doação dos lotes aos seus destinatários, que comprovassem sua posse, independentemente do tamanho da área e da situação econômica de quem mantinha a posse, para que se legalizasse sua situação fundiária.

O Parecer das Comissões Reunidas ao Projeto de Lei 07/2012 (Anexo 16), após analisado, foi aprovado na íntegra pela legalização fundiária do distrito. Realizada em 3 sessões (12/03/2012 1ª sessão e votação, 12/03/2012 emissão da justificativa (Anexo 17) e do parecer em 13/03/2012 extrair o autógrafo (Anexos 18) em parecer emitido em 12/03/2012 pelas Comissões Reunidas da Câmara Municipal, a legalização havia sido aprovada.

Tudo caminhava para a legalização, sendo emitido o Autógrafo em 21 de março de 2012, ou seja, uma semana depois do Parecer Aprovado das Comissões de Reserva da Câmara de Buenolândia. Foi realizada sessão ordinária itinerante da Câmara

²⁷ Essa divisão tradicional do espaço em urbano e rural abordada por Gerd Sparovek, Gisela Leonelli e Alberto Barretto, que trabalharam na equipe de elaboração do Plano Diretor de Piracicaba, nos anos de 2003 e 2004. A partir da ideia de uma linha imaginária que separaria o urbano e o rural, os autores constroem o conceito de Região de Entorno Imediato (REI), para a qual fazem propostas de intervenção no campo das políticas públicas. Essas propostas foram importante contribuição para embasar políticas de desenvolvimento econômico, de abastecimento, de segurança alimentar, de comércio ético e solidário – e também do planejamento territorial, mediante propostas de zoneamento e parcelamento do solo, naquela região (SANTORO; PINHEIRO, 2004).

no Distrito de Buenolândia, cuja Ata é datada do dia 10 de abril de 2012, (Anexo 19). Naquele momento, outras reivindicações foram feitas pela população do distrito: instalação de banheiros públicos, instalação de uma antena de celular, recuperação da ponte sobre o Córrego Mosquito, uma ambulância para atender o distrito, reformar a escola e fazer a limpeza de seu pátio.

Nesta sessão, a população local foi informada sobre a construção da praça, do calçamento da rua principal, do centro comunitário e sobre a internet para funcionamento do VAPT VUPT²⁸. Nesta sessão foi informada ainda a aprovação do Projeto de Lei para regularização na Câmara por oito votos a favor e um contra. Este vereador do voto contrário (vereador Natal Antunes Camargo) entrou na Justiça e conseguiu suspender os efeitos da Lei, justificando que por estar próximos ao período eleitoral, aquela ação da gestão tinha cunho eleitoral.

O desdobramento deste processo foi a inércia de modo que há doze anos a população de Buenolândia aguarda pela regularização de seus lotes, áreas públicas e o reconhecimento legítimo da titulação de terras da área da vila. No Cartório de Imóveis encontram-se as matrículas que a prefeitura registrou, contendo a área total da vila do distrito, mas não desmembrou em lotes. A Associação de Moradores, tem se empenhado em buscar o diálogo entre o Ministério Público, a Universidade apoiando e a Prefeitura para retomarem o processo e normatizarem as matrículas.

1.3 REFLEXÕES SOBRE O PIU: PROJETO DE INTERVENÇÃO URBANA PARA BUENOLÂNDIA

Além da substituição toponímica de Barra para Buenolândia, a demolição do patrimônio histórico (Apêndice 06) conhecido como a Casa de Anhanguera – Casa de Bartolomeu Bueno da Silva (Anexo 20) – é interpretada em nosso estudo (Apêndice 7) como a segunda alteração em que o espaço geográfico e a paisagem se viram descaracterizadas e providas de um total descaso identitário e de memória. A casa de Bartolomeu Bueno Filho localizada na Barra foi demolida, e em seu lugar foi feita uma plantação de mandioca e ao lado foi erguido um laticínio e que mais tarde se tornou a casa do tanque de resfriamento de leite (CASTRO, 2012).

²⁸Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão, tem como objetivo ampliar o acesso do cidadão às informações e aos serviços públicos, visando proporcionar um atendimento diferenciado, rápido e eficaz, com qualidade, eficiência e produtividade. É um órgão público do governo estadual de Goiás inaugurada em 17 de outubro de 1999, com parceria dos municípios onde são encontradas suas unidades.

Provavelmente, ainda como forma de poder salvaguardar a área da casa, não houve ações do poder público. A população, sempre indignada, não tem recebido a escuta ativa²⁹. Seguem alguns depoimentos:

Buenolândia é a mãe de Goiás aqui também tem mais casa antigas pessoas que nasceu aqui que nunca se mudou daqui tem muitas histórias sobre a Barra só ta precisando de ser mais valorizado pelos governantes (Moradora da Sede do Distrito, 2021).

O Cartório e a Casa de Bartolomeu com certeza guarda ou, melhor dizendo, guardava memória de pessoas de grande valor que hoje estão destruídas por homens sem memória (moradora da Comunidade de São João do Monte Alegre, 2021).

O Casarão é como um cartão postal ao vê-lo, diz tudo. A história do nosso distrito (Moradora da Sede do Distrito, 2021).

A ocupação atual da área do adro da Igreja, junto ao muro do cemitério, feita por um particular; bem como a do Largo – grafado como ‘Praça Bartolomeu Bueno’ no mapa da Prefeitura Municipal³⁰), além do descaso com o coreto de madeira (Apêndice 08) – tudo isso se soma a esse desmonte do patrimônio histórico de Buenolândia, conforme conteúdo textual do ofício encaminhado à Prefeitura Municipal de Goiás, em 08/03/2021, pela Associação de Moradores, transcrito a seguir:

Nesta oportunidade gostaríamos de salientar o extremo descaso em que se encontra tal conjunto, composto em nosso Arraial: Igreja Nossa Senhora do Rosário e cemitério, seu cruzeiro e o largo em frente. O fato é que no último dia sete de fevereiro, por consequência do volume das chuvas, um dos pés de eucalipto, situado na parte posterior da Igreja, caiu e causou estragos na rede elétrica e no muro da Igreja centenária. Anteriormente a esse fato, decorre que o sino da Igreja caiu, danificando seu suporte para dependurá-lo no lugar. Sentimos imensamente ver ruir nosso patrimônio aos poucos, diante da ausência da manutenção da Igreja, onde a comunidade se desdobra nas suas poucas possibilidades, em mantê-la limpa e bem conservada. O sino foi guardado com a força de muitos homens, na sacristia da Igreja. Mas ali não é seu lugar.

²⁹ É demonstrar um interesse genuíno pela fala do interlocutor e estabelecer um vínculo afetivo com ele. Foi desenvolvido O termo **escuta ativa** em 1970 pelo psicólogo clínico Thomas Gordon (2005), reconhecido como um pioneiro no ensino de técnicas de comunicação e métodos de resolução de conflitos.

³⁰ O nome da praça não foi consulta pública.

Temos nos deparado³¹ com experiências interessantes no campo da Reabilitação Urbana³², como possibilidade para a Buenolândia. As experiências de reabilitações urbanas são caracterizadas, de uma forma geral, por um conjunto de ações em diversos domínios de intervenção, constituindo além da intervenção física, questões sociais, econômicas e ambientais de maneira integrada (CASTRO, 2015, p. 18).

A partir dos anos sessenta, a questão dos centros históricos se torna central nas preocupações urbanísticas, se tornando objeto de estudos e metodologias específicas de investigações. A principal mudança se refere à troca das estratégias de renovação pelas de reabilitação com entendimento progressivo dos valores espaciais culturais urbanísticos e sociais dos tecidos urbanos.

O domínio patrimonial não se limita mais aos edifícios individuais; ele agora compreende os aglomerados de edificações e a malha urbana: “aglomerados de casa e de bairros, aldeias, cidades inteiras - e mesmo conjunto de cidades, como mostra a “lista” do Patrimônio Mundial estabelecido pela UNESCO” (CHOAY, 2001, p.13). Em Buenolândia se pode colocar na lista de domínio patrimonial desde a estrada que a conecta aos arraiais de Anhanguera (Complexo dos Arraiais)³³, as pontes de madeira e suas paisagens ao longo das cinco rotas históricas³⁴, adentrando o conjunto do aldeado do arraial minerador do Arraial da Barra, que contempla: o largo, o cruzeiro, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, os rios Vermelho e Bugre e a área da casa de Anhanguera (Apêndice 09).

Neste sentido, além do conjunto arquitetônico e paisagístico que se faz urgente cuidar e reabilitar, também há necessidade de atendimento em habitação e

³¹ Nossa gratidão ao dividir e aprender com as notas de aula da disciplina de Projeto Urbanístico e Paisagístico II, ministrada em parceria com a Prof Dra Camila Gomes Santanna, Universidade Federal de Goiás, Campus Goiás, 2021, curso de Arquitetura e Urbanismo.

³² Processo de recuperação e adaptação de áreas urbanas consolidadas subutilizadas, degradadas ou em processo de degradação a fim de reintegrá-las à dinâmica urbana, criando condições e instrumentos necessários para conter os processos de esvaziamento de funções e atividades. Repovoa-se essas áreas de forma multiclassista, respeitando-se as habilidades originais de cada um dos centros, analisadas e pesquisadas no processo de elaboração e implantação dos planos de reabilitação. (BRASIL, 2005, p.75).

³³ Será demonstrado com maior profundidade no Capítulo 3 desta tese.

³⁴ São 5 itinerários históricos no século XVIII, a partir da capital Vila Boa, uma rede de caminhos irradiava-se na Capitania de Goiás em cinco direções distintas: o primeiro caminho dirigia-se para as capitanias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, era a Picada de Goiás; outro seguia rumo à Capitania de Mato Grosso, era a Estrada do Cuyabá; o terceiro seguia até Salvador e era conhecido como a Estrada da Bahia ou Caminho dos currais e Bahia; o quarto era a Estrada do Norte, que levava aos arraiais do norte de Goiás; e o quinto fazia a ligação com São Paulo, sendo, na verdade, o primeiro caminho oficial da região, o Caminho de Goyazes, Barbo ;Ribeiro (2015).

infraestrutura, pois o distrito não possui coleta de esgoto e falta água constantemente. Não existe concessão nem autarquia sobre o tratamento, coleta e distribuição de água. Para os habitantes enraizados, a reabilitação deve ser concebida e realizada, contemplando as necessidades sociais dos habitantes, de maneira que todas as camadas da sociedade se beneficiem, a partir de uma operação financiada por fundo públicos e privados em parceria. Atendendo o que recomenda a Carta de Nairóbi (1976), cujo fragmento é transcrito aqui pelo IPHAN (2004, p.224):

(...) O regime de eventuais subvenções deveria ser consequentemente, estabelecido e modulado, sobretudo para facilitar o desenvolvimento de habitações subsidiadas e de edifícios públicos através da reabilitação de construções antigas. [...]. Além disso, uma parte suficiente de créditos previstos para a construção de habitações sociais deveria ser destinada à reabilitação de edificações antigas.

Integrar as políticas de preservação do patrimônio cultural e natural de Buenolândia às políticas de desenvolvimento urbano e participação popular, tendo em vista a implementação da reabilitação urbana, segundo a carta de Lisboa (1995), significa ampliar e dar entendimento que a gestão pública, a Associação de Moradores e a iniciativa privada podem exercer:

(...) estratégia de gestão urbana que procura requalificar a cidade existente através de intervenções múltiplas destinadas a valorizar as potencialidades sociais, econômicas e funcionais a fim de melhorar a qualidade de vida das populações residentes; isso exige o melhoramento das condições físicas do parque construído pela sua reabilitação e instalação de equipamentos, infraestrutura, espaços públicos, mantendo a identidade e as características da área da cidade a que dizem respeito (CARTA, 1995, p. 1).

É importante salientar, que para a reabilitação urbana ser bem-sucedida, e não perder seu conteúdo social, Buenolândia deve se concentrar nos resultados econômicos deste processo que certamente motivará os empreendimentos imobiliários. O processo de reabilitação urbana tem em vista a reanimação cultural e o desenvolvimento da política da preservação como meio capaz de resgatar a identidade deste espaço³⁵. Mas, compete aos gestores e habitantes não perderem de vista a oportunidade em função de

³⁵ Conceito de Reabilitação Urbana utilizado pelo Ministério das Cidades na Política Nacional de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais - PRAUC, incluído no programa do Governo Federal e no Plano Plurianual 2004/2007.

modelos já estudados, em que se deu o contrário: o projeto não reanimou o conjunto levando em consideração seus elementos essenciais, acabou expulsando seus habitantes pelas manobras da especulação imobiliária e converteu o conjunto num cenário teatralizado, voltado ao turismo cultural.

Ainda podemos apontar ao longo do estudo, a construção sobre área de APP³⁶ de vários ranchos de veraneio particular ao longo do Rio Vermelho (Apêndice 10). Um bem imóvel, rural ou urbano, cumpre sua função social quando é utilizado de acordo com as necessidades coletivas e não apenas com o interesse de seu proprietário. Para isso, o Plano Diretor define parâmetros de ocupação e utilização mínimos para os imóveis.

Deste modo, é possível afirmar que as propriedades urbanas devem ter destinação compatível com a infraestrutura, equipamentos e serviços públicos disponíveis (Apêndice 11), colaborando tanto para o bem-estar da população quanto para o desenvolvimento da cidade como um todo. Tratamos aqui como urbano, ou propriedades urbanas do distrito, já que o IBGE (2010), se refere aos distritos secundários como área urbana do município. A aplicação de tal princípio é necessária uma vez que imóveis situados em áreas com boa infraestrutura estão ociosos enquanto aumenta a ocupação em áreas de vulnerabilidade urbana e ambiental.

A ausência de legislação urbanística atualizada no município de Goiás tem favorecido a especulação de toda forma na vila do distrito: ambiental, patrimonial, paisagística, fundiária. Se faz necessária e urgente medidas para melhorias urbanísticas, de modo participativo, de modo a qualificar as áreas da vila do distrito. Para isso deverá ser elaborado um PIU³⁷, que contemple as seguintes propostas:

URBANÍSTICAS

- Elaboração de Projeto de Intervenção Urbana (PIU) com etapas e fases
- Definição de parâmetros de uso e ocupação do solo (quando aplicáveis)

³⁶ Lei n. 12.651/2012, Área de Preservação Permanente é uma área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas, não se parcelam de acordo com Código Florestal tem suas faixas de proteção conforme sua categoria assegurada por lei.

³⁷ Os Projetos de Intervenção Urbana, elaborados pelo Poder Público, objetivam apresentar propostas de transformações urbanísticas, habitacionais, ambientais e econômicas nos perímetros onde forem aplicados os instrumentos de ordenamento e reestruturação urbana, como Operações Urbanas Consorciadas (OUC), Áreas de Intervenção Urbana (AIU), Áreas de Estruturação Local (AEL), Concessão Urbanística e Reordenamento Urbanístico Integrado. (<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/>).

SOCIAIS

- Atendimento das necessidades habitacionais
- Instalação de Equipamentos Urbanos e Sociais

AMBIENTAIS

- Soluções para áreas de risco e com solos contaminados
- Intervenções para melhorar as condições ambientais e paisagísticas

ECONÔMICO-FINANCEIRAS

- Estudo de viabilidade econômica das intervenções urbanas
- Estratégias de financiamento

GESTÃO PARTICIPATIVA

- Mecanismos de participação e controle social
- Instrumentos para monitoramento e avaliação das ações.

A relação entre os espaços urbanos e rurais deve também considerar as ligações urbano-rurais, que podem ser representadas pelos fluxos de bens, pessoas, recursos naturais, capital, trabalho, serviços, moradia, informação e tecnologia, conectando zonas rurais, periurbanas e urbanas. Essas conexões são complementares e sinérgicas e impactam na configuração do distrito (IBGE, 2017).

Muito além de seu perfil, o distrito proporciona o debate que se forma em torno do seu próprio tema, e que é maior do que a dicotomia rural/urbano. Um debate que propõe tornar os espaços dos assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Vários autores se destacam: Abramovay (2003); Veiga, (2003); Endlich, (2010); Rosa; Ferreira, (2010), estes alertam para um novo conjunto de atividades, além das primárias, que vem sendo desenvolvido no campo.

Abramovay (2003) também destaca a recente valorização das regiões interioranas devido a diversos fatores como a biodiversidade, o patrimônio paisagístico e o estilo de vida rural. Manter a coesão entre as categorias rurais e urbanas e continuar respeitando e desenvolvendo suas diversidades são um desafio, pois o distrito se renova e se reinventa com o decorrer do tempo para conseguir absorver as diferentes demandas sociais, culturais e as ligadas às atividades econômicas e ambientais.

Para Abramovay (2003) , o desafio é sair do pensamento cartesiano imposto e requalificar o território municipal. Para isso, entender que há outros arranjos espaciais além desse enquadramento duro e inflexível - rural/urbano - abrindo-se para outras

possibilidades de análise. Uma forma dialética de se debater é considerando essas nuances espaciais, esses espaços esmaecidos, degradês existentes e reais. Podemos refletir sobre a existência desse espaço desde o mais próximo até o mais distante que o envolve, pois imaginar os distritos no território nacional como um sistema formado por pontos imperceptíveis ao Estado e as suas políticas públicas inalcançáveis... é bastante incômodo.

Os distritos se interligam de forma peculiar, porque existe uma teia que os define culturalmente. Independentemente de qualquer atributo, classificação ou qualidade. Os distritos existem e estão absorvendo toda forma de usos e conteúdos do município, do país e do mundo, mediante suas realidades transicionais, que se manifestam nos ambientes rurais e urbanos.

Generalizar o distrito com o olhar de fora e de longe, não o identifica segundo suas especificidades; tal fato homogeneiza, generaliza, massifica. Ir ao seu encontro, diminuir a escala e conhecê-lo de perto e de dentro é a proposta desta reflexão.

De repente, o que aparece no micro como o distrito, enfatiza o relativo, o cultural, a experiência histórica da humanidade em relação ao olhar humanista, compatíveis aos estudos da Geografia – o estudo do lugar.

Na perspectiva do macro – influenciada pelo fenômeno da globalização³⁸ que tem como tônica a fragmentação dos espaços - autores como os geógrafos britânicos David Harvey (1996)³⁹ e Doreen Massey (1991)⁴⁰ - e, no Brasil, figura como principal representante Milton Santos (2005), buscam inserir nas análises sobre o lugar uma leitura embasada nas relações estabelecidas entre o local/global. Se trata de uma vertente que se interessa e, inclusive, desenrola uma crítica às ideias humanistas é a corrente crítica, fundada no materialismo histórico-dialético.

³⁸Para fins deste estudo, se adota o conceito de Globalização dos autores David Harvey (1996), Doreen Massey (1991) e Milton Santos (2005), que buscam inserir nas análises sobre o lugar uma leitura embasada nas relações estabelecidas entre o local/global. Uma vertente que se interessa e, inclusive, desenrola uma crítica às ideias humanistas é a corrente crítica, fundada no materialismo histórico-dialético.

³⁹ “O Problema da Globalização”, publicado originalmente em MARXISMO Oggi, Rivista Quadrimestrale di Cultura e Política, nº2, Milão, Teti Editore, maio-agosto, 1996, pp. 125-140, tradução de Fátima Cabral.

⁴⁰ O tema globalização é tratado pela autora na publicação “Um Sentido Global do Lugar”, publicado originalmente por Doreen Massey (1991, junho, pp. 24-29), reimpresso em 1994 com tradução de Pedro Maia Soares.

Há, no mesmo lugar, o que Santos (2005) chama de “acontecer hierárquico” resultante das ordens e informações provenientes de outros centros de poder que geram verticalidades e, ao mesmo tempo, o “acontecer solidário” - resultante da realização de tarefas comuns produtoras de relações comunicacionais advindas do cotidiano partilhado que geram horizontalidades.

Nesse sentido, o autor considera que o “lugar” é “globalmente ativo” e que “mais importante que a consciência do lugar é a consciência do mundo obtida através do lugar” (SANTOS, 2005, p.161-162). Essa consciência pode ser no lugar, possibilidade de autonomia, de construção de um projeto de futuro que seja diferente do hegemônico. Ou seja, a vila do distrito como categoria lugar pode ser compreendido como uma construção social, fundamentada nas relações espaciais diretas, no cotidiano e na articulação entre a cooperação e o conflito. A globalização, em vez de ocasionar a homogeneização dos lugares, propiciou ressaltar as suas singularidades.

1.4 BUENOLÂNDIA: PERCURSOS E CAMINHOS

Para irmos a Buenolândia, buscando uma indicação (Apêndice 12) para nos orientar, a quem quer que seja na cidade de Goiás, escutamos sempre: partindo da cidade de Goiás, pela GO-070, por 17 kms de pista asfaltada vira à direita mais 13Km de estrada de chão e muita poeira chega-se a Barra. Mas, ao longo dos estudos, além desse caminho, nos aproximamos de alternativas possíveis de se chegar até o distrito, e de suas referências de pertencimento e valorização do lugar pelos habitantes.

Em 1730, ao arraial – atual distrito de Buenolândia – chegava-se a partir da cidade de Goiás - pela estrada da Barra via Igreja de Santa Bárbara (Anexo 21) – adentrando-a pela sua porção sul. Hoje, essa estrada se-transformou em via de escoamento de agricultura e pecuária, que dá suporte a caminhões e mais caminhões boiadeiros e das comunidades rurais adjacentes. É caminho para o transporte escolar local, bem como dos assentamentos e também o caminho preferido pelo turismo de aventura, como os ciclistas.

No século XVIII, tal trajeto era propício aos bandeirantes e aos tropeiros, pela passagem em lugares mais planos e secos. Refletindo sobre o antigo caminho, evocam-se histórias de passagens povoando nosso imaginário: passagens de ouro, tropas, mulas e boiadas. Alguns autores, pesquisadores e viajantes nos elucidam sobre a forma como

se deu a origem desse acesso, inclusive, baixo, segue trecho de narrativa sobre a percurso de um desses autores, nos anos 40 do século passado (Anexo 22), pelo povoado da Barra.

“Por esse caminho de Goiás ao distrito, fomos saindo pela igreja de Santa Bárbara, contornamos a margem esquerda do rio Vermelho. É um caminho que atravessa sobre o córrego Manduzanzan, perpassa pelo entroncamento da Mata do Baú e pela venda⁴¹ do assentamento com mesmo nome – e depois sobre a ponte do rio Bugre até chegar-se ao distrito de Buenolândia. Distan 45 km da cidade de Goiás, saindo em direção noroeste, por ali se acessa a região da Pedra Preta (Apêndice 13), o assentamento Engenho Velho e o trecho de volta para cidade de Goiás.

Na década de 1940, a Barra pode ser acessada pela estrada saindo para a Colônia de Uvã em percurso pela GO-070, suas referências são o Rio Índio (Apêndice 14) e a estrada para a localidade “Marital” ou “Maritã”, que distam 8 quilômetros até a Barra. Adentra o povoado pelo lado oeste da vila do distrito. Já teve ponte, hoje apenas suas ruínas inacessíveis. Existe um acesso pela passarela ou pinguel que passam pedestres, bicicleta ou motos, quando o Rio Vermelho está cheio porque na seca passam pelo “vau”, inclusive automóveis. Mata do Baú, a Igreja Assembleia de Deus, rio Índio, todo de chão batido, margeando buritis e uma florada exótica no mês de abril. Por esse caminho passa-se por dentro do Rio Vermelho. A localidade “Maritã” fica entre os rios Índio e Vermelho. Dista da cidade de Goiás, da GO-017, em média 26 quilômetros.

Existe ainda um terceiro caminho de acesso ao distrito da Barra, via “Bar da Lia na região do Coqueiro”, dista da cidade de Goiás cerca de 28 quilômetros pela GO-164 que liga a cidade de Goiás aos municípios de Faina ou a São Miguel do Araguaia. Chega-se pelo lado norte da vila do distrito, transpondo o Rio Bugre, a ponte sobre o Rio Bugre (Apêndice 15) acessando a vila de casas conjunto entregue pelo prefeito Boadir. Sai de Goiás entra à esquerda como se fosse pra Águas de São João e vira pra Barra no bar da Lia 35 kms e anda mais uns 15 Km para virar pra Barra e tem uma vendinha na beira da estrada, lugar honesto, bem limpinho. Daí a estrada para Buenolândia dista 11 Kms.”

⁴¹ “Venda” refere-se a um ponto comercial de varejo de pequenas necessidades, no sentido imediato do termo: vara de pesca, doces, sabonete, bujão de gás, pinga. É também ponto de referência de paradas para pouso de Folia de Reis e de encontro na área rural: Próximo à venda, depois da venda, marcar a conta na caderneta da venda, as quitandas e doces da venda, a cachaça e o torresmo da venda.

Esses são lugares e nomes de importância e referências para seus habitantes. Os nomes foram dando sentido e significado para a relação entre habitantes e o lugar tem ligação com eventos, fatos, objetos, as pessoas, como o “Bar da Lia”, cuja mulher já morreu há muitos anos, porém continua nomeando o lugar.

E um quarto acesso, a estrada para Barra partindo da GO-070 na saída pra Itapirapuã, a 17 km de asfalto da BR-070, veem-se placas amontoadas em informações confusas com nomes de casais que farão suas festas de noivado, como também os nomes de fazendas particulares, os assentamentos da região em meio a um matagal que as encobre. Um degrau no asfalto faz desacelerar-se e, com muito cuidado, saímos da GO-070 e entramos numa estrada de chão conhecida como “estrada pra Barra passando pelo Cacete Armado e a Ponte do Apertado (Apêndice 16)”.

A rota de acesso à vila do distrito fica num ponto cego na pista, onde quem está trafegando na BR 070 não consegue ver bem quem está vindo de Itapirapuã, pois tem uma declividade que tira a visão de ambos os lados: quem quer entrar ou de quem quer sair da rodovia. Essa estrada de terra conduz os viajantes em meio a assentamentos e fazendas particulares, ela se encontra em tal condição que nenhuma condução passa da segunda marcha, pela desproporção de pedras e depressões que solavancam o carro.

Já havíamos percorrido 3 kms desde a rodovia até o “Cacete Armado⁴²” ou Bar do Luciano (Apêndice 17), datado de meados de 1950, ele se localiza nas margens desta estrada. Trata-se de uma venda feita com material muito simples de construção espichada e bancos de madeira à porta debaixo das árvores da entrada que nos convidam a entrar, refrescar e tomarmos algo para tirar a poeira da garganta.

Percorremos mais 10 kms e passamos pela Ponte do “Apertado” (Anexo 23), de acordo com o Coronel Brasil Vicente Ferreira, ela foi feita nos meados de anos 1945 na época da segunda guerra mundial. Conhecida por “Apertado”, apelido dado pelos habitantes do lugar, porque o rio Vermelho é apertado, tipo um canal muito fundo de pedras de um lado e de outro. Nesse local os habitantes acampam, fazem churrasco e se

⁴² Segundo Coronel Brasil Vicente Ferreira (nascido e criado na Barra), esse termo “Cacete Armado”, pode ter surgido em decorrência de algum desentendimento, atritos durante as festas de roça, pois na década de cinquenta já era rota de passagem, ponto de jardineira e até hoje é conhecido e referenciado. Ali habitava Dona Erondina Leite que servia refeição e também dava comida, pelo prazer de cozinhar e de ver as pessoas comerem até mesmo sem pagar. Ainda foi pouso de folia e linha da jardineira pra Goiás, nos anos de 1950.

banham⁴³ no rio aproveita as localidades que formam prainhas de areia dispersas entre as pedras.

A obra de arte, ou ponte, de arquitetura em madeira totalmente manual, vernácula, com tábuas retiradas de troncos desbastados a machado e tendo suas peças serradas e encaixadas à mão. Os troncos da base se encontram repousando em camas de concreto armado que se recostam nas pedras do leito do Rio Vermelho com uma altura de aproximadamente 10 metros.

É de uma elegância rudimentar, a ponte belíssima, adaptada àquela paisagem do sertão goiano. Por essa ponte hoje passam aqueles da rotina interiorana daquelas roças que margeiam caminhos para ir à escola ou aos compromissos em Goiás como serviço bancário, médico, dentista, cartório, supermercado, dentre outros.

Neste Brasil profundo as pontes são importantíssimas para os habitantes, em questão de tráfego, de mobilidade e ligação para o econômico e social. As estradas devem assegurar a entrada de insumos nas propriedades agrícolas, o escoamento de produção e o livre deslocamento das populações do meio rural.

Acanhada e pintada de forma caseira, lá está a placa: Buenolândia, e uma seta apontando à direita do trevo que se encontra em destaque sobre um talude de terra batida. Juntam-se a ela, ainda, um tanto de lixo doméstico, pneus e entulho de obra à beira da estrada (Apêndice 18).

Lembramos da cidade de Goiás onde os endereços também não têm assim tanta importância em placas. Vale dizer que se conhece pelas referências ou pelas pessoas os lugares: perto do coreto, atrás da Igreja, descendo o beco... Na rodovia não era diferente. Você não pertencente àquele lugar ao deslocar-se precisa entender o sistema de códigos, símbolos, que somente as pessoas dali dominam.

Nós, no século XXI, procurávamos uma forma de chegar à Buenolândia, não pertencíamos ao lugar e estávamos à deriva, por caminhos que para nós não tinham os significados e os habitantes dali sabiam dialogar e atribuir significados a eles: Ainda persiste na Buenolândia o percurso, tal como proposto por De Certeau (1998), em “A Invenção do Cotidiano”, no capítulo no qual discorre sobre Relatos de Espaço.

De Certeau faz uma análise sobre *Percursos e Mapas*: “As descrições orais de lugares [...] relatos de rua, representam um primeiro e imenso corpus. Numa análise

⁴³ Terminologia goiana para se deleitar no rio, mergulhar, passar o tempo de lazer, dar banho em ou tomar banho: “banhar”.

muito precisa das descrições [...] reconhecem dois tipos distintos que designam, um como ‘mapa’ e o outro como ‘percurso’” (DE CERTEAU, 1998, p. 204)

O percurso oscila entre os termos de uma alternativa: ver (é um conhecimento da ordem dos lugares), ir (ações espacializantes), ou apresentará um quadro (“existe...”), ou organizará movimentos (você entra, atravessa, retorna...). Os goianos privilegiam maciçamente o percurso em suas narrativas, mais do que o mapa.

As indicações para chegar a Buenolândia, quando indagados, os moradores de Goiás usavam em suas falas o tipo percurso em quase sua totalidade: *Você vai toda vida na direção da Serra Dourada, depois você vai ver a ponte do Apertado pertinho do Bar do Luciano, entra ali...* Uma linguagem natural, ordinária, carregada de regras das interações e convenções sociais.

De Certeau (1998) explica que as descrições se fazem em termos de operações e mostram como se chega ao lugar proposto. Os habitantes discorrem sobre um circuito, que fornece uma série mínima de caminhos, na qual o caminho é uma de unidades que têm a forma de vetores estáticos ou móveis.

Claval (1995), quando aborda sobre as relações entre a cultura, o meio e a paisagem, recorda-nos a proposta da geografia humanista, na qual as atitudes dos habitantes estão ligadas aos princípios da territorialidade humana, face ao espaço geográfico, relacionadas às questões de orientação espacial estão ligadas aos princípios da territorialidade humana.

A singularidade das paisagens são marcos referenciais para os habitantes do Arraial demarcar o percurso: a Serra Dourada, o Rio Vermelho, a “ponte do apertado”, o bar do “Cacete Armado”, a subida do “Santinho”, a virada da “Mata do Baú”, a placa, o açude, o “Ranchão” e o “Levanta Saia”, ambos são referenciais de linguagens rurais do Arraial da Barra.

Essa relação pode ser mais bem definida por meio do conceito de lugar, visto que apreender o lugar é contextualizá-lo não só espacialmente, mas, fundamentalmente, nas concepções teóricas que oferecem distintas lentes de análise conduzindo a interpretações diferentes.

Para Tuan (2012), o espaço se transforma em lugar à medida que adquire definição e significado. De acordo com Holzer (1999, p. 70):

[...] a preocupação dos geógrafos humanistas, seguindo os preceitos da fenomenologia, foi de definir o lugar enquanto uma experiência que se

refere essencialmente, ao espaço como é vivenciado pelos seres humanos. Um centro gerador de significados geográficos, que está em relação dialética com o constructo abstrato do que denominamos 'espaço'.

Além de significado geográfico, ponto de referência demarcatória e acesso aos arraiais, a estrada colonial conhecida como Caminho de Goyaz, Estrada do Anhanguera ou Caminho Real do Sertão (Anexo 24), ramifica e parte dela se transforma em percurso que nos leva à Barra. A Estrada tem ainda outro importante significado: demarcação inaugural de entrada para o sertão das minas dos Goyazes.

Essa estrada compõe um total de quatro itinerários (Anexo 25) denominadas de reais que saiam de Vila Boa quando ainda era uma capitania. Desde a ideia inaugural do território, com a expedição de 1722 de Anhanguera, o Moço, o percurso desenvolvido por ele, recuperando as antigas trilhas indígenas, consolida a primeira e oficial Estrada Real.

A interação entre a estrada e os habitantes já se revelava desde seus corpos e memórias, apreendendo a paisagem e descrevendo a natureza como referência. Este procedimento, como ainda hoje, os habitantes de Goiás usam em suas narrativas de percursos, mantendo o que era usual há 297 anos. São espaços vividos pelos habitantes do lugar, além do espaço materializado, esses acessos ocorrem na memória de cada um deles, ele se configura como o mundo vivido dos habitantes, suas experiências de mundo compondo uma memória social.

Depois de entendermos a interação, o percurso, e o espaço vivido dos habitantes, a entrada para o distrito de Buenolândia foi encontrada. De acordo com Azevedo (1992), no Brasil colonial, raro era o núcleo urbano que não se achava associado a um curso d'água, grande, médio ou pequeno e muitas foram às causas dessa preferência: o fornecimento de água para o uso doméstico, a facilidade de obtenção de alimento pela pesca, as vantagens oferecidas no que se refere aos contatos regionais e, no caso específico das áreas de mineração, a presença de ouro e de pedras preciosas no cascalho dos leitos fluviais.

O estado em que se encontra essas estradas para a Barra e as pontes hoje em dia, pode desestimular a permanência dos habitantes nas comunidades rurais, visto que dificulta o trânsito, causa desconforto e insegurança aos usuários, além de elevar o custo de transporte para os produtores e os custos de manutenção para a prefeitura.

A impressão ao chegarmos em Buenolândia é que se adentra pela porta dos fundos. Queríamos explorar aquele lugar apenas como um passeio de quem veio para olhar, um voyeurismo, uma inspeção de longe, por isso perguntamos onde estávamos e nos responderam: Aqui é a Barra!

1.5 BARRA OU BUENOLÂNDIA? NA PERSPECTIVA DE LUGAR

O aspecto rude das casas, acanhadas e ainda assim cheias de conteúdo, de quintais, portões, varandas, cercas e telhados, com suas janelas e portas de madeira rústicas convidava para que a passagem fosse mais além do que aquele momento proporcionava. Numa das esquinas que passamos, alguém havia registrado uma poesia reflexiva, meio filosófica, meio literária; estava escrita a giz sobre madeira, como pauta, na cerca da porteira (Apêndice 19): “no mesmo galho/ uma formiga a passeio/ outra a trabalho”, assinado por Ricardo Silvestrim⁴⁴.

Quem Silvestrin contagiou ali? Assim como Yi-Fu Tuan (2012) com o conceito de topofilia, tendo a necessidade de separar e ordenar de alguma maneira a ampla variedade de atitudes e valores relacionados com o meio ambiente físico do homem.

Topofilia é o conceito persistente desta tese, pois se refere ao “elo afetivo entre o sujeito e o lugar ou ambiente físico” (TUAN, 2012, p. 5). Assim como pesquisadores se atrelam sobre ideias e temas variados em Geografia, nós nos atrelamos à formiga em seu triêro. Sintonizar com a formiga para conhecer seu “mundo”. Esse “mundo” se refere às vivências individuais e intersubjetivas, ou como define Dartigues (1978, p. 28): “[...] ele é em primeiro lugar o que aparece à consciência e a ela se dá na evidência irrecusável de sua vivência”.

A formiga nos conduziu! Tomou-nos de assalto e nós nos fundimos para caminharmos juntas sobre esse distrito com o conceito de “mundo” de Tuan (2012) dominando nossas reflexões. O mundo é um campo de relações estruturado a partir da polaridade entre o eu e o outro; ele é o reino onde a história ocorre, onde encontramos

⁴⁴ Ricardo Silvestrin é um escritor e músico brasileiro, formado em Letras pela UFRGS, em 1985. No mesmo ano, publicou seu primeiro livro de poemas, “Viagem dos olhos”, pela editora Coolírica. Ganhou 5 vezes o Prêmio Açorianos de Literatura: como poeta, como autor de livro infantil, como editor e como destaque de mídia.

as coisas, os outros e a nós mesmos, e desse ponto de vista deve ser entendido e apropriado pela Geografia.

Fundimo-nos no sentido fenomenológico, numa característica comum entre a verificação e a formiga, enfatizando a natureza dialógica das relações entre habitantes e lugares. Seu convite não era exclusivamente humano, pois também a formiga imprime suas marcas ao adentrar ninhos, lares, com canais e câmaras, vielas, conhecer sua organização complexa, defender sua colônia, seu distrito. Quase um fetiche!

Bachelard em sua obra “Poética do Espaço” (1957) enuncia a primeira referência à topofilia como laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material que inspirou o livro homônimo de Yi-Fu-Tuan (2012). Este autor enfatiza a experiência do lugar como fundamental para ser parte daquele espaço.

Também, Merleau-Ponty (2006) define o mundo desde a experiência: “o mundo não é aquilo que eu penso, mas aquilo que vivo” (2006, p. 14). O filósofo ainda inspira o sentido de lugar da Geografia Humanista a partir da ideia de mundo vivido que inclui as experiências com o espaço e com as outras pessoas pela intersubjetividade: “mundo fenomenológico é não o ser puro, mas o sentido que transparece na intersecção de minhas experiências com aquelas do outro, pela engrenagem de umas nas outras”. (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 18).

De modo geral, o interesse pelo lugar, dentro da Geografia e além dela, se deve à busca de um conceito que coloque em destaque a relação de identidade do sujeito e seu grupo com o espaço em que habita. O lugar é um centro de valor indispensável para constituição de autonomia e estabilidade.

Queríamos adentrar aqueles quintais muito diversificados em suas composições de árvores, ervas, plantas, cacarecos e utensílios de toda sorte em metal, madeira e cordas, galinhas, louros, hortas, mangueiras, jabuticabeiras, pássaros e cachorros. Queríamos também conhecer e dar enfoque às manifestações do amor humano pelo lugar, pois este é o veículo de acontecimentos emocionalmente fortes, ou é percebido como um símbolo (TUAN, 2012). Carpinejar⁴⁵ também nos lembra que para ser feliz, a gente não precisa sair do lugar, a gente tem que ser o lugar.

⁴⁵ CARPINEJAR, Fabrício. Humor inteligente. 2017. Disponível em: <<https://www.pensador.com/frase>>. Acesso em: 28 dez. 2018.

O distrito se abria em muitos conteúdos de emoções, ao que se revela inserido no conceito de topofilia. Espaço de vivência cotidiana, de subsistência, de lazer, de encontros e de roupas sujas com caldo das frutas pegas no pé.

1.6 MEMÓRIAS E SIGNIFICADOS DE BUENOLÂNDIA: O LUGAR COMO ENCARNAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS DOS HABITANTES NO DISTRITO

A vila revela o traçado simples, aliado ao desenho da cidade medieval: plana e orgânica, no ponto topográfico mais alto, próxima à água, além disso, as poucas ruas não são todas iguais, mas existe uma gradação contínua. A praça não é independente da rua, mas um largo ligado estreitamente às ruas que para ela convergem.

Ao final do traçado urbano, existe uma ponte em madeira que a interliga com a cidade de Goiás, assentamentos e propriedades particulares, por meio de estradas de terra: está sobre o rio Bugre. De cima da ponte, olhando-se à esquerda, cerca de trinta metros, se pode ver sua confluência com o Rio Vermelho e, também, andar por seu interior vasculhar seus canais, caminhos (Apêndice 20).

Foi ali, exatamente ali, onde tudo começou em 1726, a praça não é aquela ajardinada, nem tampouco com bancos como se vê na Cidade de Goiás. Ela lembra mais as praças cívicas, onde tem a função de concentrar eventos, pessoas, manifestações culturais, religiosas Um grande espaço vazio, árido, sem calçamentos, nem infraestrutura nenhuma, somente terra batida, pois era um espaço de chegada de tropas, reuniões, procissões, festas e feiras.

Na rua e nos quintais, ao olhar lançado pelo viés da geografia cultural, o distrito de Buenolândia proporcionava-nos sua percepção como espaço vivido. Observá-lo se construindo e reconstruindo, de maneira cada vez mais ampla e estruturada, tendo suas imagens e percepções sobre a paisagem local considerando seus vínculos afetivos e de identidade com os habitantes do local era evidente.

As varandas (Apêndice 21) têm um acervo pleno de bancos de madeira e cadeiras de fios coloridas, mostram simplicidade, conforto, afeto, alegria e história fora da casa. Junto às varandas, vasos dependurados e nos pisos verdes preenchendo espaços sem gentes, mas indicando que existe alguém que molha e cuida das plantas viçosas. Juntos compõem um retrato da relação das pessoas com o lar. As varandas revelam peculiaridades no jeito de habitar de traços em comum, mas cada uma é única e reflete a

sensibilidade dos habitantes, que cuidam, varrem aquelas varandas muito limpas e enceradas, de pisos de cimento queimado e cerâmicas. Aquelas arquiteturas vivas!

O precedente que contribuiu para a escolha da Buenolândia foi o interesse em estudar e verificar a pertinência de algumas afirmações ou classificações sobre o traçado da vila e o desenho de suas casas rurais. Polemizar. Abrir possibilidades para o questionamento, para o desenvolvimento de novos conhecimentos envolvendo o tema.

Era uma tarde quente de quinta-feira com toda a inclemência do sol que o Cerrado proporciona numa época de inverno seco. Ventava muito e as folhas teimavam em se espalhar por toda a parte cobrindo as ruas e os quintais dando unanimidade ao piso.

Aquelas dezenas de ruas que formam a vila do distrito e a diversidade de casas e parcelamentos que continha mostrava fragmentos da realidade social. Ali o tempo tinha deixado suas marcas com as mais diversas digitais em tipologias diferentes de casas, distribuídas na informalidade de arruamentos (Anexos 26), gentios que nos convidavam a chegar até o fim de cada caminho que desenha para revelar uma ponte, uma Igreja, uma poesia escrita numa porteira.

Buenolândia foi assentada num platô acima do nível dos rios Bugre e Vermelho, nas suas margens esquerdas. Aquelas fendas do caminho eram de uma pureza que Le Corbusier (2000), contrariado, conceituava a diferença racional entre o caminho das mulas e o caminho dos homens.

O urbanismo colonial, não cartesiano, que convive com parcelamentos em suas extremidades típicas de políticas públicas ordenadas pelos “carimbos urbanos”, homogêneos que já sofreram alterações diante das necessidades da vila do distrito. A vila de quase trezentos anos respira, vive! Será que a repetição do desenho urbano lusitano desse “modo de se fazer cidades” tendo na praça central a figura regular geradora dos demais componentes do espaço urbano, seria um predecessor do desenho também das tipologias, das casas existentes ali?

Segundo Coelho (1996), os traçados das vilas e cidades do Brasil no período colonial, se enquadrava Vila Boa de Goiás, fundada em 1727 com o nome de Arraial de Santana, de traçados inteiramente irregulares. A principal característica desse traçado é o fato de que todas as cidades e vilas aglutinadas tiveram formação espontânea, não seguindo nenhuma norma ou orientação no tocante à organização espacial.

Seu traçado surgiu em decorrência mais a um saber fazer informal popular de ordenação das casas e ruas do que às normas ou traçados preestabelecidos, na miserável

arquitetura dos arruados (ESTEVAN, 2008). Assim, a Buenolândia, diferentemente da cidade de Goiás não teve nenhuma proposição urbanística da Coroa Portuguesa, como constatado na bibliografia consultada.

Há irregularidade com que se apresenta a conformação urbana da vila de Buenolândia, ao observarmos suas ruas e vielas. A organização das casas e ruas rege a disposição informal do saber popular, é em grande parte responsável pelo tipo de implantação desvinculada de qualquer diretriz que se tenha estabelecido em seu tempo histórico. Para Azevedo (1992), o anti-urbanismo colonial acentua os centros urbanos do Brasil Colonial como resultado da ação urbanizadora de suas autoridades e não como criações espontâneas da massa popular.

O objetivo desses governantes coloniais consistia em reunir os moradores dispersos nas extensas glebas de terra, o que nem sempre era conseguido sem a prática de violências. Por isso mesmo, quando o fundador se retirava do lugar, muitos dos novos moradores desertavam para a zona rural e voltavam a labutar em suas fazendas e nos seus sítios. Somente a mineração teria contribuído de maneira efetiva para a concentração urbana (de que os “arraiais” do Bandeirismo constituíram a melhor prova), isto porque, nas regiões auríferas, as “datas” de terras eram pequeníssimas, verdadeiros minifúndios (VIANA⁴⁶ apud AZEVEDO 1992).

O próprio sistema de povoamento e as atividades econômicas mais típicas, fora da área mineradora, contribuíram para essa tendência anti-urbanizante: eram as “sesmarias” e as fazendas de gado, que estimulavam a dispersão demográfica; eram os engenhos de açúcar, responsáveis por uma forma diferente de concentração que girava em torno das “casas-grandes”, mas que só excepcionalmente evoluíam para o povoado, a vila e a cidade. Em consequência disso tudo, surgiu o “*homo coloniais*”, que Viana, 1949, procurou assim caracterizar: amante da solidão e do deserto, rústico e anti-urbano, fragueiro e dendrófilo, que evitava a cidade e amava o campo e a floresta — homem de que a expressão mais acabada e representativa teria sido o paulista do Bandeirismo (AZEVEDO, 1992)

Daí o “complexo do sertão”, que o dominava, o gosto pelo insulamento, “apesar de todos os amavios⁴⁷ da vida urbana civilizada”. Comprovadamente a concentração urbana brasileira é um fenômeno recente, apenas registrado a partir do

⁴⁶VIANA, Oliveira. Instituições Políticas Brasileiras (1949).

⁴⁷ Dicionário Houaiss: encantos, feitiços.

século XIX. Para Reis (2000), existem documentos que comprovam a existência de uma atividade planejadora regular do mundo luso-brasileiro. Mas ainda que houvesse um planejamento, como Azevedo (1992) nos explica, cumpre não exagerar a importância desses modestíssimos núcleos de povoamento, em que pese a afirmação de Max Fleiuss⁴⁸ apud Azevedo (1992, p. 4), “quando os considera um esboço dos nossos primeiros núcleos de organização político-administrativa”.

Bertran (1996) aborda o urbanismo da intencionalidade e da incidentalidade. Pode-se afirmar que a Buenolândia e a Vila Boa de Goiás, se fundamentam quanto às suas características urbanísticas, respectivamente, nos conceitos da intencionalidade. Para ele, a incidentalidade está vinculada aos primeiros momentos da existência dos arraiais portugueses implantados no território americano, em especial aqueles surgidos nas regiões mineradoras, onde o que se observa é uma conjuntura adversa a investimentos urbanos.

Como complemento desse desenvolvimento inicial minerador, a intencionalidade, como força de alteração espacial: aos elementos iniciais de organização espontânea contrapõem-se aqueles representativos do poder e das classes sociais, e que definem o crescimento do núcleo. Esta intencionalidade, aqui neste estudo foi observada e analisada de duas maneiras: a do Arraial da Barra, apesar de haver a intencionalidade, pois havia sido encomendada pelo Rei D João V a Anhanguera, não teve a concepção em mapas, como já houve com o Arraial de Santana.

Mesmo com o Arraial da Barra sendo o pioneiro, sua implantação se deu de maneira informal frente aos moldes que as cartografias do Arraial de Santana nos apontam. O Arraial de Santana foi elevado à Vila, e o Arraial da Barra permaneceu como Freguesia. Esta mudança decorre da quantidade de ouro que Santana apresentava, sobrepujando a Barra e a mudanças de habitantes de modo a ganhar povoação em maior número e lhe atribuindo poder administrativo importante frente à Coroa.

Buenolândia se desenvolveu ao redor de um pátio central e a implantação da Igreja com o cruzeiro (Anexo 27). Esses elementos são considerados como “núcleos de organização político-administrativos”, mas não seriam suficientes para se determinar o desenho das ruas, porém, determinam o centro da implantação do arraial. Determinam o local de chegada de tropas, a referência Católica e a imposição da Igreja sobre o arraial.

⁴⁸ FLEIUSS, Max. *História Administrativa do Brasil*, ed. Comp. Melhoramentos, 1922.

Mas não se pode dizer que esses elementos são planejados ou de alguma forma, diretrizes urbanísticas para o arraial.

São marcos, marcos arquitetônicos. Por isso, reconhecemos em Buenolândia o enquadramento como diz Bertran (1996) no urbanismo da intencionalidade, pois possui investimentos de poder da Coroa e da Igreja Católica em sua implantação⁴⁹. A casa sede de governo do Capitão-Mor representante da Coroa em pleno sertão das minas do Goyazes, o governo da Capitania de São Paulo tinha uma missão demarcatória e de expansão da Colônia Portuguesa.

Coelho (1998) aceita as hipóteses de Bertran (1996) e sugere a influência direta dos antecedentes medievais a cidade medieval árabe, a cidade medieval cristã. Embora ele sinalize como elementos inovadores as práticas urbanísticas desenvolvidas por Cunha Menezes. Este era governador da Capitania de São Paulo, a qual a Capitania de Goiás era subordinada na época.

Pode-se notar que a vila do distrito de Buenolândia carrega essa herança formativa espacial: a da intencionalidade, termo usado por Bertran (1996), por definir-se como território demarcatório da Coroa Portuguesa. Já a Vila Boa, que se erigiu a partir dos traçados da Coroa, teve a função de se constituir como sede de governo, com planos propostos para o perfil de suas ruas e o despojamento de suas casas abertas à vida externa e ao mundo público.

A Buenolândia apresenta, diferentemente da Vila Boa, a ideia de formação espontânea, irregular, relacionada às cidades medievais. Ela nos remete aos estudos de Sérgio Buarque de Holanda e de Robert Smith (1969), configurando típicos núcleos mineratórios do século XVIII, com o traço dos semeadores, dos colonizadores portugueses.

As casas da vila do distrito podem ser “descobertas”, para algumas destas respostas, pelas sínteses históricas, ressignificação da sociedade e refletir, pois, sobre a casa rural, pela transversalidade da cultura (ALMEIDA, 2005). Isso é, considerar que elas possuem signos e mensagens, interpretar seu valor social.

O distrito é também objeto de operações simbólicas. É nele que os habitantes projetam suas concepções de mundo, de habitar, concepções estas decorrentes de uma cultura. No caso de seus precedentes conforme relatado pelo Alferes José Peixoto da Silva Braga em Relatos Sertanistas (1953), saíram de São Paulo para esta terra os

⁴⁹ Será explorado no Capítulo 3: o Casarão de Fronteira.

brancos portugueses, acompanhados de seus índios e escravos, do paulista bandeirante, do baiano, dos religiosos que compunham a expedição exploratória.

As casas feitas de adobe, barrote e o traçado das ruas, como “caminhos de mulas”, nos demonstram a identidade sertaneja e de saber popular que o distrito se propõe. Arreios pendurados nas varandas, amarrados com cachorros e restos de samambaias e pés de erva cidreira, as roseiras disputam espaços em hortas com chifres para tirar o mau olhado e galinhas soltas no quintal.

Na leitura do distrito, nós nos referimos ao lugar considerando notadamente a cultura de habitar, desenhando lugares culturais, resultados de uma apropriação simbólico-expressiva do espaço. Segundo Almeida (2005), a cultura é parte integrante das condições gerais da identidade e dos valores culturais inscritos no lugar, deixando marcas pela história e pelo trabalho.

No distrito de Buenolândia se observa a mescla entre os comércios e serviços integrados com as casas, pois não se separam (Apêndice 22). Verifica-se como exemplo, o cartório da Néia (*in memorian*), o mercado dos “Secos e Molhados” da Vaninha e a mercearia da Dona Geralda (*in memorian*), pois estão à frente da chegada da casa de cada uma delas.

As entradas com suas portas e janelas enfatizam a importância das fachadas, essas que nos espreitam e cuidam, olhando quem passa, e como recebem quem chega. Marx (1980, p. 47) vai chamá-las de “interseção do mundo privado com o público”. A vida cotidiana de cada sujeito desperta necessidades em conjunto com a casa e suas relações locais com o distrito. O desenho urbano traçado pelas carroças, ao sabor das protuberâncias e das concavidades, das pedras, do rio; assim nasceram os caminhos e as estradas, nas encruzilhadas das estradas, o rio era obstáculo a se superar.

Como os traçados das cidades medievais (COELHO, 1996), Buenolândia, também como a maioria delas, não tem definição prévia. Ou seja, formaram-se espacialmente de uma situação geográfica natural e de um crescimento orgânico. Coelho (1996) enfatiza que há uns 200 metros acima da beira da água, da barra entre o entroncamento dos rios Vermelho e Bugre, se construíram as primeiras casas, as choças, ao longo dos caminhos das tropas do ouro. E, aos poucos, quisemos ir assim descobrindo com muita clareza classificada de “arquitetura portuguesa feita no Brasil”.

As casas contribuem para essa caracterização, abrindo-se para o espaço público – a rua ou a praça. São fatos como esses que nos estimulam, a saber melhor, sobre esse mundo urbano colonial e seu papel no mundo vivido dos habitantes.

Coelho (1996) confirma a ocupação espacial portuguesa nas colônias brasileiras bem ao sabor popular, sem a preocupação com a rigidez imposta a suas colônias pela Coroa Espanhola. Fundada em decorrência das descobertas de ouro, Buenolândia localiza-se num terreno absolutamente plano, ocupando as margens dos rios Vermelho e Bugre, bem no seu entroncamento, chamado barra. O povoado assim foi descrito por Magalhães, já no século XX:

Barra chama-se um modesto povoado de meia dúzia de casas de barrote, cobertas com telhas, onde há um armazém com os produtos da terra. Nesse lugarejo perdido no meio do sertão, à margem esquerda do Rio Vermelho, reúnem-se a população dos agricultores e criadores para as rezas, para a festa do Divino Espírito Santo e para a descida do rio em caçadas ou pescarias. Nesses dias festivos sobem ao espaço os rojões estrepitosos anunciando a passagem de qualquer data grata aos sertanejos (MAGALHÃES, 1945, p. 58).

Voltamos em direção à estrada de terra e, repentinamente, diante das casas e praças por acabar, passa um senhor com seu almoço numa panelinha de alumínio. Cuidadosamente tampada e ariada com tanto zelo segurava-a com uma das mãos, passava despercebido do tempo, cruzando a área central do distrito na altura da praça, no Ranchão (Apêndice 23).

Portava um chapéu de palha, bermuda, camisa de botão e chinelos, no auge dos seus setenta e poucos anos, ele nos encharcou com toda sua singeleza. De frente à sua passagem, muitos jovens de férias estavam com a intenção de montar uma comemoração junina. Já se via a cuidadosa fogueira trançada em vértices quadrados, algo de quem domina a técnica de se empilhar para não cair ou queimar de forma desigual quando o fogo a consumir, como uma arapuca.

Como se dá essa realidade concreta da vida cotidiana das pessoas nos níveis individual e coletivo no distrito, em suas diferentes dimensões e interações – a vida real, as experiências reais, as interpretações dadas a estas vidas e experiências tais como são vividas e pensadas pelas pessoas que dão vida ao lugar?

Nessa praça ainda se via algumas crianças empinando pipas e treinando suas habilidades mediante seu período tranquilo de férias. Na saída do distrito tivemos a companhia de uma senhora de sombrinha que vinha, linda, com seus passinhos perdida nos pensamentos daquela tarde. Como nós, rumo à estrada de terra, uma sertaneja forte! (Apêndice 24) Ela nos acolhia com seu passeio de formiga, convidando-nos a adentrar

suas camadas para juntos podermos formar uma parceria entre o singular e o acadêmico, porque nós, como filosofou Silvestrim, naquele galho... estávamos a trabalho.

Quando nos demos conta, tínhamos passado a tarde ali, imersa numa paixão, nem sentimos... Já tínhamos passado nosso primeiro dia no distrito. Pensei na tese, seus processos, estruturas, organizações e os diferentes habitantes. Como devem ser contextualizados em sua dimensão cultural, pois são momentos de vida, vividos no fluxo de uma história. E é a integração orgânica dos acontecimentos de tal dimensão que, em boa medida explica as dimensões e interações, o que se conhece por realidade social. A energia da formiga tarefaira surtiu efeito em nós.

Este capítulo buscou revelar a compreensão da formação do território do distrito de Buenolândia, sua urbanidade como Freguesia no período marcante da história colonial do Brasil. Período quando suscitaram o crescimento e a expansão das Freguesias precedentes do movimento aurífero goiano, durante o século XVIII, neste contexto destacaram-se os arraiais de Anhanguera marcados por conflitos entre poderes da Coroa e da Igreja.

Esses conflitos foram importantes para expressar a urbanidade nos seus vários modos de constituição, seja pela configuração das ações daqueles poderes na tentativa de integrar a normativa de seu contexto territorial, político-jurídico, religioso, social, cultural, com o habitante da colônia. A Freguesia como um território indefinido, tornou-se de fato um modelo para a normatização do homem (MILFONT, 2010). Visualizamos assim, a influência do território como produto da geografia e da história social, a formação de base de “Terras da Santa” (Quadro 7).

Quadro 07: Percurso de formação do território da “Terras da Santa”

Carta régia – sesmaria do Capitão-Mor ⁵⁰	02/07/1726		Em uma das cartas, em nome de Sua Majestade, emitiam-se as sesmarias em Goiás concedidas por Rodrigo César de Menezes, capitão geral da Capitania de São Paulo a mando de D. João V: Bartolomeu Bueno da Silva e João Leite da Silva Ortiz, descobridores das minas de ouro.
Lei de Terras 601	18/09/1850	Instituída a proibição de aquisição de terras devolutas por outro título que não fosse o de compra; revalidou as sesmarias que se <u>achavam cultivadas</u> e legitimou as posses mansas e pacíficas adquiridas por ocupação primária.	O domínio, o título, passou a prevalecer sobre a posse, transformando a terra em moeda de troca.
Decreto 1318 (regulamentou a Lei de Terras)	30/01/1854	Fixou o prazo de 2 anos para que as sesmarias e as posses fossem medidas e registradas nos livros das casas paroquiais, reconhecendo-as juridicamente, enquanto as terras devolutas deveriam ser adquiridas por compra e venda em hasta pública. (continua...)	
Lei Áurea, nº 3 353 “Art. 1º: <i>É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil.</i> ”	13/05/1888	Antes da Lei Áurea, três leis focaram na extinção do trabalho escravo no Brasil: • <u>Lei Eusébio de Queirós:</u> Lei nº 581 que foi promulgada em 4 de setembro de 1850, pelo Ministro Eusébio de Queirós (1812-1868). O intuito era acabar com o tráfico de escravos, transportados desde a África nos <u>navios negreiros</u>. • <u>Lei do Ventre Livre:</u> Lei nº 2.040, é considerada a primeira lei abolicionista, promulgada em 28 de setembro de 1871, pelo Visconde do Rio Branco (1819-1880), em que concedia liberdade, a partir daquela data, para todos os filhos nascidos de ventre escravo. • <u>Lei dos Sexagenários:</u> Lei nº 3.270, também chamada de Lei Saraiva-Cotegipe, foi	

⁵⁰ (TEIXEIRA, 2011, p. 269).

		promulgada em 28 de setembro de 1885, no governo conservador do Barão de Cotegipe (1815-1889), a qual previa a liberdade para os escravos com mais de 60 anos. A forma de acesso à terra, adquirida por compra e venda, exclui sobremaneira a toda população que essas leis atendiam. •
Constituição republicana	1891	Continuou favorecendo a concentração fundiária e a disponibilidade de força de trabalho para a grande lavoura comercial. mudando apenas a concessão de <u>terras devolutas</u> , (excluídas as terras de marinha e as da faixa de fronteira), dando início às transferências maciças de propriedades fundiárias para grandes fazendeiros e grandes empresas de colonização. “As <u>terras devolutas</u> existem desde a independência e podem ser entendidas, também, como parte da terra pública, ainda não titulada e sem o competente título de propriedade registrado em Cartório de Registro de Imóveis”.
Código Civil	1917	
Revolução de 1930 e a “Marcha para o Oeste”	1930	Com a Revolução de 1930 houve o afastamento dos setores até então dominantes, em especial a elite agrária. O Presidente Vargas deu início a criação de projetos de colonização nas áreas de fronteiras com a chamada “Marcha para o Oeste”, visando estimular o desenvolvimento da região.
Decreto Lei 311	1938	Dispõe sobre a divisão territorial do país, o distrito se designará pelo nome da sua respectiva sede, a qual enquanto não for erigida em cidade, terá a categoria de vila. Segundo sua definição sobre a classificação de tipos de localidades, vila é a localidade com o mesmo nome do distrito a que pertence (é a sede distrital) onde está sediada a autoridade distrital, excluídos os distritos das sedes municipais. É delimitada pelo perímetro urbano do distrito e definida por lei municipal. (continua...)
Estatuto da Terra, Lei 4.504	30 /11/ 1964	Inseriu outras categorias, indicando diferentes tipos de propriedades da terra: minifúndio, latifúndios por extensão e por exploração e a empresa rural. Estabeleceu <u>precisos critérios para a desapropriação de áreas que não cumprissem a sua função social</u> , cabendo ao proprietário questionar somente o valor da indenização.
Lei 6015	1973	Dispõe sobre os registros públicos (Registro Civil de Pessoas Naturais, Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Registro de Títulos e Documentos e Registro de Imóveis)
Constituição Federal	1988	A partir daí passou-se a olhar a <u>função social</u> da propriedade.

Por motivos didáticos, Dantas & Dallys (2014, p. 526) ressaltam que por ser incomum “referir-se aos municípios como distritos primários, os distritos secundários serão mais usualmente reconhecidos pelo nome de distritos”. Neste território, com as mudanças administrativas que houve desde Freguesia a distrito, a coexistência entre o urbano e o rural, são reconhecidas por Soares; Melo (2010) como relações complexas que precisam ainda ser mais bem estudadas.

Elas apontam alguns parâmetros qualitativos com relação ao assunto, como pontos de reflexão que no mundo contemporâneo deve-se levar em conta: sua inserção no mundo da globalização; a relação entre o poder público local e a população; a relação com a natureza; seu entorno rural e as ruralidades; sua dependência com o sistema urbano regional; o envelhecimento e a involução populacional e aspectos da sua sociabilidade, levando em consideração suas particularidades históricas, paisagísticas, naturais, políticas e culturais deste território.

A formação do território e o desenvolvimento das relações sociais que o permeiam, foram apontados pela pesquisa no acervo do Museu das Bandeiras (MUBAN), na cidade de Goiás. Os documentos notariais (Anexo 28) nos deram pistas sobre a cultura patrimonial e o perfil de quem os registrava. No primeiro acervo notarial, os dados se referem a habitantes da Barra, nota-se que por um período de 11 anos (Apêndice 25), o perfil único de pessoas que se registraram era de Portugal, Braga - centro europeu, talvez inclinados pela sua formação cultural documental mais ampla no registro de seu inventariado pós-óbito e de patrimônio, sendo os 03 registros relativos ao falecimento no Arraial da Barra (1766, 1770 e 1777) de portugueses originários de Braga/ Portugal.

No segundo acervo notarial o perfil cultural patrimonial, O curto acervo notarial da Barra decorre pelo período de 28 anos (Apêndice 25). São 12 itens de 1807 a 1896, nos quais o termo sesmaria é citado de forma recorrente mesmo o território não sendo mais reconhecido como Arraial a partir de 1857, caracterizado pelos Paroquiais como Freguezia. São escrituras lavradas, mas sem registros no lançamento do livro de Tabelionato.

Os documentos são raros e valiosos por existirem como acervo para pesquisa sobre a evolução da regularidade, cultura patrimonial e procedência da conduta documental, europeia, mas ainda carregada da cultura de sesmaria a um passo a mais da cultura portuguesa de divisa de terras “com uma pedra entre divisas”. Na realidade efetua-se apenas um estabelecimento de contrato, para além das Paroquiais, ainda existe

o esforço de “intencionalidade”, pagando as estampilhas, mesmo assim, não gerou um processo de regularização ao longo do tempo.

O perfil das escrituras é de vinculação de compra e venda, doação, permuta e hipoteca. De certa forma havia o reconhecimento fundiário, mesmo não houvesse o aspecto atual, mas havia uma forma embrionária (no século XIX), registrando um contrato em escritura pública. Este procedimento configura-se mais avançado do que contemporaneamente se vê no Arraial com a prática do recibo, e a palavra entre os conhecidos.

Ao longo do tempo os registros dos vol I, II e III, respectivamente 2, 9 e 1 declinaram (Apêndice 25). O aumento ateste nos dois primeiros volumes ao longo de 1878 a 1896 (18 anos), representa a necessidade da documentação e registro da terra. Em 1896 foi feito o primeiro registro de um terreno na Freguezia da Barra, ou seja, desde 1878 após a primeira escritura da localidade, somente havia o registro cartorial imobiliário, mas esse foi o primeiro movimento, a primeira preocupação em efetuar a documentação da terra cartorial sendo evolutivamente notada, no volume II na Barra. Vê-se que ainda como sesmaria na Freguesia.

A sesmaria advém de uma carta régia, de doação do rei aos sesmeiros, sendo ainda necessário transladar a cadeia imobiliária e de instrumentalizar documentos de vínculos entre a terra e seu habitante evolutivamente para o procedimento regular até o presente. Mesmo assim, com o acesso ao acervo final, em 1906, Vol III, apenas um item se mostra declinando a curva de registros e escrituras indicando o que ainda acontece, os procedimentos tácitos e sem documentação nos registros notariais.

A regularidade não foi levada adiante, pois em 1917 se estabelece o Código Civil para fazer a regularização de transferência de propriedade. Enfim, este é o gancho para uma pesquisa importante e de interesse coletivo para seus habitantes que ainda carece de aprofundamento associada à vontade política e à gestão pública.

Assim, o território alterou sua concepção jurídica, nasceu em regime de posse, prevaleceu sobre o título, a posse mansa e pacífica, na ocupação primária. Nasceu como fronteira expansionista com a exploração da Coroa Portuguesa. Assentou-se ao longo do tempo sobre terras devolutas, em seguida sobre território reconhecido distrital, permaneceu como vila de distrito, e atualmente busca exercer seu reconhecimento legal junto aos seus descendentes frente à gestão pública.

Já os habitantes deste território, de escravos índios e escravos negros, fregueses, a posseiros pacíficos das terras do Rei e da Igreja e assim permanecem até os

dias de hoje, sem a regularização de suas matrículas. A Lei de Terras de 1850 definiu o que é terra devoluta e as legitimações de posse, legalizando quem já estava na posse da terra. Mas vejamos, em 1850, portanto 38 anos antes da Abolição da Escravatura, de 1888, a qual não trouxe nenhuma forma de indenização para aqueles que já estavam na terra, ou o reconhecimento sobre quem já havia se dedicado à formação daquele território.

No próximo capítulo, exploraremos como se dá a representação da vida cotidiana dos habitantes nos níveis individual e coletivo no distrito. O cotidiano dos habitantes em suas diferentes dimensões e interações – a vida real, rústica, as experiências reais, as interpretações dadas a estas vidas e experiências tais como são vividas e representadas pela cultura dos habitantes e sua mediação com o mundo a partir da casa.

Adentrar os espaços vivido e construído da casa rural sertaneja do distrito, levando em consideração a herança cultural que permeia sua relação com o território, as características culturais da população local, suas formas de organização e suas condições socioespaciais, tais como: as relações entre casa e quintal, casa e vizinhança, casa e comércio, casa e lendas materializando e dando visibilidade à expressão “identidade ou cultura sertaneja” (ALMEIDA, 2008).

Para tal, evocaremos o Arraial como forma de conhecermos os conteúdos primeiros deste território, referenciados neste capítulo. E, o Arraial, o sertanejo e seu espaço e modo de vida o quanto influenciam na formação da identidade cultural da casa e do sujeito do lugar, como esses habitantes e suas casas “enraízam-se” no território.



Meu ranchinho é pequenino
 Nele não tem muito espaço
 As paredes são de taipa
 Misturada com bagaço
 A minha cama é de couro
 Dos bicho que eu mesmo caço
 Rancho puro sertanejo
 Mas ele é meu!
 Não tem ferro, não tem aço

(Composição: Celino / Raul Torres.)



Imagem 2 - Buenolândia retratada durante estudo de campo (2018) – de Francisco Silva Fregonezi (10 anos) – filho participante da pesquisadora.

2. ESPAÇO GEOGRÁFICO VIVIDO E ESPAÇO ARQUITETÔNICO CONSTRUÍDO, A CASA QUE “DESMANCHA” EM BUENOLÂNDIA

“Toda casa tem goteira”
Paulo Mendes da Rocha⁵¹

No dicionário informal⁵² muitos são os sinônimos relacionados a casa, tais como: peculiaridade, lugar, dom, atributo, hierarquia, congruência, família. Para muitos os sinônimos de casa não passam de definições que podem remeter às suas lembranças ou vivências as quais carregam por toda sua vida, mas o significado de casa, enquanto lar remete ainda a valores, relações, práticas sociais entre diversos agrupamentos humanos. Na análise de Tuan (2013), o lar fornece uma imagem do passado, assim em um sentido ideal, ele fica no centro de nossa vida, e centro conota origem e começo.

O avivamento da memória de um determinado povo contribui para que ocorra a formação da sua identidade, suas raízes, formação cultural e por conseguinte, o pertencimento do lugar. Sabendo disso, a intenção deste capítulo consiste em justamente apresentar quatro casas sertanejas em Buenolândia, sendo elas: a casa da Dita, Sr Inocêncio, D Francisca e Vaninha. Estas se encontram imersas de histórias, memórias e tradições de pessoas que em seu cotidiano demonstram a afetividade de habitar neste lugar.

Usamos como metodologia baseada no estudo do acervo das quatro casas, tendo como foco central o seu espaço construído, o sistema construtivo, a morfologia das construções e o levantamento arquitetônico. Para o espaço vivido, a imersão serviu para as vivências, um período de dois anos passados com os habitantes da Barra, de modo a observar as suas tradições e a relação com a casa.

Como base de estudo, o capítulo se apoia no olhar da abordagem cultural em geografia, que entende o habitante como protagonista, colocando os espaços vivido e construído, como sendo espaços possíveis onde os habitantes constroem suas identidades, e os representam.

Assim, para entender como se caracteriza a casa rural e atingir o objetivo pré-estabelecido, que é observar a casa rural à luz do seu processo de espacialidade atravessada pelos conteúdos da ruralidade, afetividade e ancestralidade do lugar,

⁵¹ Paulo Mendes da Rocha foi um arquiteto e urbanista brasileiro. Pertencente à geração de arquitetos modernistas liderada por João Batista Vilanova Artigas.

⁵² Disponível em: <<https://www.dicionarioinformal.com.br>>. Acesso em: 19 jun. 2019.

perpassada pela memória. Essa corrente da Geografia tem o singular (particular) como base metodológica das análises e a percepção como instrumento (ROCHA, 2008).

Dessa forma, destaca-se que ao utilizar a percepção para a análise de fenômenos espaciais, estes passam a ser vistos desde seus significados e suas relações uns com os outros e com seu meio: o lugar. Assim, o mais prudente está em pensar o espaço de acordo com a concepção do filósofo Leibniz (1952), que afirma, o espaço contém e está contido nos objetos que se materializam pela cultura da sociedade local, seus costumes e modos de viver.

A Geografia Cultural ao se utilizar da percepção como instrumento de análise, tem no lugar uma importante categoria de leitura do espaço, de modo a apresentar em suas materialidades elementos recheados de simbolismo e significações da cultura do habitante que o habita, o constrói e o transforma constantemente.

E é com a noção de lugar como instrumento de leitura e interpretação do espaço, que se busca discorrer sobre a sua importância nos estudos culturais atuais e na casa rural. Assim concebemos a estrutura de seções, pensadas para desenvolver as ideias propostas, na primeira, nos aproximamos do enfoque geográfico com a abordagem cultural destacando a necessidade de se repensar a casa rural, apesar de saber que o Arraial não é o retrato do rural brasileiro em geral, pois não podemos homogeneizar o aspecto de habitar no rural.

Nesse contexto, pode se dizer que a ruralidade é uma forma de relação entre o ser humano e o espaço rural que implica a valorização do patrimônio e uma apropriação de carácter simbólico tendo o rural como forma de leitura do espaço, inspirada em Claval (2007). Diante dessa afirmativa, o rural não pode mais ser visto como paisagem natural estritamente, o conteúdo simbólico desnaturaliza o significado e revela sua dimensão cultural, e dessa forma, traz em si a ideia de natureza e sociedade, objetividade e simbolismo (LUCHIARI, 2001). Esse habitar não se dá apenas restrito as paredes da casa, mas no espaço em que o habitante vivencia suas experiências, seu mundo vivido.

A segunda seção tem se como intuito discutir o processo de formação e de poder que desenhou o território ancestral, determinado pelo seu contexto histórico e dos habitantes que o compuseram e que auxiliam no entendimento na configuração do espaço do Arraial e da definição da casa rural.

A terceira traz um debate sobre sertão e cerrado e a casa sertaneja do Arraial da Barra, pois a forma da ocupação dos seus habitantes, da cultura e dos ambientes do

cerrado se faz crucial para que se compreenda a estrutura territorial do mundo sertanejo e os seus elementos. Adiante na quarta seção, se analisa a casa sertaneja e a poética dela com os seus quintais, pois estes muito têm para revelar sobre o modo de viver dos habitantes desse distrito.

No que se refere à quinta seção, ela coloca em ênfase, a casa sertaneja da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Barra e o sentido de construir e desmanchar da casa para os habitantes. Na sexta seção, adentramos as quatro casas rurais e seus sedimentos-sertanejos de modo a observar os descendentes de uma dinâmica socioespacial desenvolvida por um processo de habitar muito peculiar. Benzeções, apelidos, fitoterápicos do sertão, matanças, trempes⁵³. Essas são algumas das características que evidenciam os fluxos que ligam as casas rurais e reforçam os elos ancestrais por meio dos vínculos de parentesco, compadrio, vizinhança, casamentos, procissões, comitivas e resenhas do Arraial da Barra.

E na última seção, é colocado em pauta o pesquisar sobre o habitar como objeto da arquitetura e espaço projetual, pois as casas observadas se revelaram como sendo importantes materiais para a construção da paisagem do sertão goiano. Logo, observar a dinâmica socioespacial da casa sertaneja goiana e tectônica das edificações, é trazer luz sobre seu imaterial e diferentes escalas temporais, pois ela muito representa para os seus moradores enquanto pertencimento do lugar.

2.1 A GEOGRAFICIDADE DOS SEDIMENTOS-SERTANEJOS

A proposta de análise se baseia em que os descendentes ancestrais (sedimentos-sertanejos) estão guardados pela Serra Dourada (Anexo29), e por consequência também as casas rurais onde habitam. É uma hipótese, a estrutura dorsal da Serra, protetora e elevada, permite que os Arraiais que a circundam possam se estabelecer como lares: Arraiais da Barra, Santana, Ferreiro e Ouro Fino. Ademais da Serra Dourada, o Rio Vermelho também estabelece vínculos de origem e evocação com os sedimentos-sertanejos.

⁵³ Objetos da herança ancestral para cozinhar rente ao chão, utilizada pelos índios, negros e sertanistas em expedição. “Levavam a cozinha consigo, a qual descende hoje sob a forma de uma trempe, acende o fogo na lenha montando-a em qualquer lugar. No Arraial da Barra vamos vê-la nos quintais. Na viagem de Dom Luiz de Assis Mascarenhas, em 1739, da Capitania de São Paulo à Província de Goiás, o relato [...] do claro da manhã ainda trava luta pela posse do dia com o escuro da noite, quando os cozinheiros a muito custo acendem o fogo na lenha refratária pelo sereno, numa trempe, e passam o café corajoso” (LOURENÇO, 2011, p. 146).

Os Arraiais do sertão (Anexo 30) foram debulhados pelos passos dos bandeirantes, acompanhados pela vigência real de D. João V e a Igreja Católica, implantados pela Estrada Real afora e deixando marcas e memórias na Serra e no Rio que estreitam laços e valores importantes na concepção e manutenção da casa rural, construídas pelos sedimentos-sertanejos e seus símbolos. Sobre a territorialidade, conceito bastante estudado por Almeida (2005), se deu a partir de novas dinâmicas sociais, da persistência, na construção de identidades dos sedimentos-sertanejos.

O relato sobre a existência destes habitantes e os vínculos com o território, também se apresenta em Teixeira (2011), no qual o traçado do mapa Parano-Paraguaia, de 1740 demonstra a estrada que seguia por terra desde São Paulo até as minas de Goiás. Outra hipótese que propomos é a de que seus habitantes, os dos Arraiais, são resultados do animismo pelo intemperismo⁵⁴ da Serra Dourada, sua rocha, formada por camadas da Terra, do interior para a parte externa é formada por diferentes tipos de rochas e, em sua superfície cobre-se de sedimentos-sertanejos. Habitantes dardelianos, habitantes provenientes da geograficidade. Dardel (2011) propõe uma Geografia que possa “assim exprimir, inscrita no solo e na paisagem, a própria concepção do homem, sua maneira de se encontrar, de se ordenar como ser individual ou coletivo”.

Esse sedimento-sertanejo nasce da definição de Dardel (2011) provando que a paisagem não é, em sua essência feita para se olhar, mas a inserção do homem no mundo, lugar de combate pela vida, manifestação de seu ser com os outros, base de seu ser social. No Arraial da Barra, os habitantes e suas memórias impõem-se sua presença à paisagem, tal é o caso da “Mãe do Ouro”⁵⁵ ou da “Mulher que Virou Capeta”⁵⁶, memórias contadas pelo Sr Inocêncio. Lourenço (2011, p.156) exemplifica essa inserção mineral:

[...] Arrepiado, já vi com estes meus dois olhos, meu senhor, muita bola de vaga-fogo, das grandes como quê, remansosa e folgozona, vinda do céu, descendo de lá, no pernoite. É a mãe celestial do ouro, se diz, acarinhando seu filhote mineral. É coisa abençoada de riqueza à flor do chão, ora se é.

⁵⁴ Somente o tipo de rocha e a composição diferenciam os sedimentos e as rochas, por isso, a metáfora de sedimentos-sertanejos.

⁵⁵ Mulher que aparece para sinalizar o local onde se encontra o minério, como uma brasa acesa, história contada por D^a Maria Ferreira, moradora da Barra (nonagenária já falecida).

⁵⁶ Mulher que matou 4 filhos, marido, pai e mãe que quando desenterrada estava intacta, havia 4 anos debaixo da terra: gente ruim a terra não come! Memória do Sr Inocêncio, morador da Barra (86 anos).

Assim, é um ser personificando o ouro pela imagem de uma mulher juntando o habitante ao minério da Serra Dourada no formato da ganância, da riqueza que a Serra lhe sinaliza a partir da presença desse ser misterioso. E no outro ser o proceder do habitante o redime a sucumbir eternamente debaixo da terra sem que ela o devore pela má conduta em vida. Uma impotência do sedimento-sertanejo diante da terra.

Plaina sobre cada paisagem o “faz parte da vida”. Uma verdade emerge da paisagem, contudo não como teoria geográfica ou mesmo como valor estético, mas como expressão fiel da existência. E é assim, que a Serra Dourada, o cemitério do Arraial da Barra (Anexo 31) ou os pontos de minério no Rio Vermelho, constituem parte integrante da geografia local como testemunhos de uma presença humana que dá sentido a seu entorno.

Os habitantes que vivem nesse lugar derivam dessa rocha da Serra Dourada como uma “tentação”, termo usado por Dardel (2011, p. 92) que designa “situações afetivas determinadas, que provocam uma atração irresistível em torno do homem e o deixam com a tentação de se juntar a um ente da paisagem”. Os sedimentos que dela se originam: sedimentos-sertanejos, que se soltaram com o calor do sol, a dilatação, contração, esfriamento, e repetidas vezes, fez com que a Serra Dourada se quebrasse em pequenos fragmentos, desagregando habitantes ancestrais, uma nova dimensão do ser.

Dardel (2011) discute a Geografia para além de uma disciplina científica e, para tanto, reflete sobre uma “Geografia em ato” com base em uma inquietude geográfica, que faz parte da essência do homem. Esta pode ser expressa tanto no homem que ama sua terra e estabelece raízes, conhecendo profundamente seu chão, como naquele que anseia pela aventura de viajar até os confins do planeta.

O homem tem uma ligação íntima e concreta com a Terra: a geograficidade. Dardel (2011) explica a geograficidade como sendo a própria essência geográfica do ser-estar no mundo. Em *O Homem e a Terra: Natureza da Realidade Geográfica*, esse nos remete a um pensamento fenomenológico da Geografia, pautado na dimensão existencial da geograficidade, afirmando que a:

[...] paisagem é a Geografia compreendida como o que está em torno do homem, como ambiente terrestre. Muito mais que uma justaposição de detalhes pitorescos, a paisagem é um conjunto, uma convergência, um momento vivido, uma ligação interna, uma “impressão”, que une todos os elementos (DARDEL, 2011, p. 30). A Geografia não é de início, um conhecimento, a realidade geográfica não é então um ‘objeto’; o espaço geográfico não é um espaço em

branco a ser preenchido a seguir com colorido. A ciência geográfica pressupõe que o mundo seja conhecido geograficamente, que o homem se sinta e se saiba ligado a Terra como ser chamado a se realizar em sua condição terrestre (DARDEL, 2011, p. 33).

A existência dos sedimentos-sertanejos se interliga e se conecta com as memórias, pertencimentos, identidades e transcendências do lugar. O lugar de origem destes habitantes os agrega, por mais que se distanciem, ainda assim existe um chamado, uma lembrança de ter sido parte da rocha originária compondo cada habitante, fazendo com que essa vocação sedimentar os reúna e agregue novamente.

Os sentimentos de identidade, criam territorialidades e mesmo que haja grupos diferentes, como a urbanidade da vila do distrito hoje promove o encontro entre seus habitantes e veranistas, ainda assim, eles preservam sua identidade relacionando-se com os que são diferentes dos sedimentos-sertanejos, sem ameaçar seu valor, seu essencial (ALMEIDA, 2005)

Como vimos no Capítulo 1, havia uma intencionalidade, uma paixão, um desejo do Rei D João V em promover a criação deste território português sobre terras espanholas, para que pudesse expandir a fronteira de suas colônias. Em primeira instância, se produziu um território, onde a territorialidade desenvolvida se deu a partir das relações individuais e coletivas produzindo nos sedimentos-sujeitos formados nesta terra, os sentimentos de identidade conectados ao Complexo dos Arraiais, a vida como colonos, fregueses sujeitos à Coroa e à Igreja. A vida destes sedimentos-sujeitos apoiada sobre as paisagens sertanejas, revelando uma etnografia sertaneja.

Os diferentes grupos, entre portugueses, baianos, negros, indígenas e paulistas, enraizaram-se no território. Pelo viés da cultura, observamos que os sertanejos, interagiram com a natureza, desenvolveram sua mediação com este cosmos, conheceram-no e construíram seu modo de vida, no sertão das minas dos Goyazes na Capitania de São Paulo. Adquiriram sentimentos de identidade territorial, preservando seu valor essencial, secular, até os dias de hoje, podendo ser observado na forma de habitar.

Também nos importou o conceito de habitar, que vem agregando diversas nuances a seu sentido, de acordo com o foco de interpretação. No pensamento ocidental, a noção de habitar se liga intimamente à natureza e ao ambiente e o surgimento da noção de ambiente vem atrelada em oposição ao conceito de sujeito, em que este ocupa um lugar de destaque, em uma visão antropocêntrica. Assim, o ambiente e a natureza

desempenhariam um papel passivo nessa relação, dado serem vistos como “coisa”, passíveis de manipulação e dominação, ao passo que o sujeito, o homem, seria o grande protagonista, modificando, dominando e moldando a natureza e o ambiente conforme suas necessidades e vontades.

O termo habitar, do latim, hábito, é definido pelo Houaiss como ocupar por residência, morar; prover de habitantes, povoar. Sobre o ato de ocupar, Mendes, Verissimo; Bittar (2007, p. 73) comentam que:

Inicialmente de forma rápida, agilizando a ocupação das terras com as feitorias. Procedimentos empíricos, ensaio e erro, técnicas já utilizadas, até a definição de sistemas próprios e eficientes, resistentes e duradouros, para atender a um clima desconhecido, em uma terra por desbravar. Um binômio poderia indicar a opção construtiva, composto pelo determinismo geográfico, que defina os materiais disponíveis na região. Outro componente resulta de amálgamas culturais, uma fusão da qualidade dos mestres-de-obras, trabalhadores livres ou escravos disponíveis. Técnicas portuguesas, indígenas e africanas.

Em “Construir, habitar, pensar”, Martin Heidegger (1951), um dos expoentes da filosofia alemã do século XX, argumenta que apenas é possível habitar o que se constrói e que construir tem como meta o habitar, isso porque toda construção oferece ao homem abrigo, mesmo as que não têm por fim o habitar, mas ter por residência. De uma forma ou de outra, contudo, a construção serve ao habitar humano, entre as evidências da Serra Dourada guardiã e os sedimentos sertanejos, é o habitar a terceira evidência que levantamos sobre os Casarões se refere aos seus elementos simbólicos primários.⁵⁷

2.2 PERCORRENDO O CAMINHO DA CASA SERTANEJA

Sobre a casa sertaneja do Arraial da Barra e seus sujeitos, é possível discutir a coletividade ou sintonia mesmo nos quintais, desde suas resenhas, festas, novenas já possuem uma relação com a identidade das gentes dali. Nesta tese, a coletividade pode ser entendida a partir das atividades realizadas pelos diversos sujeitos que contribuem com vivências e memórias com a casa, a comida em mutirão, a garrafada ou o biscoito quebrador.

⁵⁷ Sobre o Casarão, o tema será tratado no Capítulo 3 desta tese.

Em outra perspectiva, Boleão (2015), ao citar uma das raras reflexões (etnográficas) acadêmicas sobre a casa sertaneja, descreve como é importante, nesses contextos, a casa sertaneja em alguns aspectos. O **primeiro** diz respeito à casa sertaneja para além das paredes, tijolos e telhados, mas que engloba os quintais da vizinhança, já o **segundo** aspecto é o da casa sertaneja enquanto marcador de resistência e transformação. O **terceiro** aspecto é a casa sertaneja enquanto elo de cuidado as pessoas e o meio ambiente, o **quarto** é que a casa sertaneja representa lugar de expressão cultural e força política.

A casa, abarca relações subjetivas para além de suas características configuracionais do espaço, ela tem “voz” e “alma”. Isto é, ela expressa um tempo, uma cultura, um cotidiano, a exemplo do que nos sugere o poeta Vallejo (1975, p. 77) quando diz:

[...] as casas novas estão mais mortas que as velhas, porque seus muros são de pedra ou de aço, mas não humana. Uma casa vem ao mundo, não quando a acabam de edificar, mas quando começam a habitá-la. Uma casa vive unicamente de homens.

Neste contexto, nosso intuito é investigar como a casa sertaneja seria abordada pela Geografia Humanista, na perspectiva do espaço vivido. Frémont (1980) debate sobre as relações que unem os seres aos lugares, ao espaço familiar, ao que alimenta, ao que protege e tranquiliza, tal como a casa sertaneja. Analisada pela ótica da Geografia, “possibilita uma leitura do espaço que vai além de uma simples percepção de formas. Enquanto espaço construído, a casa apresenta “auto consistência subjetiva” (SAWAIA, 1995, p. 21).

Outras diferentes abordagens buscam compreender esse fenômeno complexo: a casa, a considerando uma construção que capta de forma concomitante o vivido, o espacial e o temporal. Michel de Certeau, Luce Giard e Pierre Mayol (1998), no livro “A Invenção do Cotidiano: morar, cozinhar”, apresentam pesquisas sobre **práticas cotidianas**. Práticas familiares ritmadas por espaços e relações, o bairro, a rua e a casa se interligam num cotidiano repleto de história e memória, memórias dos lugares, do corpo, olfativa, gustativa, entre outras, dão ênfase a “arte do fazer” e aos “modos de ação” ao revelarem que o que interessa ao pesquisador do cotidiano é, de fato, o invisível.

A contribuição de Collignon (2010) busca legitimar a vida cotidiana doméstica numa perspectiva geográfica pelas **dinâmicas funcionais da casa**, a autora revela que

toda riqueza do cotidiano em que se transmite essas dinâmicas é também na qual se conformam permanentemente nossas regras sociais e se reinventam, dia a dia, as culturas compartilhadas.

Já Dardel (2011) não analisa a casa, mas nos auxilia no entendimento do processo de ligação do homem com a terra. Nesse compasso, podemos entender o quanto sua casa representa como força simbólica de expressão de lugar nos remete a um pensamento fenomenológico da Geografia pautado na dimensão existencial da **geograficidade**.

Para Tuan (2013), **os espaços vividos** dos sujeitos são para além do espaço visto e materializado. Para apreender as várias dimensões desse espaço vivido se faz imprescindível um exercício intelectual, um mergulho com olhos abertos e mente lúcida nas camadas e subcamadas que estruturam as relações dos seres humanos.

Almeida (2016) conceitua que **a casa como lugar e a vida cotidiana** são realidades que constroem o vivido e o percebido. O real são os fazeres diários, como respirar, ele envolve todo nosso ser todos nossos sentidos de modo que os acontecimentos simples podem, com o tempo, se transformar em um sentimento profundo pelo lugar.

Assim, por meio da observação, da descrição e da interpretação, somos capazes de construir análises geográficas das casas e lugares que possibilitem a percepção do significado de cada relação, de cada coisa e de cada símbolo construído nesse espaço vivido, sem perder a visão do todo. Contribuir para que os sujeitos possam viver e atuar nesse espaço, buscando outras verdades, se identificando com seu lugar e, enfim, reconhecendo seus significados como sujeitos presentes neste mundo.

O IBGE, em 2017, lançou uma publicação com um dos temas mais caros à identidade geográfica que define a classificação sobre o rural e o urbano no Brasil. O desafio é classificar este país a partir do movimento de continuidade/descontinuidade construído entre os espaços rurais e urbanos (IBGE, 2017, p. 7).

As transformações que ocorreram no campo e nas cidades nos últimos 50 anos demandam na atualidade abordagens multidimensionais para a classificação territorial. O rural e o urbano, enquanto manifestações socioespaciais, se apresentam de forma bastante complexa e heterogênea. Assim, “a identificação de padrões dessas manifestações se constitui um desafio principalmente ao se considerar a extensão do território brasileiro” (IBGE, 2017, p. 8).

Entre estes espaços, rurais e urbanos, se observa que as fronteiras esmaecem, seus contornos, outrora nítidos, se borram, se tornam imprecisos. Dilatam-se e esfacelam-se em inúmeras situações intermediárias, frente a este fenômeno, cuja manifestação tornou-se passível de reconhecimento, sobretudo, nas últimas décadas do século XX (SECCHI, 2006), o antagonismo entre as noções de ruralidade e urbanidade – definidas pela sociologia americana no início do século XX como categorias socioculturais antitéticas e relativas a espaços distintos – parece inadequado (SOUZA, 2009).

Entre os diversos cenários possíveis de análise a partir desta separação ambígua entre o rural e o urbano, fica evidente a convivência simultânea – espacial e temporalmente – de práticas rurais e valores urbanos no espaço contido pelos distritos. Esta coexistência e sua manifestação no espaço urbano foram construídas historicamente. As práticas rurais e os valores urbanos sintetizados pelo traçado original imbricam-se de forma particular de modo que o aparente antagonismo entre ruralidade e urbanidade surge um espaço que concilia ambos num degradê instável definido por meio de uma legitimidade cambiável, fazendo com que ora um ou outro se sobressaia (SOUZA, 2009).

O conceito de distrito, introduzido no capítulo 1, empregado na classificação administrativa brasileira, pode se remeter basicamente a duas concepções: uma administrativa e outra baseada na perspectiva da realidade social do lugar. O dicionário Houaiss apresenta a seguinte definição: “Divisão administrativa de um município ou cidade” (HOUAISS, 2008, p. 257). Por esse ponto de vista, distrito é basicamente uma divisão administrativa ou judicial do município (CASTILHO; SOUZA, 2014). Mas, se considerarmos suas raças e imediações, assim como a peculiaridade de suas distintas situações geográficas, com vistas a apreender seus conteúdos que expressam os modos de morar lá, os distritos se constituem em lugares intermediários: nem roça, nem cidade (SILVA, 2008).

O processo de transferência para novas formas de morar implica a formação e constituição do lugar como tributários das contínuas referências socioespaciais – de fartura, de fertilidade e de religiosidade (SILVA, 2008). A tese caminha na direção: como se dá a relação homem – casa – modo de vida nesse meio transicional dos distritos?

Uma das contribuições mais importantes são as de Bernardes (1957) *apud* Keller (1970), que constata duas formas de organização das populações rurais: a

dispersão e a concentração. Na primeira, consideram-se as formas de dispersão em zonas de povoamento espontâneo e de povoamento planejado, na segunda, se consideram formas de concentração as organizações econômicas da “grande lavoura” do tipo *plantation* os “bairros”, modalidade de povoamento rural típico das áreas de pequenos estabelecimentos do Estado de São Paulo. São as áreas coloniais mais antigas, onde uma extrema subdivisão das propriedades levou a um agrupamento maior das habitações, as formas de concentração podem ser espontâneas - como povoados e arraiais – formas planejadas de *habitat* aglomerado resultantes de planos de colonização.

Atualmente, podemos acrescentar duas novas definições de aglomerações rurais: os assentamentos e as vilas rurais. Essas novas formações mostram-se extremamente importantes na concepção do estreitamento de vínculos entre áreas urbanas e rurais, além de estruturarem-se em comunidades socialmente organizadas.

Assim, os estudos da habitação rural, segundo Duprat (1969), são fundamentais para o conhecimento das civilizações e apresentam um valor histórico fundamental. Estudo, se pode reconstituir a vida de um povo todo o processo de formação social do Brasil, como fez, por exemplo, Gilberto Freyre. E, em torno das dicotomias sociais da habitação: a casa grande e a senzala, o sobrado e o mocambo.

Dicotomias que, embora encaradas em relação à sociedade agrária do litoral, num caso, e à sociedade urbana que começou a formar-se no século XIX, em outro, estendem-se igualmente a outras áreas ou regiões do Brasil. A casa de telha e a de palha nos sertões nordestinos, o rancho na zona de mineração, o barracão na Amazônia, a casa grande nas fazendas de café, dentre outros (PERES, 2003).

Os distritos em Goiás foram fundados quando se dá a mudança da sociabilidade e da dinâmica produtiva das fazendas em Goiás, na segunda metade do século XX. A partir desta mudança são fundados inúmeros “patrimônios leigos” em Goiás, constituídos por um processo de parcelamento, loteamento e venda de terras de fazenda e ocupados por ex-agregados excluídos dessas propriedades: camponeses que viviam como meeiros e arrendatários (SILVA, 2008)

Na região Centro-Oeste, o tipo de habitação reflete bem a estrutura social encontrada

O casarão, morada do proprietário, (...), localiza-se estrategicamente de modo a dominar a paisagem. É uma construção sólida de alvenaria, paredes caiadas de branco por fora, com estrutura de madeira de lei, telhado de quatro águas, coberto de telhas em meia calha (...). A

ausência de varanda ao redor da casa, tão comum em outras regiões, deve-se ao clima ameno do planalto central (COSTA, 1995, p. 35).

Como descrevem Costa; Mesquita (1978), as casas dos peões, simples trabalhadores assalariados, são de adobe ou de barro, cobertas de palha ou telha de barro e com chão de terra batida. Devido à grande mobilidade desses trabalhadores, em função das rodovias, as construções são baratas e de pouca durabilidade (PERES, 2003).

O pequeno produtor rural, representado nas figuras do arrendatário, parceiro ou colono, tem sua casa construída de sopapo ou de barrote, característica do Sertão Nordeste e do Planalto Central, onde predomina a vegetação de Caatinga e de Cerrado, na qual inexistem árvores grossas e retas, que permitem a produção de tábuas

A estrutura das paredes é de varas de bambu ou de madeira roliça, trançadas em xadrez, cujas varas, por vezes finas ou tortuosas são amarradas com cipó. O preenchimento é realizado com argamassa de barro, material esse aproveitado do próprio solo – tabatinga – o qual é lançado sobre o esqueleto das paredes e depois aplainado. Essas paredes, tanto interna, quanto externamente, não costumam receber reboco; quando isto acontece, raramente são pintadas. O telhado é de duas águas, coberto com material disponível na região: sapé, palhas, folhas de palmáceas ou mesmo telhas. Não há forro nem chaminé. Assentada diretamente no solo, a casa é construída em terreno plano, tendo por chão a terra batida (COSTA; MESQUITA, 1978, p. 30).

A casa sertaneja é, por isso, bem diversa da cidade, tanto sob o ponto de vista da função desempenhada, como pela sua utilização e construção. Para Duprat (1960), a casa é para o sertanejo um elemento indispensável de trabalho, pois ela está ligada a terra e, é nela que se constitui e desenvolve a família.

Segundo Costa; Mesquita (1978), ao construir a casa, o morador imprime o próprio padrão econômico e sua condição sociocultural, utilizando, geralmente, materiais fornecidos pela natureza que o cerca, de acordo com as técnicas que ele domina. Isso se evidencia, no caso da casa sertaneja, objeto do presente estudo.

A fim de desvelar essas relações e os aspectos rurais do modo de vida local, optou-se por focar a relação entre as práticas sociais rurais nos distritos e a configuração de lugar. Se apoia na definição de Bourdieu (1979) de *habitus* como princípio gerador e sistema classificatório das práticas sociais, ou seja, a “capacidade de produzir práticas e obras classificáveis [e, por outro lado, a] capacidade de diferenciar e de apreciar estas práticas e seus produtos” (BOURDIEU, 1979, p. 190).

Logo, se observa que a verificação da relação entre a configuração do lugar e o modo de vida exigiria tanto a identificação de práticas sociais rurais e de seus vestígios

no espaço do distrito, quanto a leitura destas práticas realizada por seus habitantes (SOUZA, 2009)

A abordagem da relação entre práticas sociais e a configuração do espaço urbano já realizada anteriormente, se baseia na proposta de Depaule (1999) que – com base na teoria de Bourdieu das práticas sociais como a interação entre um *sistema de disposição* (interiorizado pelo indivíduo através de sua educação e de sua história pessoal e, sobretudo, a de sua classe e uma situação dada – define:

[...] é possível reconhecer a prática em suas demarcações, ou seja, nas manifestações concretas através das quais ela se afirma e deposita seus vestígios que são sempre significativos; e, de outro lado, a palavra do habitante revela as diferenças práticas e simbólicas segundo as quais os lugares são vividos (DEPAULE, 1999, p. 168).

Dentre tantos outros aspectos que vislumbramos ao adentrar a casa sertaneja e abrir portas e janelas para a vastidão que ela nos aponta, seu caráter de memória, resistência e transformação da vida no sertão goiano. Se destacam a questão da casa e as relações de gênero; as transformações nos sistemas de produção das famílias sertanejas; as diferentes visões da casa na perspectiva da memória pessoas: da criança, da mulher, da juventude sertaneja, dos idosos; sua relação com a identidade e com as práticas religiosas e expressões culturais (BOLEÃO, 2015).

Pede-se licença ao habitante para entrar em sua intimidade em sua casa. Lido a partir da vivência do autor espraia partes: pelas **portas**, que se abrem para descrever o objeto; a casa sertaneja; pelas **janelas**, que se abrem para vislumbrar as memórias enquanto ferramentas de resistências; pelos **esteios** no chão, onde se especifica o valor simbólico dos lugares; pela **cozinha e quintal**, onde a vida circula ganha o sentido de pertencimento.

2.3 A RELAÇÃO DE IDENTIDADE, ALTERIDADE E PERTENCIMENTO COM OS SEDIMENTOS-SERTANEJOS

Para entendermos os termos *identidade*, alteridade e pertencimento e qual é a importância de discuti-los nesse contexto da casa do Arraial da Barra, temos primeiro que entender identidade em uma discussão sobre a casa sertaneja. Identidade se presta a diversas definições segundo as diversas áreas disciplinares, ela se relaciona com a

concepção que o habitante tem de si mesmo e do seu pertencimento e sua afiliação a grupos. Para Almeida (2008, p.317):

Como somos e de onde viemos, ou melhor, como nos representamos, como somos representados e poderíamos nos representar são indagações e respostas para nos auxiliar, a compreender as identidades territoriais, posto que elas não existem fora das representações. É pela cultura que estas populações fazem sua mediação com o mundo, constroem um modo de vida particular e se “enraízam” no território. Há, assim, uma herança cultural que permeia a relação com o território.

Neste sentido, queremos trazer à tona a casa sertaneja como objeto de análise da corrente humanista especificamente, da Geografia Social. Como afirma Claval (2003), viver em um lugar não é somente deixar-se embalar pelo ritmo sazonal como também fazer escolhas, arbitrar entre as múltiplas opções, fazer uma ideia do que se deve ser e moldar suas ações conforme seus valores e ideologias. Porque participa inteiramente da vida dos habitantes e dos grupos, o lugar influencia, constrói, tanto subjetivamente, quanto objetivamente, identidades culturais e sociais.

A identidade cultural está embasada essencialmente no lugar, pelo vínculo fenomenológico e ontológico fundamental, tal qual em Dardel (2011), que denomina esse vínculo de *geograficidade*, pois unifica em torno de uma totalidade afetiva perfeitamente válida ainda que refratária a toda redução puramente científica. Ela coloca em questão a totalidade do ser, suas ligações existenciais com a Terra, ou, se preferir sua geograficidade original: a Terra como lugar, base e meio de realização. O lugar, proposto por Yi-Fu Tuan (2013), que descreve a ligação emocional aos espaços demarcados e fechados, é uma categoria espacial carregada de valor e de sentido pela subjetividade dos habitantes e dos grupos.

A casa rural, caracterizada pela estabilidade e pela permanência, pela unidade e pela especificidade, se propõe como um foco identitário em todas as escalas espaciais, por seu espaço cotidiano e familiar até o território da coletividade. Assim, além da identidade cultural, a casa ainda se reserva ser analisada como patrimônio, pelas características culturais materiais e imateriais que a caracteriza (LE BOSSÉ, 2004).

Collignon (2010) busca legitimar a vida cotidiana doméstica, numa perspectiva geográfica pelas dinâmicas funcionais da casa, a autora revela que toda riqueza do cotidiano em que se transmite, e também se conformam permanentemente nossas regras sociais e se reinventam, dia a dia, as culturas compartilhadas.

Almeida (2017) considera que a casa como lugar e a vida cotidiana são realidades que constroem o vivido e o percebido, visto que o real são os fazeres diários, é como respirar, ele envolve todo nosso ser, todos nossos sentidos, os acontecimentos simples podem, com o tempo, se transformar em um sentimento profundo pelo lugar.

A perspectiva de valorização e promoção dos saberes e modos de fazer tradicionais, das festas e celebrações, das formas de expressão, assim como dos lugares de produção e reprodução de práticas culturais coletivas, tem como objetivo apoiar e fomentar sua transmissão e continuidade para as novas gerações.

Em 1989, a Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular foi o primeiro instrumento legal da Unesco (2011) orientado para o patrimônio imaterial. A ideia de continuidade do patrimônio imaterial se relaciona com a reiteração e a recriação constante das manifestações culturais pelos grupos e comunidades, tal qual o Arraial da Barra e seus conteúdos.

Segundo Clifford (1998, p.15) “A identidade é conjuntural, não essencial”. Nesta linha de interpretação, a cultura do Arraial da Barra aparece como matéria-prima para a construção de novas ordens de diferenças, também impuras, “sujas”. As raízes tradicionais são cortadas e reatadas, os símbolos coletivos apropriados das influências externas. A casa sertaneja, entre outras manifestações vigorosas da cultura e da identidade do sertão “são presentes-etnográficos-se-transformando-em-futuros” (CLIFFORD, 1988, p. 15). Se certas ordens de diversidade de fato desapareceram, outras formas são criadas ou traduzidas e isto comprova nos, que o futuro não é apenas da casa urbana.

Assim, se relaciona o termo patrimônio com o identitário aplicado nas casas sertanejas do Arraial da Barra. Os bens que formam o patrimônio histórico e artístico viriam objetivar, conferir realidade e legitimar a “comunidade imaginada”⁵⁸(ANDERSON, 2008) que é o Arraial, materializando a sua ancestralidade (GONÇALVES, 1996).

O Decreto Federal 3.551, de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, veio reconhecer que o campo cultural diz respeito à totalidade da vida social e como tal é preciso considerar que as expressões culturais que fazem

⁵⁸ Anderson nos mostra a nação como “uma comunidade política imaginada” – aproximando-se do parentesco e da religião, a nação é imaginada porque faz sentido, tem valor simbólico para os seus compatriotas. “Ela é imaginada porque mesmo que os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles” (ANDERSON, 2008, p. 32).

referência a identidades, tal como essas se redefinem no dia a dia, não devem ser tratadas como algo cristalizado, mas no movimento e dinâmico. “A materialidade tangível do espaço está banhada de elementos imateriais e intangíveis que se revelam nas paixões, nos conflitos, nos risos, nas dores, nos encantamentos, nas cores, nas sonoridades e nos odores [...]” (ALMEIDA; VARGAS; MENDES, 2011, p. 28).

A variedade de abordagens e de concepções, evidenciam a sua emergência e a sua importância também nas análises geográficas, além de apontar para a riqueza de temáticas que podem ser perpassadas por tal discussão como salienta Hall (2001).

Berger e Luckmann (2004, p. 179) afirmam que “a identidade é um elemento-chave da realidade subjetiva e [...] encontra-se em relação dialética com a sociedade”. Nesse caso, também cabe a ressaltar a contribuição de Hall (2001) para quem a individualização é entendida como o resultado da socialização e a identidade é formada na interação entre o “eu” e a sociedade. Portanto, as identidades são sociais e os habitantes se projetam nelas, ao mesmo tempo em que internalizam seus significados e valores, contribuindo assim para alinhar sentimentos subjetivos com as posições dos habitantes na estrutura social: sedimentos-sertanejos e sua forma de habitar.

Nessa perspectiva, é possível pensar que a identidade é “um caminho para a emancipação, mas também uma forma de opressão” (BAUMAN, 2005, p. 94) e cada vez mais, tem sido recurso retórico/metonímico dos processos de patrimonialização que nem sempre visam a fins que se relacionem com a preservação de uma identidade, pois muito do que distingue identidades permanece num estatuto de não reconhecido (PEIXOTO, 2004).

A identidade se tornou uma “celebração móvel”, continuamente transformada em relação às formas pelas quais os indivíduos são interpelados nos sistemas culturais (HALL, 2001; BAUMAN, 2005). As práticas de preservação do patrimônio cultural passaram a ser apropriadas como instrumento de construção de cidadania e afirmação social de identidades de grupos que demandam visibilidade social e acesso a direitos.

Fazer da “identidade” uma tarefa para toda a vida foi, segundo Bauman (2005, p. 56), um ato de “libertação da inércia dos costumes tradicionais, das autoridades imutáveis, das rotinas preestabelecidas e das verdades inquestionáveis”. Entretanto, é consenso nas ciências sociais pensar que nem o indivíduo se constitui alheio a seu contexto social e nem a sociedade é um todo exterior e alheio às especificidades das trajetórias individuais.

É nesse contínuo movimento de se fazer que os territórios, os lugares e as suas representações são constantemente rasurados, reinterpretados e reescritos. Tal movimento é fundamental e inerente à própria dinâmica socioespacial, uma vez que o espaço como conceito e especificidade da geografia “[...] é a um só tempo produto e processo histórico, um mosaico de relações, formas, funções e sentidos” (SERPA, 2006, p. 11).

Para Canclini (2006, p. 138) esta não é uma essência intemporal que se manifesta, antes é “[...] uma construção imaginária que se narra”. Assim, a identidade, de fato, é uma construção, “[...] o relato artístico, folclórico e comunicacional que a constitui se realiza e se transforma em relação a condições sócio-históricas não redutíveis à encenação”. A discussão da identidade remete, inevitavelmente, à compreensão da alteridade e às relações de pertencimento e não pertencimento que se atrelam ao território (MASSEY, 2008).

O conceito de alteridade consiste na consciência da existência do outro, na condição de sujeito portador de características que não são a mim aferidas, mas que constituem o próprio universo do “Ser”, as quais enxergamos, seja pelas singularidades culturais, ideológicas, função/atuação social, projetos etc. (ALMEIDA, 2020, p.105) Já o pertencimento, na leitura que Milton Santos (2003, p.96) traz do território, “o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”. Se este é assim concebido, estamos tratando de territórios existenciais, de territórios de vida, de territórios que se fazem lugares e, pela mediação simbólica e material, um “encontro” entre lugar e território ou, melhor, do lugar-território (SILVA, 2020).

Entendemos que, cultura e identidade do sertão não são “autenticidades em perigo”, “pureza” ameaçada diante dos novos valores que chegam, para Almeida (2008), as identidades se imbricam, se mesclam e apresentam dinamicidade, o que não permitiria, também, referir-se a uma identidade cultural e territorial unívoca para o sertanejo. Além disso, essas identidades possibilitam identificar padrões culturais que interessam aos estudos etnogeográficos com abordagem na geografia cultural. A cultura rural tem aberto espaço para caminhos específicos pela modernidade e globalização, num processo inventivo e intercultural.

2.4 A CASA SERTANEJA DO ARRAIAL DA BARRA: DEBATE SOBRE SERTÃO E CERRADO

Adentrar o sertão goiano. “O sertão dos óio dos bicho! O anu que nos recebeu no alpendre da casa sertaneja de Dona Francisca tinha em si um dom: o do profetamento. “Borges (2017) nos inclina a pensar num perspectivismo sertanejo, onde o universo rural pudesse receber o conceito de profetamento dado por Eduardo Viveiros de Castro e Tânia Stolze Lima (1996) para a compreensão da alma animal nas sociedades indígenas.

São dons, presságios, rituais, num sistema complexo, portadores de estranhamentos, encantamentos, assombrações, tabus e agouros é uma fusão que permite aos animais participarem do mundo dos habitantes de forma ativa. Neste sentido, cabe ao homem sertanejo desenvolver uma refinada percepção para conhecer a sabedoria acumulada ao longo de uma vida em meio ao sertão, desenvolvendo a capacidade de ler esses sinais: o profetamento dos bichos. Dessa forma:

[...] o profetamento dos bichos, e das aves em particular, atenta para suas características marcantes, como padrões de cores, movimentos, sonoridades e hábitos temporais e espaciais bem demarcados, entre o dia e a noite, a secura e a umidade. Na conjugação dos bandos em vôo, são feitas leituras de suas formas no céu, do número de aves reunidas, dos tempos de ocorrência, do pouso ou do rumo que estabelecem, indicando momentos, lugares e direções dos acontecimentos. Mas é, sobretudo, no canto das aves, vocalizando perguntas, afirmações, desejos e impropérios que muitas vezes lhes dão seus nomes, que o sertanejo observa o audível sobre o visível: é dizendo e o bacurau escrevendo (BORGES, 2017, p. 141).

Nas narrativas e interpretações do mundo sertanejo, o boiadeiro é um herói, os animais têm papéis principais, anunciando o mundo, o tempo e suas transformações. Os animais se presentificam com a mudança das estações, anunciam as chuvas, deixam rastros, bem como representam a natureza num grau simbólico de presságios e sinais, numa profusão de cultura deixando seus rastros sensíveis como competentes intérpretes do sertão.

Como diz a música “Um Violeiro Toca”, quando faz alusão aos “óio” dos bicho sempre que um fato é narrado, seja pela natureza, seja pelo homem. A estreita relação entre o sertão e os animais e o homem que os conectam e convivem numa relação de simbiose, sinalizado pelos olhos dos animais, os olhos que se traduzem em portas da alma, refletem a mais pura verdade intrínseca nessa relação.

Ao buscarmos inspiração nessa moda violeira de 2006⁵⁹, evocamos um retorno ao início da experiência técnica e pretendemos refletir sobre os rumos da casa rural, no Arraial da Barra, inspirando para analisar o tema que necessita de estudo pela ausência de bibliografia geográfica sobre a casa rural, ameaçada de cair no sem-fim das lembranças.

Com a sensibilidade aguçada, finalmente, para além das representações bucólicas, “passei a compreender, conforme define o historiador Victor Leonardi, citado por Veiga, que o sertão também nos remete [...] para a transição entre o conhecido e o desconhecido” (VEIGA, 2006, p. 137).

Abertos a novos encontros pudemos descobrir no Arraial a casa como objeto de estudo geográfico, o lugar que sintetiza a transcendência e o sertão nos proporcionou, essa atração, abrindo caminhos para a descoberta da Geografia como modo de pensar e fazer ciência.

Seu contexto e toda profusão desse universo que se forma diante do espaço proposto nesse estudo, de nomenclatura que concorreu com a designação de Sertão, que incluiu termos como “coração do Brasil”, “Oeste”, “Planalto Central” e “Cerrado”. Como é elencado por Veiga (2006), essas investidas tiveram início no final do século XIX, quando foram evidenciados os termos “planalto” e “cerrado” na concorrência com “sertão”.

Durante o segundo semestre de 2018, cursando a disciplina de Ambiente e Apropriação de Regiões do Cerrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia no IESA, entramos em contato com o contexto goiano da urbanização e reestruturação socioespacial do Cerrado, discernindo sobre a ocupação do Cerrado e seus

⁵⁹ Quando uma estrela cai no escurão da noite
 E um violeiro toca suas mágoas
 Então os óio' dos bichos vão ficando iluminados
 Rebrilham neles estrelas de um sertão enluarado
 Quando o amor termina perdido numa esquina
 E um violeiro toca sua sina
 Então os óio' dos bichos vão ficando entristecidos
 Rebrilham neles lembranças dos amores esquecidos
 Quando o amor começa nossa alegria chama
 E um violeiro toca em nossa cama
 Então os óio' dos bichos são os olhos de quem ama
 Pois a natureza é isso: sem medo, nem dó, nem drama
 Tudo é sertão, tudo é paixão se um violeiro toca
 A viola, o violeiro e o amor se tocam
 Tudo é sertão, tudo é paixão, se um violeiro toca
 A viola, o violeiro e o amor se tocam

“Um Violeiro Toca” Compositores: Renato Teixeira De Oliveira / Almir Eduardo Melke Sater

habitantes⁶⁰. A partir daí, entendemos a importância de se efetuar um recorte espacial para que a análise ganhasse um caráter abrangente e pudesse gerar uma contextualização geográfica aferente ao recorte espacial. Todavia, isso não impede e nem invalida o esforço de compreender os termos: sertão e cerrado.

A forma da ocupação dos habitantes, da cultura e dos ambientes do cerrado entendido como:

O sertão goiano consiste, assim, em compreendê-lo como estrutura territorial do mundo sertanejo e como produto e produtor de uma sociabilidade comandada pela lógica do tempo lento e da acumulação simples, sob os preceitos da ruralidade (BORGES, 2017, p.89).

Na pesquisa de Corbacho Quintela (2010), o movimento de substituição do termo “sertão” para a identificação de Goiás esteve atrelado ao “planejamento de expansão capitalista no interior do Brasil. O fato a se destacar é que a modernização do campo em Goiás, consolidada pós-1970, foi resultado de um conjunto de medidas para o avanço do capital no Brasil, iniciadas ainda no final do século XIX e estendidas até então.

Os termos sertão e cerrado para Corbacho Quintela (2010), são direcionados por um estudo voltado para as investidas que ao longo do tempo buscaram a substituição do termo “sertão” na identificação de Goiás. Nesse estudo, o pesquisador faz um relato da nomenclatura que concorreu com a designação de sertão, que incluiu termos como “coração do Brasil”, “Oeste”, “Planalto Central” e “Cerrado”

Como tratado Corbacho Quintela (2010), essas investidas tiveram início no final do século XIX, quando foram evidenciados os termos “planalto” e “cerrado” na concorrência com “sertão”. “Houve uma tentativa de valorização das características morfológicas de Goiás, tendo como base o Planalto Central e a predominante vegetação de cerrado” (BORGES, 2017, p. 160).

Embora não seja especificado na pesquisa de Corbacho Quintela explicitado por Borges (2017), o movimento de substituição do termo “sertão” para Cerrado, na identificação de Goiás, esteve atrelado ao planejamento de expansão capitalista no interior do Brasil.

O fato a se destacar é que para Borges (2017, p.161):

⁶⁰ Termos que eram utilizados para definir Goiás, aos quais muito me intrigavam: sertão e cerrado para a mesma delimitação geográfica.

[...] a modernização do campo em Goiás, consolidada pós- 1970 foi resultado de um conjunto de medidas para o avanço do capital no Brasil, iniciadas ainda no final do século XIX. Foi com a modernização do campo e a reestruturação produtiva de Goiás que o termo sertão perdeu preeminência. O termo “cerrado” representou, então, a nova matriz espacial do território goiano.

O termo “sertão” condicionado à ideia de atraso, condição que, na perspectiva de sua superação, necessariamente passaria pela nomenclatura. A proposta era superar o sertão em nome de um novo tempo que reorientaria a organização produtiva de Goiás e o integraria à lógica mundial da acumulação intensificada do capital.

Goiás foi ponto estratégico para isso, por se constituir na porta de entrada para a expansão capitalista no interior do Brasil. O fator determinante foi a intensa intervenção do Estado em solo goiano a partir do início do século XX, nesse momento, as *variáveis externas* suplantaram as *variáveis internas*, condicionando o cerrado como nova organização espacial de Goiás.

A transição do Sertão para o Cerrado, ao transformar a estrutura espacial de Goiás, impôs condições reestruturadoras de base socioespacial, o que reverbera na existência do sertanejo goiano; este, a partir de então, foi inserido em uma nova condição existencial, ou seja, uma (re) existência.

Segundo Almeida (2005), pelo capital se coloca em risco a cultura do sertanejo pela via do comprometimento de suas festas, modos de falar e culinária, bem como os modos de vida de povos indígenas e camponeses, dentre outros que entraram decisivamente no rol das interferências do novo modelo capitalista de organização territorial do Brasil e o agronegócio que passou a comandar Goiás.

Esse quadro não significou, todavia, a total substituição do conhecimento popular ou tradicional, mas sim sua apropriação, levando-o a integrar-se à aplicação da tecnologia, que constituía a lógica do agronegócio. Calaça (2010) reforça que o que levou à exclusão do sertanejo, ao tolher-lhe a matriz espacial e inseri-lo nos moldes de produção do agronegócio foi a produção em grande escala, as sementes geneticamente modificadas e o uso de insumos. Foram novidades que tiraram os habitantes não só da produção, mas também da sua existência tradicional.

Acompanhando esse raciocínio, o sertanejo do Arraial da Barra manteve fortemente suas tradições apesar de se localizar em um estado de maior expoente de agronegócio no país, pois o agronegócio não os alcançou tal qual territórios mecanizáveis ou possíveis de produção da soja, cana-de-açúcar ou milho.

Por isso, a identidade sertaneja no Arraial ainda se faz presente na culinária, com a galinhada, o biscoito quebrador, o capado com pequi; na cultura, com as folias de reis e as novenas em louvor aos santos, popularmente conhecidas como festas de roça. Prevalece a solidariedade sertaneja com os mutirões na colheita da roça e no preparo das festas.

Para Milfont (2010), as festas públicas no Brasil colonial significaram a propagação da urbanidade, esses ritos antes de tudo, tinham um caráter eminentemente público. Isto porque as festas significavam passagem e repetição, a repetição por sua vez significava o modelo, a norma, a urbanidade que deveria ser seguida, a sagração do território da Freguesia até a formação do homem do século XVIII, ditava seu comportamento incorporado passivamente na Colônia, sua condição de cristão e vassalo do Rei, normatizando a Colônia e seus grupos sociais. A identidade como processo de construção sociocultural **goiana**, que se baseia na construção das ações do meio rural, sendo um cotidiano voltado para as atividades no campo sobre tudo após a decadência do ouro.

Haesbaert (1999, p. 13) colabora com a discussão quando diz que as identidades são construídas pelas relações concreta/simbólica e material/imaginária dos grupos sociais com o território. E os aspectos materiais podem ser associados àqueles que conseguem resistir ao tempo, para esse autor, “toda identidade territorial é uma identidade social definida, fundamentalmente, por meio do território”.

As identidades podem ser associadas ao território no instante em que os elementos centrais da construção delas são marcados por ele. Aliás, elas constituem um espaço simbólico mesmo que ele possa ser repassado/transmitido pelas gerações. Em seu estudo sobre identidade sertaneja, Almeida (2003, p.80) mostra que a identificação e o reconhecimento do outro dentro do território sertanejo ocorrem pelas “condições mesológicas e pelo modo de vida do sertanejo euclidiano, que renovam, naquele momento, traços culturais de uma identidade territorial específica sertaneja”.

Ainda de acordo com Almeida (2003, p.77), em seus estudos sobre a identidade sertaneja, discerne que os elementos da identidade são “os traços culturais de uma identidade territorial”. Tais condições se apresentam nos moldes do sertão, procissões, festas da padroeira, do Divino, de santos e devotos (Apêndice 26), pois foram delineadas segundo os ditames da predominância do modelo colonial na composição atual do Arraial da Barra. Assim, o termo que harmoniza com a casa rural

do Arraial da Barra é aquele que lembra outro tempo, que não acompanha a modernidade, a casa sertaneja do sedimento-sertanejo.

2.5 A CASA SERTANEJA DO ARRAIAL DA BARRA À CONEXÃO DE SEUS QUINTAIS

Quando nos sentamos com um habitante em frente à sua casa ou entramos em sua casa acolhemos sua ruralidade. Ele se torna parte de nós, ele nos muda, muda nossos conceitos, muda nossa visão, nosso jeito de olhar e de ser, cremos que o distanciamento sobre essa ruralidade, torna essa realidade fantasiosa, romântica, como se fosse a realidade que produz a invisibilidade.

A poética que existe numa casa sertaneja, que nos torna capazes de vivenciar a beleza e a esperança, que está contida em seus habitantes, desse Arraial da Barra, é a capacidade de recuperarmos, dentro de cada um de nós, a essência da nossa vida. Conectando, nesse momento, com cada um de seus habitantes para retomarmos a poética e deixarmos de novo nos encharcar por essa realidade do sedimento-sertanejo.

A beleza conduz os rostos, os olhos, cabelos, traços, a poética passa por alguns caminhos da nossa vida, e no momento em que somos capazes de nos colocarmos na pele do outro, entrar na pele do outro e de romper com a invisibilidade. Nós somos capazes de entrar numa comunicação e nos conectarmos na construção de uma só poética, coletivamente.

Em 2017, ao iniciarmos o doutorado, nos encontrávamos cheios de teorias, de coisas lindas e bonitas, de tantos livros lidos, de tantas discussões sobre transformação social. No entanto, não estávamos conectados com a pele de um mundo que aconteceu com Dona Francisca e conectou nosso ser e que até hoje não se desprende mais.

Naquele ano saímos da cidade de Goiás em direção à Itapirapuã, passamos os morros ao redor, os rios e entramos no Arraial da Barra que é um lugar conhecido por sua pacatez, onde o tempo parou. Nele tivemos o encontro com uma pessoa, uma bela pessoa: Dona Francisca (Anexo 32), filha da Dona Mariquinha, uma das mais antigas parteiras e moradora da Barra.

Para a Geografia Humanista, a casa é uma porção do território assentada num espaço e se constitui enquanto lugar, quando é apropriada e simbolizada pelos moradores que a habitam. Desse modo, casa se torna lugar a partir do momento em que

a vivenciamos, para Tuan (2013), lugar é onde a realidade se constrói por meio de práticas cotidianas. Práticas de Dona Francisca, uma senhora que nos acolhe, com suas mãos, e começamos a entrar, juntas, e conhecer seu lar. “Vamo entrar pra dentro!” Como eles dizem por ali...

Dona Francisca nos introduziu em seu alpendre, e depois em seu quintal pois era mais íntimo, numa noite na festa de casamento de sua bisneta. Uma comida enorme pelo chão afora, tudo no chão, todos cozinham! Dentro do quintal, as panelas, trempes, a horta, aquele som que entrava nos nossos ouvidos, a coragem de nos deixar entrar na sua sacralidade que nós nunca tínhamos visto e imaginado e compartilharmos com aquela força do sagrado as nossas entranhas, a nossa vida, seu enraizamento.

Olhando toda aquela comida partilhada que tinha no chão, olhando toda a força da ancestralidade, olhando os corpos daquelas mulheres nos seus ritmos de dança ancestral. Tudo isso, começou entrar em nós e é isso, que nos motiva a dar continuidade na prática do nosso dia a dia, na nossa vida e construir conhecimento e conhecimentos interativos para que esse mundo rural não fique desconectado. Dona Francisca foi essa intuição, sua casa sertaneja, o portal para esse cosmos, a trempe e a mesa. Foi para nós a busca de sentir essa ancestralidade e a ruralidade que são invisibilizadas. Os negros⁶¹, os índios Goyazes⁶², os portugueses, os paulistas e seus descendentes do Arraial da Barra.

Os sertanejos sentam ao lado do outro, abrem espaço, podendo alargar a grande ciranda da justiça social, da ética, da materialidade de nossas poéticas, geram vida rural, e vida com dignidade. Aquela senhora sertaneja convidou-nos a “entrar pra dentro”, dos espaços domésticos, poéticos, psicológicos, simbólicos das casas do Arraial da Barra e seus cotidiano de sedimentos- sertanejos.

“Entra pra dentro!” É uma expressão muito utilizada pelos habitantes do lugar, para convidar a entrar para suas casas. A ênfase *entrar pra dentro* reforça o modo generoso da acolhida simples e humilde, sem pretensão a não ser a de conhecê-lo e saber a que veio. Inicialmente, esse convite te proporciona adentrar o alpendre da frente, mas, em pouco tempo, você será conduzido ao seu interior para tomar um café e

⁶¹ Em 1730, [...] da notícia da venda de escravos nas lavras do Rio Vermelho, apenas três anos depois de descobertas pelo bandeirante paulista Bartolomeu Bueno da Silva e sua gente (TEIXEIRA, 2011, p. 486).

⁶² Os índios Goyazes concentraram-se junto à confluência do Rio Vermelho com o dos Bugres, dificultando os serviços da mineração no Arraial da Barra. Aliás, este último rio teve referido nome porque nas suas margens se estendiam as moradas daqueles indígenas. Bueno conhecendo-lhes a índole prendeu as mulheres, e eles, muito afetivos, querendo-as de volta, vieram até Sant’ Ana e foram subjugados e postos a trabalhar nas suas minas e roças e nas de Ortiz (TEIXEIRA, 2011, p. 404).

degustar uma quitanda caseira, ou uma fruta do pé do quintal. A fruta, uma muda de planta, a quitanda ou folhas da horta, no final, você levará como lembrança desse dia.

Entramos nesse fio de caminho, e sua importância dessa realidade que nos tocou profundamente e que nos faz sentir a poética todo dia, deu-nos gás todo dia da nossa vida acadêmica e pessoal. Assim, começamos a olhar a beleza dos lares rurais, a vivacidade, a ternura, o encanto na medida em que íamos conhecendo seus habitantes.

Mas por que estudar a configuração simbólica do espaço? Para a Geografia Cultural, a produção e reprodução da vida material é mediada na consciência e sustentada pela produção simbólica – língua, gestos, costumes, rituais, artes, a concepção da paisagem. De acordo com Cosgrove (2003, p. 103), “toda atividade humana é, ao mesmo tempo, material e simbólica, produção e comunicação”.

Assim, os símbolos constituem traços fundamentais dos habitantes. Salomon (1995) aponta que o homem vive em uma floresta de símbolos socialmente criados, que expressam significados associados às diversas esferas da vida. A configuração simbólica do Arraial da Barra e seus significados é sustentada pelas atividades dos seus sedimentos-sertanejos, de forma material relacionada com sua forma de habitar o Arraial e sua casa sertaneja. Os comportamentos que os sedimentos-sertanejos constituem são traços fundamentais de sua conexão com o lugar.

O reconhecimento da importância dos significados como propõe Cassirer (2001), reforça que para a compreensão do habitante se torna necessário aprendê-lo não apenas no que se refere a sua organização, constituição e estrutura, mas também em relação aos significados que se faz dele. É necessário interpretá-lo e, mais ainda, interpretar o que os outros pensam de suas práticas e construções materiais e intelectuais, trata-se de imergirmo-nos, penetrando-se no “mundo dos significados” (COSGROVE, 2000) a diversidade de interpretações ainda possíveis à interpretação humana, inclusive na sua espacialidade.

Sobre a fenomenologia dos espaços domésticos, a corrente humanista reviu acriticamente os espaços por meio dos estudos de Yi-Fu Tuan (2013), De Certeau (1998), Collignon (2010) e Almeida (2016). Absorvida pelo movimento de valorização da cultura, a corrente humanista se vincula “as questões associadas aos significados e valores humanos relacionados à interpretação das paisagens culturais e lugares” (CORRÊA, 2009, p. 6).

Uma linha de pesquisa que privilegia as interações existentes entre a identidade cultural com as casas, parece indicar um rico campo de discussão não só na Geografia,

como na Antropologia e na Sociologia, além de disciplinas que gravitam em torno do estudo da paisagem, como é o caso da Arquitetura e Urbanismo.

Selecionamos no Arraial da Barra quatro casas sertanejas (Apêndice 27), quatro lares, sendo três na área urbana da vila, e um na sua área rural, para este debate da corrente humanista, entendendo a configuração simbólica e a fenomenologia desses espaços. Entender a afeição pelo Arraial, como propõe Tuan (2013), pelo lar, como ponto focal de uma estrutura cósmica é possível acreditar que o eixo do mundo passa por Buenolândia como um todo, assim como através de cada casa dentro dele.

Sob o enfoque da geografia humanista e cultural, calcada nas filosofias do significado, especialmente na fenomenologia e no existencialismo, buscamos esta análise, primeiramente. Ela se assenta na subjetividade, nos sentimentos, no simbolismo e privilegia o singular, em detrimento do universal, pois a compreensão constitui a base da inteligibilidade do mundo, a aproximação em geografia cultural se encontra cada vez mais, envolvida com as questões políticas, econômicas e sociais, demandando uma abordagem integradora (HAESBAERT, 2014).



Imagem 3: Casa Sertaneja Goiana da Dita e Seu Militão
 Acervo de Telas da Atividade “**ARRAIAL DA BARRA PELO FIO DA MEMÓRIA**”
 vinculada ao Projeto de Extensão: Casa de Paisagens e Tradição do Cerrado. Projeto de
 Extensão UFG- Campus Goiás. Produzidas em 2019. Coordenação: Prof Luciana Helena Alves
 da Silva

Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo: Gabriel Aires Peixoto de Lima

1937: A CASA SERTANEJA DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DA BARRA

2.6 A CASA SERTANEJA DE CINCO GERAÇÕES: A CASA QUE DESMANCHA

O sorriso de quem recebe de braços abertos e diz: “Que bom que vocês chegaram!” O eco dos sorrisos de Mariana (tataraneta), Keila (bisneta), da Benedita (neta), da Calixta (filha) e da Feliciano (mãe). Sorrisos que trazem o lar e as lembranças de encontros, chegadas e partidas. O lugar pode ser desde a velha casa, a Freguesia ou o sorriso que recebe na porta. Tuan (2013) alerta que nem sempre prestamos atenção a estes pontos de referência, no entanto, este conhecimento tácito é necessário para a sensação de sentir-se em casa, este campo não percebido é o espaço mítico irredutível de cada homem, o ambiente impreciso do conhecido que dá ao homem confiança no conhecido.

A casa foi deixando de ser apenas local de abrigo e proteção frente às condições e ameaças do ambiente, para ir se tornando o local privilegiado das relações familiares e do convívio marcado por afeições interpessoais, e ambiente, não só da procriação e sustento da prole, como também da transmissão dos procedimentos e valores socioculturais (MOREIRA, 2000).

Nesse sorriso, a acolhida de oitenta e quatro anos desta casa sertaneja construída no barro (Figura 3), no pau a pique, na toada de uma canção embarreando a parede de dentro junto com o tapa de mão. A taipa de sopapo, que se faz a mão, ao mesmo tempo, no refrão de uma mesma canção, canta, e no refrão bate o sopapo na grade de madeira para enchê-la de barro, um pra dentro, outro pra fora, ao mesmo tempo.

Figura 3: Casa de barrote, ruralidade e a forte ligação entre as árvores e a casa em tempo, espaço e poética



croqui GONÇALVES, N.C. (2019)

Como conta D Calixta⁶³, nascida na casa, mãe da Dita:

Nasci lá na casa da Dita. Foi meu pai que construiu, só não sei a data que é, que construiu. A gente não sabia esse negócio de data quase nada? Eles fez de pau a pique e taboca e barro . Fazia aos poucos e sozinho, só meu pai e minha mãe fazia. Todos os dois fazia, assim meu pai picava as maderá assim, amarrava as taboca, fazia o barro e ia barreando ne. Barreava as parede, primeiro batia por dentro, depois batia por fora, depois batia por dentro, desse jeito que ele fazia. Dentro da casa fazia só os portal , pra depois por porta. A casa era só um comodo, ai depois arresorvero puxar porque ia fazer uma festança, ai arresorvero puxar ela assim , onde é a sala (CALIXTA, 2019).

A casa sertaneja da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Barra ganhou vida, nascida de uma gaiola de madeira amarrada com caniço, construída e embarreada pelos fregueses: Canuto da Cruz Arruda e Dona Feliciano Ferreira da Cruz, casados no cartório do Casarão da Freguesia, em 1937.

⁶³ Apêndice 28, Conversa com d. Calixta da Cruz Pinto (78 anos), Goiás, durante o Encontro Diocesano de Goiás junto à Pastoral da Saúde (18/06/2019).

A casa extrativista, que veio da mata ao redor, das árvores que ainda a margeiam, que não foi totalmente desmatada para acontecer a casa, desfrutando de sua sombra do objeto natural original. Coberta com telha feita nas coxas⁶⁴ ficou sombreada com as mangueiras que no quintal davam frutas e sombra generosa para quem quisesse fazer do terreiro seu recanto. Espaço e lugar são termos familiares que indicam experiências comuns, o lugar é segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro, como percebemos nos relatos das irmãs Calixta e Nazareth.

Dona Nazareth⁶⁵ (81 anos) nos relata como foi o feitio desta casa para ela:

A minha história, eu tava nenezinha, quando fez aquela casa. Eu nasci lá perto do Justino, sabe onde é o Justino e da Ivany? Eu nasci lá era uma roça, era uma capoeira que eles tava desmatando, não plantando, limpando o arroz que plantou em janeiro, e então em janeiro eles iam limpar ele. Eu nasci dia 24 janeiro de 1938. Depois que eu nasci lá nessa roça minha mãe de resguardo de mim ia pra roça pra cuidar das lavoura, plantava arroz no mês de dezembro eles terminava de plantar, mas janeiro era arroz de três mês que eles dizia, e ia limpando ele pra mode dá uma coieita tá tudo maduro e assim eles coieiu. E aquela casa foi feita quando eu nasci nesse rancho lá perto do Justino. Ai minha mãe vorto comigo dizia que eu era um nenezinho gordo, muito gordo os bracinho diz que era uma bolinha. Ai que fez a casa da minha mãe, depois é que eles foram fazer a casa . E quem fez a casa da minha mãe mais do meu pai sempre era esse Senhor que fazia por aqui . Cuidava dos fio, cada um tinha suas casas, foi o meu avô, meus dois tio, que fez a casa da minha mãe. Meu avô Pedro Ferreira Pinto, era pai da minha mãe Feliciane e meus tios irmãos dela que ajudo a fazer a casa. Chamava o mais véio da familia, ele chamava-se Artur e o outro chamava-se Luiz Ferreira Pinto. Mas nesse tempo, o Luiz Ferreira Pinto ainda não trabaiava muito bem não, fazia outro serviço. E então tinha o Antônio Ferreira Pinto que ajudava o tio Artur e o vô Pedro. Aquela terra era do pai do meu avô. Diz ele, que falava assim que já tava partindo, partindo.

O relato das irmãs nos remeteu a uma prática sobre o feitio da casa da família, pela família, barrotear a casa, ampliar, organizar uma salona como disse dona Calixta e depois ir ampliando por ocasião de uma festa, ou o aumento da prole. O envolvimento

⁶⁴ É um termo de trabalho, diferentemente do que se prega como um termo pejorativo, a telha feita nas coxas de quem precisasse cobrir ali no sertão sua casa distante de qualquer olaria, telha sem precisão, cada uma com um desenho e encaixe diferente. Fazia-se na propriedade mesmo tendo como molde os troncos das árvores, diferentemente do que se difunde, que seriam moldadas nas coxas de escravos. A imprecisão da telha dá-se pela presença dos nós ao longo do tronco da árvore e no seu formato mais largo na base e mais fino em direção à sua copa (Mendes, Veríssimo; Bittar, 2007)

⁶⁵ Apêndice 04. conversa no quarto com D Nazareth da Cruz Barroso (Goiás, 81 anos, 11/11/2019).

dos mais velhos que dividiam suas terras e produziam dentro de suas posses mansas e pacíficas, novas posses para os filhos.

A casa que desmancha (Apêndice 29), como significado de sua instabilidade legal, quanto ao seu papel de ninho estrutural que guarda o berço da durabilidade social rural. Frente ao contexto do tempo da Freguezia em que se encontrava quando foi erguida, e diante da iminência de saltar de relação de poder de uma paroquial para o Estado Novo. Esta casa denota um tempo cujos portais de madeira assistiram a alteração da legislação brasileira, que reconhecia o poder monárquico português e a Igreja Católica com a Paróquia Colada, denominando seu território de Freguezia de Nossa Senhora do Rosário da Barra - para a chegada dos distritos, alterando o nome de seu território para Buenolândia, um ano depois de pronta, reforçando o que apresentamos no Capítulo 1. A casa demarca o movimento histórico-geográfico da inauguração do Estado Novo no Brasil, em 1938, em Buenolândia.

A casa desmancha barroteada, pela facilidade de se ampliar e ao mesmo tempo se dissolver, por sua vulnerabilidade construtiva, uma casa que exige manutenção anual. Envolve a família constantemente num ato pendular de barrotear a casa, se juntarem comer, festar, trocar. A casa que ao mesmo tempo socializa, não dá estabilidade de permanência, podendo a família sofrer a qualquer momento uma ação arbitrária de qualquer.

A casa que desmancha do sertanejo se estende ao último lar: os túmulos sertanejos (Apêndice 30), que tal qual as casas durante a vida, são vulneráveis e integrados ao meio depois da morte. Os túmulos são colocados de forma a contextualizar a legitimidade sertaneja, tal qual suas casas, sua relação com a terra em vida como posseiros, fregueses. Sem lápide, sem critério, sem profundidade marcada, sem legalidade, os corpos continuam fadados à invisibilidade, derramados no chão, resquícios de gerações que lhes dão pertencimento. Em meio aos pastos seculares ou abraçados pelo muro da igreja de Nossa Senhora do Rosário, os sertanejos descansam na última terra que os pertença.

A casa que desmancha representa o retrato do posseiro, para que não se dê a regularidade. A casa fugaz, da materialidade frágil, da arquitetura de terra, quase um abrigo, mais que uma choça. No recorte temporal, da Freguesia pareando⁶⁶ o Estado Novo, o patriarcado continuou regendo sem direito a titularidade de terras e da casa aos

⁶⁶ Palavra muito utilizada pelos sertanejos da Barra que significa próximo, lado a lado, quase junto, margeando, como se formasse um par.

sertanejos. Tal qual o conceito de habitar segundo Heidegger (1954), que está relacionado às práticas de demorar-se, dedicar-se, cultivar. Este conceito não se reflete na ação de fixar-se,

Essas construções oferecem ao homem um abrigo. Nelas, o homem de certo modo vive, mas não mora, 'se por habitar entende-se simplesmente possuir uma casa (residência).

Segue:

Mas será que essas habitações trazem nelas mesmas a garantia de que aí acontece um morar (habitar)?

As construções que não são moradias ainda continuam a se determinar pelo habitar uma vez que servem para o habitar do homem.

Morar (habitar) seria, em todo caso, o fim que se impõe a todo construir.

Habitar e construir encontram-se, assim, numa relação de meios e fins. Pensando desse modo, porém, tomamos habitar e construir por duas atividades separadas, o que não deixa de ser uma representação correta (HEIDEGGER, 1954, p. 10).

Construir, em alemão é *bauen*, e para Heidegger esse *bauen* tem seu sentido e significação no cultivo, no cultivar, no cuidar, no proteger; portanto ele se constitui como uma 'ura', uma cultura, um cultivo; ou seja: para Heidegger a construção é um cultivo, uma cultura.

A dimensão de construir para ele, se compara ao cultivo, uma plantação, de aspecto temporal e efêmero, que se desmancha, que se colhe, que termina como um ciclo, que se domestica, se acultura. Embora Heidegger não expresse isso, mas é enquanto cultura, constituição de cultura que o construir, que esse *bauen* estará também nas origens da domesticação, assim como a própria linguagem.

Também os sesmeiros, os posseiros, os fregueses e atualmente os sertanejos do distrito conduzem suas casas desta maneira, barroteando, ampliando, dedicando-se, dividindo, demorando-se, cultivando, mas não se fixando nem na terra, nem na casa, como um plantio. As casas que desmancham, ainda negociadas com recibos ou contratos de gaveta, sem legalidade de permanência, um sem fim de ocupação, conforme a graça de Deus.

A casa para o sertanejo tem o sentido de lar, não de valor, está ligada à honra, não a posse, regularizar esta terra, esta casa, retira-o da situação de freguês a qual ainda hoje se encontra, 125 anos após a Lei de Terras. Os sertanejos enraizados neste território habitam como marco permanente, diferenciando o momento do arraial, das choças, anunciando a tentativa demarcatória, sua territorialidade, o sertanejo a deixa refletida na materialidade das casas sertanejas, onde pode desenvolver suas operações simbólicas, refletidas na paisagem, utilizando-se de matérias primas deste sertão goiano, interagindo com a natureza, cultivando sua identidade territorial.

Além do espaço, o lugar, há a considerar a análise do tempo: o tempo da vida, o tempo da mangueira é o tempo da casa, pois aferem-se, espelham-se, conferem-se, assemelham-se. A casa range, dilata, esfria, esquentada e rompe o broto dos rebentos de gerações de sedimentos-sertanejos que percorrem seu chão de terra batida.

Com o tempo, o chão ganhou a nobreza do piso alisado com cera e esfregão, mas não perdeu sua humildade. Ainda sem forro e com o fogão de lenha no seu interior, depois o fogão a lenha ganhou uma casa para ele no quintal, junto ao forno de barro e ao pilão, para garantir as necessidades culturais da família (Apêndice 31).

Tuan (2013) contribui com a análise da casa nos lembrando que o espaço é para os seres humanos uma necessidade: biológica como para todos os animais, psicológica, um requisito social e um atributo espiritual. A solidão é uma condição para adquirir a sensação de imensidade, a sós, nossos pensamentos vagam livremente no espaço, na presença de outros, recuam pelo fato de outras pessoas projetarem seus próprios mundos na mesma área.

O medo do espaço muitas vezes está junto com o medo da solidão. A companhia de seres humanos – mesmo de uma única pessoa – produz uma diminuição do espaço e ameaça à liberdade. À medida que as outras pessoas penetram no espaço a sensação de espaciosidade dá lugar a de apinhamento e são as pessoas mesmo que nos apinham, elas mais que as coisas, podem restringir nossa liberdade e nos privar de espaço. Mas também podem ampliar nosso mundo, o coração e a mente se expandem na presença daqueles que admiramos e amamos.

As coisas só têm esse poder a partir do momento que as pessoas as dotam com características animadas ou humanas, no entanto, os seres humanos possuem naturalmente esse poder. A etiqueta e a rusticidade são diferentes meios para se atingir o mesmo fim: ajudar as pessoas a evitarem o contato quando tal contato ameaça ser intenso demais. Uma sensação de aglomeração pode aparecer sob condições altamente variadas e em diferentes escalas.

A consciência do projeto depende da memória em sua dimensão cognitiva racional, esta deve ser compreendida na articulação com elementos definidores da identidade social dos habitantes. Onde a memória e o projeto dão significado à trajetória, na perspectiva de algum tipo de consciência, que mesmo não linear, envolve valores, noções e emoções enquanto expressão do sentimento de necessidade em dar sentido às experiências pessoais (AZEREDO, 2016).

Os projetos são construídos a partir dessas experiências e se alteram nos momentos em que as pessoas vão adquirindo novas experiências. Se elas mudam, seus projetos também se modificam. O importante é pensar a casa como uma entidade não petrificada em sua construção, ela nada tem de estática, e aqui cabe a pergunta: Como os moradores se relacionam com o espaço da casa, seja material ou simbolicamente?

No convívio com os espaços da casa, os moradores se relacionam de formas diferenciadas e lhes atribuem sentidos diversos, esse é o percurso semiótico segundo o qual as relações são construídas por uma teia de significados que mudam não só de pessoa para pessoa, mas da mesma pessoa ao longo dos ciclos de vida. Posto isto, o significado não se conjuga no singular e é a partir deles que os projetos de seus habitantes se alteram (AZEREDO, 2016).

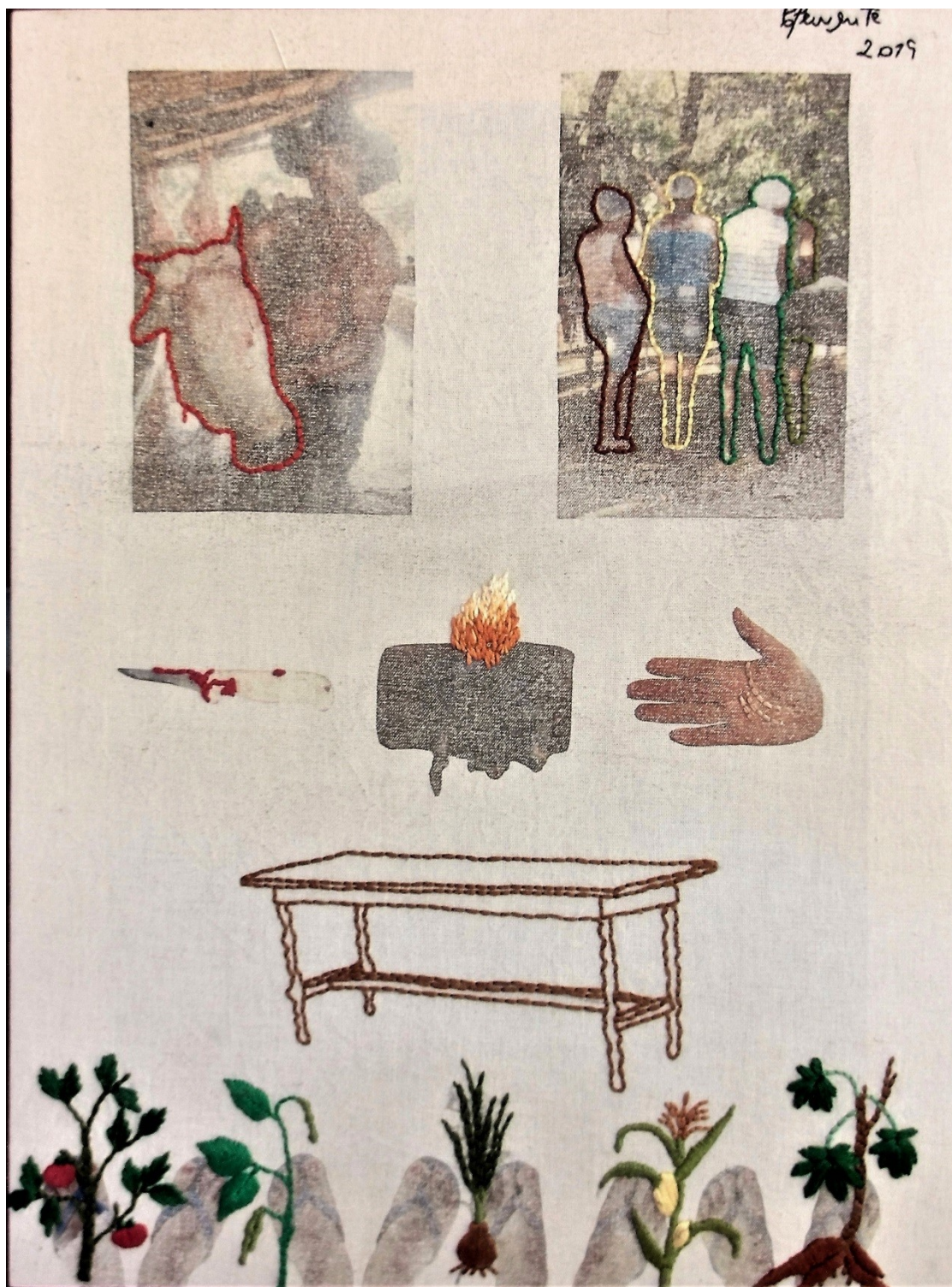


Imagem 4: Casa Sertaneja Goiana de Amélia e Seu Inocência
 Acervo de Telas da Atividade “ARRAIAL DA BARRA PELO FIO DA MEMÓRIA”
 vinculada ao Projeto de Extensão: Casa de Paisagens e Tradição do Cerrado. Projeto de
 Extensão UFG- Campus Goiás. Produzidas em 2019 Coordenação: Prof Luciana Helena Alves
 da Silva Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo: Gabriel Aires Peixoto de Lima

1943: A CASA SERTANEJA GERAÇÃO BUENOLÂNDIA 1ª FASE

2.7 A CASA SERTANEJA QUE TECE, BENZE, REÚNE, CHAMA PRA DENTRO E LEVA PRA FORA

“Entra pra dentro...” (Figuras 4 e 5), gritava, do fundo pra gente, que atendia levando a mão ao portão aquele cujo codinome era “Zóio de Cascavé”, numa profusão de paleta de cores a casa se fundia com sua figura. A casa sertaneja geração Buenolândia 1ª fase (1943), do casal Sr Inocência e Dona Amélia se abriu para nos receber, num outubro com cheiro de manga podre.



Figura 4: “Entra pra dentro e traz pra fora” referência à fala do Sr Inocência quando chamamos na frente da casa (fachada que olha pra igreja da Santa e zela do Arraial da Barra)



Figura 5: Sr. Inocência nos atende levando-nos para o fundo de casa onde fica a alpendre do quintal

Fonte: Croqui GONÇALVES, N. C. (abr. 2018).

“Mas como o Sr me chama pra dentro e me leva pra fora?” O Zóio me buscou! Não seja bobo! Ele traz na bagagem 89 anos de um repertório cheio de memórias por esse Goiás, contando desde a época da família do Caiado, quando Goiás era outro... “se não for pra pegar o bandido, traga a orelha!”

Foi capanga, foi soldado, a pedido da mãe, já que dava trabalho e fazia folia e dava tiro à toa. Entrou para a polícia de Vila Boa e não se adaptou porque com pouco tempo já se desentendia com quem não andava na linha, pois tinha a paciência curta!

Certa vez foi chamado pra pegar um boi que tinha matado um peão. O boi ganhou fama de ruim, todos tinham medo de mexer com ele, o boi matador! Mas ainda nessa vez se enredou com o tal boi e na unha com um cavalo, pode deitar o boi no chão

só no golpe de vista, tirando da experiência aquele lance onde o boi dá de cadeira de lado e... vapt, pega pelo chifre e boi no chão! As 22 arrobas derrotadas pela falta de cuidado com o movimento de Inocêncio. Deitou o boi e amarrou a pata junto ao chifirão para poderem ver quem quisesse o boi inerte e pagou com a vida o animal pela morte do peão.

Também juntava cobra no chamado e limpava os quintais da tal venenosa, assoprava a casa de *cacunda de ouro*⁶⁷ e tirava sua valentia que não avançava mais. Foi outro esperto tentar a mesma façanha, saiu todo mordido de marimbondo, com a cara inchada pra quem quisesse ver.

Foi para a noite tocar sanfona e viola e com isso reinava nas festas do Divino, até convite pra tocar em São Paulo teve, com passagem paga e tudo o mais. Passagem até Goiânia e de lá até Goiás, mas voltou pra Barra a pé... Ele veio, o companheiro ficou, tinha ainda essa facilidade de andar muitas léguas caminhando, com a capanga e os apetrechos⁶⁸ de volta pra casa.

Por muitas vezes, era encontrado pelas ruas de Vila Boa caído de tanta pinga e com o tempo, o pastor levou-o para cantar na igreja e aquela vida de bebedeiras, sanfonas e Divinos se foi... o garimpo trouxe o trabalho. Dona Amélia dizia que levou com ela seus filhos e muitas mudanças, a maioria dos meninos não conseguia ir à escola ou ter a casa arrumada. Sempre tinha a casa nas costas! Sina de mulher de garimpeiro...

Sr. Inocêncio de gênio difícil com trabalho inconstante fez de sua família migrante de terras que os recebessem: 9 filhos com Dona Amélia, *a mulher de olhar mais faceiro de Goiás!* Silenciosa, tece na grade todas as palavras que não diz, vai entoando cada ponto com as entranhas em meio aos farrapos e tiras de pano que trança num constante vai e vem de sentimentos e memórias, lembranças, sentada na beirada do alpendre olhando para o quintal daquele sertão da Barra: fazer com as mãos. Tecer!

Aquela casa da Barra foi feita a pedido da mãe do Sr. Inocêncio, ele aparou as madeiras, devastou e montou os pontos de telhado conforme a vontade dela fez os tijolos de adobe. Este senhor tinha dom pra trabalhar com a madeira, retirar o pau da mata, desde sua textura e feitio das peças até o desenho final da casa pra mãe, tem seres

⁶⁷Também conhecido nesse sertão de Goiás como “Cula Caga-fogo, que é mais feroz que índio caiapó e em sua ação guerrilheira parece levar fogo armazenado no próprio ferrão do rabo como peçonha, e costuma atacar os mateiros, sem quê nem por quê. Não é de hoje, que tenho comigo que se o capeta fosse dado a aparições, ele aparecia era com as aparências de Cula Caga-fogo” (LOURENÇO, 2011, p. 171).

⁶⁸ Palavra muito utilizada pelos habitantes da Barra. São palavras provenientes de pescadores, “apetrechos de pesca”, mas também pode caracterizar objetos, instrumentos utilizados para executar outra tarefa, como cozinhar, lavar roupa, cuidar da roça ou dos animais, fazer queijo, garimpar (Ver Apêndice 32).

humanos que possuem esse poder naturalmente. Mas o tempo tratou de transformar Sr Inocência numa parte daquele madeiramento da casa, uma aroeira, parte do madeiramento da casa, de maneira que ele se tornou mais que um ser, um ser aroeira.

A casa se abre para o quintal, ou o quintal se abre para casa? Almeida (2017) esclarece que os quintais são extensões da moradia e parte do espaço vivido e do cotidiano. No caso do quintal do Sr. Inocência são 4.450m² que se entrelaçam como o tear de D Amélia. Ali vivem com o casal e sua prole de bisavô uma “reseinha”, o casamento de Taynara com Mikon se deu em abril de 2018 (Apêndice 33). Tivemos que nos entrelaçar na grade de Dona Amélia para travar-nos junto à amarração dos pontos e fios, a matança dos animais, a construção das trempes, o feitio da comida e o casamento com a janta: a festa é fazer a comida e se fez no quintal da sua casa durante o tempo que a luz do sol durou.

Para Higuchi (2003, p. 58), “a casa é uma manifestação concreta das experiências vividas, mesmo sendo distintas entre homens e mulheres”. O recorte de gênero é necessário para a compreensão da delimitação dos lugares da casa, pois esta abriga “padrões socialmente estabelecidos para atitudes, comportamentos e ações correspondendo ao que se espera de homens, mulheres, crianças, adolescentes e idosos” (AZEREDO, 2016, p. 215).

Agregar, juntar, unir, fazer com as mãos: ancestralidade e ruralidade juntas. Fazer muita comida e com mesas protagonistas mais espaçosas. Estreitas e compridas para que as pessoas fiquem mais próximas, ninguém fica sozinho, todos estão fazendo coisas diferentes, mas sem deixar de conviver.

Fazer a comida no quintal e compartilhar para fora da casa, reflete um comportamento coletivo desde a elaboração da comida até o comer junto, de parceria, de cuidado entre as pessoas umas com as outras. Alimento da tradição, da casa e da alma.



Imagem 5: Casa Sertaneja Goiana de Dona Francisca
 Acervo de Telas da Atividade “ARRAIAL DA BARRA PELO FIO DA MEMÓRIA”
 vinculada ao Projeto de Extensão: Casa de Paisagens e Tradição do Cerrado. Projeto de
 Extensão UFG- Campus Goiás. Produzidas em 2019.

Coordenação: Prof Luciana Helena Alves da Silva

Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo: Gabriel Aires Peixoto de Lima

1956: A CASA SERTANEJA DA GERAÇÃO BUENOLÂNDIA 2ª FASE

2.8 A CASA SERTANEJA DO MUTIRÃO, DA CURA, QUITANDAS E SAUDADE

Tomamos a liberdade de entrar nas suas casas (Figuras 6 e 7), Dona Francisca e Dona Mariquinha, a casa sertaneja da geração Buenolândia 2ª fase. Com sua licença! O anu-branco, o popular “macoã”, em abril de 2018 nos recebia para nos guiar e trinando como ele só, fez coro com a formiga tarefeira alçando voo juntos, desenhando no céu *croquis* de magenta e vermelho para te homenagear.



Figura 6: Fachada da frente (esq Francisca e Dir Mariquinha), que nos recebe e olha para a Escola Terezinha de Jesus



Figura 7: Fachada dos fundos da casa da dona Mariquinha em primeiro plano, para o quintal e o vão que liga o quintal e a rua

Fonte: GONÇALVES, N.C. (2018).

Foram mais de 40 anos como moradora do Arraial da Barra, encravada no interior de Goiás, nesse espaço sempre circundado de importantes histórias do Brasil que deixaram suas marcas, como os índios Goyazes, as sesmarias, as bandeiras de Anhanguera. Depois da primeira viagem Bartolomeu Bueno da Silva (o filho), retorna⁶⁹ e escraviza os negros da terra, os índios Goiás. Personagens que fizeram a nossa história escrita, falada, vivida para os quais sempre que se chega ao Arraial solicita-se que de onde possam estar nos forneçam suas vibrações, inspirações ancestrais.

⁶⁹ “... em 1682 Bartholomeu Bueno da Silva, também paulista, da família de Amador Bueno de Riveira, tendo conhecimento do mencionado roteiro feito por Manoel Corrêa, empreendeu uma exploração na direção indicada. Este homem, afoito e avesado aos trabalhos d’ esta natureza a quem os gentios appellarão de *Anhanguêra*, que quer dizer Diabo-velho, pelo estratagemma de acender uma porção de aguardente em uma vasilha, com ameaça de abrasar todos os rios e todos os índios que se lhe não rendessem; e seguido de um filho do mesmo nome de idade de doze anos levando um grande número de agregados, depois de ter feito uma grande marcha chegou ao domicilio da tribo *Goyá*, onde presentemente está fundada a capital da província” (ALMANAK DE GOYAZ, 1887, p. 25).

Num lugar onde vários brasileiros vieram colorir com suas casas a sala de visitas do sertão: Goiás! Onde juntos possamos conhecer, rir, chorar e sentir as mais diversas características desse Arraial brasileiro.

“As roseiras... Leva eu saudade! Saudade dos meus filhos, do meu marido, dos meus pais... Deu um vento na roseira, Leva eu, saudade! Se me levar, eu vou! A saudade é que me traz da grossura de uma linha, se não fosse a saudade, eu não era tão fininha... Leva eu, saudade! Se me leva, eu vou! “De sete filhos, criou 5... 2 a cisterna⁷⁰ levou ...e a vida andou...e o Arraial ficou oco.

A rosa é o melhor símbolo de felicidade, traduz o sentimento ao percorrer a horta de Dona Francisca, refresca boas memórias. É a beleza universal, que qualquer pessoa entende em qualquer lugar do mundo, não há agressão a uma rosa e sim vida, cores e formatos.

E as plantas... adorava plantar, mas e colher? Ajudava tanta gente com seus chás, ervas, xaropes e pomadas caseiros. A colheita foi certa! Dali saíram tantas reuniões da Pastoral da Saúde (Apêndice 34), a Casa da Agricultura Familiar Dom Tomás Balduino e muitas amizades queridas: Dona Cid, Maria Luiza, Terezinha de Jesus. A casa que cura a comunidade sertaneja.

Via as plantas como remédios, cultivar algo que cresce, que traz cor, flores e beleza, era uma forma de terapia. Cuidar de plantas em qualquer espaço, na bacia, na horta, no pneu, num pote quebrado ou mesmo numa lata, criando soluções para ter plantas em suas janelas, cozinha, alpendre. Conectar-se com a natureza e a casa, nosso equilíbrio.

A generosidade da casa que recebe e acolhe como a Festeira do Divino: Dona Francisca - avó do Felipe (capitão do mastro). A casa do mutirão: festa do Divino, casamento de Joelma⁷¹. Numa oportunidade como essa, nunca mais seremos os mesmos depois de passarmos pela casa sertaneja de Dona Francisca.

Muitas trempes pelo chão e a mobilidade singular de flexibilizar cômodos de galinhas em espaço de açougue, cozinha e quintal. Picar repolhos e montes de tomates cuidando para separar as sementes para não azedar demais a salada, assim se promove a casa em relações regionais, dando caráter simbólico e de território pela oferta de comida para a festa do Divino (Apêndice 35).

⁷⁰ Apêndice 36, conversa com Dona Francisca.

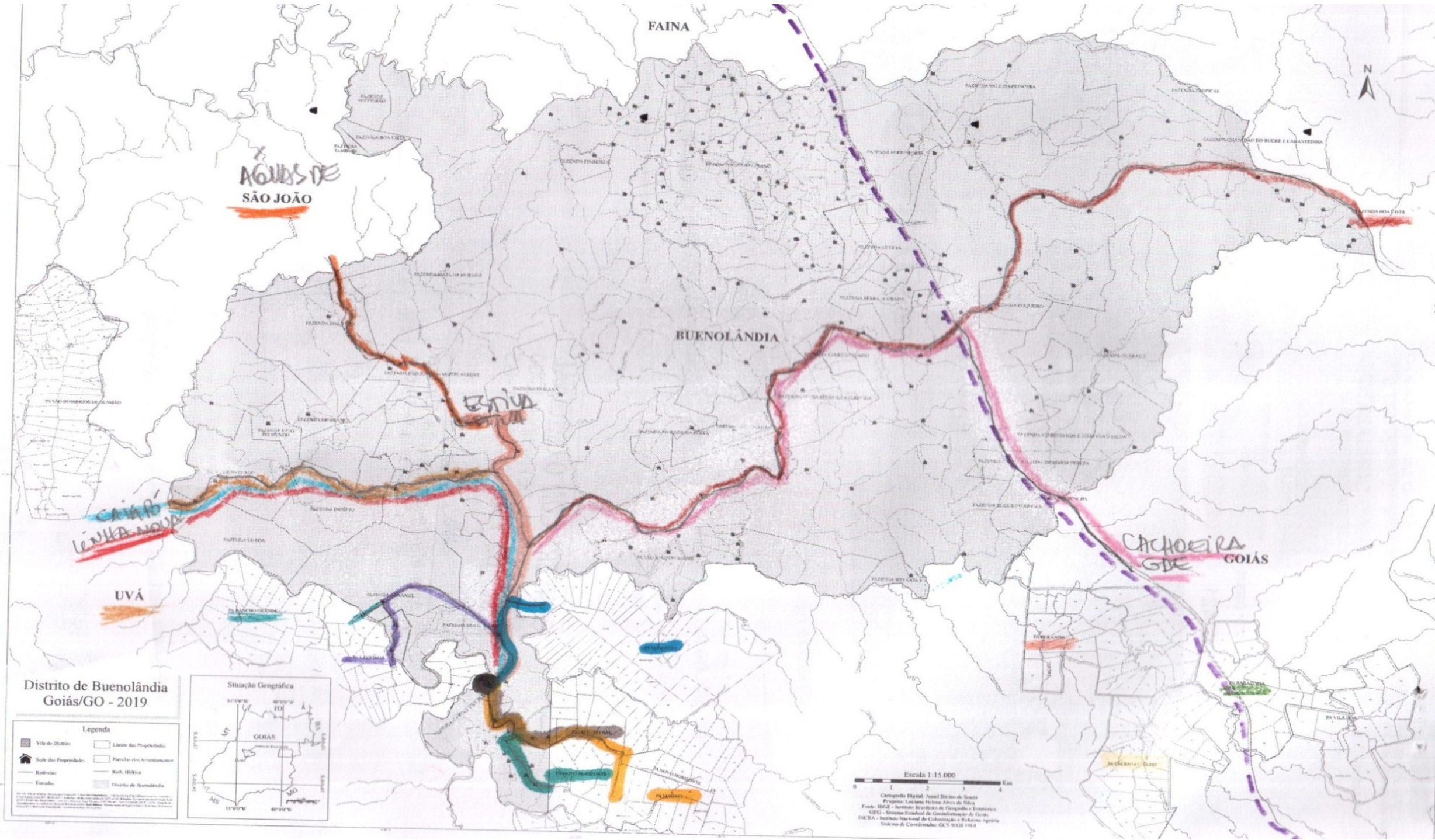
⁷¹ Joelma é tataraneta da parteira Mariquinha, ou seja, a quinta geração da Casa sertaneja de D Francisca, pela descendência: D Mariquinha, D Francisca, Lena, Ceny e Joelma.

A partir dessas relações, a casa se constitui como recurso a ser apropriado, a um só tempo, material e simbolicamente. Sugere uma interpretação territorial, cujo significado do morar revela “territorialidade”⁷² exercida pelos moradores por meio do controle sobre o espaço (BRANDÃO; HEINECK, 2003). A partir das festas que a casa acolhe, sua territorialidade se expande. As comunidades rurais protagonistas da “Festa do Divino Espírito Santo” (Anexo 33), tendo a “casa da Senhora Francisca” como referência de ponto de encontro para a reunião da festeira. Nas andanças pelo campo foi possível vivenciar a partir do cartaz, o roteiro das novenas e a “janta” promovida pela família da casa da festeira.

Durante nossas visitas à Barra, elaboramos o *croqui* para dimensionar a territorialidade da festa de Dona Francisca. Nos surpreendeu o alcance de tantas comunidades (Cristal, Ruá, Caiapó), assentamentos e a sede do município de Goiás, Itaberaí, Goiânia, Mossâmedes, tamanho era o alcance da festa em número de familiares e amigos da festeira tradicional da Barra (Figura 8).

⁷² Os sentimentos de identidade criam territorialidades (CLAVAL, 1995, p. 148). Sobre essa categoria consultar também Raffestin (1993) e Bonnemaïson (2000).

Figura 8: Mapa do alcance da dinâmica espacial do Lar de Dona Francisca, festa do Divino do Arraial da Barra



Fonte: SILVA, LHA (2018)

E é a territorialidade que desenha a identidade dos que nela habitam e permite que a casa dialogue com seu entorno, por essa razão a casa representa e é representada ao passo de que todo esse universo da festa, pela sua dinâmica histórica e política, nos revela o território, resultado da valorização e da apropriação do espaço, contendo uma valorização simbólica, identitário-existencial. Esse território se forma e deforma no tempo da festa e das manifestações dos grupos sociais, neste caso dos habitantes tradicionais do sertão goiano, na recomposição anual do espaço de interação, segundo suas tradições ancestrais, e das formas objetivadas e programadas de uso do Arraial da Barra.

E continua na relação de alteridade e pertencimento a fritar o frango e picar a gueiroba bem fininha, as atividades manuais cotidianas, como amassar, picar, ralar a comida que cozinhamos e no fazer com as mãos, muitas sacas de feijão para fazer o tropeiro, torresmo e montanhas de couve. Mandioca bem cozida (trazida a cavalo lá da roça do Laquim) e muita conversa em horas a fio de pé por mais de oito a dez horas com as chinelas que se enlaçam com as raízes e folhas da horta buscando pimentas e jilós para finalizar os pratos.

Moradores tradicionalistas continuam a fritar o arroz feitinho na hora, e olha o fogo da trempe, não deixa apagar porque ainda falta terminar de cozinhar o macarrão e o molho para os festeiros. A casa rural em mutirão cozinha para mil e quinhentos convidados e quem mais quiser, para a festa do casamento na rua do Arraial da Barra.

A casa flexibiliza-se para atender as necessidades de seus habitantes, os habitantes, seus corpos, sua comida, numa perspectiva de adaptação contínua compõem componentes essenciais na experiência do homem com o lugar. Essas perspectivas de flexibilidade e de adaptabilidade habitacional (DESPRES, 1991; COHEN, 2004) não se tornaram, por acaso, objeto de reflexão na literatura habitacional.

Sobre a casa rural brasileira, Antônio Cândido em "Parceiros do Rio Bonito" (1987, p. 131), no capítulo "A Situação Presente: Os Trabalhos e os Dias", também expõe sobre as atividades domésticas que se processam no exterior da casa. Um dos fatores determinantes do seu ritmo da vida é medido pela ocorrência das festas e o contato com as povoações. O parceiro e sitiante dispõe do sábado e do domingo para ir ao povoado. Nestes dias têm lugar as festas, nas capelas ou nas casas.

Dormiu e deitou-se no chão do Arraial, como uma penca da roseira, que de tão pesada se dobrou até encostar-se no peito do Sertão protegida pela Serra Dourada e lá permanecer... sedimento para sempre!

E ainda em qualquer horário do dia ou quando se quiser, a casa está aberta e pronta para nos receber. Esse registro revela o quanto o pesquisador não é indiferente às” experiências dos habitantes, cujos acontecimentos vividos no dia a dia fazem com que a casa seja um espaço vivo e construído não só com o erguer das paredes, mas por meio de eventos da vida particular de seus moradores, o que caracteriza as experiências no lar” (AZEREDO, 2016).



Imagem 6: Casa Sertaneja Goiana de Vaninha (2020) (detalhe do papagaio Caçula avulso a tela, preso pelo lóbulo da orelha da imagem)

Acervo de Telas da Atividade “**ARRAIAL DA BARRA PELO FIO DA MEMÓRIA**” vinculada ao Projeto de Extensão: Casa de Paisagens e Tradição do Cerrado. Projeto de Extensão UFG- Campus Goiás. Produzidas em 2019. Coordenação: Prof Luciana Helena Alves da Silva Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo: Gabriel Aires Peixoto de Lima

1985: A CASA SERTANEJA DA GERAÇÃO BUENOLÂNDIA 3ª FASE

2.9 A CASA SERTANEJA E O FOGÃO A LENHA: “DE COMEZINHO”⁷³, ACONCHEGO, FESTA E POLÍTICA

Da Matta (1984, p. 9), no texto “Casa, Rua & Outro Mundo”, nos instiga sobre os espaços concebidos como eternos e espaços transitórios, pois “tudo o que diz respeito ao poder político é, na nossa sociedade, conotado como duradouro ou eterno e marcado pelos monumentos e palácios”. Assim, é a garrafa de café na cozinha da Vaninha, como se a cozinha tivesse a conotação de praça e a garrafa de monumento (Figuras 9 e 10), onde a cozinha serve de foco para a relação estrutural, entre o habitante e a massa, a coletividade complementa e estrutura o espaço da cozinha como ponto de encontro e de política.



Figura 9: Fachada da casa da Vaninha que recebe a todos na entrada do Arraial da Barra e leva direto à cozinha na garrafa de café do Seu Lô.



Figura 10: A rua e a casa integram-se na cozinha pontuadas pela garrafa de café.

Fonte: Croqui GONÇALVES, N.C. (2018): 13ae foto SILVA, L.H.A (2018):13b.

Da Matta (1984) relaciona o espaço eterno demarcado por monumentos, cuja função seria a de estabelecer uma aliança entre o intérprete e a massa, já que são complementares e a rigor ambos estão ligados por um passado e pelo sistema de valores que opera inconscientemente. A garrafa de café, a cozinha e a casa sertaneja da geração Buenolândia 3ª fase da Vaninha, de 1985, designam no Arraial da Barra, um sistema de

⁷³ Definição (dicionário Aurélio): adjetivo que significa bom para se comer, fácil de entender, simples e familiar.

valores, de poder social, sinalizando um espaço que pretendem eternos como igrejas, palácios, quartéis. Diferentemente do espaço transitório, singular, conflituoso, problemáticos, que recebem um tratamento bem diferente.

Desse modo, Da Matta (1984) se refere a espaços, a esferas sociais – casa, rua e outro mundo- que fazem mais do que separar contextos e formar atitudes, porque se trata de esferas de significação sociais que normaliza o comportamento por perspectivas próprias. A visão do Arraial da Barra de um modo simbólico, significado pela característica do habitante que protagoniza a casa e define atitudes e comportamentos a partir de sua garrafa de café.

A casa do Arraial da Barra permanece fiel à relação de casa ao lugar, quando Teixeira (2011, p.172) anota sobre o termo Arraial que simboliza:

[...] o lugar para onde concorre em romaria ou em que se junta muita gente, como em festas rurais, e onde há tavernas e abarrancamentos; a festa campestre, com abarrancamentos e comestíveis, música, iluminação, foguetes: aglomeração festiva de povo; lugar em que se juntam romeiros e que há tendas provisórias, abarracamentos de comestíveis, ornamentações, música, etc; ajuntamento festivo de povo, lugar onde há festejos e aglomeração popular [...]

Durante o festejar com o forró (Anexo 34), bingo e rodadas de brindes, Vaninha serve as porções de torresmo, peixe frito, churrasquinho, feijão tropeiro, arroz branco e linguicinha, regadas com goles de cachaça e cerveja, cuidados sob o olhar de Santa Luzia. E lá vem o Pipa! Personalidade de chapéu, cambaleando com seu pandeiro e muita alegria, contagia a todos e sai falando oooooo, ooooooo, como se nos convidasse para a vida sertaneja em festa da casa da Vaninha (Apêndice 37).

Lá na frente da casa fica o Secos e Molhados da Vaninha, o comércio da casa, nos atende um balcão de vidro recheado de salgadinhos, bebidas e um monte de quinquilharias que se precisa para o cotidiano da vida na vila. Bujões de gás, vassouras, copos pendurados ao lado do calendário do Divino, quando Jesus acena para quem vive ali. Abençoa e apadrinha a cada um que entra ou sai.

Nessa perspectiva, de adaptação da casa e do mercadinho na frente, que se torna uma realidade comum à arquitetura rural, como aqui da vila do Arraial. Casas que, de acordo com a necessidade da família, num processo lento e contínuo, adequam-se às condições de trabalho para garantir possibilidades financeiras da família (KOWARICK, 2009). Uma despensa, um resfriador de leite, um pequeno comércio.

Depois de tudo, ainda tem a recepção da cadela Menina, lotada de filhotes do cão Duque da Dona Francisca, pois o grau de parentesco na vila dá-se também pelos seus animais. E do louro Caçula, que adora pedir “Caçula qué, Caçula Qué”... pra tudo que se come e bebe perto dele, ele controla e vigia o comércio dando sinal pra Vaninha se chegou alguém pra atender e os bichos profetizam! (Apêndice 38)

A casa da acolhida de quem chega à Barra, o fogão aceso de uma casa que alegra o coração pela fartura que exhibe (Apêndice 39). A lenha, a mulher com nódoa da madeira que aquece as panelas de barro (Apêndice 40), nos recebe com portas abertas interligando rua e casa, a garrafa de café, o torresmo, a comida e muita conversa, diante disso a ruralidade presente nesta casa se apresenta na forma da fartura, da partilha, da acolhida e da política.

Senão todos, uma boa parte dos assuntos pertinentes ao lugar passam por ali. A manutenção da caixa d'água, o ofício para a Câmara, a Prefeitura, o Corpo de Bombeiros e do Samu, as lâmpadas da vila que precisam ser trocadas, a Associação de Moradores, o aniversário do Coronel.

Na cozinha onde há seis fogões, o pilar de centro empilha panelas e cachos de bananas, peixes frescos para o almoço, o socador de alho entoa antigas canções de alumínio e madeira junto com as catiras que se ouve na roda de viola para temperar a comida da festa da padroeira. Gira o moedor de carne, amassa e enrola muitas pelotas, biscoito frito, pequi, macarronada e o bolinho de arroz com queijo fresco.

No outro dia, sob a cabeça e os cuidados das mulheres, a fila de panelas entra para “banhar” no Rio Vermelho (Apêndice 41), levando para seu leito todas as preces e penitências deixadas pelos festeiros e suas intenções a Nossa Senhora do Rosário. Arear⁷⁴ a panela e a alma! A festa acaba com um café da manhã com gosto de quero mais, leite quente, café preto e quitandas. Acabou a viola e o forró, o milagre chegou e novas demandas ao cruzeiro os fiéis têm para o ano que vem de modo que o ciclo se abre e se renova: a Virgem traz... o Rio Vermelho leva! “Cum Deus tamém!”.

⁷⁴ *Areado*: adj. Coberto de areia. Esfregado com areia ou outro pó; limpo. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/areado/>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

2.10 – O FAZER ARQUITETÔNICO NO ARRAIAL DA BARRA

Ademais de experienciar o espaço de habitar como objeto da cultura, como espaço vivido, praticado, tivemos também a necessidade de levantar o acervo arquitetônico, como um prévio inventário e encontrar algumas respostas sobre o espaço projetado, arquitetônico, edificado, construído, destinado ao acolhimento humano em sua experiência cotidiana. As casas se revelaram importantes na construção da paisagem do sertão goiano.

Como vimos nas discussões já feitas, a Geografia humanista e cultural é calcada nas filosofias do significado, especialmente na fenomenologia e no existencialismo. Ela se assenta na subjetividade, nos sentimentos, no simbolismo e privilegia o singular, em detrimento do universal. O conceito de paisagem passa a ser revalorizado e as noções de território e de lugar transformam-se em elementos fundamentais para a identidade cultural sertaneja.

A Geografia e a Arquitetura constituem duas áreas de conhecimento, cujos respectivos corpos disciplinares se debruçam, aparentemente, sobre o mesmo objeto-espaço (Tabela 1). É inquestionável que a interdisciplinaridade tem sido imprescindível para o processo de construção teórica da Geografia.

Tabela 1: Síntese etimológica dos Espaços geográfico e arquitetônico

Espaço Geográfico	Espaço Arquitetônico
Derivado de dois radicais gregos: geo (terra) e <i>graphein</i> (descrever)	Salignon (1997) anota que o “princípio, em grego, se diz <i>arkhé</i> , prefixo presente na palavra (arqui)tetura”. Assim, na palavra arquitetura, continua o autor, (...) devemos compreender <i>arkhé</i> como sendo a um só tempo princípio originário, (ideia) e a (ação) que faz surgir, (pela vez primeira) algo que não existia (...) <i>Tékton</i> , por sua vez, indica, em grego, o construtor, o “mestre carpinteiro”, aquele que no exercício do seu ofício, compõe e, como consequência dessa ação compositiva, ergue a edificação, donde se tem, em português, a palavra tectônica, a arte de construir edifícios. O objeto construído, materializado pela tectônica. A composição do vazio, entendendo que compor é criar, juntando diferentes partes, associar, este é o ofício do <i>tékton</i> .
O espaço geográfico é preexistente, dá suporte físico-ambiental à ação projetual. O espaço natural não se confunde, com o espaço da arquitetura, uma vez que o espaço natural é um espaço modificado, mas não originado, menos ainda composto, por uma ação humana propositiva.	O espaço arquitetural não se confunde com o espaço natural, preexistente à ação humana criadora, propositiva.
Roberto Lobato Corrêa (2001), ESPAÇO - conceito-chave: 1º período Geografia Tradicional (1870 a 1950) geografia institucionalizada como disciplina nas universidades pelos trabalhos de Alexander von Humboldt e Karl Ritter – geografia como descrição da disposição dos elementos dos cenários; 2º período Geografia Teorético-Quantitativa (1950-1960) geografia passa a	O espaço arquitetônico se define por um vazio que o constitui em consequência de uma ação humana compositiva (COUTINHO, 1977) O espaço arquitetônico é projetual. Lança mão de um vocabulário tridimensional próprio do fazer arquitetônico para compor o espaço da arquitetura.

ser considerada uma ciência social, uma ciência espacial, o espaço, pela primeira vez como conceito-chave da disciplina. Um conhecimento a serviço do Estado, como forma coadjuvante da administração e do planejamento. Isolou-se da história, das ciências sociais e do “marxismo ocidental”. Surgiram a noção de centro-periferia, **espaço relativo**, apontadas por Harvey (1969);

3º período Geografia Crítica (1970) geografia rompe com a geografia tradicional e com a teórico-quantitativa. O espaço (re)apareceu como conceito-chave. Henri Lefebvre aborda o espaço como **lôcus da reprodução das relações sociais**, da sociedade. Derivam daí a concepção de “produção do espaço”, “jogo de forças”, econômica, política e socialmente definido. O espaço lefebvriano é metodologicamente analítico e fisicamente abstrato, assentado no território.

4º período Geografia Humanista e Cultural (1970) Geografia calcada nas filosofias do significado, especialmente da fenomenologia e existencialismo. Assenta-se na subjetividade, nos sentimentos, no simbolismo e privilegia o singular, em detrimento do universal. Paisagem, território e lugar, são elementos fundamentais. É a geografia mais envolvida com questões políticas, econômicas e sociais, integradora. Autores como HOLZER, OLIVEIRA, MARANDOLA JR, ROSENDAHL, ALMEIDA.

Especificidade do espaço arquitetura é a ideia de limite, pois resulta de uma ação projetiva que necessariamente limita tanto vertical quanto horizontalmente, o espaço natural: largura, profundidade, alturas.

Arquitetar é uma ação criadora, (...) que faz aparecer o que não existia em nenhuma parte” Hannah Arendt e Salignon (2001, p.83) A resposta de um imperativo humano de afirmar um lugar como criação. Passa de um estado de natureza ao estado de cultura (LEVI-STRAUSS, 2009 e ARGAN, 1966).

O espaço da arquitetura se constitui em consequência de uma proposição humana (*arké*) compositiva (*tektón*) que o faz surgir, É negação do espaço natural e afirmação (proposição, criação) de lugar projetualmente humano.

Edificar ou arquitetar é a expressão de uma habilidade humana, análoga à da linguagem, manifesta num ato fundador próprio da condição humana (CHOAY, 2006).

O imperativo de passar entre o que há e o que não há ainda (SALINGNON, 1997, p. 96).

O espaço arquitetural é um espaço criado, originado – e não apenas modificado ou transformado – pela e para a ação humana.

Milton Santos inspirado em Lefebvre defende o conceito de formação socioespacial, lançando mão de 4 categorias: função, forma, estrutura e processo.

Geografia se debruça sobre o espaço de modo analítico, interpretativo e crítico.

Atributos próprios e específicos do espacejar (ARGAN,2000): a questão das proporções – o vocabulário tridimensional do *tékton* em seu ofício projetual, da escala – inescapável na construção do espaço humano, da forma plástica, expressão material do ato de espacejar. A casa resulta da criação humana (*arké*), espaço construído a partir de uma ação humana, projetiva, que compõe o vazio, e possui espaço interno que inclui o humano (ZEVI,1977, p. 24)
“Tudo o que não tem espaço interno, não é arquitetura”

Arquitetura tem no espaço o objeto projetado, constitui o objeto do próprio fazer arquitetônico.

Fonte: LEITÃO; LACERDA (2016) SANTOS, ZAVI, ARGAN, SALINGNON. Organização: SILVA, L. H. A (2021).

Esta tabela síntese busca esclarecer a ocorrência de certa “confusão” conceitual, sobre o termo espaço para as disciplinas Arquitetura e Urbanismo e Geografia. Nossa percepção, mesmo diante da sala de aula, a confusão dá-se com certa frequência, na produção acadêmica, e nesta oportunidade, de modo especial, apresentamos clareamentos sobre o tema.

Mesmo sendo disciplinas autônomas, entre autores e conceitos, métodos e abordagens, faz-se necessário como objeto de investigação, trazer à luz para registrar a cada uma das disciplinas sua marca, que as difere enquanto precisão epistemológica do objeto espaço para ambas, sem dúvida desafiador.

A tabela traz para delimitarmos tais marcas, em relação a Geografia e a Arquitetura e Urbanismo, algum arcabouço teórico, metodológico e importantes teóricos para contribuir nesta tarefa, nos dois campos de conhecimento e suas interfaces. Para a Arquitetura, o espaço é seu protagonista, mas como contribuir minimizando estas possíveis confusões?

Embasado no artigo de Leitão; Lacerda (2016), tentamos propor um quadro de forma que se apresentassem a constituição e a evolução da geografia (do lado esquerdo do quadro), enquanto campo disciplinar. A intenção é de mostrar que, só a partir da década de 1970 – sobretudo com a emergência da geografia crítica –, o espaço, até então objeto meramente implícito dessa disciplina, passou a ser analisado, de forma expressa e direta, na sua natureza de conceito central da atividade dos geógrafos. Por sua vez, na coluna direita, volta-se a atenção para as especificidades teóricas e metodológicas do espaço na Arquitetura.

A análise das quatro casas neste estudo vem somar à Geografia, fazendo alusão à Arquitetura e Urbanismo, como disciplina que oferece à análise do espaço geográfico, dois mil anos de sistematização teórica e de intervenção projetada, na conformação do ambiente construído. Somamos aqui, a Arquitetura e a Geografia quanto as suas análises sobre paisagem cultural,

É uma obra conjugada do homem e da natureza, (...) aquela na qual se associa o elemento natural a um fato cultural. Simultaneamente, ela é inspiração e é inspiradora e, quando estamos diante de uma paisagem cultural, percebemos imediatamente a íntima conexão entre as várias formas de vida espiritual que a gerou. Nisto ela se distingue da paisagem geográfica, pois é dotada de alma, de algo profundo e interior, a alma (ALMEIDA, VARGAS; MENDES, 2011, p. 30).

Nessa perspectiva, fica claro que os geógrafos se debruçam sobre o seu objeto de estudo - o espaço – de modo analítico (interpretativo e crítico), mas não projetado. O espaço projetado constitui o objeto próprio do fazer arquitetônico, diferentemente da concepção de espaço em outros campos disciplinares, o espaço arquitetônico se define por um vazio que o constitui em consequência de uma ação humana compositiva, ou seja, projetual.

2.10.1 Espaços de Habitar de Quatro Casas Sertanejas

Determinismo geográfico dos materiais e o “Tanto” Tectônico

Ao observarmos a madeira, de excelente qualidade, além da ótima lenha produziu a primeira cruz, palha, pedra. Segundo Bittar (2007, p. 73), faltava simplesmente “o barro para completar a lista de materiais com os quais os portugueses edificaram uma nação, agenciando-os de formas variadas, incorporando e sincretizando técnicas construtivos de povos conquistados em suas viagens”.

A distância do litoral adentrando o Sertão goiano levou a um sistema construtivo próprio (apêndices 50 e 51). Procedimentos empíricos, ensaios e erro, técnicas já utilizadas pelos bandeirantes foram se revelando, até a definição de seu sistema próprio e eficiente, resistente e duradouro, para atender o clima e os materiais locais. Deste processo nasce um binômio, fusão das técnicas paulistas e indígenas, que indica a opção construtiva que encontramos composto pelo determinismo geográfico, definido pelos materiais regionais e o outro componente, aquele cultural, que deu a liga.

Uma das referências culturais mais frequentes de medida que encontramos durante a pesquisa foi o “tanto”. Essa forma de se definir quantidade, mais do que seu efeito narrativo, na prática evidencia-se a noção de mensurar, pois pode derivar em “um tanto bom, um tantinho”, que serve de base como medida para se fazer do biscoito quebrador à casa (Apêndice 42). Além disso, a cultura dos padrões de medição descende de termos antigos (Anexo 35), como léguas, sesmarias, servindo-se também do corpo para aferir medições. Para Bittar (2007, p. 74):

Certamente, ainda prevalecendo das razões como as do corpo humano como referência: palmos, pés, adaptadas as condições locais. Como a tradição de telhas “nas coxas escravas” certamente é um exemplo que

associa o formato da peça ao correspondente humano, a “coxa”, gerando esta versão popular como absoluta.

A casa nos demonstra aqui não apenas sua dimensão material, mas também sua possibilidade simbólica do qual se estrutura a vida, pois os espaços arquitetônicos residenciais constituem fontes de rica documentação sobre as características culturais e espaciais dos traços das primeiras edificações do núcleo minerador. Estes quatro exemplares nos trouxeram elementos selecionados pela representatividade de sua tipologia distinguindo seus sistemas construtivos, partido arquitetônico e programa de necessidades, nos aproximarmos de sua tectônica.

A tectônica, “indica, em grego, o construtor, o “mestre carpinteiro”, aquele que, no exercício do seu ofício, compõe e, como consequência dessa ação compositiva, ergue a edificação” (LEITÃO; LACERDA, 2016, p. 810) Assim, a casa sertaneja se constitui da criação do espaço edificado, de uma arquitetura em consequência de uma proposição humana (*arkhê*) e compositiva (*tektôn*), tendo atributos próprios e específicos do espacejar.

Compor, convém lembrar, é criar um todo juntando, associando, diferentes partes – precisamente esse o ofício do *tektôn*, assim como o poeta ligando as palavras, o músico compondo melodias, os sertanejos lançam mão de um vocábulo, próprio do fazer arquitetônico, para compor o espaço de sua arquitetura: o tanto. A ideia de limite, é um ponto a se destacar ante a uma ação projetiva, de delimitação espacial, diferente do espaço natural que se dá vasto e indefinido.

O tanto e o *tektôn*, em seu ofício cotidiano, em sua composição espacial como consequência da habilidade no manuseio do vocabulário tridimensional próprio do fazer arquitetônico sertanejo, como especificidade, portanto, da criação popular do espaço da arquitetura, aparece, por exemplo, claramente, na ausência do conhecimento letrado, na proposição e na construção da casa sertaneja, do forno, da trempe.

Enfim, é justamente do conjunto desses atributos, da demarcação volumétrica, da explicitação do vocabulário do qual lança mão o *tektôn* no exercício compositivo que cotidianamente pratica, que provém o espaço interno, o vazio que acolhe o humano. A composição do espaço, isto é, de um vazio resultante de uma associação de elementos próprios do enraizamento do sertanejo e específicos da arte de edificar: o tanto tectônico.

Seleção das tipologias e a arquitetura vernácula e popular

De abril de 2017 a novembro de 2019, quatro casas foram identificadas *in loco* e sobre elas realizadas levantamentos para reconstituição de plantas baixas e elevações. Por questões operacionais somente estes exemplares foram estudados com detalhes, em que pese outros terem sido identificados a partir das leituras procedidas para o entendimento do contexto sociocultural em que esta produção arquitetônica foi realizada.

As quatro casas do levantamento estão distribuídas da seguinte maneira, sediadas na sede urbana do distrito: Sr Inocêncio, Dona Francisca e Vaninha. A casa da Dita se situa a 9 quilômetros da sede da vila do distrito, ao norte, na área rural do distrito, estas casas apesar de terem uma característica popular, ou seja, de uma arquitetura vernacular passada de geração em geração, têm como forma a simplificação, quase uma padronização formal, das técnicas construtivas.

A primeira casa que teve nossa atenção é a da Dita, posicionada na área rural de Buenolândia, esta casa data da Freguesia da Barra, no momento da virada para o Estado Novo e a Lei Geográfica, que definia a Freguesia como distrito, separando as zonas urbana e rural de seu território. Esta casa de barro, tal qual as demais, distingue-se pela técnica construtiva em taipa de mão.

Já as casas do Sr. Inocêncio, D. Francisca e Vaninha são casas da geração Buenolândia, nascem quando o território denomina-se distrito, sendo implantadas após 1938, distinguem-se em três fases. Sr Inocêncio com a arquitetura em adobe e madeira apresenta um pequeno alpendre, Dona Francisca com o sistema construtivo em adobe e estruturada em madeira também, mas com o alpendre em sua fachada totalmente comunicando com a rua e Vaninha estruturada em blocos cerâmicos e estrutura de concreto armado, contendo um comércio conjunto às atividades da casa.

No Arraial da Barra existe a arquitetura tradicional ou vernacular⁷⁵, que é aquela arquitetura que vem de pai para filho, quando a casa foi ensinada pelo avô ou pelo pai, que vem de lá de trás e vão fazendo basicamente a mesma coisa. Essas casas seguiram, de modo geral, a tipologia das casas térreas bastante comuns em todo o

⁷⁵ Segundo Lemos (1999, p. 15), arquitetura vernácula é aquela feita pelo povo, por uma sociedade qualquer, com seu limitado repertório de conhecimentos, num meio ambiente definido, que fornece determinados materiais ou recursos em condições climáticas bem características. Com seu próprio e exclusivo “saber fazer” essa sociedade providencia suas construções, suas casas, satisfazendo a peculiares necessidades expressas em programas por próprios e únicos usos e costumes. A casa vernácula é, portanto, uma expressão cultural só pode ser daquele povo e daquele sítio. É uma arquitetura que percorre gerações. É funcional e está fora dessas questões ligadas a estilos arquitetônicos.

Brasil. Tendo sistema construtivo original baseado na estrutura autônoma de madeira: paredes externas e internas em adobe e embasamento de pedra nos desníveis. Telhas capa-e-bica, piso *mezaneta* e paredes de terra em taipa de mão⁷⁶ ou adobe.

Mesmo sem a prática projetual, a arquitetura popular, esse espaço construído é determinado pela ocupação do vazio, a demarcação volumétrica, vocábulos específicos, exercício compositivo geométrico, criação do espaço interno para acolher o humano, como referenciado pelo estudo de Leitão; Lacerda (2016). Diz respeito à edificação de um espaço cuja origem, concepção e apropriação se assentam na condição humana: *arkhé* -, com a composição do vazio é a própria construção do espaço humano. Como anotado antes,

Essa construção espacial popular sertaneja é a um só tempo expressão e condição da aventura humana em sua experiência errante pela face da Terra. Um espaço composto sendo casa no sentido heideggeriano do termo, irredutível, portanto, à construção (tectônica) do edifício. (LEITÃO; LACERDA, 2016, p. 818).

Como casa, o espaço da arquitetura tem concepção, destinação e função específicas – incluir, e nisso acolher, o humano. A construção do espaço interno, epistemologicamente é fazer do espaço externo algo alheio à arquitetura enquanto campo disciplinar. A vila do distrito se inclui num quadro de pouca variedade, possuindo edificações que obedecem a um mesmo esquema de implantação no terreno e de distribuição interna de ambientes. Quando se refere especificamente às casas rurais, Lemos (1999, p. 25) questiona se, inicialmente, teria existido alguma indecisão na utilização de modelos de casas vernáculas portuguesas, que, adaptadas às condições locais, poderiam ter sofrido variações de acordo com o pensamento do proprietário, mão-de-obra e materiais disponíveis no local.

Admite ainda a possibilidade de utilização de modelos oriundos do mundo português, concluindo que, por essa razão, existe uniformidade nas casas sertanejas, e que se consegue identificar repetição sistemática de modelos formais nas casas sertanejas como a casa urbana bandeirista paulista de Bartolomeu, em Santana do Parnayba, assim como de sua casa em Buenolândia, estudadas no Capítulo 3. Esta antecedência portuguesa tem legítima herança mourisca, e influência da cultura árabe (Anexo 36).

⁷⁶ É uma técnica construtiva milenar que utiliza a terra como matéria-prima. O nome deriva do fato de se utilizar as mãos para barrotear a terra de dentro e de fora dos painéis, que se chama taipa de sopapo ou taipa de mão.

Segundo Coelho (2001), a influência árabe, se apresenta na culinária, arquitetura, agricultura, artes, técnicas construtivas. Desde os balcões e rótulas em Olinda, ao muxarabi em Diamantina, taipa-de-pilão em Cotia, casa do Padre Inácio, azulejos de Portinari no Ministério da Educação no Rio de Janeiro. E da legítima herança mourisca, a arquitetura e o traçado das cidades brasileiras.

Desde a estruturação das cidades, em sua formação e na organização dos espaços urbanos e edificados que tais influências vão se mostrar com maior clareza, definindo elementos e características próprias que foram séculos depois, transpostos para as colônias da América, da Ásia e da África.

Quanto aos antecedentes portugueses de herança mourisca, influência do medievo cristão na formação do povo português e sua cultura, na arquitetura e no traçado de muitas cidades (África, Ásia e América). Esta referência da arquitetura popular produzida em Portugal, subdividindo Portugal em função de sua arquitetura, com o Sul tendo a influência do barro, e o Norte com o uso da pedra.

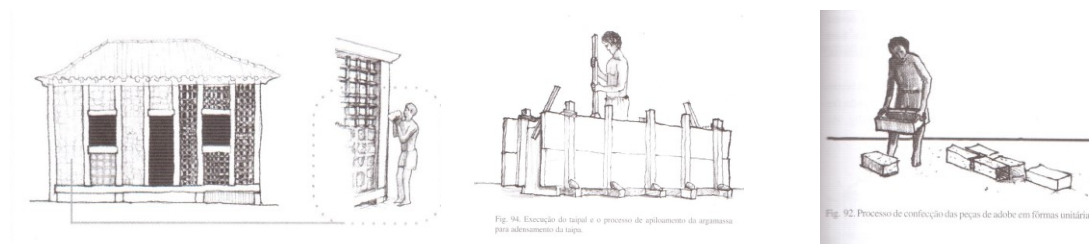
A Arquitetura de barro e a variedade de modelos

Percebemos durante nosso levantamento de campo⁷⁷ que desde a igreja de Buenolândia, até as casas o uso do barro nos conecta com o Sul de Portugal. Segundo Coelho (2001), a região Sul pode ser compreendida por 3 áreas: Centro Litoral (Estremadura e Ribatejo) (Anexo 37); Alentejo e Algarve. Sua produção arquitetônica popular, com maior variedade nas formas arquitetônicas, tendo o barro como material de base (adobe, tijolo, taipa-de-mão), tendo portas e janelas de madeira. Dividindo-se em quatro modelos diferentes: Casa de madeira, Casa alpendrada, Casa saloia e a Casa ribatejana, com maior ênfase para as três primeiras.

A casa de madeira do centro litoral de Portugal se caracteriza por um único piso e planta retangular, construída elevada do solo, sobre estacas de madeira ou de pedra. Esta tipologia popular de Estremadura e Ribatejo litoral e centro, utiliza uma diversidade de materiais disponíveis na região, mas sem qualquer beneficiamento: cal, pedra, adobe, taipa e madeira (Figura 11).

⁷⁷ A pesquisa de campo oxigena, dá capacitação ao pesquisador em aproximar-se do sertanejo real, a partir das experiências reais e coletivas centradas na cultura da diversidade do território e da política. Compartilhamos vivências: pesquisadora, filho, alunos, orientadora e sertanejos (2018 a 2019).

Figura 11: Tecnologia construtiva em terra – herança popular portuguesa



Taipa de mão ou sopapo

Taipa de pilão

Tijolo de Adobe

Fonte: Bittar (2007).

Em Buenolândia assemelha-se ao sistema construtivo das casas do Arraial da Barra (Casarão de Fronteira) e da Freguesia (casa da Dita), uma casa monobloco (Apêndice 43), bem assentada e telha de barro. Em Buenolândia as casas apresentam as vedações em terra, com taipa de mão (Dita) e tijolos de adobe (Casarão), como elementos de composição dos painéis das fachadas (Apêndice 44).

A casa alpendrada portuguesa possui assoalho e teto de madeira, caiada de branco e possui fundos com pátio de serviços: forno, curral, adega e depósito de lenha. A diferença entre elas fica por conta da distribuição interna, tipo de acabamento e da forma como se resolve a utilização das cores. As casas alpendradas de Buenolândia, são da geração Buenolândia, fase 1 (Sr Inocência) e fase 2 (Dona Francisca) (Apêndice 45).

A casa alpendrada pode ser térrea de planta retangular, com alpendre integrado ao perímetro do retângulo ou assobradada com alpendre ou varanda anexado ao corpo da construção. A casa saloia⁷⁸ (Apêndice 46) de planta regular, de influência árabe, recebe o emprego do adobe (Apêndice 47), taipa, tijolo e caiação. Pode ser de um lado térrea e do outro ter dois pavimentos, estando, em geral, o quarto no pavimento superior, mais encontrada na região de Estremadura e proximidades de Lisboa.

De paredes espessas, e predominância de cheios e vazios, a casa saloia se destaca pela brancura da cal. Possui uma abertura bem-marcada com porta central e janelas laterais. Presença de beira-saveira⁷⁹ na fachada, deixando um aspecto delicado

⁷⁸ O termo saloio deriva de cahrói, que em árabe significa “homem do campo”. (Dicionário Houaiss)

⁷⁹ É um acabamento de parede (onde as telhas se apoiam em cima, de boca de telha, constituída de duas ou mais fiadas de telhas engastadas na alvenaria da parede.) (Coelho, 2001)

de acabamento em conjunto com a parede e o entelhamento, junto à cimalha⁸⁰ e a sanca⁸¹.

Na igreja de Buenolândia, se encontra a proximidade com detalhes da casa saloia, mas também com a arquitetura popular do Alentejo, também da região Sul de Portugal. O material predominante é o barro, empregado nas alvenarias -taipa e adobe, estas são sempre caiadas (interna e externamente). Duas são as tipologias identificadas: casa do monte e do povoado.

A casa do monte é a construção residencial de cunho popular com maiores dimensões encontrada em Portugal. Apresenta muitos quartos, além de várias dependências destinadas ao trabalho, como celeiro, queijaria, forno, coqueira, cavaliça etc, sendo que, em alguns casos, a habitação do proprietário é separada da do caseiro apenas por uma parede.

Os materiais construtivos aí encontrados, como no centro litoral, são basicamente aqueles derivados do barro, sendo aqui empregados na forma de alvenaria de taipa e tijolo, com as paredes, em alguns casos, reforçadas com contrafortes, também conhecidos como “gigantes”. O barro pode ser encontrado também na cobertura, feita com telha canal, e no piso que, quando não é de chão batido, é recoberto com ladrilhos de barro cozido, a *mezanela* (prática islâmica). Podemos perceber na igreja a presença de tais acabamentos e travamentos, como heranças presentes em seus elementos de fachada e interior (Apêndice 48).

As paredes são todas caiadas de branco, tanto as externas quanto as internas. Portas e janelas sempre pintadas com cores fortes (vermelho, verde, azul escuro etc). Finalizamos esta breve análise das tipologias de Buenolândia, comparando a igreja com esta tipologia, pelo aspecto da caiação, e as cores nas esquadrias em azul, as telhas de barro tipo canal, seguirem o padrão desta arquitetura popular rural de Portugal, do povoado alentejano.

⁸⁰ Moldura saliente que remata a parte superior da fachada de um edifício, ocultando o telhado e impedindo que as águas escurram pela parede; cornija (BITTAR, 2007)

⁸¹ A palavra **sanca** denomina a modelagem feita na junção entre parede e teto do espaço (BITTAR, 2007)

Considerações sobre as tipologias edilícias de Buenolândia

Estes edifícios no Arraial da Barra, não haviam ainda sido registrados arquitetônica e a partir de fotografias, acompanhados das características do imóvel: informações básicas para evidenciar a tipologia arquitetônica. Procuramos observar a forma da edificação, a implantação no terreno, a técnica construtiva, a volumetria, a cor e os elementos compositivos: um material muito rico e que abre questões ainda a serem investigadas com mais detalhes a respeito da cultura de morar nos Arraiais mineradores goianos.

Para Oliveira (2001), era uma maneira de organizar a arquitetura residencial urbana que se sobrepunha às formas de estrutura familiares existentes.

As diversas feições das famílias brasileiras abrigaram-se no mesmo tipo arquitetônico de casas, porque, indistintamente, todas mantinham certos preceitos, como a segregação feminina. Em Goiás, a passagem da mineração para a agropecuária, com as consequentes mudanças nas formas familiares, não alterou a arquitetura residencial (OLIVEIRA, 2001, p. 168).

As quatro casas nos encaminharam até o Casarão de Fronteira, desde o momento em que iniciamos a pesquisa da casa sertaneja goiana. A ausência do Casarão propositalmente demolido nos direcionou a uma investigação com base em fotos (Anexo 36) observando detalhes e *croquis* a mão (Apêndices 44 e 47), pesquisa em jornais e livros, além de cinco visitas à Barra, investigando o Casarão e seus respectivos sucessores arquitetônicos. A igreja também serviu como parâmetro para nos empenharmos no estudo acerca da casa de Bartolomeu e das quatro casas (Tabela 2).

Tabela 2: Tipologias Edilícias da Casa Sertaneja Goiana – Espaço Arquitetônico Construído

					
1682	1726	1937	1943	1956	1985
CASARÃO DE ORIGEM	CASARÃO DE FRONTEIRA	DITA/MILITÃO	SR INOCÊNCIO/ D AMELIA	D FRANCISCA/ D MARIQUINHA	VANINHA
SEISCENTISTA	SETECENTISTA	SÉCULO XX	Buenolândia 1ª Geração	Buenolândia 2ª Geração	Buenolândia 3ª Geração
Brasil Colônia	Brasil Colônia Arraial da Barra	Freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Barra			
TAIPA DE PILÃO	ADOBE	TAIPA DE MÃO	ADOBE	ADOBE	TIJOLO COZIDO

Organização: SILVA, LHA (2020)

As casas do Arraial da Barra se caracterizam quase como artefatos, toscas e rudimentares, mas de uma adaptação sociocultural decorrente de adaptações climáticas, sociais, culturais mantendo um considerável desenho sertanejo, sistema tradicional de “gaiola”, com reforços verticais para a sustentação da cobertura. Em estruturas de aroeira, garapa e ipê, entrelaçando pedras e tijolos de adobe, que há muito convive com alegrias e ansiedades.

2.10.2 Apontamentos Arquitetônicos e de Arquitetura Tradicional – Espaço Projetual Popular

Estudando-se as 4 plantas baixas (Apêndice 49) se constatam, de imediato, a funcionalidade dos espaços construídos e seu alto grau utilitário: o destinado à família e o voltado às atividades das práticas cotidianas, as lides domésticas, demarcado pela planta em fitas, em linguagem projetual. O elo de união entre os dois espaços principais, isto é, o destinado à família e o das lides domésticas, é o alpendre onde estão as práticas sociais ligando a casa ao quintal.

Dos alpendres, por um corredor no sentido longitudinal, a circulação atinge as dependências residenciais. Esta organização permite a divisão dos espaços internos em que sobressaem as salas, os quartos, um contato exterior com o mundo, outra na parte dos fundos da casa e ligada à cozinha, reservada à família.

Outra característica importante na organização do espaço construído, e que acompanhava o conceito da época, era a disposição das dependências com os fundos para que os próprios moradores pudessem ter acesso ao abastecimento de água, preparo dos banhos, o transporte do esgoto até o local do seu despejo, os trabalhos referentes a alimentação, ao transporte do lixo, a limpeza da casa, o cuidado com as roupas, etc.

Tal constatação foi feita com as experiências empíricas no Arraial e, muito claramente, identificando que estas casas significativamente adotavam, o mesmo partido arquitetônico das casas precedentes e da igreja ainda intacta, cuja definição, engloba o conjunto de categorias de análise condutoras deste estudo. São casas sólidas, despojadas de ornamentos e imponentes em sua implantação, marcando seu simbolismo na região.

As mãos indígenas de escravos trabalhando o tronco bruto, negros empilhando pedras irregulares, fazendo e assentando tijolos de adobe e telhas capa-e-bica, ergueram marcos do ontem que surpreende o hoje não só pela sua solidez como pela sua funcionalidade: a casa sertaneja do Arraial da Barra contrasta-se em cores vibrantes, com seus magentas, azuis, roxos e verdes e compõe a paisagem do sertão goiano.

Segundo Corona & Lemos (1972, p. 360), partido, na arquitetura, (...) “é o nome que se dá à consequência formal de uma série de determinantes, tais como seus programas de necessidades” (Quadro 8). A conformação topográfica do terreno, a orientação, o sistema estrutural adotado, as condições locais, a verba disponível, as condições de posturas que regulamentam as construções e, principalmente, a intenção plástica do arquiteto.

Quadro 8: Estudo do programa de necessidades ao longo do tempo - 2021

TEMPO	Freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Barra (1850 A 1938)	Distrito de Buenolândia (1938 até 2021)		
		Sr Inocêncio/ D Amélia 1943	D Francisca/ D Mariquinha 1956	Vaninha 1985
SEDIMENTO	Dita/Militão 1937	1ª FASE	2ª FASE	3ª FASE
QUINTAL	Pomar Horta Represa Tanque Cozinha de fora (fogão a lenha) Depósito de lenha Casa do forno de barro Despensa Curral Casa do tacho	Pomar Horta Cx d'água Tanque Trempe Leiras de lenha - - - - Depósito 1 Galinheiro Garagem	Pomar Horta Caixa d'água Batedor de roupa Trempe Depósito de lenha Forno de lata - - - Depósito 1 Casa da galinha tirar o chôco Casa do pintinho	Pomar Horta Caixa d'água
CORPO DA CASA	Quarto 1 Quarto 2 Quarto 3 Quarto 4 Sala 1 Sala 2 Cozinha de dentro Corredor Depósito	Quarto 1 Quarto 2 Quarto 3 Quarto 4 Sala 1 - Cozinha de dentro Corredor - Alpendre da frente	Quarto 1 Quarto 2 Quarto 3 Quarto 4 Sala 1 - Cozinha de dentro - Alpendre da frente Despensa	Quarto 1 Quarto 2 - - Sala 1 - Cozinha com mesa grande Corredor - - - Banheiro 1
AMPLIAÇÃO	Banheiro 1	Banheiro 1 Banheiro 2 Alpendre do fundo - - Tanque Cozinha Poço	Banheiro 1 Banheiro 2 Alpendre do fundo - - Tanque - Casa d Mariquinha	Banheiro 2 Banheiro 3 Alpendre 1 Alpendre 2 Alpendre 3 Tanque Cozinha Depósito 1 Quarto 3 Comércio

ADAPTAÇÃO	Casa do tacho em garagem e antena parabólica	Cozinha virou despensa	Recuo virou garagem	
DESATIVACÃO	Casa de farinha	Casinha do fundo (banheiro)	-	-

Organização: SILVA, L. H. A. (2021)

O partido arquitetônico⁸² adotado reflete uma aguda concepção prática de funcionalidade na edificação das casas sertanejas do Arraial da Barra. As janelas e portas são fechadas com folhas cegas, sem ornamentos, nem caixilhos, as portas possuíam uma singular proteção, como se pode notar ainda em algumas: firmemente encaixadas entre as portas e no sentido da passagem somente havia, um portão de madeira de travas sem trabalhos.

O arejamento de todas as dependências é feito no sentido horizontal por meio de ventilação cruzada, mediante a sucessiva disposição de portas e janelas e no sentido vertical pela inexistência de forro, proporcionado uma temperatura bastante agradável.

Utilizando os materiais então comumente empregados pedra, tijolo de adobe, bloco cerâmico e madeira lograram os construtores uma edificação esbelta e sólida; alicerces e paredes com apenas 0,22 m de espessura contra os alicerces e paredes extremamente robustos de então. Elementos identificados no Casarão de Fronteira, que antecede as casas sertanejas de Buenolândia: alicerces em pedra, estrutura primária em madeira aroeira para as vigas e pilares, estrutura secundária em madeira aroeira, cobertura e caibros em madeira das espécies do sertão, popularmente chamadas de nó de porco e caraná, entelhamento em capa e bica de barro, painel de vedação em tijolos de adobe, painéis de adobe, emboço nos painéis de adobe, caiação, instalação das esquadrias de madeira com folhas em tábuas duplas ou triplas e piso interno apilado.

A aroeira semi-aparelhada foi empregada nos alicerces e o ipê e a garapa nos demais elementos construtivos, armando-se assim uma estrutura toda interligados por encaixes, à semelhança das estruturas de aço ou concretos atuais e cujos painéis foram preenchidos com

⁸² De modo geral, o **partido** — também conhecido como estratégia ou conceito — compreende a discussão de aspectos que irão nortear a implantação e distribuição de um programa de necessidade, estrutura e relações de espaço de um projeto **arquitetônico** (BISELLI, 2011).

tijolos de adobe na forma de cubos com aresta de 0,22 m e interligados com massa de barro. As janelas e portas são feitas de pranchas semi-aparelhadas, encaixadas, tendo barramento horizontal fixado de tarugos também de madeira.

A construção, sob o ponto de vista da técnica construtiva, é bastante simples, sendo valorizada apenas na fachada principal, particularmente nos pilares da varanda e no beiral. Não existe forro, pois todos os demais cômodos são em telha vã sendo que todas as dependências são compartimentadas em virtude de as paredes atingirem o telhado.

A pedra irregular é empregada apenas na parte posterior e servindo de base para o alicerce de aroeira. Os pisos do corredor, varanda e das áreas domésticas eram de chão batido e foram substituídos aos poucos por concreto polido ou cerâmica, já o telhado, em duas ou quatro águas, evita as complicações construtivas bem como o uso de calhas e rufos.

O pé direito é de aproximadamente 7,00 m, no corpo da casa, sendo menor nas antigas dependências de serviços e varanda, ficando a cumeeira a 7,00 m do nível do solo. Às tesouras do telhado não têm pendural nem asnas, constituindo-se apenas em uma figura triangular, amarrados os dois lados principais por meio de um barramento próximo à cumeeira e os caibros, em virtude dos vãos, são de pau roliço de diâmetro variado. Nos madeiramentos simples as asnas são evitadas com a aplicação de prumos e pontaletes, assentes em paredes assim se diz, por costume, que o telhado é de construção vulgar e o seu madeiramento de estrutura ordinária, sem assinatura nem boa técnica.

As casas sertanejas do arraial são constituídas de uma feliz associação de materiais e espaços construídos, resultando numa funcionalidade surpreendente e acolhedora. Não transmite a sensação de esmagamento como observadas nas construções da época, em que alicerces e paredes eram excessivamente espessos, justamente pela ausência de estrutura, assim observando-se tanto a fachada principal quanto a lateral, tem-se a sensação da ruralidade e o seu interior transmite a simplificação.

2.10.3 A Casa Sertaneja Goiana: Morfologia das Edificações

Referente à sua plasticidade, as edificações aqui estudadas, apresentaram soluções arquitetônicas que se caracterizaram pelo despojamento e prevalência dos cheios sobre os vazios, as características topográficas e a maneira de locar as edificações constituíram ocorrência constante. Deu-se a preferência aos lugares mais elevados, capazes de possibilitar o descortino de vastas extensões territoriais, evidente imposição de defesa da propriedade, a

proximidade de água e à boa orientação quanto aos ventos e ao sol; elevação principal volta-se sempre para o norte. Todos os exemplares se assentam sobre plataformas, mesmo quando as condições topográficas não favorecem. Nestes casos se faz uso de alvenarias de pedra para o estabelecimento do nível.

Obedeceu-se a regra à risca, sobretudo porque a solução arquitetônica se comprometeu com a nivelção do terreno. A casa do Arraial da Barra é sempre térrea, com a planta desenvolvida em dimensões que pouco variam entre 25,0 x 17,0 metros, obedecendo a um esquema fechado e rígido, tanto do ponto de vista da construção quanto da solução arquitetônica.

As casas possuem compartimentos específicos destinados as atividades de serviço. A cozinha, por exemplo, contém fogão de alvenaria no canto do compartimento, tendo um orifício para exaustão da fumaça, tais compartimentos se situam na parte posterior da casa, invariavelmente.

I Das Elevações

A composição das elevações e a simetria com o motivo rítmico porta/janela é característico na marcação da fachada, as janelas se agrupam com regularidade de um lado e do outro da porta e, por vezes, o motivo constitui a própria alternância porta/janela. O que diferencia as fachadas são as vergas das esquadrias que apresentam solução se prende ao uso do tijolo. As folhas das esquadrias são grandes, como altos são os pés-direitos.

II Do Ornamento

Quanto à ornamentação, as casas são dela totalmente desprovidas, constituindo sua maior riqueza a própria proporção, singeleza e racionalidade no emprego do método construtivo adotado.

III Do Sistema Construtivo

Os exemplares encontrados no arraial demonstram claramente a sua distinção quanto ao período em que foram construídos.

Casa Sertaneja em Taipa da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Barra

Casa Sertaneja em Adobe da Geração Buenolândia 1ª e 2ª Fase

Casa Sertaneja em Tijolo da Geração Buenolândia 3ª Fase

IV Da Estrutura e Vedações

Na construção de taipa o sistema adotado era o tipo “sopapo”, que consiste em erigir primeiro uma estrutura de madeira, um varal, cujos vazios se enchiam com barro. Este sistema lembra o de pau-a-pique bastante utilizado em São Paulo, Minas e Bahia, mas dele difere por se apresentar mais rústico. Este método foi utilizado em todas as edificações do século XVIII na região nas casas e igrejas.

No Arraial da Barra, há construções de adobe. São utilizados também para as ampliações e reformas os blocos cerâmicos, de grandes dimensões (em média 44cm x 22cm x 6cm). A alvenaria foi comumente levantada com três ou quatro deles, alternando-se uma fiada de tijolos de ponta com outra de lado, de modo a dar a amarração necessária às paredes externas, enquanto as internas, quando não tinham por função a sustentação da cobertura, eram comumente de um ou dois tijolos, e sua altura nunca alcançava o telhado.

V Da Cobertura

Na solução da cobertura, foram constatadas duas variantes, isto é, telhados de quatro águas em forma piramidal e telhados de duas águas: uma calha voltada para a frente, outra para os fundos, a cangalha. A estrutura do telhado descarregava diretamente sobre as paredes. Quando os edifícios ganhavam comprimento considerável em relação à profundidade casa muito comum nos exemplos de duas águas, fazia-se uso de cumeeira e terças apoiadas sobre as paredes transversais internas.

O emprego do nó de porco e aroeira no madeiramento do telhado foi constante no Arraial da Barra: linha, caibros e ripas eram todos bem lavrados, linheiros e bem dimensionados para receber as telhas de barro “tipo canal”. A telha de canal foi a matéria-prima utilizada para as coberturas na região, com dimensões e aberturas variáveis, mas certamente, todas de grandes dimensões.

VI Das Esquadrias

A utilização da aroeira não se restringia apenas ao madeiramento do telhado. Era madeira de uso corrente em toda a construção, como se pode perceber nas esquadrias. O seu emprego nas construções garantiu a solidez e resistência das casas, sendo frequentes os casos de reaproveitamento em construções recentes, apresentando-se ainda em bom estado de conservação.

As esquadrias eram todas de folhas cegas, recebendo trabalho especial na junção das tábuas. Quanto à fixação provavelmente se utilizavam de gonzos, enquanto os mais recentes

apresentavam dobradiças de cachimbo e fechaduras de ferro forjado com desenho simples e motivos constantes.

VII Do Revestimento

O piso das casas era indistintamente de chão batido, aos poucos foram substituídos por concreto polido e pintado “vermelhão” mais tarde revestido de cerâmica, de forma retangular. As calçadas apresentavam piso em tijolo com arremate em cutelo justaposto. A pedra era usada apenas no nivelamento do terreno, onde se assentava a casa e a calçada.

No que se refere à pintura, é certo que as paredes, quer internas ou externas, eram coloridas bem como as esquadrias em madeira natural, isto é o que se denota dos exemplares existentes, uma vez que quase não sofreram alterações, e dos depoimentos de pessoas da região que ainda guardam lembranças dos relatos familiares sobre o período.

O capítulo tratou sobre o espaço, na perspectiva das disciplinas da Geografia e a Arquitetura. Duas áreas de conhecimento, sobre o mesmo objeto – o espaço. O conceito de espaço por parte dos geógrafos, complementar com a formulação teórica do espaço arquitetônico. Assim, diferentemente de outros campos disciplinares, notadamente nas ciências sociais, o espacejar não tem como objetivo, tampouco como objeto, quantificar, avaliar ou analisar o espaço edificado, ou seja, o espaço da arquitetura é necessariamente projetual, a composição do vazio.

Este capítulo nos conduziu, pela reflexão, a Buenolândia, que ilumina uma realidade fora do eixo das grandes centralidades, ele tem sua própria espacialidade demarcada pela identidade de seus habitantes. Isso nos mostra que até mesmo um arraial minerador, de quase trezentos anos, pode ser visto como algo muito universal e que comunica a experiência humana entre as pessoas.

Mesmo tratando de realidade rural específica, mas com questões universais: o direito à vida, à liberdade, à terra, a inclusão, a casa, são temas transversais a todas as culturas, às sociedades.

A relação entre os habitantes e a casa, a terra e a casa, a terra e as suas tradições não é apenas patrimonial, mais que isso, sim, um direito à vida, colocado no mapa desde o Arraial, a Freguesia até o Distrito: pontos de vida. O direito do sertanejo é estrutural, cultural, a relação do habitante com o territorial é de valor, é de afetividade, é íntimo do habitante. Sem romantismo, é algo do seu pertencimento, do direito ao seu território, onde constrói sua experiência humana.

Buenolândia evoca em nós, o sentimento de família afetiva, uma relação que já foi vivida pelos nossos avós, bisavós, pais. Essa identificação e referências de nossos ancestrais, de personalidades fortes, mulheres que manifestam personalidades fascinantes. Seus sentimentos, suas solidariedades, compartilhamentos em diversidades. Precisa e valorosa empatia⁸³. Os sertanejos resistem à história, são resilientes ao passado e no presente atuam de forma coletiva.

Desde a casa de pau-a-pique, adobe ao bloco cerâmico, o espaço vivido buscou materializar o espaço. A casa do arraial ao distrito, que a qualquer momento pode ser refeita, aumentada, desfeita, remete à condição de posseiros destas gentes. A casa que desmancha que finda, acaba, e se reconstrói, não se dá a regularidade, está sujeita à fugacidade, de uma materialidade herdada pela colônia: de terra. Uma arquitetura da submissão, barreada a cada reconexão de posse estabelecida por esta herança cultural patriarcal.

A casa revela em sua materialidade, um espaço vivido que reflete um território de um governo ausente, e a inexistência da justiça, como diz Lourenço (2011), o arraial estava “o Rei está longe e Deus está alto demais”, caracterizando o desenho de um país marcado por feridas que não sararam. Buenolândia representa um país que não superou ainda os traumas coloniais, pois ainda resistem casas que desmancham, desta linhagem secular.

Ao mesmo tempo, estas casas nos revelam a capacidade de suas narrativas políticas. Têm condições de nos apresentar uma tipologia que cronologicamente simboliza um discurso da própria história que constrói um testemunho de defesa à vida e ao seu território, a partir de um sentido sociocultural. A arquitetura de Buenolândia narra a luta de um povo pelo seu não apagamento.

Este capítulo também buscou colaborar com um acervo inicial, arquitetônico, tendo na nossa experiência e vivência sua tônica nele, também, adentrou com seus aspectos técnicos, em plantas arquitetônicas. A partir destas plantas baixas, efetuamos a comparação da distribuição dos cômodos e reconhecemos o vínculo da procedência destas casas com a casa bandeirante paulista. No próximo, analisaremos a ancestralidade, a memória, o habitar e o poder trazidos para este estudo, contextualizados por dois casarões (de origem e de fronteira), que significam e precedem simbolicamente as casas sertanejas de Buenolândia.

⁸³ Veremos mais a fundo no Capítulo 4, com as Mulheres Aroeira.

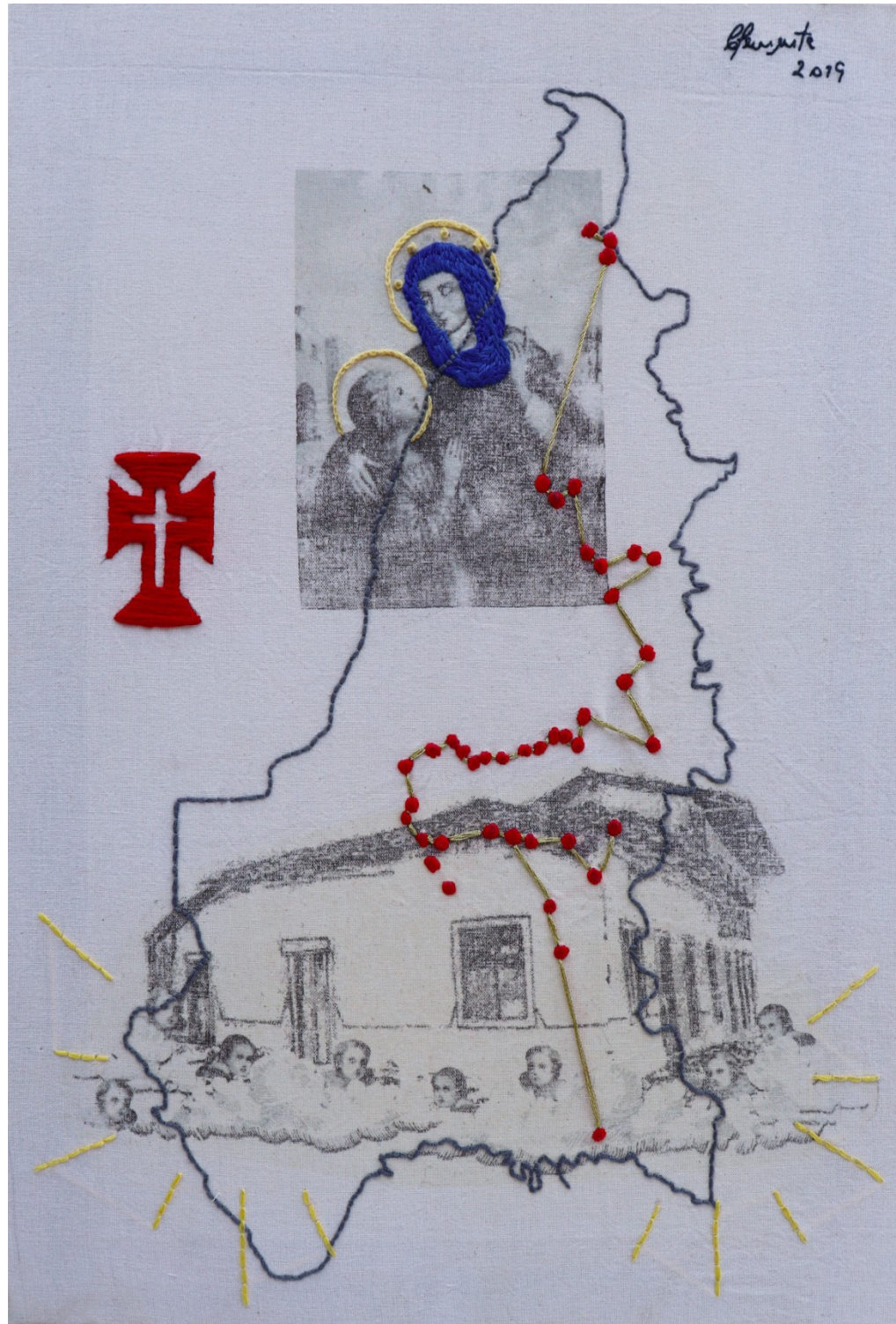


Imagem 7 - O Casarão de Origem de Bartolomeu Bueno da Silva (filho), em Santana do Parnayba/SP. Acervo de Telas da Atividade “ARRAIAL DA BARRA PELO FIO DA MEMÓRIA” vinculada ao Projeto de Extensão: Casa de Paisagens e Tradição do Cerrado. Projeto de Extensão UFG- Campus Goiás. Produzidas em 2019 Coordenação: Prof Luciana Helena Alves da Silva Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo: Gabriel Aires Peixoto de Lima

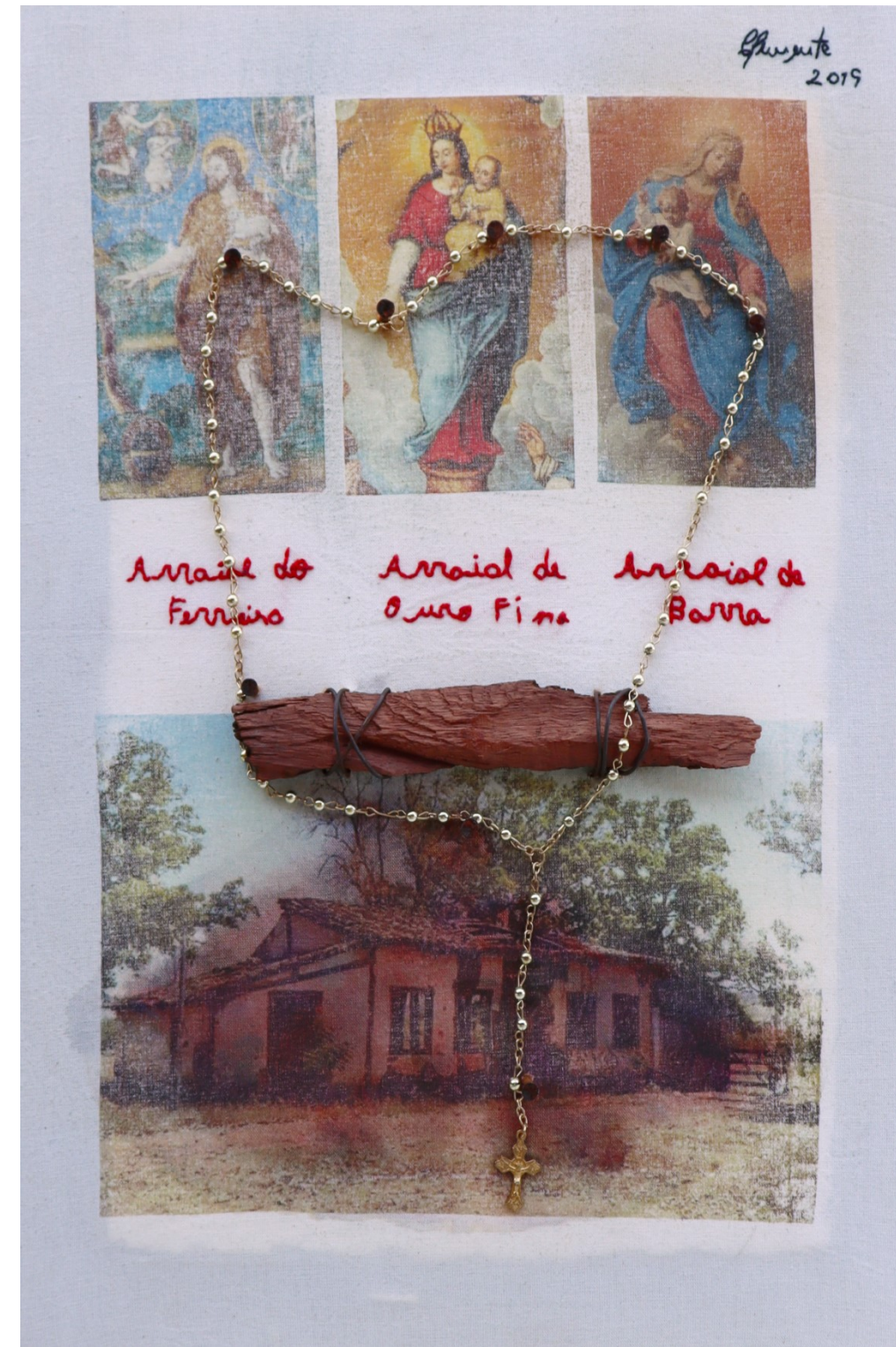


Imagem 8 - de Telas da Atividade “ARRAIAL DA BARRA PELO FIO DA MEMÓRIA” vinculada ao Projeto de Extensão: Casa de Paisagens e Tradição do Cerrado. Projeto de Extensão UFG- Campus Goiás. Produzidas em 2019 Coordenação: Prof Luciana Helena Alves da Silva Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo: Gabriel Aires Peixoto de Lima

3 - A PAISAGEM CULTURAL DO CASARÃO DE FRONTEIRA: ‘ONDE O REI ESTÁ LONGE E DEUS ESTÁ ALTO DEMAIS’⁸⁴

Viva o nosso Rio Vermelho,
Que é o amparo da pobreza,
Tão comprando e tão vendendo
Vive na maior riqueza.
(Honório Dias da Silva, 1876)⁸⁵

Este capítulo realiza uma análise comparativa entre o Casarão de Fronteira (Anexo 38) e o Casarão de Origem (Anexo 39). O primeiro consiste em um marco geopolítico sertanejo, elemento compositivo relativo à Bandeira do Anhanguera (filho), que se faz presente na formação do território goiano durante a mineração do século XVIII, sendo que o outro se caracteriza como a casa onírica⁸⁶, como referência do habitar de origem do Anhanguera, localizada em Santana do Parnayba, em São Paulo. Como a arquitetura popular⁸⁷, com seu espaço construído demarcado pela influência portuguesa, reorganizou a paisagem natural do sertão da Capitania de São Paulo, compondo no seu vazio⁸⁸, referenciada pela visão do outro⁸⁹, demarca a presença da composição arquitetônica, a partir da tectônica trazida pelo dominador.

Recorremos a três métodos de pesquisa para evidenciar a análise comparativa. O primeiro deles foi a pesquisa bibliográfica nas cartas e mapas, a qual nos mostrou que a

⁸⁴ Frase de Edival Lourenço, conceituado escritor goiano, que nesta expressão revela a solidão do sertanejo frente ao deserto, cuja referência no além-mar português o tornava desconhecido e quase inexistente, dado o distanciamento que havia entre os habitantes dessa localidade e o governo, seja da terra, ou mesmo do céu.

⁸⁵ Anexo 40 - Compositor de músicas autorais sobre o cotidiano da Barra, Honório Dias da Silva perpetuou as práticas cotidianas sertanejas em seus recortados ancestrais.

⁸⁶ Casa onírica é um conceito desenvolvido por Gastão Bachelard (1957), sobre a procedência e envolvimento da casa uterina, da nossa psicologia afetiva de pertencimento ao mundo.

⁸⁷ Tecnologia construtiva em terra – herança popular portuguesa (BITTAR, 2007).

⁸⁸ O espaço arquitetônico se define por um vazio que o constitui em consequência de uma ação humana compositiva (COUTINHO, 1977) A composição do vazio, entendendo que compor é criar, juntando diferentes partes, associar, este é o ofício do *tékton*. (SALIGNON, 1997)

⁸⁹ Revestindo-se desta pluralidade do olhar (ALMEIDA, 1998) Este fato me permite ensinar nesta reflexão um duplo enquadramento que dê elementos e sentido às práticas culturais sobre o sertão: o primeiro quadro é uma visão do sertão elaborada pelos de fora, viajantes e cronistas cujas narrativas destinavam-se a saciar a curiosidade de outros e a ensinar o que havia no interior do Brasil; o segundo quadro resgata os sertões enquanto lugar, espaço de experiência e vivência dos sertanejos, os de dentro (ALMEIDA, 1998, p.33)

implantação da casa sertaneja foi intencional⁹⁰ (BERTRAN, 1996). O segundo foi o estudo das plantas arquitetônicas, desenhos de *croquis*, oralidades dos sertanejos-sedimentos, levantamento de acervo fotográfico e imersão nos elementos arquitetônicos do espaço construído dos dois Casarões supracitados, tal como uma experimentação arquitetônica. E o terceiro consistiu em uma análise de diversos materiais constituídos por bibliografia, fotos, mapas e acervos dos órgãos institucionais histórico-geográficos, tais como: a Diocese de Goiás, o Instituto Frei Simão, o Museu das Bandeiras (MUBAN) e a Procuradoria Geral do Estado de Goiás (PGEGO).

Assim, reconhecemos a representação do Casarão como a Casa de Fronteira e seu repertório de habitar simbólico, ocorrida pela implantação da casa permanente. O Casarão materializa a territorialidade rural goiana, o sentimento de identidade territorial; ele representa o início da proto-identidade nacional situada no sertão das minas dos Goyazes, a primeira casa sede de poder de Estado, neste caso português, presente no interior da Capitania Paulista.

A “Casa de Bartolomeu” foi denominada por essa tese⁹¹ como “o Casarão de Fronteira” por representar um marco político-geográfico, o ponto demarcatório em terras espanholas implantado pela coroa portuguesa, esteio do *uti possidetis*, a casa do povoador. Também sendo um símbolo da identidade nacional em tempos de identidades pulverizadas das Capitanias Brasileiras, o Casarão de Fronteira caracteriza o enraizamento do povo sertanejo goiano, desde seu conhecimento sobre o bioma até a forma de lidar com os materiais para a construção desta arquitetura vernácula. Para os habitantes da Buenolândia, o Casarão de Fronteira representa uma forma de preservar as memórias de seus antepassados, as quais se reproduzem a partir desta casa simbólica, pois estes denominam o Casarão como “Casa Velha”, “O Cartório”, “O Escritório”, onde casavam-se os fregueses.

Assim, diante da necessidade se falar da casa sertaneja no Arraial da Barra e conhecer sua trajetória ancestral, surgiram as seguintes indagações: Porque Bartolomeu Bueno da Silva construiu uma casa permanente no arraial minerador sendo a choça o suficiente para habitar diante da atividade nômade do ouro? Como compreender as oralidades

⁹⁰ Para ele, a intencionalidade como força de alteração espacial: aos elementos iniciais de organização espontânea contrapõem-se aqueles representativos do poder e das classes sociais que definem o crescimento do núcleo. Bertran (1996).

⁹¹ Em novembro de 2019 participamos do XVIII Seminário Internacional de Território e Cultura (SEMITEC), na Colômbia, junto à Rede Internacional de Estudos sobre Território e Cultura na Universidad Católica del Oriente. Na ocasião, expomos parte da análise sobre a casa sertaneja goiana num compêndio preliminar acerca da tese “Habitar e Memória em Terras da Santa: Ancestralidade no Arraial da Barra, na Cidade de Goiás/GO”. Naquele momento, tínhamos percorrido dois anos de pesquisa sobre o tema.

sobre a propriedade/idade da casa de Bartolomeu proferidas pelos sedimentos-sertanejos? Como se originou a casa sertaneja do sertão goiano? O que ela representou no contexto histórico colonial e representa nos dias de hoje?

O Casarão de Fronteira é um elemento que transcende a materialidade, pois se revela muito mais do que apenas um patrimônio histórico demolido ou uma oralidade presente. Deste modo, o nosso objeto de estudo consiste em compreender o passado da casa, mas entender também como a sua demolição foi capaz de atingir aspectos culturais simbólicos importantes para os sedimentos-sertanejos até os dias de hoje, cujas famílias remontam cinco gerações possuindo relações de territorialidade e de pertencimento ao lugar.

De acordo com Pierre Monbeig (1943), uma das atribuições da Geografia consiste em estudar a realidade que, por sua vez, é vista como sendo uma totalidade altamente complexa. E é por meio das interrelações dos fenômenos que acontecem na terra que se extrai o conceito de “complexo geográfico”, o modo de ver a paisagem com seus componentes físicos, componentes cronológicos, de simultaneidade e de complementaridade dos fenômenos que a compõem.

A paisagem neste cenário, para Cosgrove (1983), possui um sentido simbólico, pois o passado pode ser visto por meio de diferentes escalas temporais e com inúmeras significações. Enquanto, para Almeida (2003), ela pode ser também cultural, visto que as paisagens culturais são entendidas em sua complexidade por envolver a subjetividade e ao mesmo tempo objetividade dos bens culturais que a sociedade possui.

Este capítulo propõe ver e entender a paisagem cultural e se estrutura em três seções: a primeira apresenta o Casarão de Fronteira como marco geopolítico brasileiro e também como o princípio do *uti possidetis* do Tratado de Madri que conduziu a formação territorial do sertão das minas dos Goyazes. Por meio desse Tratado abandona-se o antigo paradigma do Tratado de Tordesilhas, no qual o território era dividido por linhas retas, agora propõe-se aos limites geográficos com o Tratado de Madri delineando uma cartografia mais próxima ao que conhecemos hoje.

Na segunda seção entendemos que a oralidade inicial dos habitantes sobre a Casa do Anhanguera descende do Casarão de Origem, pela análise do espaço construtivo partido arquitetônico, sistema construtivo, programa de necessidades e seus elementos pré-componentes de origem em Santana do Parnayba/SP (igreja, cruzeiro, largo e o rio). A territorialidade, (ALMEIDA, 2005), se dará com o início da formação espacial dos Arraiais das Terras da Santa e a identidade territorial se apoia sobre as paisagens, como referência para a sua ocupação intencional.

A última seção se refere ao reconhecimento do Casarão de Fronteira como símbolo sertanejo goiano e seus legados nesta paisagem cultural, evocando a identidade de poder de Estado ao longo do processo de formação político-administrativa do território goiano. Sendo que a casa e sua morfologia urbana representam ao longo do tempo a transformação e adaptação da casa sertaneja goiana, como sede de governo português e a casa do Capitão-Mor.

Ainda revela o machismo, as trocas de favores e algumas mazelas, tais como o racismo, em razão de retratar nossa sociedade que deriva de um contexto que classifica as pessoas pelo trabalho e pela cor. Assim, a violência social está presente e com associação íntima na concepção da casa: o nacionalismo, o preconceito e a xenofobia.

3.1 - O CASARÃO DE FRONTEIRA COMO MARCO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS E O PRINCÍPIO DE DIREITO DO *UTI POSSIDETIS*

O Casarão de Fronteira é um marco sertanejo, elemento compositivo relativo à Bandeira de Anhanguera (filho) e da formação do território goiano no contexto do Brasil Colônia durante a corrida do ouro no século XVIII. Sua implantação intencional em aglomerado minerador tinha o propósito estratégico que subsidiaria a posterior negociação pelo *uti possidetis*⁹², como princípio do Tratado de Madri, a linha limítrofe do Tratado de Tordesilhas irrompendo com ímpeto e violência que separou a colônia portuguesa da colônia espanhola no continente americano (Anexo 41).

O Casarão era um marco histórico-geográfico de fronteira, de demarcação por parte do governo português em terras espanholas. Para isso, Bartolomeu, a pedido do rei D João V, entrou por terra na fronteira do Tratado de Madri e demarcou com o Casarão, para que se fizesse valer o direito do “*uti possidetis*”, ou seja, quem já está tem o direito de permanecer. Assim o governo português poderia alargar suas posses pelas terras sertanejas goianas da Capitania e estendia o desenho do Brasil “invadindo” a demarcação em terras espanholas.

⁹² *Uti possidetis* ou *uti possidetis iuris* é um princípio do direito internacional, segundo o qual os que de fato ocupam um território possuem direito sobre ele. A expressão advém da frase *uti possidetis, ita possideatis*: "como possuíis, assim possuais", proveniente do direito romano. Recorre-se a este princípio para estabelecer as fronteiras dos novos Estados independentes após a descolonização, de modo que os novos limites correspondam aos dos antigos territórios coloniais. O princípio foi utilizado após a retirada do Império Espanhol na América do Sul. Ao lançar mão do *Uti possidetis*, os novos Estados procuraram assegurar que não haveria *terra nullius* (“terra que pertencesse a ninguém”) no continente e reduzir a possibilidade de guerras de fronteira na região (IBGE, 2021).

Saindo da linha reta proposta pelo Tratado de Tordesilhas (1494), a linha demarcatória do Tratado de Madri se refere às demarcações geográficas do território e propõe uma nova cartografia. A expedição por terra solicitada a Bartolomeu pelo rei intencionou a confecção também destes mapas, traduzindo em linguagens narrativas o imaginário das terras desconhecidas.

De posse destas terras espanholas pela Coroa Portuguesa, o governo espanhol propõe a troca dessas terras “*uti possidetis*” dos Goyazes, da capitania de São Paulo por Sacramento e Sete Povos das Missões⁹³, ao sul da colônia portuguesa. A partir do Tratado de Madri (1750) convencionou a cartografia, cujo desenho ainda hoje se parece em muito com o mapa do Brasil em definitivo. O Casarão do Capitão-Mor, no Arraial minerador da Barra, ganhou proporções continentais, ultramarino, e se mescla à história da formação do Brasil ao período de negociações entre Portugal e Espanha (Apêndice 52).

Bartolomeu Bueno (filho) juntamente com João Leite da Silva Ortiz e Domingos Rodrigues do Prado escreveram, no ano de 1720, ao Rei D. João V se oferecendo para organizar uma bandeira para o sertão da Capitania de São Paulo, pedindo a sua autorização. Essa foi a forma ideal para alinhar a estratégia expansionista da Coroa ao propósito ganancioso de Anhanguera.

Com uma ordem real, uma sesmaria documentando o território em extensão e providências, o sujeito se faz papel e tem valor intercontinental. O estímulo da jornada de 1722, foi motivada pela Coroa Portuguesa por pronta provisão, em julho de 1722. Em uma das cartas em nome de Sua Majestade, emitiam-se as sesmarias em Goiás concedidas por Rodrigo César de Menezes, capitão geral da Capitania de São Paulo, a mando de D João V: Bartolomeu Bueno da Silva e João Leite da Silva Ortiz, descobridores das minas de ouro:

(...) Hei por bem de conceder em nome de sua Majestade, que Deus Guarde, por carta de data de terra de sesmaria aos ditos descobridores, o capitão Bueno da Silva e o capitão João Leite da Silva Ortiz, na passagem do rio Jaguari, seis léguas de testada e outras de sertão. (...) o prêmio do serviço que fazem em descobrir as minas a que tem dado princípio e lhes serem necessárias terras para cultivarem mantimentos para as pessoas que hão de ter nas ditas minas (...) e não venderão as ditas sem expressa ordem de Sua Majestade e serão obrigados a cultivá-las, demarcá-las e confirmá-las dentro dos ditos dois anos e com declaração que não ficarão os suplicantes sendo senhores das minas de qualquer metal, que nas ditas terras se descobrir e mandando Sua Majestade criar vila naquele distrito, dará terra por rocio e bens do Conselho na forma que o dito senhor tem determinado (...) Caso os

⁹³ **Sete Povos das Missões** é a denominação ao conjunto de sete aldeamentos indígenas fundados pelos jesuítas no Rio Grande do Sul sob a tutela da coroa espanhola. Para conhecer melhor, assistir o documentário Terra sem Males (https://www.youtube.com/watch?v=7faziNu_f3I)

sertanistas não satisfizessem os intentos da Coroa, as promessas não seriam cumpridas; e não terão efeito estas mercês não se fazendo o descobrimento do ouro na forma que os suplicantes consigo ajustarem e faltando-se a qualquer destas cláusulas aqui expressas e às que dispõe a ordenação, se haverão as ditas terras por devolutas. Se tudo corresse a contento do Rei e do Capitão-general, a concessão das sesmarias teria caráter permanente e o direito das passagens dos rios se estenderia por três gerações, facultando-se aos descobridores a sublocação das terras dadas como retribuição de serviço (TEIXEIRA, 2011, p. 345-346).

Como se viu, o Rei autoriza essa expedição, em 1722, contando com a invasão expansionista de Bartolomeu, frente ao sonho do ouro e da amplitude da Colônia, o feito, na prática, ampliou a conquista de terras portuguesas sobre terras espanholas. Em 3 de julho de 1722, eles partiram de Santana do Parnayba rumo ao interior do Continente, com o propósito também de se fixar no sertão e de investigar os recursos do território ainda mais. Para organizar essa expedição, a Coroa Portuguesa emitiu um documento chamado Regimento, que atribuía à Bandeira a finalidade de descobrir minas de ouro, prata e outros haveres, formalizando a expedição; sendo que este documento continha 14 artigos e trazia 3 Diretrizes principais.

A primeira diretriz já estabelecia um sistema de autoridade: o chefe da Bandeira era aquele que a organizava e estava à frente, caso encontrasse alguma riqueza, cabia a ele organizar essa exploração e os que o seguiam na viagem também deviam obediência a ele.

A segunda diretriz regia uma política de paz e respeito com os indígenas. A ideia era que eles pudessem ser aldeados e catequizados. Para isso, deveria haver um processo de aproximação e de persuasão desses nativos sem o uso da violência. Ou seja, nunca sendo pela brutalidade o contato com eles, as pessoas submetidas ao aldeamento eram chamadas de “administrados”. Tal nomenclatura se justifica no fato de que Portugal não tinha braços pra mandar pra cá, por isso, se buscava a catequização desse nativo para que ele pudesse contribuir com os interesses da Fazenda Real, atendendo aos mandos do Rei no território.

A terceira diretriz versava sobre a cobrança dos direitos reais. Principalmente, sobre o que dizia respeito a um quinto do ouro. Tal e qual, a tributação aplicada sobre a atividade mineradora era uma grande preocupação da Coroa; o encargo era cobrado diretamente por ela, já que os outros tributos eram entregues a contratadores, pessoas que compravam o direito de cobrar esses tributos em nome do Rei; contudo, no caso da mineração, a Coroa cobrava diretamente dos mineradores.

Além dessas diretrizes, incluiríamos ainda que o Casarão de Fronteira assume um papel geográfico importante: demarcatório, permanente e estruturando a presença do Estado Português em Terras Espanholas. A hipótese da construção do Casarão de Fronteira se faz

com base na necessidade demarcatória, já que os arraiais auríferos (Apêndice 53) não demandavam sua materialidade em nada mais do que choças e casebres improvisados, isso porque, ao acabarem os recursos das minas, os extrativistas se debandavam dali para outro lugar. Assim sendo, o Casarão tal como foi originalmente construído é um marco, um referencial da Colônia Portuguesa no Brasil, tão relevante e necessário, uma peça única, feita propositalmente como referencial político geográfico.

O Casarão de Fronteira sertanista se aproxima da data de 1727, tal como a igreja da Barra, nesta bandeira. De acordo com Teixeira (2011), em 1727, Bueno já estava no território do Rio Vermelho:

Assentou uma tenda no local onde foram descobertas as minas de São João Batista, depois arraial do Ferreiro. Decorridos sete dias de explorações às margens do rio Vermelho, afluente do Araguaia, descobriram o local onde o velho Anhanguera (pai) plantara roças, pelo encontro de uma antiquíssima camba⁹⁴, e, tomando aí por guias dois velhos índios Goiás, veio a saber que estava próximo do lugar por tanto tempo procurado. (...) Bueno e outro grupo, descendo, revolvem o Rio Vermelho nas imediações do córrego Manoel Gomes e na confluência daquele rio com o Bugre, dando início ao povoamento dos arraiais de Sant'Anna e Barra. Bueno deteve-se longamente na Barra, seu primeiro domicílio, onde achou importantes minas e levantou a primeira capela em terras de Goiás. Esse ponto é incontestável pelo conhecimento do relatório do Ouvidor Geral da Câmara de Goiás, (...) Declarou essa autoridade no documento que 'o povoado primeiro de Goiás, foi erecto na Barra' (...) As minas de Vila Boa foram descobertas depois, em 1727, quando pra lá se transferiram os habitantes da Barra (TEIXEIRA, 2011, p. 269).

Assim, o Arraial da Barra e seu Casarão demarcatório fronteiro nos fazem analisar os seguintes aspectos referentes ao fato citado acima: Bartolomeu foi um mediador para a façanha do Rei D. João V e o Casarão tem um significado muito maior que o próprio Bartolomeu para a história do Brasil. Isso porque o Casarão já havia sido construído ao longo do caminho pelo sertão goiano para que se firmasse como referência estratégica geopolítica portuguesa. Assim, ele tem poder de monumento e de símbolo nacional. A construção era, ao mesmo tempo, a casa natal, com suas referências de Santana do Parnayba e a casa onírica (Apêndice 54) a ser construída no distante sertão das minas de Goyazes.

Na perspectiva de Bachelard (1974, p.365), o conceito sobre o espaço poético da casa:

⁹⁴ Dicionário *on-line* de Português (<https://www.dicio.com.br>) – Camba: círculo externo de uma roda, pina, barra do freio a que se prendem as rédeas.

Mas essa região das lembranças bem detalhadas, facilmente guardadas pelos nomes das coisas e dos seres que viveram na casa natal, pode ser estudada pela psicologia corrente. Mais confusas, menos bem delineadas, são as lembranças dos sonhos que só a meditação poética nos pode ajudar a encontrar. A *poésis*, em sua função maior, nos faz reviver as situações do sonho. A casa natal, mais que um protótipo de casa, é um corpo de sonhos. Cada um desses redutos foi um abrigo de sonhos. E o abrigo muitas vezes particularizou o sonho. Nela aprendemos hábitos de devaneio particular. A casa, o quarto, o sótão em que estivemos sozinhos, dão os quadros para um devaneio interminável, para um devaneio que só a poesia poderia, por uma obra, acabar, perfazer. Se damos a todos esses retiros sua função que foi abrigar sonhos, podemos dizer (...) e existe para cada um de nós uma casa onírica, uma casa de lembrança-sonho, perdida na sombra de um além do passado verdadeiro. Essa casa onírica é, dizia eu então, a cripta da casa natal.

Bartolomeu Bueno da Silva (filho) foi o responsável por descobrir ouro e por iniciar a colonização do território com intenção de se fixar ali, na casa onírica ainda por materializar-se. Bartolomeu Bueno da Silva (filho) não é o primeiro a passar pelo sertão goiano, mas é o que o ocupa e responde pela fixação do colonizador nesse território minerador. Por isso, a importância do Casarão de Fronteira como um marco sertanejo de território, geográfico, político, patrimonial cultural e arquitetônico nacional, como já citado anteriormente.

Conforme a citação, Bartolomeu teria assentado tendas nos arraiais do Ferreiro e de Santana, mas teria sido no arraial da Barra instituído o primeiro povoado, a construção da igreja de Nossa Senhora do Rosário e o Casarão, desde 1740 em mapa, já constavam como pontos de referência no entroncamento. Ou seja, na Barra dos rios já havia a implantação da dita igreja, no arraial conhecido como aldeia do gentio Goyazes: “os arraiais do Capitão-mor Bartolomeu Bueno e de João Leite da Silva Ortiz, assim como a Vila de Nossa Senhora do Rosário dos Goyazes”.⁹⁵

Realmente no mapa parano-paraguaio, do lado direito do rio do Rosário (depois chamado ribeirão dos Goyazes, ribeirão do Cambaúva, posteriormente Cambaúba, e mais tarde rio Vermelho) são vistas três casinhas e a legenda: “Arrayal do Cap. Mor Bartolomeu Bueno, e mais à direita; Aldeia do Gentio Guayazes”: à esquerda do rio do Rosário, outro grupo de casas, com a inscrição: “Arrayal de João Leite”; na confluência daquele ribeirão do Rosário com o depois denominado rio dos Bugres (nas margens vivia outro grupo de índios da tribo Goyá) está desenhada uma capelinha com seu campanário, lendo-se a inscrição: “V^a de N.Sra do Rosário dos Guayazes (TEIXEIRA, 2011, p.182).

Para entendermos como se deu essa intencionalidade de ocupação do sertão goiano, precisamos nos ater sobre o contexto histórico que diz respeito à expedição bandeirista e os

⁹⁵ Vila: aglomeração populacional com relativa autonomia político-administrativa. Neste momento cria-se a Câmara de vereadores, a Casa de Vereança, aparece a Figura do Prefeito: Alcade-mor, um Juíz de Fora e a Cadeia Pública.

interesses que permeavam a Coroa Portuguesa, assim como as intenções do paulista Anhanguera.

Lendo alguns autores, dentre os quais o Relato Sertanista, de Alferes Braga conhecemos “o feito, que em 1722, com a autorização do Rei, partem de Santana de Parnayba”, com Bartolomeu declarando aos seus sócios que possuía um mapa que os levaria às minas auríferas das terras dos Goyazes. O fato é que Bartolomeu não tinha mapa algum, somente possuía uma lembrança da expedição que havia feito com o pai décadas antes, de modo que eles teriam estado nesse território e encontraram ali algum ouro, portanto, ele teria, no máximo, uma lembrança dessa expedição feita com seu progenitor.

Como se viu, Bartolomeu blefa e diz que assim que a expedição partisse, ele revelaria esse mapa; o que não aconteceu, então ele foi caindo em descrédito com os demais expedidores. Como resultado, vários dos seus seguidores acabaram desertando e deixando a Bandeira, segundo relato do Alferes José Peixoto da Silva Braga. Um agente português que partiu com a expedição em 1722 e que frente ao fato de que ficaram vários meses perdidos pelo sertão, chegando à região do Alto Tocantins, decide construir uma jangada e descer até Belém, desistindo da empreitada.

Essa contrariedade gerou um dos relatos desta Bandeira, uma saga de engodo organizada por Bartolomeu Silva (filho). O alferes, numa entrevista que concede ao padre Diogo Soares, registra a viagem, hoje publicada em Relatos Sertanistas (1953) e publicada pela Biblioteca Histórica Paulista. Ele não participa de toda a expedição, no entanto, relata até o local onde esteve presente e conta como foi o trajeto. Segundo seu relato, Bartolomeu declarava que preferia morrer a voltar na condição de derrotado para a Capitania de São Paulo,

Sai da Cidade de S. Paulo a três de julho de 1722 em companhia do Capitão Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera de alcunha, que era o cabo da Tropa com 39 cavalos, dois Religiosos Bentos, Fr. Antonio da Conceição, e Frei Luiz do Sant’ Anna, um Franciscano Fr. Cosme de Santo André, e 152 armas, entre as quais iam também 20 índios, que o sr. Rodrigo César, General que então era de S. Paulo deu ao cabo Bartolomeu Bueno, para a condução das cargas e necessário. Dos brancos quase todos eram filhos de Portugal, um da Bahia e cinco ou seis paulistas com os seus índios, e negros e todos à sua custa (BRAGA, 1953, p. 121).

Após 3 anos vagando, eles chegaram as cabeceiras do Rio Vermelho e Bartolomeu teria reconhecido o local em que ele havia estado com o pai décadas antes; estes retornaram a São Paulo para dar notícias ao Governador de que tinham achado ouro na dita terra dos Goyazes, aquelas que ficaram conhecidas como as minas dos Goyazes. Assim, se iniciava a ocupação do colonizador nesse território que viria a ser Goiás, ele leva a notícia e retorna a

esse território, às cabeceiras do Rio Vermelho (Anexo 42), com a formação do Complexo dos Arraiais na base da Serra Dourada (BERTRAN, 1996).

Com o término do ouro no Arraial da Barra, a população se muda para o Arraial de Santana, conhecido hoje como a Cidade de Goiás que foi, por quase dois séculos, a capital do território goiano, no período colonial em que Goiás foi desmembrada do território paulista e dada como Capitania de Goiás (ALENCASTRE, 1863).

O Arraial de Santana prosperou, cresceu rapidamente e expandiu-se criando a necessidade de uma administração local, em 25 de julho de 1739, o Arraial de Santana foi elevado à condição de Vila, passando a se chamar Vila Boa de Goiás. Esse rápido crescimento fez com que o governador da Capitania de São Paulo elevasse o Arraial a condição de Vila e pudesse criar aqui um aparato administrativo que resolvesse os problemas da localidade. Até então, tudo ficava a cargo do Superintendente de Minas. Nesse caso, nas mãos daqueles que chegaram, encontraram ouro e iniciaram a exploração.

Havia um distanciamento muito grande entre os habitantes dessa localidade e o governo. Com a elevação do Arraial de Santana para Vila Boa de Goiás, se criou uma administração no âmbito local. Esse crescimento continuou e a Coroa entendeu que era hora de desmembrar o território da Capitania de São Paulo, dando origem assim a Capitania de Goiás, criada por um Alvará em 9/5/1748. Efetivamente, esse governo se daria apenas em 1749 com a chegada do primeiro governador ao território goiano, Dom Marcos Noronha, conhecido como Conde dos Arcos.

Após fundar o Arraial de Santana em 1727, vários outros arraiais foram surgindo no seu entorno, formando o Complexo dos Arraiais (Apêndice 55): Santana, Ouro Fino, Barra e Ferreiro. Isto é, onde se encontrava ouro fundava-se um arraial, mas em algumas localidades a quantidade de ouro era pequena e logo se esgotava, destruía-se tudo e partia-se para outras regiões. As localidades em que a quantidade de ouro encontrada era mais significativa, persistiram, apresentaram significativo crescimento e se firmaram, logo muitas delas hoje são cidades no território goiano como, por exemplo: o Arraial de Santa Cruz que hoje é a cidade de Silvânia; o Arraial de Santa Luzia que hoje é a cidade de Luziânia; o Arraial de Meia Ponte que hoje é a cidade de Pirenópolis. Assim, se formaram em torno de vinte cidades nesse processo de exploração do século XVIII, no contexto das cidades mineradoras

As características peculiares da exploração do ouro aluvional – minerado nos rios e riachos – favoreceram o assentamento das populações mineradoras em multiplicados núcleos urbanos, desenvolvidos a partir dos acampamentos primitivos que se formavam as margens dos riachos auríferos e dos pontos de venda onde ia se instalando um comércio incipiente. O traçado pitoresco

desses pequenos povoados, com seus arruamentos espontâneos, acompanhando os leitos dos rios e subindo pelas encostas, seria uma das contribuições mais características do Círculo da Mineração à história da arquitetura e urbanismo no Brasil (BICCA; BICCA, 2008, p. 131).

Em um curto espaço de tempo as igrejas foram erguidas, pois serviam também como locais de cultos e de reunião dos grupos da sociedade, havia ali irmandades ligadas às mineradoras, aos mais ricos e irmandades ligadas aos escravos, que erguiam as igrejas em louvor aos seus santos de devoção e santos protetores; elas também serviam como locais de sepultamento para os membros das irmandades. Desde a igreja parte um raio de 6 léguas que demarca a sesmaria do local, no arraial da Barra, essa porção de terra medida a partir da igreja ganhou o nome de “Terras da Santa” por parte dos habitantes.

Terras da Santa configura-se cartograficamente como o território desenhado a partir do raio de 6 léguas, originado no ponto central de cada igreja dos 4 arraiais levantados por Anhangüera e a sua formação se destaca nas falas dos sedimentos-sujeitos, ecoando o passado remoto que os distingue como habitantes das terras da carta régia procedente de Bartolomeu, a mando de D João V, em ocupar o sertão da capitania de São Paulo.

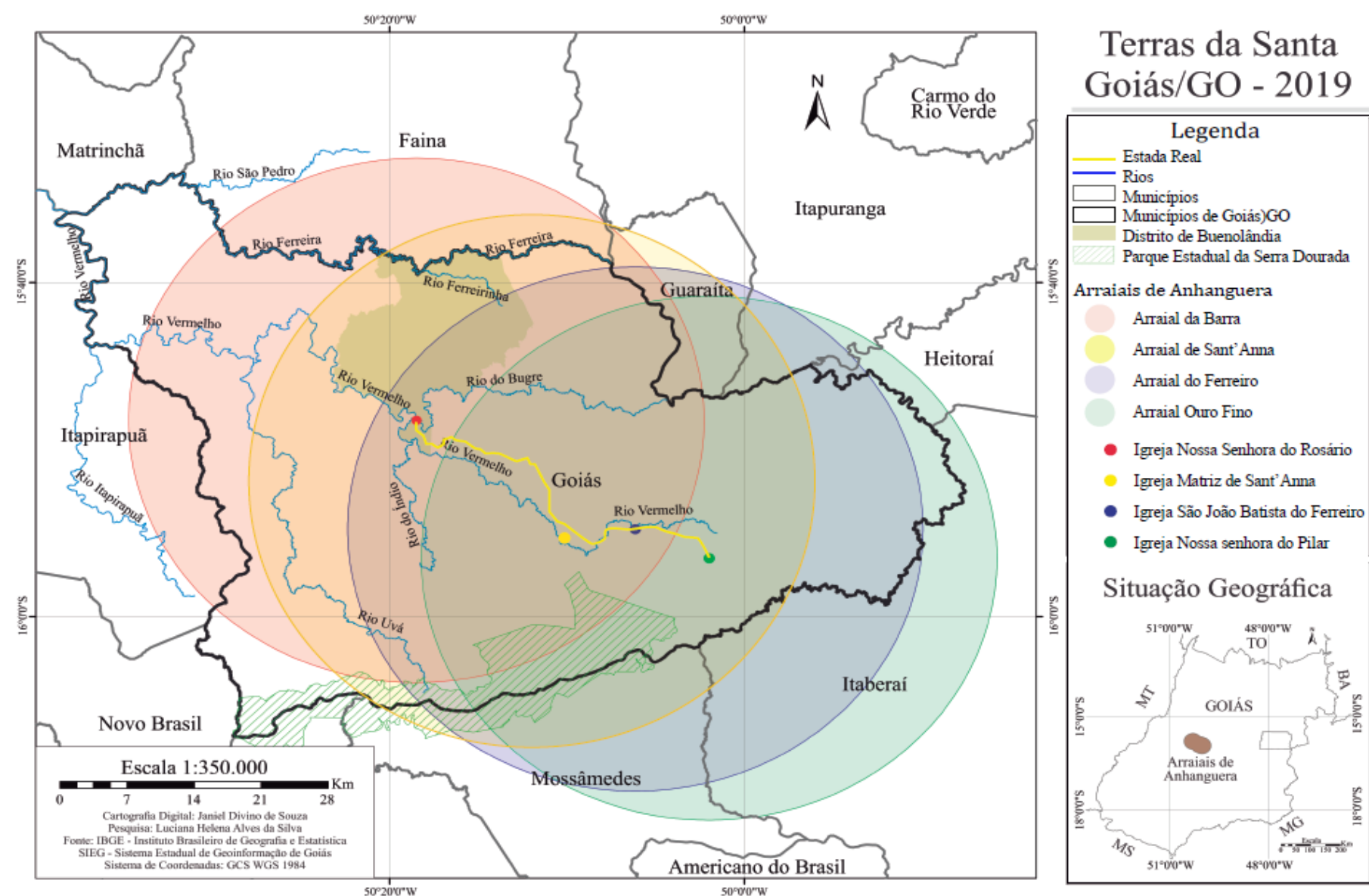
Partindo de cada igreja: Pilar, Santana, Rosário e São João, o raio de 6 léguas percorre o território e desenha um diâmetro específico de cada arraial e seu rio aurífero correspondente, demarcando o sertão com sendo uma transparente forma de domínio que podemos notar no mapa apresentado (Figura 12). Dito isso, a igreja centraliza e estabelece o ponto focal do poder católico sobre a sesmaria correspondente ao Capitão-Mor e o determina como sede de poder e presença da Coroa Portuguesa no sertão goiano.

Das igrejas conectadas ao Rio Vermelho, partem também as estradas reais que as conectam à Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Cuiabá, itinerários do século XVIII (BARBO; RIBEIRO, 2015), de escoamento de escravos, ouro e mantimentos para a fixação dos aglomerados urbanos que se estabeleceram neste período ao longo do Rio Vermelho, na cidade de Goiás.

A sobreposição de camadas históricas neste mapa (Figura 12), nos coloca à prova da existência real dos círculos desenhados pelas sesmarias, ainda como um elemento presente frente à irregularidade fundiária que estas terras ainda possuem; o risco de intersecção entre as circunferências se sobrepõe à linha limítrofe de município e fronteiras municipais no século XXI, que as demarcam sobrepondo a característica histórica do município de Goiás estar inscrito nos círculos das sesmarias, não como coincidência, mas, como fato real o destino de sua formação ainda presente.

O eixo de ligação entre os arraiais ao longo do Rio Vermelho, cerca de 40 quilômetros ao todo, percorridos no vau do rio Vermelho, do arraial da Barra, concernindo a jusante que desagua no Rio Araguaia ao ponto da nascente do Rio Vermelho, localizada no Arraial do Ouro Fino, na Serra dos Mineiros, constituindo-se de pontes e paisagens naturais e de composição humana que completam o contexto histórico, conferem o tom imaterial de patrimônio pertencente aos sedimentos-sujeitos, que o percorrem e dominam seus ciclos de águas, luas e interação com partidas e chegadas.

Figura 12 – Terras da Santa



Fonte: Cartografia Digital: SOUZA, JD (2019) e Pesquisa: SILVA, LHA (2019) (IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, SIEG - Sistema Estadual de Geoinformação de Goiás, Sistema de Coordenadas: GCS WGS 1984)

O processo de povoamento marcado pelas regiões mineradoras foi caracterizado por grande irregularidade e instabilidade, segundo Bertran (1996), pois o objetivo não era fixar-se definitivamente, mas apenas alojar-se temporariamente, frente ao interesse em retirar o ouro. Ao enriquecerem e ao esgotarem os recursos locais, os ocupantes iam embora tanto é que eles não traziam suas famílias e esposas. Contudo, não foi assim com todos, tendo conseguido algum ouro, alguns se fixaram, sobretudo os comerciantes que abasteciam a região e, mesmo com o declínio da mineração, milhares permaneceram na região sem ter condições financeiras de dali partirem.

A marca da violência era um perfil destes arraiais que receberam, por conta da febre do ouro, toda sorte de pessoas: fugitivos da justiça e contrabandistas que vieram aventurar-se no sertão, refugiando-se no inculto dos matos (TEIXEIRA, 2011). Fator que culminou em uma sociedade mineradora instável, violenta e patriarcal. Assim como Mendes, Verissimo; Bittar (2007) trazem na contracapa de sua publicação as “Principais características do ciclo do ouro: pequenas propriedades, força de trabalho escrava, regime patriarcal, vida urbana mais intensa, presença marcante de irmandades”. Como vimos no Capítulo 1, a “urbanidade do século XVIII tinha como objetivos centrais: 1) a experiência concreta do território e do artefato urbano; 2) das condutas humanas e normas sociais” (BRANDÃO, 2006, p. 67).

Essas ocupações eram pautadas pelo dinamismo, pois fluíam indo de ponto em ponto no território goiano mediante a presença do ouro. Seu caráter era urbano e a aglomeração do arraial tinha cunho comercial e militarizado, essa era uma sociedade mineradora com traços marcantes, pois ocupava um território até então não desbravado pelo colonizador, apesar de estar habitado pelos povos originários.

Algumas pessoas, equivocadamente, pensam que essa região era rural. No entanto, a atividade mineradora, com a formação dos arraiais, caracterizava-se inegavelmente como sociedades urbanas, como debatido no Capítulo 1, culminando na Freguesia e seu controle socio territorial régio e da Igreja Católica, bem como dos agentes do Conselho Ultramarino, tal e qual esse território minerador carregava como essência, eram conteúdos rurais em meio urbano, desde seu processo inicial de formação.

Realizando pesquisa bibliográfica associada à oralidade e à memória dos habitantes do lugar, durante o campo nosso objetivo foi trazer evidências sobre a intencionalidade político-geográfica real refletida na casa sertaneja goiana, como casa sede de presença do estado português. Tanto no que diz respeito às suas origens, quanto ao seu processo de formação durante o contexto da colônia portuguesa no Brasil,

investigamos as evidências que deram suporte à precedência da formação do aglomerado dos arraiais e da arquitetura do Casarão de Fronteira, sob a ótica de diferentes escalas tendo como referência o Casarão de Origem⁹⁶.

Contudo, no Arraial da Barra muitos destes foram demolidos, e o estudo revela que há o prejuízo da memória e identidade arquitetônica do Arraial, o que também contribui para a invisibilidade do acervo da zona rural, dos poucos exemplos de arquitetura que lá existiram.

Investigamos a sua materialidade, que reconfigurou a paisagem sertaneja natural com uma referência de poder do Estado, com um desenho vindo da Capitania de São Paulo. Fomos ao encontro desta casa originária, numa viagem de campo, em 2018 (Apêndice 56), buscando respostas na casa precedente paulista, pois a casa sertaneja é para nós uma fonte de estudo sobre repertório de habitar, simplificação e saberes que advém da casa bandeirista urbana paulista.

3.2 - OS ELEMENTOS PRÉ-COMPONENTES DO COMPLEXO DOS ARRAIAIS E O REPERTÓRIO DA PAISAGEM SERTANEJA DAS TERRAS DA SANTA

Esse era o lugar geográfico que o Anhanguera carregava consigo, o Casarão de Origem, lugar que vai além da localização, tem história e significado, e para autores como Yi-Fu Tuan (2013) e Anne Buttimer (2015), a ideia de discutir, de apreender o lugar, encontra-se fundamentada na corrente filosófica da fenomenologia. Por isso, o lugar ganhou com Tuan a ideia de significação, mais do que isso, de afeto e percepção. Conforme Buttimer (2015), o lugar é construído, significado, recomposto e criado pelas pessoas que nele vivem. Mas é impossível desconsiderar a ação de agentes externos, sobretudo, no que concerne às ações bandeiristas, lideradas por esse agente externo do sertão, que obedecem a normas e critérios régios, ignorando o conhecimento e as especificidades que só as pessoas do lugar poderiam ser portadores e para Bartolomeu neste lugar teria a sua expressão simbólica paulista materializada pelo Casarão de Fronteira.

Mas, além deste grande marco, o paulista traz consigo em sua bagagem, na forma de elemento sagrado frente ao profano do sertão, a Santa. Os itinerários do século XVIII, compostos pelos arraiais de ocupação do sertão da Capitania de São Paulo, podem ser aferidos pela:

⁹⁶ Já comentado no Capítulo 2 desta tese.

“localização geográfica de Goiás em relação ao litoral brasileiro resultou no estabelecimento de uma rede de estradas ancestrais, muitas vezes a partir de picadas abertas pelos índios ou, ainda, caminhos dos aventureiros à procura de ouro” (BARBO, 2015, p.89).

Conferindo, assim, o território da Cidade de Goiás nos dias de hoje, como seu conjunto de Complexo de Arraiais e estradas ancestrais. Como diz Cunha Matos: “as Estradas importantes, ancestrais desta terra”,

A maior parte das estradas e caminhos públicos da comarca de Goiás são filhas da mineração: os mineiros picaram-nos, e ainda agora se conservam quase todos pelos mesmos lugares, e tão tortuosos, que em partes aumentam mais de um terço as marchas que se deverão praticar (MATOS, 1979, p. 45).

As estradas que compõem o itinerário ancestral e o complexo dos Arraiais (Apêndice 57), poderiam compor na cartografia da Cidade de Goiás um caminho do sertão e a caminhada eco-literária⁹⁷, na qual o caminhante num percurso turístico é atraído pelas manifestações artístico-culturais, ritmos, danças, culinária, esportes náuticos e pela variada beleza da flora, fauna e das águas. Com a proposta embasada na literatura goiana que constrói a identidade cultural, dessa feita ajudaria a promover um turismo cultural consciente; ou seja, por onde o turista passasse em caminhadas ecológicas, lembranças de literatura iriam pontuar em seu caminho, alguns já se conceituam como *road book*. Romances e bibliografias: “Naqueles Morros Depois da Chuva” (LOURENÇO, 2011), “A História de André da Conceição” (ROSA, 2017), “Relatos Sertanistas” (TAUNAY, 1953), “Goyaz: de Arrayal a Patrimônio” (PASSOS, 2018).

A caminhada poderia associar os distritos e assentamentos ao longo dos itinerários e colocar à disposição produtos da agricultura familiar, trocas de prosa e recortados de viola, a leitura pelo caminho de trechos dos livros dos autores citados, as escolas rurais, comunidades e pontos de paradas, passando por caminhos entre o gado, as nascentes e caminhos de pedra sertanejos. Uma imersão possível entre natureza, cultura e literatura, podendo associar os saberes com lanches sertanejos à base do que se consumia nas trilhas do século XVIII.

Cavalgadas e companhias de cavaleiros, que podem associar suas contações de histórias, recortados e montarias, condução de trilhas e visitas às arquiteturas sertanejas

⁹⁷ Esta iniciativa já existe em Minas Gerais com o roteiro estabelecido no livro “Grande Sertão Veredas”, de Guimarães Rosa. O caminho liga Sagarana ao Grande Sertão Veredas. Em Cabo Verde, com o roteiro a partir dos livros: “Chiquinho, flagelados do vento leste” de Manoel Lopes e “Hora di bai” de Manoel Ferreira.

ao longo do percurso, com almoço sertanejo garantido em fogão à lenha e forno barreado. Os contos do roteiro podem exibir algumas esculturas de seus personagens ao longo do itinerário e “ser instagramável”⁹⁸, ainda que o turista pudesse transformar suas vivências em experiências inesquecíveis e transformadoras em sua vida.

Uma maneira específica de ver o mundo, numa construção discursiva sobre o sertão, podendo proporcionar debates sobre como ele é pensado, pois contemplando a natureza, o turista responderia à significação de seu valor cultural, no tempo, no espaço, revestindo-se de pluralidade, pela sua visão de estrangeiro, de paisagem e de lugar.

Estes itinerários do Norte, ligação de São Paulo ao interior, antes caminho indígena, cruzada de sertão, referenciada pelos povos originários, tomadas todas suas referências pelos bandeirantes, perdia simbologias desde os índios Goyazes para transformarem-se em eixos de ligações entre os arraiais. Bertran assim descreve:

Arraial, chamado da Barra, por neste lugar entrar o Rio dos Bugres no Vermelho, dista da Vila cinco léguas, tem Capela de Nossa Senhora do Rosário, filial da Vila. Tem de Quartel uma Companhia de Ordenança, do termo da mesma Vila. Foi onde o descobridor desta Capitania estabeleceu as suas Lavras, e donde tirou muito ouro, e ainda hoje tem boas Lavras. É Arraial pequeno (BERTRAN, 1996, p. 74).

A Santa desenhou novas fronteiras políticas, no entanto, diferencia a análise do território da análise da formação territorial. Segundo Barbo (2015), território e espaço não são noções equivalentes de modo que o território, com contornos e limites precisos, é uma categoria histórica construída socialmente. Segundo Raffestin (1993), o território é uma produção a partir do espaço, revelando relações marcadas pelo poder, que é exercido por pessoas ou grupos e está intrínseco em todas as relações sociais

Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder (RAFFESTIN, 1993, p.144).

Dado que, para Raffestin (1993), o território decorre de uma produção do espaço — produção, ademais, que envolve múltiplas relações —, o que se constitui é um arranjo de relações denominado “campo de poder”, ou território de luta, resultante do entrelaço espacial de poderes que permanentemente disputam posições que

⁹⁸ Dicionário Priberam: Que se pode instagramar ou publicar na rede social Instagram, “instagramável”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/instagram%C3%A1vel> [consultado em 11-09-2021].

possibilitam não a conquista definitiva, mas o exercício provisório ou instável do poder territorial.

Para além das fronteiras naturais, a fronteira política é sempre uma linha abstrata e convencionada por alguns (BUENO, 2004, p.229). A Santa não abençoou os nativos junto a Bartolomeu, ela os devorou, consumiu sua energia, sua terra, toponímias, cultura, tempo e espaço. Anhanguera reescreve uma história sobre os rios e denomina-os com outros nomes e retira dali qualquer indício indígena. Nenhum nome de rio, morro ou estrada se adequa à linguagem originária ou, ao menos faz lembrar, os nomes dados eram católicos ou tinham como referência algum fato ocorrido no trajeto (Rio Bagagem, Serra Dourada, Rio Índio, Rio Bugre, Arraial da Barra, etc). É preciso diferenciar a análise do território da análise da formação territorial.

Nesse contexto, devemos levar em consideração o poder sobre a mão de obra escrava do índio Goyaz, uma vez que, por meio desse perfil de dominação, possibilitou a construção da casa sertaneja.

Permitam-nos aqui uma metáfora: Temos a primeira evidência da Pangea⁹⁹ entre os dois Casarões. Tal qual os continentes, os Casarões refletem, a teoria da Deriva Continental aplicada e, se observarmos suas implantações e formas de ocupação do vazio da paisagem natural, veremos que os Casarões parecem se encaixar perfeitamente um no outro, como os contornos da África e da América do Sul. Há trezentos anos, a deriva deu-se no continente americano, num mesmo lugar: a Capitania de São Paulo e o sertão das minas dos Goyazes, liberando placas tectônicas ainda em Sacramento e Sete Povos das Missões. De uma intencionalidade, tudo se moveu! A Pangeia da exploração da fronteira e do destaque de um Casarão alargando-se perante o outro, indo um para longe do outro, deslocando-se, num movimento umbilical de intencionalidade da Coroa, serve como marco na expansão territorial da Coroa portuguesa sobre a Espanhola.

⁹⁹ Segundo Dicionário de Significados: A hipótese de que todos os continentes estavam unidos em um supercontinente no passado foi proposta pela primeira vez no século XVI, pelo cartógrafo Abraham Ortelius, conhecido como o criador do Atlas moderno. A proposição de Ortelius estava baseada na similaridade geográfica entre o continente africano e a América do Sul, que pareciam formar um encaixe perfeito. Esses dois continentes ficaram conhecidos como Laurásia e Gondwana e foram cortados pelo novo oceano, chamado Tethys. O pesquisador, no entanto, não tinha outras evidências que provassem sua hipótese. Dando sequência a essa ideia, em 1912, o alemão Alfred Wegner publicou a Teoria da Deriva Continental, que defendia a existência de um continente único no passado. Wegner deu origem aos seus estudos na constatação da similaridade geográfica dos continentes, mas utilizou outras evidências para provar sua teoria. O pesquisador encontrou fósseis de animais da mesma espécie na África e na América do Sul. Esses animais não eram capazes de atravessar o oceano, o que sugeria que, em algum momento, os dois continentes estavam juntos.

Sala (2007) ressalta que essa relação se reforça, pois não se pode esquecer a relação direta que a Vila de Santana de Parnayba tem com a missão de ocupação das minas do sertão de Goiás; aliás, é tradição que a casa pertenceu aos Buenos da Silva, os quais realmente possuíram propriedades nos termos desta vila. E é certo o papel dos Anhangueras na descoberta das minas de Goiás, sendo que o segundo Bartolomeu Bueno da Silva, nascido em Parnayba, em 1672, faleceu em Vila Boa de Goiás, em 1740.

Desde que fizemos a inspeção nos arquivos fotográficos do Arquivo Frei Irmão Dorvi (em Goiás) e o trabalho de campo no Arraial da Barra (2018 a 2019), a análise comparativa sobre os Casarões ampliou-se e ganhou novos ares. A primeira evidência foi o reconhecimento dos elementos compositivos do aglomerado e seus sistemas construtivos arquitetônicos em terra, precedentes da arquitetura do sul de Portugal, regiões de Estremadura, Alentejo, Ribatejo, assunto já discutido no capítulo 2 desta tese.

O sistema construtivo de composição do conjunto arquitetônico do Brasil Colonial de Buenolândia com a similaridade ao conjunto que compõe o Museu Casa de Anhanguera em Santana do Parnayba, em São Paulo, contribuíram comparativamente; nesse sentido, nas fotos e *croquis* das casas sertanejas e na pesquisa bibliográfica junto aos autores da Arquitetura no Brasil Colonial, reconhecemos a mesma forma de ocupação perpendicular, seus elementos primários (o rio, a igreja, a cruz e seu largo), a proximidade com o rio, sua implantação trabalhada sobre platô, o pátio de chegada aberto em amplitude como forma de vigília e lugar para os animais e as demais casas na órbita dos elementos primários, e ainda marcos espaciais e geográficos demarcatórios da presença da Coroa Portuguesa na colônia brasileira retratados na ocupação intencional do sertão goiano.

A segunda evidência que levantamos foi que o Casarão “daqui” teria suas formas-memórias do Casarão “de lá”, ou seja, o “daqui” e o “de lá” se fundiram nas lembranças e divagações do velho Anhanguera, com seu conjunto escravo que trabalhava o tronco bruto e negros que empilhavam pedras irregulares e levantavam paredes de pau-a-pique.

Assim dizendo, os indivíduos que ergueram marcos do ontem que surpreendem hoje, o fazem não só pela sua solidez e leveza, como pela sua funcionalidade. A casa sertaneja do Arraial da Barra no sertão goiano é um marco inegável e o seu repertório de habitar arquitetônico¹⁰⁰ trazido por Bartolomeu sobre o Casarão de Origem (Anexo 43) se transformou ao longo da passagem dele pelo sertão goiano e tomou outras formas; o

¹⁰⁰ Sistema construtivo, partido arquitetônico e programa de necessidades apresentados no Capítulo 2.

Casarão de Fronteira (Anexo 44) esmaecendo-se e assentando-se junto aos campos de buritis, angicos e carandás e o seu repertório de habitar também de quintais e animais, com pátios, rezas e pelourinhos. Matanças e castigos, ainda como exemplos públicos, eram feitos como meio de controle social e construção de pertencimento. Conhecendo os bichos, os rios, as matas, os relevos das paisagens sertanejas, a paisagem se ajustou mediante a tantas qualidades de palhas, madeiras e saberes tradicionais, formatando um novo objeto social, um novo produto cultural arquitetônico sertanejo.

Entretanto, o Casarão de Origem “de lá” é a referida casa da partida, da expectativa, e o Casarão de Fronteira “daqui” se destina ao castigo, à morte, à subalternidade, a presença da Coroa Portuguesa.

O Casarão de Origem, em Santana do Parnayba, recebia as várias tarefas ordenadas pelo Rei e Capitães que destinavam os bandeirantes às viagens, ao pedido de escravos índios, ao ouro, às esmeraldas e aos diamantes. O referido Casarão predestinava feitos e passagens desde a segunda metade do século XVI, era o casarão das saídas das bandeiras às margens do rio Tietê. Segundo Sala (2007), a Casa da Parnaíba foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, em 2 de dezembro de 1958¹⁰¹ e pelo Conselho do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo – CONDEPHAAT em 13 de outubro de 1981¹⁰².

Monbeig (1950) esteve atento, tanto para a relação do homem com a natureza como para as formas em que se manifesta essa relação, influenciado por conceito lablachiano e tais formas, para Monbeig, não são apenas materiais. Ao evocar o exemplo do movimento de penetração para Oeste, que segundo ele anima São Paulo e, em consequência, todo o Brasil, Monbeig colhe elementos para mostrar que o que chama de “elementos espirituais” também compõem o complexo geográfico:

Ninguém negará que a Marcha para Oeste puderam desenvolver-se graças a um conjunto de fatores físicos, tais como a fertilidade das terras virgens, facilidade de instalação nos espigões livres de obstáculos, clima favorável a culturas comerciais. Mas, por considerável que tenha sido a ação desses fatores físicos não pode fazer esquecer o lugar eminente que certa predisposição psicológica pode ter no mito do bandeirante (MONBEIG, 1950, p.7).

Monbeig (1950) estava convencido de que, além dos elementos físicos e comerciais, o desbravador é movido muito mais pela paixão e pelo desejo do que pelas

¹⁰¹ Inscrição no Livro Histórico nº 328; Processo 0557-T.

¹⁰² Inscrição no Livro do Tombo Histórico nº 139; Processo 00354/73

condições naturais. O Casarão de Origem trazido nas memórias de Bartolomeu concederia ao Arraial da Barra sua primeira configuração portuguesa/paulista de casa. Em relação aos aspectos teóricos da memória, busca-se aporte em Halbwachs (1990) para quem a memória é construída socialmente, memória esta também ressignificada, como explica Bosi (1987), as lembranças evocadas serão aquelas que o grupo e seus narradores vivenciaram no meio social, ou seja, nas relações com o seu grupo.

Na construção narrativa a partir da memória, busca-se relacionar este percurso com as lembranças dos envolvidos, Ecléa Bosi, em “Memória e Sociedade lembrança de Velhos” (1987, p.17), afirma que as lembranças evocadas referem aquilo que se vivenciou no meio social, ou seja, nas relações com o seu grupo. Segundo ela, “A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, enfim com os grupos de convívio e os grupos de referência a este indivíduo”. Lembrando-se que o Casarão de Origem se situava implantado diante do largo da matriz de Santa Ana e de sua igreja, se relacionando em extrema cumplicidade urbanística, sendo reverenciado pelas missas, procissões, novenas e festejos.

O Casarão de Fronteira resgatado pela oralidade de Dona Milica (76 anos), nos apresenta,

Eu era menina de 13 para 14 anos e nasci no casarão. Minha mãe Maria Peixoto Guimarães, ela era de Itaberaí. Era cinco irmãos pai e mãe e meu tio tinha uma chácara hoje fazenda da Silvia. Eu estudei na Barra, não existia esse grupo do Largo não. A escola foi na casa da Jô, tinha uma sala bem comprida e a escola era lá. Foi ali, teve na casa do Davi, ali também foi escola. A professora foi a Dona Laci. Morei no casarão 14 anos, de 1944 e mudei em 1960, tinha dezesseis anos na verdade e fomos para o Poço Redondo, em Matrinchã. A vida do casarão era de seis cômodos, uma cozinha, 4 salas, um corredor, uma varanda (tinha uma mesa grande, a cozinha foi lá antigamente com bancos comuns). O fogão depois foi separado na varanda. Meu pai fez uma cozinha ligada dentro. Tirando o cartório tinha três quartos. Não existia sala, duas janelas na frente. Se você ficasse na porta da rua do lado direito tinha um cômodo cartório e lá tinha duas janelas e no lado direito duas janelas com esse cartório. Quatro janelas de frente com a porta na entrada do corredor para a varanda. No quintal uma porta, na varanda três janelas, duas na lateral e a do fundo, e outra no oitão, na lateral da casa. Não tinha forro. Nos dois cômodos lateral da casa só tinha uma janela num quarto e outro quarto com outra janela. Um quarto dava dentro do outro e a porta para o corredor. No quintal era muito grande tinha três pés de manga que fazia uma sobra muito grande e quando tinha festa meu pai dava para as pessoas acampar, pé de lima, laranja, horta da minha mãe. E tinha um pé de uma planta que o pé jogava em cima da casa, do fundo da casa, chamado juazeiro e a gente não saía debaixo dele. E o coqueiro de cambauba na frente, do lado do casarão com a calçada de pedra, inclusive os pais do Cel Brasil tirou foto ali e ficou muito bonito porque o coqueiro ficou um pouco mais alto do que os pais dele. Meu pai não modificou nada do casarão.

(Conversa com Maria Guimarães Dutra, “D Milica” do Cartório, Águas de São João, 06/02/2021).

A partir do relato de Dona Milica, são três paisagens distintas que se interagem totalmente concordando com a pesquisa de Melo sobre o Arraial de Ouro Fino (2014), apesar de independentes, apoiam-se umas às outras intermitentemente: a paisagem histórica, a paisagem da memória e a paisagem urbana, do Arraial da Barra. A primeira revela a procedência do passado solidificado, margeado pelos rios, composto por elementos precedentes paulistas (Apêndice 58). A segunda revela as lembranças da história oral das pessoas que tiveram alguma ligação, direta ou indiretamente, com o arraial.

Lembranças de um passado de formação familiar, de formação de laços de famílias, de amizades, de “comadres e compadres”, de patrões e empregados, de alunos e professores, de padres e fiéis. Lembranças presentes no imaginário das pessoas, guardiãs do passado, da memória coletiva daquela da sociedade que no Arraial da Barra se constituiu. A terceira, a paisagem urbana, expõe o reflexo da ocupação espacial, mostrando as relações entre os espaços privado e público e destes com o homem – o cidadão.

Também pelo relato do Sr Pedro (75 anos), podemos conhecer a paisagem de memória do Casarão de Fronteira:

Não tive mãe, não tive pai, eu morava com a minha madrinha Gerarda na Barra (...) Ali na Barra, tinha a igreja, o casarão e muita casa (...) Vovô Pedro foi escrivão lá na Barra, depois tio Vergílio (...) Eu não lembro do véio Pedro sê escrivão. Quando eu comecei a entender por gente Vergílio já era dono de la do cartório. Era Vergílio e Domingo Loyola era juiz de paiz (...) O fórum da Barra era de João Guimarães, irmão do Vergílio, inclusive eu casei, no dia da festa da padroeira. O ano que vem faz 60 anos de casados (...) A minha mãe pegou e arrumou lá esse casamento lá uns trenzinho, e nós fomo nessa festa da Barra e lá nós casamo no cartório. Casei na igreja também. Esse casarão foi o Bartolomeu que fez, porque ele viajava e descia aqui e lá na Barra fico a posada dele. Ai ele descia e ia até pra lá e vortava, comprando oro. E ai pusero o nome lá de casarão do Bartolomeu. Sei que o Vergílio fico, ele tomo conta lá do casarão, como se fosse dono. O Vergílio tinha um irmão chamava João Guimarães então ele morava lá.

Conversa na rede, no alpendre, com Sr. Pedro Vicente Ferreira (85 anos), Goiás 30/10/2019.

Também na fala do Sr. Pedro e da Dona Osvaldina nos remetemos à paisagem da memória e observamos de forma diferenciada, pois não olhamos para o mundo

exterior ao indivíduo e sim para dentro da alma, da memória do indivíduo que teve com o arraial algum tipo de relacionamento; assim sendo, por essa paisagem resgata-se então algum laço afetivo, alguma lembrança que une os sedimentos-sertanejos àquela paisagem que um dia foi um lugar plenamente definido e, deste modo, o lugar Arraial da Barra perpetua-se íntegro no imaginário destas famílias que ali se estabeleceram quando vieram habitar, urbanidade de cerimônias e então “enraizar-se”.

Tivemos contato ainda com a Dona Nazareth (81 anos) e o Sr. Inocêncio (*in memorian*), que nos relataram sobre suas paisagens de memória do Casarão de Fronteira. Dona Nazareth¹⁰³, primeiramente, nos conta que “o cartório eu lembro dele, parece que tinha uns três ou quatro quartos, era alto, chão de barro.” Já o Sr. Inocêncio dizia que,

Depois que o Bartolomeu morreu morou muita família. Nenhum descendente, só mesmo o Bartolomeu. A família dele eu nunca conheci e os outros que morou aí também nunca conheceu. Nós morávamos lá dentro. Ele era feito de adobe e as telhas de barro, igual a minha casa. Janela e porta de madeira. A madeira já acabaram com ela tudo (...) Esse Casarão dá quase dois alqueires, beirando o rio aí ó. Tudo até lá berando a ponte tudo até lá berando aqueles mangueirões até aqui ó tudo é da igreja aí ó (...) Pertence ao nosso município aqui da Barra, até os nossos documentos aqui tudo fala do Casarão aí. Nós que foi criado aqui na Barra, tem os documentos tudo é daqui da Barra e do Casarão porque o Cartório era lá né daí a Milica ficou sendo dona do Cartório e passou pra Néia.

Percebemos um efeito dialético entre: o local e sua história, a memória e as interações, os sentidos e os sertanejos, capazes de criar e recriar novas vivências do lugar, revelando o verdadeiro Arraial da Barra existente na coletividade, o que faz deste o bem patrimonial mais forte e importante a ser preservado e entendido como processo de reafirmação cultural social.

Estas paisagens constituídas perpassam a forma de ocupar espacialmente os arraiais de Bartolomeu, que ordenou com a mesma referência da vigília, desde a casa ao ponto de mirada das chegadas de tropas e de toda forma de mantimentos que pudessem carregar, tendo-se a visão a partir do pátio livre, do largo central (Anexo 45). As chegadas e partidas de bandeiras, tropas e escravos índios que se fizessem possíveis de fiscalizar, comandar, ordenar e conduzir eram realizadas dali do Casarão de Origem e de Fronteira.

¹⁰³ Conversa com D. Nazareth da Cruz Barroso (Goiás, 81 anos, 11/11/2019)

Essas eram suas memórias de habitar, além do Arraial da Barra, o Arraial de Ouro Fino seguiu o mesmo padrão compositivo, integrando os elementos pré-existentes de Santana do Parnayba, em seu conjunto arquitetônico de aglomerado original que agora se fundem às oralidades dos sedimentos-sujeitos de Buenolândia.

Nestas conversas com os habitantes do Arraial se constata a necessidade de valorizar as dimensões imateriais e subjetivas do Arraial, que foram reveladas a partir destes relatos colhidos. Dessa forma, os antigos moradores e/ou frequentadores da Barra nos conduziram, revelando quais eram os elementos de maior teor patrimonial e quais as áreas urbanas que deveriam ser priorizadas, o que fez o Casarão de Fronteira surgir como a verdadeira alma da Barra, como o palco, o germinador, o fomentador da cultura local, da sociabilidade, como a área de maior concentração de memórias, da convivência e urbanidade desde que eram colonos até os dias de hoje.

Após o Casarão, os Rios, o Largo, o Cruzeiro se revelaram ser os elementos mais marcantes no imaginário, junto com a Igreja de N^a. S^a. do Rosário e seu cemitério anexo; fechando os elementos materiais, vêm as árvores frutíferas, como as mangueiras onde acampavam. Dos elementos imateriais foram destacadas as festividades religiosas, o cheiro das frutas vindo dos quintais e da lenha sendo queimada nos fogões, que traziam também o aroma do sabor regional.

Podemos dizer que essa tomada de direção pode ser designada como sendo o reconhecimento de uma “consciência patrimonial” revelada nas conversas de alpendres¹⁰⁴.

Evidenciaram-se espaços individuais, coletivos e públicos, capazes de demonstrar a identidade e a memória local do arraial. Capazes também de reforçar o caráter utilitário e de sociabilidades que retratavam a apropriação e identificação dos habitantes com o arraial. Situação já afirmada por Walter Benjamin (1932), nos

¹⁰⁴ Alpendre designa o coberto sobre a porta, a peça de recebimento paulista ou da casa bandeirista. É uma ocorrência no Brasil-Português, nos portugueses de Portugal e nos colonos do Brasil. O termo alpendre foi usado desde a medievalidade portuguesa para se referir aos telhados sustentados por colunas ou arcos diante de igrejas, capelas e ermidas. Refere-se ao espaço de contato com o exterior, na fachada das residências rurais dos paulistas. Essa “incomunicabilidade” doméstica com o mundo externo se expressa na faixa fronteira, social, que é até onde chegam os de fora, para alguma permanência: o sacerdote, o hóspede, parente ou não, os vizinhos, um negociante, um viajante: de um e outro lado do alpendre, do vestibulo aberto, na fachada, ficam o lugar de hospedar e o lugar de rezar, ambos sem comunicação com o interior - a ligação é só com o alpendre. É uma faixa de recebimento e também de separação. No alpendre O senhor da terra recebe também o agregado, o mameluco (mestiço de indígena com o europeu) a seu serviço; ali, dá ordens e julga os servos de sua administração, seus escravos. E a missa ou a doutrinação, serviço espiritual que toca a todos, tem no alpendre o adro do oratório ou capela que se abre para ele. (SAIA, 2013/2014, p. 153).

“*Tableaux Berlinoises*”: “são os quadros da cultura cotidiana que registram os pontos de contatos que sobrepõem a biografia individual com a história coletiva” (BENJAMIN, W. apud BOLLE, 2000).

Nestor Canclini também evidencia a experiência vivida como fator determinante de tradições imateriais a serem destacadas e preservadas:

Não compreendendo apenas os monumentos históricos, o desenho urbanístico ou outros bens físicos; mas a experiência vivida também sintetiza linguagens, conhecimentos, tradições imateriais, comportamentos e modos de usar os bens e os espaços físicos (CANCLINI, 1994, p. 99).

Assim, entendemos o habitar como estrutura de base da formação destas três paisagens: a paisagem histórica, a paisagem da memória e a paisagem urbana, do Arraial da Barra.

3.3 -O CASARÃO DE ORIGEM EM SANTANA DO PARNAYBA/SP E OS ELEMENTOS SIMBÓLICOS PRIMÁRIOS DO HABITAR: A GEOGRAFIA NÃO ABANDONA A CASA SERTANEJA GOIANA

Nesta análise sobre os dois Casarões – de Origem e de Fronteira procuramos abarcar os problemas de organização espacial, o esquema construtivo, a expressão plástica e seus significados, tendo a relação comparativa como método utilizado que, por sua vez, fazia relação entre a casa urbana bandeirista paulista do século XVII e a casa sertaneja goiana do século XVIII. Evidentemente, o tema carece de uma monografia que aprofunde com investigações e estudos, o seu conhecimento.

Assim, buscamos entender as relações que se estabeleciam entre seus habitantes e aquela sociedade em que se inseria e o espaço arquitetônico que foi produzido: a casa sertaneja goiana, o sítio de morada de Anhanguera e, ao mesmo tempo, o centro da produção econômica da época, eminente sertão das minas dos Goyazes – a casa e o lugar como objetos de preocupação.

A maneira como as casas estão dispostas, suas formas, suas cores, sua localização, etc., constituem fortes marcas da paisagem. “A habitação humana reflete o meio natural”, escreveu Monbeig em 1944, ele se reportava a tipos característicos de casas que têm uma ligação estreita, “em nosso espírito”, à ideia que fazemos das regiões onde se encontravam.

Em fotos do Arquivo Frei Simão Dorvi, na Cidade de Goiás, encontramos arquivos do antigo Conselho Municipal de Cultura da Cidade de Goiás/GO, a data permeia a década de 1999. Neles podemos verificar mais de perto os detalhes construtivos do Casarão de Fronteira e podemos compará-los aos do Casarão de Origem e suas adequações geográficas. Para realizar a análise, recorreremos ao livro de Mendes, Verissimo, & Bittar (Arquitetura no Brasil, de Cabral a D João VI, 2007), que nos norteou para procedermos à análise dos sistemas construtivos (Figura 13) e outros detalhes.

Figura 13 - **Sistema construtivo de estrutura autônoma** (sustentação) com taipa de mão utilizada como vedação: 1 fixação dos esteios no chão; 2 amarração dos esteios aos baldrames e frechais, encaixes das varas verticais nos elementos horizontais; 3 amarração das ripas horizontais na estrutura de pau-a-pique, utilizando fibras vegetais; 4 aplicação da argamassa no estrado de madeira, utilizando-se as mãos para prensar a mistura na estrutura.



Fonte: Mendes, Verissimo, & Bittar (2007, p. 84).

No capítulo 2 fizemos uma análise levando em consideração os elementos compositivos do espaço construído, arquitetônico, e apontamos as influências do espaço natural que condiciona as práticas do lugar e tem sua própria linguagem. Para a comparação entre os elementos do Casarão de Fronteira, podemos ressaltar:

1. Fundação: O processo simples e rápido de assentar elementos verticais com o pau-a-pique aprendido pelo índio, consistia no fincamento de toras incinerando (queima sem aparelhamento) a base para evitar apodrecimento. Também foi utilizado o baldrame confeccionado de pedras brutas dispostas em uma cava de largura variável por 1,50m de

profundidade, aplicadas para receber paredes autoportantes, com cargas distribuídas; e para guarnecer a fundação de águas pluviais, a última fiada elevada em relação ao nível do solo recebe uma laje de pedra disposta ao longo de toda edificação como um rodapé;

2. Elementos verticais (taipa de mão): o Casarão de Fronteira apresenta estruturas autônomas ou gaiolas com vedação em taipa de mão, esse arranjo é composto de elementos de vedação em terra e madeira com esteios descarregando seus esforços de forma concentrada, associada às paredes de vedação de um emaranhado de varas, ripas, cipós ou bambus, no qual constrói um estrado vertical engastado na estrutura autônoma que recebe uma mistura de barro, água e fibras vegetais amassada pelos construtores em ambos os lados da parede. O afastamento do solo, por meio da elevação do baldrame; o cruzamento das ripas com espaçamento nunca maior do que 0,10m; a proteção com beirais para proteger da chuva, provocavam com insistência, fissuras e, com o tempo, era preciso aplicar uma nova camada de argamassa de barro. A abertura de vãos é facilitada pela possibilidade da utilização da madeira da gaiola que fixa portais e janelas; tais aberturas surgidas a partir da peça de madeira que comporta o peso dos tijolos até o pé direito final, a madeira emparelhada recebe os empuxos da cobertura. Devido a flexibilização da técnica, as paredes poderiam chegar a 0,30m de espessura, uma técnica vernacular;

3. Estruturas autônomas: Basicamente o Casarão era composto por peças verticais de alvenaria (barro), madeira e esteios; horizontalmente dispunha-se uma peça superior, o frechal, e uma inferior, o baldrame, onde o último era cuidadosamente afastado do solo devido à umidade. Geralmente, a peça de madeira tinha 0,22 m de lado, em seção quadrada, sem a impermeabilização e devido à ausência de pregos, a fixação das peças ocorria por meio de serviço de carpintaria, com encaixes em cavilhas, malhetes ou macho-fêmea, garantindo a estabilidade do quadro estrutural. No caso dos esforços horizontais, incluíam-se peças cruzadas, o enxaimel ou a Cruz de Santo André que auxiliavam na distribuição da carga para as fundações;

4. Cobertura: Telhas capa-e-bica ou capa-e-canal dispostas sobre o madeiramento em duas águas, a solução adotada para o descarregamento do peso do telhado a partir de pontalotes ou mãos francesas e os beirais são executados em madeira, aplicados como arremate entre a parede e a projeção das últimas fiadas das telhas; eles apresentam cachorros com menor apuro formal, sem entalhes, marcenaria rústica;

5. Revestimento: o Casarão tem como revestimento das paredes basicamente um emboço de barro retirado de uma argila branca que, com o tempo, torna-se um amarelo claro. As esquadrias mantêm-se em sua coloração natural;

6. Piso: Assim como a cobertura e o revestimento, também o piso se qualifica na medida da mão-de-obra rústica e uso de materiais em estado bruto, como a terra batida ou a pedra sem aparelhamento nas soleiras das portas. A terra era apiloada e a pedra recolhida em fragmentos de diversos tamanhos aplicados diretamente sobre o solo e encaixados para produzir a soleira e os degraus de entrada;

7. Forro: podemos perceber um acabamento em madeira rente ao madeiramento do beiral do telhado, mas não podemos concluir sobre seu interior. Se for sem forro, conhecido como telha vã, as telhas da cobertura ficam aparentes e ajudam a ventilar a casa, como as casas mais rústicas que visitamos no Arraial, sem argamassa, feito direto sobre ripas, apenas o beiral tem acabamento em madeira;

8. Enquadramentos e Esquadrias: a abertura de vãos decorre de um processo simplificado e a questão da iluminação dos aposentos não apresentava problemas complexos devido a pouca espessura dos paramentos verticais. As peças de guarnição, ombreiras (madeira), vergas (madeira), peitoris (madeira) eram de encaixe macho e fêmea; e sobre as ombreiras assentavam-se as esquadrias de madeira, quase sempre duplas: em panos cegos e vazados, peças maciças e elementos simples de peças de madeira na bandeira da porta central (ventilação), um elemento de iluminação disciplinado e manutenção da privacidade, soleiras em pedra;

9. Ferragens: ausência total, substituídas por encaixes de madeira ou pedaços de couro, muito frágeis para suportar o peso das peças de madeira maciça que constituíam as folhas de esquadrias; para o fechamento, utilizavam-se barras colocadas verticalmente nas folhas com funcionamento de cremona, também em madeira.

Não se propõe o Casarão de Fronteira como uma arquitetura da economia mineradora permanente, sendo exclusivamente aquela para a qual se estabeleceu um programa de necessidades capaz de atender à função específica, pois este recebeu as influências construtivas e plásticas do centro do poder, na época a Capitania de São Paulo. Por sua vez, a arquitetura pressupõe um programa de necessidades que é qualificado pela sua maior ou menor adequação à função, construção e forma, mesmo tendo recebido as influências paulistas.

O Casarão não é tido como denotador de prestígio, mas como um objeto de estudo científico. Ou seja, são obras que se entendem como documento e unidade plástica

forjada por uma dada formação social regional peculiar nos quadros da colonização do Brasil. Entendemos que a fisionomia de uma sociedade também se expressa na arquitetura, com isto o uso dos recursos internos da terra a ser dominada e colonizada, tanto dos elementos naturais como da força de trabalho e de conhecimentos locais, constroem a configuração do lugar ao longo dos séculos a partir da cultura material: a casa sertaneja goiana.

A questão da casa sertaneja ainda é bastante subestimada e vista de modo isolado. O conjunto formado pelos quatro exemplares estudados no Capítulo 2: casa da Freguesia (Dita/ Militão) e as casa da geração Buenolândia (fase 1 – Sr. Inocência, fase 2 – Dona Francisca e Mariquinha e fase 3 – Vaninha), apresentam uma “identidade de época, técnica e funcionamento”, caracterizando condições regionais peculiares, em termos sociais e territoriais.

O Casarão de Fronteira foi a primeira casa permanente e o repertório simbólico do habitar sertanejo. Assim, era representante de uma transição entre uma arquitetura com alguns aspectos da arquitetura bandeirista e algumas marcas portuguesas, como é o caso do alpendre. Ele guardava algumas preciosidades do Casarão de Origem seiscentista de Bartolomeu Bueno e era “o último vestígio” da tipologia paulista urbana bandeirista da Capitania de São Paulo no sertão das minas de Goyaz. Hoje notamos pela pesquisa aferida nas quatro casas das gerações da Freguesia e de Buenolândia, fases 1, 2 e 3, características herdadas pela concepção bandeirista inicial deste Casarão em seu partido arquitetônico, construção compositiva e tecnologia ligada à terra em decorrências da forma de habitar.

Verifica-se também que entre essas evidências ou testemunhos dos dois casarões, há uma planta-tipo, que é repetida com riqueza de variantes. Essas evidências representam um partido arquitetônico que se inscreve no século XVIII, em uma sociedade assentada numa economia mineradora, ou seja, num gênero de vida. Monbeig (1944) considera que, se por um lado, a casa reflete o meio, o homem não sofre passivamente a ação dos fatores “físicos ambientais”:

Edificando um abrigo para sua família e para si próprio, ele constrói ao mesmo tempo edifícios que lhe sirvam no trabalho: para guardar suas colheitas, instrumentos de trabalho, animais, viaturas, etc. Assim, a casa não é unicamente essas quatro paredes e esse teto sob os quais dorme a família: é todo um conjunto de construções que constituem, nas mãos dos homens, um verdadeiro instrumento de trabalho agrícola e cujo

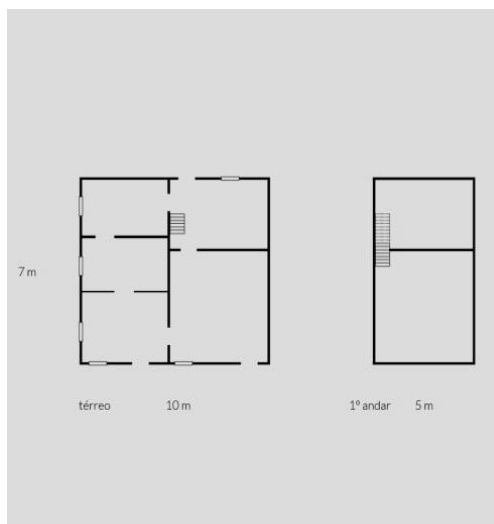
arranjo se concebe em função desse trabalho. A casa participa estreitamente, pois, do gênero de vida (MONBEIG, 1944, p. 13).

Nesse sentido, pondera Monbeig (1944), que o estudo da casa, mais do que servir para uma análise das marcas do ambiente sobre o grupo, serviria mais precisamente para se compreender o modo como os homens aproveitam os recursos do meio para satisfazer necessidades oriundas de seus hábitos e por meio de que técnicas ele exerce sua atividade.

No caso, o que importa realçar é que, como interpretação funcional, esta solução de planta se estabeleceu no Arraial, como de fato ainda ocorre, na medida em que responde positivamente aos termos de um programa simplificado com substância econômica, sociológica, religiosa e doméstica; e, para além dos exemplares de residências analisadas, vale assinalar aqui um remanescente, mas que se encaixa bem no que foi dito – seguindo, no geral, a planta-tipo: uma “morada de casas” no Arraial da Barra avaliada na escritura datada de 1886 do Padre Braz da Costa e Oliveira, que será comentada, mais adiante.

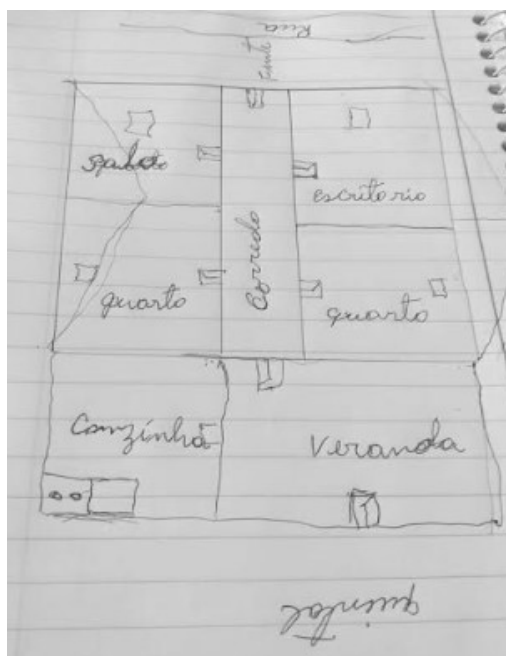
O partido das plantas dos Casarões de Origem e de Fronteira (Figuras 14 e 15) compõe-se de dois retângulos justapostos. No caso do Casarão de Fronteira, ao maior dos retângulos, ao fundo acopla-se um retângulo menor, atrás, que corresponde à cozinha. O telhado de duas águas do retângulo maior é mais elevado e o que cobre o retângulo menor ajusta-se a ele, com sua cumeeira mais baixa com uma água. O resultado volumétrico é de agradável composição e simplicidade, os volumes dos retângulos, bem assentados no chão, dão ao conjunto da construção o aspecto de obra densa. Pela foto, essa casa, quando vista rodeada de seus equipamentos e da vegetação que a caracteriza, compõe paisagem das mais tradicionais e característica da ampla região do sertão brasileiro.

Figura 14: Casarão de Origem: 10x7m, revelando a casa térrea, posteriormente recebendo o 2º nível sobre metade da área do térreo



Fonte: SALA, T. (2007)

Figura 15: Casarão de Fronteira (1960): corredor, cozinha e varanda cômodos colocados posteriormente pelo sertanejo goiano. *Croqui* de memória do interior do Casarão de Fronteira antes da demolição, a partir de um morador aos 9 anos de idade em 1960 e os elementos primários do Casarão



Fonte: morador do Arraial da Barra - Zé do Peão (2019).

O Casarão de Fronteira apresentava um pequeno corredor. Esse corredor recebe o nome de alcova ou sala de dentro, uma adequação no tempo para suas funções, tais como resolver a passagem de um quarto para outro. Corredores de ligação praticamente inexistem, como herança do Casarão de Origem.

Nas quatro casas mencionadas, também esses cômodos têm dimensões bastante reduzidas, são comuns os quartos de seis ou oito metros quadrados com o espaço mínimo para se alojar uma cama e se guardar um pouco de roupa. Quartos um pouco maiores já abrigam duas camas. As salas são pouca coisa maior.

As cozinhas ocupam a maior área, 10 a 12 metros quadrados e estão resolvidas em puxados de serviços das plantas das casas. Nas poucas casas em que aparecem, os banheiros são construídos junto das cozinhas, nas ampliações, para aproveitar melhor o encanamento que abastece as pias de lavar louça, bem como sempre existe uma porta da frente na sala e uma dos fundos na cozinha, salvo uma ou outra exceção pouco expressiva. O partido arquitetônico dessas casas e o de suas plantas lembram muito o da casa urbana bandeirista paulista, é possível admitir que se originem de um mesmo veio cultural, sendo as casas sertanejas mais singelas nos materiais e nas dimensões.

As fachadas frontais apresentam as mais variadas composições e, apesar de a disposição das janelas sugerirem algum ritmo, o distanciamento entre elas quase nunca é regular. A maioria das fachadas principais compostas de três vãos tem a porta no centro ladeada pelas duas janelas, sem que isto recomende a conclusão da existência de uma perfeita simetria, as demais aberturas ocorrem de acordo com as necessidades da planta.

Em comparação à planta do Casarão de Origem, de Santana do Parnayba, o Casarão de Fronteira foi adaptado ao longo do tempo, recebendo cômodos adicionais como o corredor, a cozinha e o alpendre, estas são adequações também advindas da cultura portuguesa e acopladas à cultura goiana.

Das quatro casas, boa parte é enfeitada por pequenos e graciosos alpendres projetados da fachada principal, cobertos por um puxado de telhado e ligados ao chão por uns poucos degraus de pedra ou tijolos; singelos, muitas vezes um metro de largura, dão graça especial à composição final da arquitetura e foram se adequando ao clima e ao modo de construir sertanejo goiano.

Com propriedade, dizia Monbeig (1944, p.10), “a casa é a feição geográfica de ocupação humana que melhor reflete o meio”. A casa de sopapo ou barroto “daqui” do arraial da Barra, ainda seria muito difundida e utilizada no Brasil sertanejo. Paredes construídas em taipa, com barro, areia e estrume de gado, para dar firmeza ao reboco,

como na casa do João de barro, que utiliza estrume de gado, atribuindo-se a este material a qualidade da liga para evitar a rachadura. A casa bandeirista “de lá” tinha esse aspecto em Santana do Parnayba/SP, na fachada abrem-se uma ou duas janelas e uma porta, de tábuas de madeira, notando-se pouca abertura para o exterior. Com o tempo, essas casas dispõem de varandas ou alpendres e a sua divisão interna era feita com paredes do mesmo material externo da casa.

A estrutura das paredes de varas de madeira roliça é trançada perpendicularmente, amarradas com cipós, as varas são por vezes finas e tortuosas (COSTA, 1978). O preenchimento feito com argamassa de barro, material aproveitado do próprio solo – tabatinga – é lançado sobre o esqueleto das paredes e depois aplainado e o seu telhado é mais simples, de duas águas, coberto com telhas de barro. Assentada diretamente no solo, a casa é construída em terreno plano, tendo por chão o cimento queimado colorido.

A planta da casa quadrilonga (SAIA, 2013) de dimensões acanhadas, mais frente do que fundos, tem cômodos básicos: a sala, o quarto e a cozinha, podendo, vez ou outra, conter mais um quarto como despensa. Não tem banheiros; os banhos eram tomados em bacias ou no rio, inclusive para dejeções, o uso do mato era o comum. O mobiliário se restringia a mesa de madeira com bancos toscos, alguns com assento de couro, o catre ou uso de redes eram usados para dormir, uma tradição cultural.

Além do sistema construtivo e o partido arquitetônico, tivemos ainda a curiosidade sobre a casa do século XVIII, aprofundarmos sobre o programa de necessidades e o mobiliário da casa sertaneja. Para isso, recorreremos ao acervo do Registro Imobiliário da Real Fazenda. Segundo a metodologia utilizada por Oliveira (in Bicca; Bicca, 2008), “o estudo da arquitetura residencial interage com a leitura de inventários, jornais, e outros documentos do mesmo período, na tentativa de apreender a cultura de morar” (OLIVEIRA in BICCA; BICCA 2008, p. 186). Seguindo essa linha metodológica, pesquisamos o acervo imobiliário no Museu das Bandeiras, na Cidade de Goiás, sendo possível acessar dois registros de venda de imóveis pelo Livro de Notas – Processos e Requerimentos (1771-1862) (Anexo 46).

Para Claval (2007), a cultura é a bagagem que os homens recebem quando jovens e, mais tarde, por meio das suas experiências vividas: a cultura e a memória, sendo que a memória pode ser individual ou coletiva. A primeira é a memória pessoal de cada um: uma capacidade comum a todos os seres humanos, mas desigualmente partilhada e que desaparece com a morte. A essa memória pessoal juntam-se, nas sociedades

primitivas, os discursos que se aprendem de cor e são transmitidos sem alteração duma pessoa à outra. Juntam-se também os objetos que circundam a gente: as ferramentas, os móveis, as casas, a paisagem e, tais objetos com uma função memorial, têm um papel essencial nas culturas orais, por isso os objetos também fazem parte da análise, além das casas.

Segundo Monbeig (1944), o conteúdo das casas também faz parte da análise: o estudo dos móveis e do conjunto de objetos que preenchem uma casa e a sua distribuição são elementos constitutivos da alma dos indivíduos e do grupo social. O arquivo do MUBAN tem o acervo guardado dos Livros de Notas do Tabelião desde a data inicial de 1771 a 1882, contudo, apenas nos anos de 1755 a 1916 aparecem referências ao Arrayal da Barra. Três peças foram encontradas durante o período de 161 anos de acervo imobiliário: duas escrituras e uma procuração. Desde este acervo foi possível registrar algumas considerações importantes acerca da casa sertaneja goiana e seu repertório cultural do habitar.

O primeiro registro, uma escritura de venda de propriedade do Padre Braz da Costa e Oliveira_ o mesmo que registra as paroquiais do Capítulo¹, documenta o seguinte:

Escritura de compra e venda de uma morada de casas¹⁰⁵ sito no Arrayal da Barra deste termo, que faz o Reverendo Padre Braz da Costa e Oliveira a Antonio Camello Pinto, pela quantia de 200#000¹⁰⁶, na forma (...) Saibão quantos esta virem que no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil oitocentos oitenta e seis, aos dois dias do mês de março n'esta Cidade de Goyaz em meu Cartorio, onde eu Tabelaelião me achava havendo-me sido distribuída esta escritura ahi comparecerão presentes, de uma parte, como vendedor, o Padre Braz da Costa e Oliveira, representado por seu procurador o cidadão Miguel José Vieira, residente nesta Capital, e de outra parte, como comprador o cidadão Antonio Camello Pinto, domiciliado na Freguesia da Barra ambos reconhecidos de mim Tabelaelião pelos próprios de que trato e faço menção, e das testemunhas abaixo assignadas, perante as quais pelo referido Miguel José Vieira foi dito, que em nome de seu constituinte dito Padre Braz da Costa e Oliveira cujo autor vai no fim desta transcripta, de hoje para sempre vendia, como vendido tem ao

¹⁰⁵ Morada de casas: terminologia cartorária para designar uma residência.

¹⁰⁶ Mil réis: Já popularmente adotada como unidade monetária brasileira, o mil-réis foi oficializado em 08.10.1833 através da Lei 59, assinada no 2º. Império, pela Regência Trina durante a menoridade de D. Pedro II. Essa Lei reorganizou, sob vários aspectos, o Sistema Monetário Brasileiro. Mil-réis passou a designar a unidade monetária e réis os valores divisionários. Na mesma época ficou conhecido o *conto de réis*, tratando-se do montante equivalente a um milhão de réis, ou mil mil-réis. (<http://www.moedasdobrasil.com.br/moedas/reformas.asp>)

sobredito Antonio Camello Pinto, a sua morada de casas, sito no Arrayal da Barra a quatro legoas d'esta Cidade, a qual morada de casas é de dous lances¹⁰⁷, contendo duas janelas e uma porta de frente, corredor, duas salas alcovas correspondentes, varanda, cosinha; partindo de um lado com casas de José Teixeira, e de outro limitando-se com uns esteios; e a vende pelo preço de duzentos mil reis, assim como lhe vende mais todos os moveis consistentes em mezas, catres, bancos e mais objetos miúdos”, pela quantia de cincoenta mil reis, que junto com a dos 200#000 lhe foi entregue pelo comprador, n' este acto; pelo que disse ele vendedor que lhe transferia todo o domínio direito jus e posse que seu constituinte tem na citada morada e todas as suas dependências, inclusive os moveis referidos, e que em virtude dos poderes que lhe forão conferidos, prometia fazer esta venda boa e firme e a defender a pessoa do comprador quando fosse chamado a autoria. Por este foi dito que aceitava a presente escriptura nos termos em que foi concebida e que desde já entrava na posse da predita morada. Pagou na coletoria geral a quantia de dose mil reis como consta do talão numero 69 desta data assignada pelo coletor Serra Dourada; pagou igualmente na coletoria provincial a importância de 4000, constante do conhecimento sob numero 1591, datada de hoje. Depois de escripta esta ele Tabelaelião ali perante eles que reciprocamente a outorgarão e aceitarão e igualmente eu como pessoa publica, em nome das auzentes testemunhas a tudo presentes desta cidade e do meu conhecimento assignarão com as vendedor e comprador e conmigo Joaquim José de Sant' Anna, Tabelaelião que esta escrevi e assigno. Declaro em tempo que declarando o comprador não saber escrever, pedio a Angelo Carneiro de Resende, que a seu rogo assignasse (MUBAN, Livro de Notas nº 93, 02/03/1886).

No segundo registro, D. Anna Raymmunda Borges vende uma morada de casa no Arrayal da Barra (recebida por intermédio de inventário de seu marido) a família Leite Ortiz de Camargo, em 26/05/1896, sem detalhes. Em ambas as escrituras, além do Padre, ninguém mais era alfabetizado, recorrendo à procuração, fortalecendo a cultura oral. De uma escritura para outra decor uma década. Talvez por esta não ser uma prática entre os proprietários de imóveis, bem como os valores pra se regularizar estas vendas não fossem acessíveis a todos. A venda do Padre e a venda do imóvel de inventário de D. Anna Raimmunda requereram a regularidade para que se organizassem junto aos órgãos institucionais como a emissão da estampilha passando pelas Coletorias Provincial e Serra Dourada e pelo Tabelião, para se procederem as vendas. De lanços a cômodos, a Barra foi estabelecendo um caminho para buscar o registro de suas casas que desmancham. A casa sertaneja, desde a formação do território, nasce do regime de posse que prevalecia

¹⁰⁷ Lances ou lanços: segundo Oliveira (2001), percebe-se que as pessoas de menor poder aquisitivo, com um total de bens inventariados inferiores a um conto de réis, possuíam casas de um, dois ou três lanços. Aquelas cujos inventários variavam de um a dez contos de réis tinham, na sua maioria, moradia de três ou quatro lanços. Assim os lanços definiam a condição socioeconômica do proprietário.

sobre o título, posse mansa e pacífica desde sua ocupação inicial, a casa nasce na fronteira com a exploração expansionista portuguesa e assenta-se sobre terras devolutas, vistas hoje em Buenolândia, sobre território distrital urbano, na vila do distrito. A terra urbana da Barra não cumpre sua função social pela herança da qual ainda não se libertou, desde a Lei de Terras, em 1850.

O Casarão de Fronteira que recebe da casa urbana bandeirista paulista a cultura da casa sem registro, da posse a qual tivemos acesso nesta pesquisa pelas oralidades dos fregueses e por estes dois Registros Notariais desta casa permanente, em território de disputa ibérica. Ela simbolizou o habitar como ato de manobra expansionista e ocupação do sertão, irrelevante às questões sociais e culturais desta ocupação portuguesa, negligenciando o sentido e a importância dos sedimentos-sertanejos. A casa ressignificada pelos sertanejos, a partir de suas oralidades e estes registros, demonstra resiliente o testemunho simbólico histórico, arquitetônico e geográfico, como marco do início da presença dos sertanejos nesta terra.

3.4 - A DEMOLIÇÃO DO CASARÃO DE FRONTEIRA

Um dos questionamentos que pode recair sobre este estudo é se ele não estaria comprometido, devido à ausência do seu objeto de estudo, uma vez que em 2009 o Casarão de Bartolomeu foi demolido. Na contramão desse julgamento ligeiro, não nos furtamos em afirmar que nas oralidades ele vive na memória dos habitantes da Barra e do seu entorno que falam sobre o Casarão e sabem onde se situava, sua função, sua materialidade em pedra, barro, madeira, suas dimensões embora não expliquem com exatidão o porquê de sua ausência material. Chaveiro, em sua publicação “Qual o Espaço do Lugar” Marandola (2014), lembra-nos da produção teórica da geografia brasileira e mundial sobre a temática dos lugares e relata com insistência que na última década não existia sociedade sem espaço do mesmo modo que não existe espaço sem sociedade. A relação entre existência e lugar é uma marca do existencialismo-fenomenológico que traz à tona Tuan (1983), Merleau-Ponty (2006) e Claval (2007).

A pergunta que fica é: O Casarão em sua ausência material desfaz a noção de espaço e/ou de sociedade atribuída àquele lugar? Esta respondemos com a seguinte passagem: “Se o ser humano é situado – onde o corpo se funda como experiência de vida num jogo relacional incessante, a sua situação define um pouco o conteúdo de sua condição de sujeito como espacial e historicamente fundado” (CHAVEIRO, 2014, p.

265). Em outras palavras, as referências geográficas de lugar transferidas do Anhanguera estão agora dentro dos habitantes da Barra, por meio de suas memórias, revelando-se como categoria geográfica.

Pela vivência que desenvolvemos, a imersão, ainda foi possível conhecer que, das casas existentes, havia uma em especial, cujas falas recorrentes dos habitantes de lá ainda insistem nas conversas e memórias, na imaginação das pessoas: o casarão de Bartolomeu Bueno. Essa casa foi demolida por volta de 2009, quando Ramos, um morador de Barra comprou o terreno onde ela se situava.

Segundo o relato do proprietário da posse que o comprou e como foi caindo:

Um dia cheguei em casa e tinha vários carros do O Popular - até pensei que era porque eu tinha comprado uma posse de assentamento - junto com o pessoal do Iphan, mais a Sra. Marleninha. Perguntaram se eu era o proprietário do local da Casa de Bartolomeu Bueno que estava em Ruínas e me perguntou se eu teria interesse de preservar a casa de Bartolomeu Bueno. Eu disse a eles que sim, porque lá tem uma importância muito grande. Quando descobri que estavam vendendo o Casarão, eu me interessei e falei pra minha esposa, Bete vou comprar esse Casarão porque foi lá que meu pai e minha mãe se casou e quero essa casa pra mim, é uma lembrança dos meus pais. Então eu respondi pra eles que era interesse meu de preservar. Se eles me ajudasse, eu doaria a casa para um museu, o terreno é meu eu comprei e paguei. Agora a casa que Bartolomeu Bueno morou pode ser transformada em um museu para preservar a memória da Barra, aí eles falou pra mim comprar uma lona preta e cobrir a casa pra que ela não caísse até eles ver como ia fazer pra recuperar ela. E assim eu fiz. Só que se passou mais de 6 mês e nada deles aparecer. Fui atrás de notícia, foi aí que me informaram que o que era tombado na Barra era só a Igreja e o Cemitério e que as casa o povo já tinha mexido nela e então não tinha como fazer nada mais. Então fiquei sem saber o que fazer, com o tempo a lona estragou e casa ia despencando então primeiro tirei as teia, depois as parede, juntei as madeira e guardei elas, tão tudo guardada lá em casa. Como ela foi caindo aos pouco, eu fui e derrubei o resto. Isso faz uns 13 anos. Uns dia depois cheguei em casa vi o pessoal do O Popular com o Iphan e a Dona Marleninha de novo lá em casa me esperando pra saber porque eu derrubei a casa eu disse que a casa tava caindo eu só tirei as madeira que prestava e guardei, vocês disseram que não tinha como recuperar e que só a Igreja que era tombada¹⁰⁸ (CASTRO, 2012).

Mas, o fato é que a casa se foi e se acabou concretamente. Em entrevista com o Sr. Inocêncio, em 13/10/2019, habitante da Barra há 35 anos, ele com 91 anos, nos relatou o seguinte:

¹⁰⁸ Assim como na entrevista anterior, mantivemos os traços de oralidade para uma melhor apreensão da condição sociocultural do entrevistado.

“Quando o Casarão era do Bartolomeu, eu vinha, eu tinha a idade de 10 anos. Aí quando eu fuisse 33 anos eu casei, né. Tudo lá no Casarão. Foi Cartório. Depois que o Bartolomeu morreu morou muita família. Nenhum descendente, só mesmo o Bartolomeu. A família dele eu nunca conheci e os outro que morou aí também nunca conheceu. Nós morava lá dentro. Ele era feito de adobo e as telhas de barro, igual a minha casa. Janela e porta de madeira. A madeira já acabaram com ela tudo. (...) desmanchou tudo e acabou com aqueles trem véio e já tá pondo tudo novo dele lá. Aquela pilha de madeira lá, ele que vai pondo lá porque a IBAMA num quer deixar ele pôr lá em outra banda; intão ele tá pondo lá porque ele que manda. Esse Casarão dá quase dois alqueires, beirando o rio aí. Tudo até lá beirando a ponte tudo até lá beirando aqueles mangueirão; até aqui tudo é da Igreja aí. Daí o Marão deu pro Ramos, falei dado? Falei Ramos o Sr. Mauro não é dono disso daí não! Como assim, padim? Eu falei isso: aí é da Igreja. O Mauro ele falou que ia tomar até aqui a minha terra, aqui da minha casa. O fundo aí ele tomou tudo. Pôs as casa aí. Se o Casarão voltasse, ia ser uma alegria, é o que o povo fala. Pertence ao nosso município aqui da Barra, até os nosso documento aqui tudo fala do Casarão aí. [...]Eu fui o maior garimpeiro aqui da Barra. Eu dei minha batéia pos outro. Só tenho a pá véia aí, o prato, até a balança eu dei ela. Depois do Casarão e da Igreja as casas mais antigas são a minha e a da dona Francisca, a minha é a derradeira. Os donos da Barra: Ferreira Pontes. Eles que doou pra Igreja aqui. Era chão deles aqui. São 45 alqueires, vai até lá perto da ponte do Apertado. Eles doaram pra Santa. Nossa Senhora do Rosário o. Foi eles que doou.”¹⁰⁹

Esse relato, como método de abordagem e análise, aceitando a história oral, extrapola a pura e autêntica “voz do passado”, afirmada por Thomson (1997); ele explora o processo de afloramento de lembranças e “recompõe” suas reminiscências. Fala que embasa esta análise, em testemunho oral, focada nos habitantes do lugar.

Outros relatos de habitantes ouvidos ao longo da pesquisa enfatizavam nas lembranças:

Buenolândia é a mãe de Goiás aqui também tem mais casa antigas pessoas que nasceu aqui que nunca se mudou daqui tem muitas histórias sobre a Barra só ta precisando de ser mais valorizado pelos governantes (Moradora da Sede do Distrito, 2021).

O Cartório e a Casa de Bartolomeu com certeza guarda, ou melhor dizendo, guardava memória de pessoas de grande valor que hoje estão destruídas por homens sem memória (Moradora da Comunidade de São João do Monte Alegre, 2021).

O Casarão é como um cartão postal ao vê-lo, disse tudo. A história do nosso distrito (Moradora da Sede do Distrito, 2021).

¹⁰⁹ Como se viu, optamos por conservar os traços de oralidade em nossa transcrição.

A polêmica em ter sido demolido ou não o Casarão causa um burburinho entre os habitantes do lugar, sujeitos que na época nada fizeram, pelo fato de ele ser da família Ramos e que hoje se incomodam acerca de qual seria seu próximo desmando. No local do antigo Casarão foi construído um resfriador de leite e uma roça de mandioca da posse da família Ramos (Anexo 47). Os habitantes da Barra, por sua vez, querem o Casarão de volta. Esse fato traz uma lembrança de triste, mas que se mantêm em elo com os habitantes de hoje, seus descendentes.

Queremos, neste capítulo, retomar o ponto da pesquisa sobre a casa demolida para expandi-lo, já que é sempre referenciada por oralidades¹¹⁰. Durante a imersão, que nos instigou conhecê-la pela abordagem cultural, Claval (2007, p. 4) nos aponta que “como herança, a cultura é feita tão de coisas materiais quanto de discursos. Ela tem uma dupla dimensão objetiva: a de coisas e a das palavras, a memória sobre quem a cultura repõe não é somente interior; ela tem uma dimensão exterior”, assim, a casa está na memória dos habitantes do lugar, há cerca de vinte anos, quem passasse por ali apreciava as ruínas, em 2009, do sertanejo Casarão de Fronteira.

Por isso, nos perguntávamos sobre o que os motivava a cultivar a memória desta casa: sua importância viria das condições de memórias e pertencimentos dos habitantes do lugar? Ou ainda como uma forma de materialidade da depressão coletiva pela sua ausência material, mas presente nas oralidades locais? Por manter um vínculo com o fato histórico ligado à Bartolomeu Bueno da Silva? Sobre essas especulações temos uma fresta de luz em Le Bonniec, que diz:

Poco a poco, se ha ido aceptando la existencia de territorios sin fronteras fijas y con múltiples dimensiones (cultural, económica, social, política...). Se han descubierto lugares de memoria colectiva que se expresan a través de la oralidad y cuya existencia es fundamental tanto para el sustento socioeconómico del grupo que los habita como para la regeneración de su identidad cultural (LE BONNIEC, 2000, p. 34).

No que tange mais especificamente ao nosso objeto de tese, conversamos com o citado proprietário da posse do Casarão de Fronteira, o Sr. Ramos; ele contou que o IPHAN fez uma visita ao Casarão, em 1999, entretanto, a demolição aconteceu seis meses depois; imaginamos o porquê de não haver ali uma ponderação quanto à possibilidade de a casa não haver sido demolida, mas aconteceu!

O impasse de tudo isso é que os habitantes da Barra querem o Casarão de volta. Esse Casarão traz à tona muitas lembranças de pertencimento em relação ao lugar e às

¹¹⁰ THOMSON, Alistair (1997). *Recompondo a Memória*.

suas tradições: o enredo da escravidão dos indígenas e negros, a sala do pelourinho na entrada da casa, os relatos de pessoas, seus descendentes e o Casarão Cartório, onde muitos dali e sua parentela se casaram.

Aprofundando-nos sobre o estudo da casa sertaneja goiana e o que ela representa culturalmente, notamos que o Casarão de Fronteira se revela muito mais do que apenas como um patrimônio histórico ou uma oralidade presente. Neste momento, o objeto de estudo vai além do passado da casa, pois, também se interessa como a sua demolição implica em eliminar aspectos culturais simbólicos importantes para os habitantes até os dias de hoje, cujas famílias remontam cinco gerações pertencentes ao lugar.

Como o Casarão de Fronteira foi demolido (Apêndice 59), temos levantado no estudo sobre ele as oralidades, fatos (a pilha de aroeiras onde os moradores nos levam para relatar sobre a casa), fotos em dissertações e um croqui de memória de um morador que ainda hoje habita o Arraial e que lá vive desde criança, nos anos 1960, uma maquete elaborada a partir das falas de memória dos habitantes (Anexo 48). Ou seja, bases empíricas, fatos que durante a vivência para a tese aconteceram e que, não obstante, podem ser levados a teste por meio de perícias e sondagens arqueológicas. Também a pesquisa revelou a proximidade de aspectos construtivos, de partido arquitetônico e programa de necessidades, com outras casas de hoje do Arraial (que discutimos no capítulo 2) e merecem ser estudados com mais acuidade e registrados numa catalogação do acervo sertanejo.

Ampliando o estudo, já registramos que o Casarão de Fronteira tinha conexão precedente com o Casarão de Origem, em Santana do Parnaíba em São Paulo, e para conhecermos a casa sertaneja goiana, teríamos de conhecer sua precedente: a casa urbana bandeirista seiscentista paulista.

Luís Saia (1978, p. 3) vai mais longe sobre a Casa de Origem e afirma que “estaríamos em face do único exemplar de residência urbana do segundo século na região de São Paulo”. A Casa da Parnaíba existe só pela metade, pois parte foi derrubada e, no século XVIII, sobre seus alicerces de taipa, foi construído um sobrado. Seu amplo telhado arrematado por cachorros e as conversadeiras, ladeando as janelas, indicam que se trata de casa bandeirista. Identificada pelo arquiteto Luís Saia, o imóvel já então acoplado a um sobrado, foi um dos primeiros a ser restaurado pelo IPHAN, com a colaboração de Lúcio Costa (SAIA, Luís. MORADA PAULISTA. São Paulo, Perspectiva, 1978).

Durante as nossas diversas idas à Barra, pela vivência constatamos que os seus habitantes ainda hoje separam a planta baixa de suas casas em cômodos da mesma forma

que se apresenta neste *croqui* de memória (Figura 15). Além de se distinguirem no seu aspecto externo, as várias formas de casas se distinguem também pelas suas estruturas internas, pela planta de seus cômodos. Monbeig (1944) considera de fundamental importância, pois acredita que o número e a dimensão dos cômodos são indicações do nível de vida e refletem também a estrutura social e familiar do grupo. A forma interna da casa exterioriza relações sociais que caracterizam o gênero de vida¹¹¹. Constatam-se, de imediato, quatro áreas bem definidas: a frente da casa, seu interior, o alpendre no entremeio “fora” e “dentro” e o quintal no fundo.

Essa proposta arquitetônica do Casarão de Fronteira vai se repetir nas casas que estudamos no Capítulo 2 e na casa originária paulista, com ausência de alpendre e, posteriormente, este elemento arquitetônico aparece como traço cultural goiano, a presença de alpendre frontal e alpendre posterior. Fatores climáticos, de traço cultural no modo de receber se revelam com essa materialidade (Anexo 49).

O que se perde junto com a demolição da casa quando ignoramos sua trajetória? Ao longo do tempo e ao longo das épocas, perdem-se sua referência sertaneja, o fora, o todo, o alto e o baixo, a esquerda e a direita, o aqui e o ali, o agora e o depois, a vítima e o vilão. O Casarão de Fronteira tem agora a oportunidade exata e perfeita de expressar e representar o que ele realmente foi.

A fala dos habitantes atesta o nó na garganta quando se refere ao Casarão do Bartolomeu, demonstra a ausência do reconhecimento que não honrou a preservação do Casarão de Fronteira. Essa casa vivenciou momentos incríveis, com certeza ouviu os choros dos ancestrais dos habitantes do Arraial da Barra, viu amores e acolheu muitas culpas e falhas, viu partidas e conquistas. Sua ausência material no Arraial hoje causa essa tristeza em seus habitantes, tristeza essa que está deixando morrer a casa no único lugar onde tem que se manter viva: dentro de seus habitantes, em suas memórias!

E as marcas? Que marcas esse Casarão deixou em suas emoções? Como ela influenciou seus caminhos? Que aspectos dele marcaram os sujeitos locais em seus modos de vida? A pilha de aroeira pode ser um ambiente de lágrimas, revolta, mas deve ser acima de tudo um ambiente de recordações. Uma homenagem ao Casarão que ruiu, assim, o estudo busca ressignificá-lo na vida dos habitantes do lugar.

¹¹¹ Essa noção tenta dar conta da “ação metódica e contínua” que as sociedades humanas exercem sobre a fisionomia dos lugares e como esta ação, em cada caso, se compõe com as condições naturais para produzir distintas formas de estabelecimentos humanos. Dessa ação, resultam elementos econômicos e técnicos, os quais Vidal de La Blache considera fundamentais para estabelecer a relação entre o gênero de vida e os meios com os quais as sociedades valorizam seus recursos naturais. Retém Vidal de La Blache, então, as dimensões econômicas e técnicas das sociedades.

O Casarão de Fronteira não tem medo do caminho, mas sim de não caminhar. Ele aguarda o perdão coletivo e configura a casa que desmancha, a ausência de regularidade, a invisibilidade desde o seu percurso na formação político-administrativa do território da casa sertaneja goiana, mediante a paisagem e suas camadas temporais nas palavras de Cosgrove (1983) (Tabela 3).

Tabela 3: Dinâmica Socioespacial da Casa Sertaneja Goiana: Tectônica Sertaneja e as Diferentes Escalas Temporais de Cosgrove



1726 1744 1822

1850

1889

1938

Arraial da Barra 1726
SERTANEJOS
COLONOS

Freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Barra 1850
SERTANEJOS FREGUESES

Distrito Buenolândia1938
SERTANEJOS URBANOS

Capitania de Goiás
1744

Independência do Brasil - Província de Goiás 1822

Criação do Estado de Goiás 1933

Ciclo do Ouro
Brasil Colônia
Dom João V/Capitão
Mor Bartolomeu Bueno
da Silva

Segundo Reinado
Brasil Império
Dom Pedro II

República Velha
Presidente
Deodoro da
Fonseca

República
Velha
Presidente
Floriano
Peixoto

República
Velha
Presidente
Epitácio
Pessoa

República Populista
Estado Novo
Presidente Getúlio
Vargas

República
Golpe Militar
Presidente
Humberto de
Alencar Castelo
Branco

República
Ditadura
Militar
Presidente
Emílio
Garrastazu
Médici

República
Democrática
Presidente
José Sarney

Carta régia – sesmaria
do Capitão-Mor

[Lei Eusébio de
Queirós:](#)

Lei de Terras 601

Decreto 1318

(regulamentou
a Lei de
Terras)

30/01/1854

1857-1860

[Lei do Ventre
Livre](#)

[Lei dos
Sexagenários](#)

Lei Áurea

nº 3 353

13/05/1888

Proclamação da
República

15/11/1889

Constituiç
ão
republican
a

1891

Código
Civil

1917

Revolução
de

1930

Decreto
Lei 311

1938

Estatuto da
Terra

Lei 4.504

1964

Lei 6015

1973

Constituição
1988

“Regime de posse”, decorrente da resistência e luta da população pobre que, não dispondo de recursos materiais ou de outras formas de obter terras pela lei de sesmarias, ocupava terras não apropriadas de fato pelos latifúndios.	Ministro Eusébio de Queirós (1812-1868). O intuito era acabar com o tráfico de escravos, transportados desde a África nos navios negreiros.	Instituída a proibição de aquisição de terras devolutas por outro título que não fosse o de compra; revalidou as sesmarias que se achavam cultivadas e legitimou as posses mansas e pacíficas adquiridas por ocupação primária.	Fixou o prazo de 2 anos para que as sesmarias e as posses fossem medidas e registradas nos livros das casas paroquiais, reconhecendo-as juridicamente, enquanto que as terras devolutas deveriam ser adquiridas por compra e venda em hasta pública.	Livro 3 Registro das Paroquiais da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Barra	Visconde do Rio Branco (1819-1880), em que concedia liberdade, a partir daquela data, para todos os filhos nascidos de ventre escravo.	Barão de Cotegipe (1815-1889), a qual previa a liberdade para os escravos com mais de 60 anos.	“ <i>Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil.</i> ”	Autonomia Registro Civil/ Abre o Cartório de Casamentos da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Barra	“As terras devolutas existem desde a independência e podem ser entendidas, também, como parte da terra pública, ainda não titulada e sem o competente título de propriedade registrado em Cartório de Registro de Imóveis”.	“Marcha para o Oeste”	Dispõe sobre a divisão territorial do país, o distrito se designará pelo nome da sua respectiva sede	Inseriu novos conceitos, indicando diferentes tipos de propriedades da terra: minifúndio, latifúndios por extensão e por exploração e a empresa rural. Estabeleceu precisos critérios para a desapropriação de áreas que não cumprissem a sua função social, cabendo ao proprietário questionar somente o valor da indenização.	Dispõe sobre os registros públicos	A partir daí passou-se a olhar a função social da propriedade.

O retorno do Casarão é o benefício para aquele que libera o perdão, não o perdoado, a paisagem de memória teria assim um alívio coletivo. Destarte, o Casarão não morrerá porque foi demolido, mas sim quando as pessoas não lhe derem mais importância. As perdas, lágrimas e sonhos são como janelas do Casarão de Fronteira aos habitantes de hoje, o que refletimos ao observar a partir do batente de pau da janela do Casarão? A tristeza, aquilo que todos carregam num lugar dentro de si.

Quando o atrito enseja ruptura, quando a tristeza se instala, ela pode viajar de carona por tempo indeterminado, azedando os dias, atazanando as noites e planejando vinganças que nunca serão concretizadas. Há pessoas que carregam lembranças de injustiças, rejeições, traições e deslealdades, a maioria já foi injusta, desleal e traiçoeira, então a forma como isso será resolvido terá um impacto nos envolvidos.

O perdão é frequentemente confundido com reconciliação ou esquecimento, ele não é nem uma coisa nem outra, também não é aquela indiferença ressentida de quem perdoa com ares de superioridade, para demonstrar magnanimidade e “dar mais uma chance”. O perdão começa pela aceitação, a aceitação do fato de que as pessoas falham, ofendem e não porque sejam más, ele não é um evento único, pois é um processo, acontece quando encaramos a situação e escolhemos seguir adiante; porque perdoar é do nosso interesse e queremos nos libertar. O ressentimento é uma forma de acorrentamento, perdoar corta o laço e liberta.

O importante é que a tristeza se dissolva e que não haja mais credores nem devedores, o perdão não precisa ser comunicado verbalmente, ou seja, quando mudarem seus sentimentos, mudarão suas atitudes, a própria expressão do rosto de seus habitantes transmitirá essa escolha; assim, o perdão em relação ao passado é importante que seja visto como o caminho que os trouxe até aqui, pois fizeram coisas brilhantes, algumas bobagens porque foram extremamente generosos e ridiculamente egocêntricos, mas tudo muito humano, sempre aprendendo e caminhando. É melhor que seus habitantes se reconciliem com seu passado até porque, como diz Mário Sérgio Cortella (2009, p.72), “Pessoas que vivem presas ao que aconteceu ou deixou de acontecer costumam ter um grande passado pela frente”.

O caso da demolição, além dos habitantes do Arraial da Barra, deixa perplexos vários pesquisadores que chegam à Universidade Federal de Goiás (UFG) para o curso de Arquitetura e Urbanismo da Regional Goiás e para a Pós-Graduação em Geografia do IESA/UFG, em Goiânia. Pesquisadores e moradores veemente questionam os representantes do IPHAN sobre a legalidade da demolição e a existência ou não da

preservação desta arquitetura-marco; logo, faltou o olhar com mais probidade do IPHAN, que documentasse a cada passo as informações materiais e imateriais de maneira a preservar o acervo, bem como os alicerces desse povo que encanta e convence o que se revela como um marco, não somente geográfico como sociológico, antropológico e arquitetônico no que se refere a casa.

O caso do Casarão de Fronteira, para além da arquitetura setecentista, tinha em seu legado três outros marcos: o histórico-geográfico, o cultural popular sertanejo e as relações político-sociais. Ao reforçar a noção de fato geográfico, para chegar ao conceito do complexo geográfico¹¹², Monbeig (1957) nos elucida que aquela é análoga ao fato histórico, pois: A sequência complexa constituída por múltiplos e também por pequenos “fatos cronológicos [...] constitui um fato histórico. Transfira-se o exemplo do historiador para o campo da geografia e chegar-se-á às mesmas conclusões” (MONBEIG, 1957, p.8).

Assim, o fato histórico não é apenas um fato, mas um conjunto de fatos cujos elementos não podem ser dissociados sem que lhes deforme a complexidade. Seria necessário ainda perguntarmos sobre os homens que construíram esse arraial, “porque a natureza por si só nada explica” (TRINDADE, 2013, p. 7). É aos indivíduos reunidos em sociedade que devemos endereçar as nossas pesquisas, acontece ainda hoje uma fala recorrente dos habitantes de lá materializada em suas imaginações a partir de suas oralidades e memórias: o Casarão de Bartolomeu Bueno. O fato é que a casa se foi, virou uma pilha de esteios de aroeira depositada no fundo da casa de Dona Francisca, no Arraial da Barra, de modo que demasiadas vezes se repetem, como os relatos apresentados, também a publicação de Ferreira (2016, p. 26), habitante do Arraial, nascido e criado no local, que nos sinaliza vários imóveis que se perderam:

No Distrito de Buenolândia, até o início da década de 1960, existiam cinco casas centenárias, no estilo antigo, aqueles casarões altos, com grandes cômodos, enormes portas e janelas de aroeira, cobertas de telhas comuns, pesando aproximadamente quatro quilos cada, paredes em adobe, de oito a dez quilos cada peça, ou de pau-a-pique, ou ainda

¹¹² A concepção de geografia de Monbeig (1957) se baseia na noção que tem de complexo geográfico. Ela é fortemente inspirada nas formulações lablachianas de meio e gênero de vida. Além do entendimento que tem de fato geográfico – análogo ao fato histórico –, a geografia monbeigana tem como objetivo mostrar que esta ciência ultrapassa a descrição e dá conta também de explicar sob que contingências se estabelecem as relações entre o homem e a natureza. Em outras palavras, em que medida os elementos da natureza condicionam a ação do homem. Segundo ele, as explicações devem ser buscadas nas condições do meio. Essa noção tem por objetivo mostrar de que forma os elementos que compõem o complexo se relacionam e se condicionam e quais as causas e consequências decorrentes disso.

de taipas, pintadas de branco a cal, piso em chão batido. Todo o madeiramento era em aroeira lavrada, em grande espessura. (...) Porém, a falta de manutenção e a falta de preocupação em preservar o patrimônio¹¹³ contribuíram, sobremaneira, para que todas se transformassem em ruínas, e por último o casarão foi demolido (FERREIRA, 2016, p. 26).

A produção desta tese evidenciou uma face da casa sertaneja que se faz presente no Casarão de Fronteira e que se diferencia dos casarões tradicionais dotados de beleza especial e grandiosidade, como a Casarão da Fazenda Babilônia, no Arraial de Meia Ponte, hoje Pirenópolis. À contrapelo¹¹⁴, o Casarão de Fronteira, na sua simplicidade, nos ensina sobre conservação e a preocupação que devemos ter com um patrimônio popular distinto daquele que se enaltece pela imponência material. Assim como faz oposição em relação ao patrimônio hegemônico goiano regido pela velha oligarquia que traça roteiros turísticos e pontos de visita de acordo com políticas que lhes interessam e exclui a verdadeira cultura das ruralidades do sertão goiano, do essencial. Por conseguinte, essa arquitetura “não admitida” não é catalogada, conservada ou priorizada.

Um desistiu do outro, e hoje já não se sabe mais quem é um e quem está sobrepujado ao outro, eles se perderam e aí se dá o ponto de partida: uma longa caminhada, nesse caso, a morte é uma questão de ponto de vista. A ignorância e o desconhecimento derrubaram o Casarão, mas o estudo e a ressignificação podem devolvê-lo. O passado é seu algoz, não lhe permite retorno, mas a reflexão pode fazê-lo renascer para além das memórias de seus habitantes, ressignificá-lo na tentativa de desemaranhar esse novelo de linha, tal qual a metáfora utilizada por Monbeig (1950, p. 5): “O geógrafo vê-se diante do complexo geográfico como diante de novelos de linha loucamente emaranhados, dos quais dificilmente se encontra a ponta”. Essa metáfora dos novelos de linha nos leva a concluir que Monbeig tem sempre em mente a noção de simultaneidade e de complementaridade dos fenômenos que compõem o complexo geográfico.

¹¹³ Discutido no Capítulo 1 esse tema sobre a manutenção e preservação do patrimônio da Barra, com a proposta da Reabilitação Urbana.

¹¹⁴ Contribuições de Walter Benjamin, “escovar a história a contrapelo”: concepção dialética de história aberta.

3.5 - A CASA SERTANEJA GOIANA COMO SÍMBOLO E SEUS LEGADOS

A casa sertaneja goiana representa culturalmente muito mais do que apenas um patrimônio histórico ou uma oralidade presente; quando foi construída, o Brasil era uma diversidade de espaços porque uma parte do Brasil era Portugal e uma parte de Portugal era o Brasil, totalmente dual. Esta casa registra, assim, um período que ainda não foi reconhecido como a casa sede da colônia portuguesa, com sua arquitetura respectiva ao desenho da morfologia do aglomerado correspondente a seu tempo e ao Capitão-Mor Bartolomeu Bueno da Silva.

Longe das imponências dos palácios o Casarão de Fronteira, sedia a primeira casa sede, antecedendo o já conhecido Palácio Conde dos Arcos, situado na cidade de Goiás, antiga sede do governo do Estado de Goiás (1749-1755) e leva o seu nome em homenagem ao primeiro governador da Capitania, Dom Marcos de Noronha, o Conde dos Arcos. Daquela arquitetura popular vernácula, sediada no aglomerado do arraial minerador, à sede de governo que em Vila Boa se configura numa urbanidade barroca, a casa alongada, com o nome de Casa Chata, pelo poema de José Xavier Jr., que diz:

A Casa Chata
Casa onde nasci...
Velha morada do tempo
Do Conde dos Arcos
(MIRANDA, 2004)¹¹⁵

Com a mudança da capital para Goiânia, em 1933, outra casa sede foi projetada para assegurar o Palácio do novo governo Pedro Ludovico Teixeira e o Palácio das Esmeraldas. Em meio ao projeto urbanístico de desenho com tom europeu, a nova capital dava à Atilio Correia Lima a função deste desenho, que dizem os sertanejos, parecer ao manto de Nossa Senhora. O Palácio de arquitetura *art nouveau* foi exaltado pelos versos da Revista Teatral “Goiânia”:

“Minha cor verde relembra,
tal qual em nossa bandeira,
a opulência dessa flora
tão nossa,
tão brasileira”¹¹⁶
(GONÇALVES, 1937)

¹¹⁵ http://www.antoniomiranda.com.br/poesia_brasis/goias/xavier_junior.html.

¹¹⁶ 'Goiânia', a peça, é um musical cujo texto foi redigido, ao longo de 1936 e 1937, pelo poeta e homem público Vasco dos Reis Gonçalves (<https://www.casacivil.go.gov.br/>).

E, por fim, a implantação da última casa sede de governo em território goiano, mais especificamente no Distrito Federal, Brasília sedia o Palácio da Alvorada (1957), com seu traço modernista inspirado pela arquitetura de Oscar Niemeyer, no Plano Piloto, desenhado por Lúcio Costa. Assim, o Casarão de Fronteira de destaca nesta cronologia de casas sedes de governo desde o início, com a criação do arraial minerador por carta régia, até a capital do Brasil, residência do presidente da república, Juscelino Kubitscheck.

Figura 16: Espaço construído da casa e a morfologia urbana: demarcação de Estado em território goiano (da casa sertaneja do arraial minerador à casa modernista e o plano piloto)



CASA SEDE SERTANEJA
CASARÃO DE FRONTEIRA
ARRAIAL DA BARRA
1726

CAPITÃO-MOR BARTOLOMEU BUENO DA SILVA



CASA SEDE BARROCA
PALÁCIO CONDE DOS ARCOS
VILA BOA DE GOIÁS
1751

GOVERNADOR DOM MARCOS DE NORONHA



CASA SEDE ART-DECÓ
PALÁCIO DAS ESMERALDAS
GOIÂNIA
1933

GOVERNADOR PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA



CASA SEDE MODERNISTA
PALÁCIO DA ALVORADA
BRASÍLIA
1957

PRESIDENTE JUSCELINO KUBSTCHECK



Arraial Minerador
CAPITÃO-MOR BARTOLOMEU BUENO DA SILVA

Organização: SILVA, LHA. (2020)



Vila Colonial
CARTA RÉGIA D. JOÃO III 1736



Plano Diretor Cidade Jardim
ARQ ATÍLIO CORREIA LIMA



Plano Piloto Modernista
ARQ LÚCIO COSTA

Diante de um Brasil de inconfidentes e diversidades sociais em todas as Capitanias, um território pulverizado é construído com emprego da força não pacífica. A casa reflete sobre sua procedência e função, surge como símbolo da identidade de poder de Estado e de territorialidade das leis. Na época do Casarão de Fronteira, século XVIII, o Brasil não se estabelecia ainda como nação. Haviam, no lugar disso, Capitanias, comunidades de pessoas que se desconheciam. Desse modo, era reconhecida como comunidade ampla e estável não maior que uma Igreja, a casa sertaneja tende a ser a mais ampla e regular que todas essas comunidades, e reconhecê-la como um aspecto da identidade nacional é importante.

Além disso, a casa sertaneja tem o sentido de pertencimento e para que faça sentido o entendimento de tantas culturas, reconhecemos que há muitas identidades, mas que a nacional é a mais abrangente. Impactante e revolucionária, a casa sertaneja goiana inova com a tecnologia do barro a construção indígena de madeira e palha, resulta numa mudança de identidade, pois deixa de ter apenas traços portugueses ou indígenas e se torna a casa de identidade goiana, brasileira.

Diferente dos casarios portugueses, das casas que cochicham, como a poetisa Cora Coralina descreve, a casa sertaneja se eleva a partir de painéis autoportantes numa estrutura autônoma e individual, destacando-se na paisagem natural, integrando a composição arquitetônica popular enraizando o sertanejo no contexto do sertão goiano. Plena de elementos que contribuam para a solução preconizada de uma “casa brasileira”, na opinião de Saia (2013/2014), essa solução deve conter o que ele denomina de uma “quarta” dimensão: o elemento tradicional. “Somos pela consulta das tradições históricas e das circunstâncias geográficas, climatéricas e econômicas que distinguem nosso país” (p. 133).

A casa sertaneja também representa um símbolo goiano, tanto quanto a bandeira, o hino e os símbolos que estavam em curso para a formação da Capitania, que não devem pertencer ao aspecto político somente, mas marca uma homogeneidade a se organizar de acordo como um território com os símbolos por reconhecer sua identidade. O símbolo goiano é um objeto de disputa, emociona e fortalece a perspectiva política. A casa é um símbolo porque emociona! O símbolo é poderoso!

O Casarão de Fronteira exacerba o tema do racismo, pois retrata nossa sociedade que deriva de um contexto de exclusão do critério racial. O Brasil surge como nação de acordo com a cor da pele e classifica as pessoas pelo trabalho porque, no século XVIII, havia possibilidades de relação violenta. Assim, a violência social está

presente com associação íntima na concepção da casa: nacionalismo, preconceito e xenofobia.

O Casarão representa uma disputa dos heróis *versus* imbecis, que não entendem o passado que a impacta diretamente e que não entendem Goiás e sua identidade de hoje, as grandes transformações do presente embasadas no fomento da inauguração do futuro têm sua referência no passado. A casa ainda mescla o machismo, trocas de favores e algumas mazelas não exclusivas da colonização portuguesa, situamo-nos em um presente em que já se passaram tantos anos e gerações, histórias e a ação das pessoas ainda se dá em individualidades, dada as condições cronológicas quanta oportunidade histórico-cultural já teve para mudar? O machismo é criado e combatido, mas também é naturalizado na dimensão de arauto. Desse modo, as heranças se tornam uma espécie de institucionalização dos nossos destinos.

3.6 - O humano, a simplificação e o sertão

A figura humana faz parte do espaço no qual habita, este tem uma alma e o humano permanece presente nele! Estas músicas e a arquitetura sertaneja mostram o quanto os “de dentro” eram artistas, arquitetos sensíveis ao seu tempo que registraram as práticas cotidianas de sua comunidade. Estas manifestações culturais são testemunhos da grandeza discreta do sertanejo goiano, descortinam esta vida rural, principalmente neste Brasil, nesta vida rural do interior de Goiás que não tem igual.

O registro da cultura da urbanidade, principalmente, do eixo litorâneo e proximidades dos centros das capitanias onde eram mais evidentes e acessíveis, inclusive conservadas até hoje. Mas o rural sertanejo precisava ser percorrido em estradas de terra, pontes de madeira, quase uma aventura esse trabalho, cada lugar que tínhamos que entrar! Entradas estranhas, não foi uma época fácil, atolamos muitas vezes na pesquisa de campo e se o carro não fosse alto, ou alguém para ajudar a empurrar, tínhamos que sair de lá a pé! (Apêndice 60).

A simplificação, a nitidez captada pelos seus planos arquitetônicos, em profundidade, particularmente como volumes, como espaços precisos, já que foram referenciados pelo “tanto”, quando nos deparamos com uma técnica construtiva modular, com painéis geométricos, de fato, muito interessante com seus painéis e esquadrias retas, provoca-nos a entrar mais e mais na compreensão disso. Percebemos

que o Casarão de Fronteira provia o sertão de uma cultura visual contemporânea, que explora a geometria, de maneira a tornar abstrata aquela paisagem rústica, antes natural. O Casarão desenhando uma nova linha de horizonte, descolada dos sedimentos alinhados no chão ou de trempes em formato de ferradura, o telhado num exercício de ângulo que nos convidava a esse novo olhar, que Monbeig (1950) chama de complexo geográfico, Cosgrove (2003) de escalas temporais e Almeida (2011) de Paisagem cultural.

Do ponto de vista plástico, isso se acentua claramente quando a paisagem e a arquitetura se entrelaçam e dão o tom do sertanejo. Desde Honório, o compositor aos construtores vernáculos sensíveis, de quem podemos perceber o essencial destas gentes - e quem não é sensível tem pouco a dizer. Mas descobrimos vendo essa produção, a riqueza deste acervo de casas, músicas e artefatos; é que a cultura rural não se retrata como a cultura urbana encontrada nas revistas, pela circulação permite alcançar e formar. Então, imaginamos quantos acervos sertanejos desse país eventualmente não se assemelham às características do Arraial da Barra. Seja na qualidade formal, plástica, na sintonia sensível e simbólica a qual ali se pratica dentro de vários temas, ora subjetivos, ora ligados aos temas do imaginário nacional que se buscava contextualizado.

O olhar sensível para as populações de origem afro-brasileira que ali se ressalta, para as camadas populares é o tema pujante e para crítica social. Se a Barra nos mostra tudo isso, imaginamos o que nos espera por este país sertanejo, que esta descoberta e a luz que se apresenta sobre a Barra coloca-nos a necessária humildade de entender o que o Brasil pode nos revelar.

A etnogeografia das mulheres lavando as panelas no Rio Vermelho, tão fugaz e ao mesmo tempo fundamental para a vida do sertanejo, que acrescenta ali no rio seu lado devoto, o gesto, o corpo junto ao Rio Vermelho numa troca sinérgica incrível. A igreja da Barra, que é praticamente uma catedral sertaneja, ponto de referência em mapas do século XVIII e que perdura acolhendo-os desde que eram colonos, a fregueses e hoje “urbanos”. A mesa protagonista da festa da padroeira, que conduz o preparo da oferta, e ampara as mulheres e homens que nos quintais compartilham tarefas e levantam a festa, conjugando um frenesi de sabores, procissões e cavalgadas numa plástica sertaneja que mais se assemelha uma tela de Octo Marques.¹¹⁷

¹¹⁷ OCTO Marques. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2022. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa24227/octo-marques>. Acesso

A arquitetura, a música, a comida, os quintais direcionados às mulheres que exigiam delas tarefas de uma maior delicadeza, mas não menos esforço. As músicas mostram isso muito bem, diferentemente do olhar dos viajantes, como Saint-Hilaire que as desqualificava comparando-as as suas referências femininas europeias, Honório Dias da Silva canta as sertanejas em suas composições, sendo lembradas pela “sua linda feição”, ou “estes teus carinhos, estes olhos enganador”, dando a elas qualidades singulares de quem fala com sua vivência. Ele canta desde como se vestiam, como cozinham, lavavam roupas ou cuidavam da casa, enfim, uma preciosidade ser tão feminina em meio aquele sertão duro, ourificado!

As pessoas, como ponto central do estudo, revelam o sertão agenciado, sempre sob a ação dos sertanejos e sertanejas que o conduzem, na casa, na igreja, no curral, no quintal, “na lida”, como dizem. Portanto, essa tese trouxe também a paisagem humana, não uma paisagem sertaneja, rural simplesmente, uma paisagem na qual este homem e esta mulher são protagonistas do processo, embora revelem-se memórias difíceis, de gentes sem nome, mas que buscamos aqui trazer rostos, corpos, gestos, trabalho, e registrar nossa percepção artística, científica, humana.

Ou seja, buscamos ter o olhar para as tragédias marginalizadas, mas também o olhar mais apurado para homens e mulheres que construíram e constroem esta sociedade, uma arqueologia do tempo, o Casarão de Fronteira em sua devida escala temporal, com seu legado legitimado e reconhecido pelos sedimento-sertanejos. À vista disso, esta tese busca honrar estes sujeitos do ex- Arraial minerador, que são protagonistas deste tempo e espaço sertanejos.



Imagem 9 - “Toda casa tem um chapéu na parede”

Fonte: estudo de campo sobre a Cartografia das Aroeiras, casa da Isany, comunidade Estiva, Buenolândia/GO, SILVA, LHA (2019)

4. O ESPAÇO DOMÉSTICO DA CASA SERTANEJA REVELA QUE “TODA CASA TEM UM CHAPÉU NA PAREDE”¹¹⁸ E UM PULSANTE QUINTAL DAS MULHERES AROEIRA

“Seja bem-vinda olê lê, seja bem-vinda olá lá!
Paz e bem pra você, que veio participá!”¹¹⁹

Ao longo dos tempos, as mulheres fizeram transformações importantes em variados campos, mas sem sombras de dúvidas as principais aconteceram em relação à sua posição na sociedade, de modo que essas pudessem deixar de ser apenas subordinadas nos afazeres do lar, no cuidado com filhos e com o cônjuge. Elas conseguiram, em meio à luta, a emancipação e o direito de se inserirem em diferentes âmbitos da sociedade, embora saibamos que muitas ainda se encontram em situações de anonimato como é o caso das “Mulheres Aroeira” (Figura 17).

Figura 17: Mulheres Aroeira – grupo Maria Luiza Buenolândia, GO, comunidade São João do Monte Alegre, casa da Aroeira Dita.



¹¹⁸ Durante as primeiras imersões, me deparei com um afilhado da dona da casa, a casa do encontro naquele mês, onde seria realizada a reunião da Pastoral da Saúde. Fui abordada por ele que me viu chegando ali com meu filho e logo me perguntou: “É só a Sra e esse menino? A Sra não sabe que aqui na roça tem um ditado que diz, que toda casa tem um chapéu na parede, professora?”. Pronto, experimentei naquele momento o gosto amargo do fel secular sexista. Daquele que rotula costumes e pauta comportamentos. Tal qual As Aroeiras, me fortaleci!

¹¹⁹ Cântico de acolhida dos encontros, entoado nos quintais do Arraial da Barra pelo Grupo da Pastoral da Saúde Maria Luiza (Anexo 50)

Fonte: SILVA, L.H.A. (2018). Da esquerda para direita Aroeiras Izani, Janaina, Maria Luiza, Rosiane, Neuzi (fundo), Cida, vó Zefa, Rosilda, Dita, Jersirene, Calixta e Maria (frente).

A denominação “As Aroeiras” se refere às mulheres moradoras do Distrito da Buenolândia, que por muito tempo não eram reconhecidas e nem tão pouco valorizadas no trabalho em núcleos rurais, herdeiras ancestrais da sabedoria em plantas medicinais. O nome “**Aroeira**” foi escolhido em função do simbolismo que cerca esta planta típica do **Cerrado goiano**, mas que pode ser encontrada também em várias partes do Brasil: árvore de extrema durabilidade muito usada na construção de pontes, sua casca e raízes são utilizadas em inúmeras receitas da medicina popular.

Entretanto, por meio do plantio de ervas, plantas medicinais do Sertão goiano em seus quintais, elas foram capazes de se reinventar, e se adaptar compartilhando o conhecimento e preservação das plantas medicinais, em parceria com os educadores de saúde, técnicos e pessoas que têm grande conhecimento sobre as ervas. Dessa forma, para que pudessem demonstrar para si mesmas e para sua comunidade, que poderiam superar os preconceitos e estereótipos que existiam sobre elas.

Diante disso, convém salientar que este capítulo pretende encontrar informações em relação ao protagonismo das Mulheres Aroeira e seus quintais na casa sertaneja do Arraial da Barra, que lança esteios socioculturais no sertão. O quintal se revelou como espaço para que elas, os esteios, pudessem trocar, saber, aprender, mexer e embalar os seus diferentes saberes tradicionais a partir da Pastoral da Saúde, de modo a planejar a sua reprodução em outras áreas do Sertão e fundos de quintais.

Assim, sempre que se busca entender e conhecer o papel da mulher na sociedade, se faz necessário conhecer sua história. Desse modo, é possível entender a formação da sua identidade, dos seus grupos sociais, bem como do seu posicionamento no contexto familiar e no contexto do trabalho.

Neste sentido, convém salientar que essa narrativa contribui em como se organiza a casa sertaneja e seu quintal, memória registrada, o território como marco simbólico e a vivência nas casas sertanejas como espaços de vida e compartilhamento das Mulheres Aroeira. Diante disso, se afirma que surgiram as seguintes indagações no decorrer dessa pesquisa: O que a casa e o quintal representam para as mulheres moradoras da Buenolandia? Como elas conseguiram sair da invisibilidade por meio do quintal? Como elas desenvolvem as suas atividades cotidianas e como estabelecem a

relação com novos saberes? O que a Pastoral da Saúde representa para elas e sua comunidade?

Recorremos à imersão, inicialmente foram realizadas conversas nos campos investigativos com as Mulheres Aroeira para que estas pudessem relatar as suas histórias de vida de maneira livre, pois nomear, identificar, e sobretudo, quantificar a presença feminina nos lugares, bem como nas instâncias e nos papéis próprios delas, aparecem como uma etapa crucial para que se possa compreender o desvelamento por meio da memória, dos símbolos e marcas existentes na comunidade da Buenolândia.

Este capítulo está organizado em seções, nas primeiras se apresenta a casa sertaneja goiana com enfoque de como se organizam os quintais da Barra e a sua relevância para as mulheres, pois estes foram cruciais para que elas pudessem reafirmar a sua formação e identidade e a se inserir na sociedade.

Na terceira seção, se coloca em evidência os saberes ligados às casas sertanejas no que se refere às suas pedagogias populares e à relevância dos seus quintais como elementos centrais, para que se possa cristalizar a história e o modo de viver das mulheres do Arraial e as suas tradições. Na quarta, traz em evidência as mulheres que por muitos anos foram consideradas como “ilhas”, ou seja, aquelas que eram isoladas da sociedade por serem consideradas como macumbeira, raizeiras, benzedadeiras e parteiras.

Na quinta seção, discute sobre as micropolíticas e a cartografia dos quintais dando ênfase para o protagonismo das mulheres Aroeiras e a Pastoral da Saúde da Diocese de Goiás, já a sexta seção teve o intuito de entender como essa Pastoral proporcionou o desenvolvimento dessas ações com a orientação e supervisão da equipe de terapias naturais da Casa da Agricultura Familiar Do Tomás Balduino, a partir dos quintais, pensar a informação como um construto social recuperando entendimentos consolidados nos saberes das Aroeiras.

“Narrativa Sensível das Mulheres Aroeira Representada Pela *Arpillera*”, traz a identificação de elementos culturais presentes nas casas e busca explicar o espírito do lugar e as relações da memória afetiva das Aroeiras com seus quintais por meio do tempo. Por fim, a seção que aborda a Associação dos Moradores do Distrito de Buenolândia, trazendo a cidadania e a cultura de paz destacadas numa nova agenda sertaneja goiana, com o dinamismo e mobilização das Aroeiras, mobilizadas e apoiadas pelo projeto de extensão Casa de Tradições e Paisagens do Cerrado (Anexo 51), o qual lhe dá assistência técnica e suporte, pela UFG Campus Goiás.

4.1 PRECEDENTES DO QUINTAL DA CASA SERTANEJA GOIANA: ESPAÇO VIVIDO GUARDIÃO DOS SABERES ANCESTRAIS

Se a casa é um espaço doméstico que se destaca o espaço das práticas cotidianas, e se esse espaço sertanejo é de praxe o espaço feminino, onde a mulher entra nessa análise? Como ela desenvolve suas práticas cotidianas e como se dá a relação entre ela e o espaço doméstico?

Como um espaço vivido, praticado, que deve condensar a intimidade, a casa é vista por Maffesoli (2005, p. 104-105) ao pontuar que:

A casa é o pivô em torno do qual vai se articular a vida social. É esse fundamento ‘técnico’: a casa e os instrumentos domésticos, como ferramentas de domínio, que vai ser retomado por toda a simbólica da construção (...) Além disso, essa ‘casa’, como universal concreto que, com outras casas, vai constituir o espaço familiar da comunidade, é de certo modo, o centro de gravidade do mundo ao seu redor. Ela é a estrutura de toda a sociedade. E é essa harmonia que é a base da ideia de cultura. A *Paideia* origina-se nela, e nela encontra a justificativa da concepção de harmonia e até da estética sociais. Assim, da raiz indo-européia, a partir da qual se exprime a construção, até a formação individual do homem ‘culto’, passando pelas reflexões simbólicas próprias à astronomia e à mística, é muito amplo o espectro das noções e das práticas que se apoiam sobre esse fundamento mais próximo que é a casa.

Assim, lhe atribui uma função estruturante que nomeia como sendo uma “lógica do doméstico”, uma centralidade subterrânea que garante assento e estabilidade tanto para a vida individual quanto para o corpo social. Para a Geografia como uma ciência social, a abordagem cultural a aproximou do tema dos indivíduos, bem como de seus grupos sociais.

O espaço de habitar como objeto de cultura, constitui-se em fonte de interesse de pesquisa, principalmente “por ser dispositivo em que capitais diversos, como o econômico, o simbólico, o político, o cultural e afetivo, convergem à irredutibilidade do imaginário” (PINTO JÚNIOR, 2010, p. 3). “O espaço doméstico e seu valor como objeto de investigação também reside no que estes espaços podem aportar a Geografia Humana em seu conjunto” (COLLIGNON, 2010, p. 131).

Como nosso objeto é a casa sertaneja goiana, notadamente no Arraial da Barra, nosso interesse se volta para a produção que vai dos primórdios de sua ocupação até os dias de hoje. Este recorte temporal se justifica por pelo menos duas razões: em primeiro lugar, a evidente necessidade de registrar a ocupação espacial sertaneja a partir de suas

origens; em segundo lugar, estabelecer a conexão com as profundas transformações desencadeadas pelas autonomias administrativas e a reorganização política, social, econômica e cultural que ela representava.

Se, no cenário colonial os arraiais das minas dos Goyazes ocupavam uma posição de destaque frente a Coroa Portuguesa, correspondente ao ouro durante parte dos oitocentos, há um vazio, um grande nada pós-período Imperial. As tentativas de tornar essas terras “civilizadas” aconteciam simultaneamente à sedimentação de uma sociedade ligada às atividades agropecuárias.

A casa, bem como a estrutura que lhe davam, foram uma expressão desse processo: permaneciam como eixo demarcatório pelo Complexo dos Arraiais, como herança construtiva de práticas vernaculares. Contudo, simultaneamente, elas sofriam ajustes na maneira de concepção, construção e apropriação desses espaços e foram relegadas ao esquecimento e apagamentos políticos. Após estabelecer a década de 1930, o estado de Goiás vivenciaria uma profunda alteração com a construção de Goiânia, em 1933, e uma reorganização das zonas de influência política que ela representava.

Os quintais das casas sertanejas goianas do Arraial da Barra têm seu precedente também na casa bandeirista urbana paulista, e de certo modo traz as marcas dos elementos que o geraram. Perpassam pelo conceito de micropolítica no Brasil entre os séculos XVII e XVIII questionada por grupos organizados de minorias, de práticas sociais dissidentes. Afinal, já diria Guattari: “A questão micropolítica é a de como reproduzimos (ou não) os modos de subjetividade dominante” (GUATTARI, 1986, p.67). A micropolítica gera um certo tipo de cartografia no Arraial da Barra, desenhado por mulheres enquanto experimentaram seus medos, suas tradições, seus saberes num confronto, que constitui sua principal matéria.

Segundo Risério (2005), esse é o problema central, a mulher entra na casa convidada a habitar, ela não é construtora. Só muito recentemente as mulheres começaram a construir. Entre os índios, mulheres nunca constroem nada, nem na antiguidade clássica, elas foram escanteadas, levadas a ocupar um lugar construído pelo homem, dentro deste espaço ela criou a “domesticidade”, a intimidade doméstica, a ideia de conforto. Pela ótica do espaço doméstico se começa a analisá-lo como um espaço da reclusão das mulheres, um lugar que limita suas experiências geográficas do mundo que as rodeia e reduz outro tanto suas competências espaciais e seu “capital espacial”, para retomar um conceito de Jacques Lévy (2003) e de maneira mais recente por Michel Lussault (2007) e Collignon (2010).

Essa noção de conforto vem do próprio fato de cuidar do que ela pariu. Em alguns períodos históricos elas não tinham voz ativa sobre a vida, como na era medieval. Cada vez mais, elas foram conquistando e definindo esse espaço. No Brasil Colonial, as mulheres eram trancafiadas dentro de casa (RISÉRIO, 2005).

Elas não podiam ver as visitas que chegavam (OLIVEIRA, 2010). A chave para o entendimento é a dominação masculina sobre as mulheres. Mulheres nas sociedades indígenas eram bem de troca (RISÉRIO, 2005). No sertão goiano não era diferente entre os homens que o costume tivesse se propagado, sendo observada e refletida essa dominação também na literatura (Anexo 52)

A pobreza e a falta de quase um tudo estendia a oportunidade de pais venderem suas filhas para os viajantes. Lemes (2009) nos apresenta o espaço dos quintais, que foram os primeiros espaços experimentados pelas cunhãs. A índia saída de um ambiente extrativista retida no serviço branco doméstico, embranquecida pelas práticas diárias do quintal com o cultivo de hortas e manutenção de lenha para a cozinha, sendo a cunhã a primeira cozinheira dos exploradores e mães desta miscigenação inicial.

A negra na sequência serve o quintal com suas tradições de temperos e galinhas. Dessa linhagem miscigenada de bastardos e quintais, frutas e escravidão (LOPES, 2009) são produzidas também as memórias iniciais do quintal como espaço de violência, escravidão, repressão, isolamento, diferente da visão romaneada por Carvalho (2005), pois tem o mesmo conteúdo dos quintais goianos do centro histórico, descendem dos arraiais auríferos e seu contexto,

E como é agradável agente ainda poder ver as mangueiras, as bananeiras, as jabuticabeiras, os coqueiros, os cajueiros, as goiabas transpirando seiva e odores, oferecendo flores e frutos, expondo seus pássaros coloridos e cantantes (...) Nos quintais da antiga capital são guardados segredos de infância, tradições culinárias, memórias diversas (...) O cheiro do doce feito da fruta e cozido no tacho de Ana, Aninha, a “menina feia da ponte da Lapa” (CARVALHO, 2005, p. 82-83).

O quintal é o espaço de identidade cultural feminina, carregada de lembranças de hostilidade e servidão. A participação da mulher sertaneja na época da Província, não escondia que era isolada do convívio social, esse isolamento é destacado por Oliveira (2010, p.146):

Desse modo, enquanto a mulher tinha uma atuação social mais destacada em razão da ordem propagada pela Corte, em Goiás, o papel feminino dividia-se entre uma tímida vida social e o controle patriarcal de uma sociedade que enaltecia os valores tradicionais,

assentados na vida doméstica e rural. Quando em muitos lugares o patriarcalismo rural desaparecia, na província goiana ele se fortalecia, embora tingido com outras nuances. Segundo Tristão (1998), o vínculo entre o poder político e econômico e os grandes proprietários de terra, produtores agropecuários, concretizava uma formação familiar semelhante ao que se via anteriormente no Nordeste. Desse modo, o papel recluso da mulher era mantido, apesar da inserção de novas formas de sociabilidade, o que garantia o seu pleno domínio doméstico.

A atuação da Pastoral da Saúde¹²⁰ nestes quintais, no século XX serviria como mola propulsora para acolher no espaço feminino do quintal, apresentaremos na secção 4.5 deste Capítulo. O processo teve que ser construído ao longo de quase 300 anos no Arraial da Barra, assegurando as tradições e cultura em saúde das mulheres e suas comunidades, alterando a paisagem de memória anterior dos quintais mineradores (Figura 18) e subvertendo o papel feminino para o protagonismo neste espaço doméstico (Anexos 53, 54 e 55).

Na tela de Antônio Parreiras, os “Aventureiros e Invasores” dominam o corpo feminino como objeto de troca, de desejo, de permuta, como uma presa, uma caça. Um homem apenas é o suficiente para segurá-la, que amarrada por um só pé se apresenta numa pose de extrema vulnerabilidade. A mulher presente na paisagem histórica se vê numa situação de total desamparo, compondo a paisagem sem nem sequer aparecer no título da obra ou uma referência feminina sobre o tema.

A tela aqui apresentada pode ser dividida em dois planos, no primeiro plano observamos um grupo formado por cinco pessoas, quatro aventureiros (denominação dado pelo próprio pintor) que subjagam uma índia. A índia de tez mais clara que seus captores (possivelmente uma forma do pintor indicar sua pureza) se encontra nua com os braços imobilizados e seus pés presos por uma corda.

Há uma atmosfera de violência na forma como se aproximam dela, no segundo plano observamos outro grupo de possíveis aventureiros que se encaminham para o plano principal. O título da obra e a atitude do grupo principal deixam em evidência uma crítica de Parreiras ao enaltecimento dos bandeirantes, desbravadores do território

¹²⁰ Trabalhos acadêmicos apresentados em 2021 sobre a atuação da Pastoral da Saúde Grupo Maria Luiza em Buenolândia, derivaram desta tese, como desdobramentos e aprofundamentos. Jorge Augusto Almada Justino. **Um saber que não tem dona (os): Pastoral da Saúde Diocese de Goiás, Mulheres Aroeiras e as plantas medicinais do Cerrado** – Goiás, GO, 2021, 130p. Dissertação Mestrado em Geografia – Campus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás. Orientação da Prof Dra Auristela Afonso da Costa, concluído. Também a monografia de Gabriel Aires Peixoto de Lima, **O jardim etnobotânico medicinal como possibilidade de entrelaçamentos na paisagem de Goiás**, 2021, Trabalho de Conclusão de Curso, graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFG Campus Goiás, orientação da Prof Dra Camila Santanna, em andamento.

brasileiro. O pintor deixa claro que para ele esses aventureiros não se configuram como desbravadores, mas sim como invasores do território. A arte pode ser entendida como a permanente recriação de uma linguagem.

Figura18: Paisagem da memória feminina dos arraiais mineradores



Fonte: tela “Aventureiros e Invasores” (1933-1936) de Antônio Parreiras, disponível em <http://www.parreiras.org/ap-00330.asp>

A arte em todos os tempos, em todos os lugares, homens e mulheres de diferentes culturas, costumes, produziam arte. Porque? O que explica este impulso de criação, essa necessidade de expressar simbolicamente a vida? Para além do texto que pode ser lido e interpretado, que propõe um sentido final diferente do sentido de cada uma das partes ou elementos que o constituem, que sugere ou revela uma intenção específica, identificado pelo uso da linguagem com significado, unidade e intenção.

A tela de Parreiras (1933-1936), nos remete a uma paisagem de elementos do sertão, do ermo, do interior do país. No plano da tela, a natureza rústica e o homem rude, recriados, representados por meio de cores em tons terrosos pelo artista deixa a ideia da pele da mulher estar entranhada pelas raízes da árvore, à sua sobra. Os elementos femininos da tela se aproximam – a mulher, a árvore, as raízes, a sombra. Evoca uma realidade sertaneja que desafia o observador, incomoda a rever sua impressão sobre esse espaço a relação do humano com a natureza, e consigo mesmo.

A função da arte de nos fazer pensar, de promover reflexão, questionarmos sobre a realidade e aficção, a partir da representação da realidade a qual a tela nos coloca a frente.

A organização da tela revela o olhar singular do artista, que escolheu um ponto de vista muito particular para permitir o debate do observador sobre essa obra – o feminino. Pelas cores, postura dos integrantes, jogo de luz e sombra, representação dos dias nos quais a mulher continua a não ter escolha, não supera pelas limitações físicas, psíquicas, mentais. Expressa a cultura feminina, sua época, sua forma de interagir com o mundo – sua paisagem de memória,

Das índias às saias das escravas das mulheres negras, da moenda da cana, do tacho da rapadura, do sabão de coada e do batedor de roupa (LOPES, 2009), a relação cultural entre mulher e quintais foi construído de forma a desenvolver memórias de violência e submissão. O quintal demonstra o embranquecimento desalinhado que se apresentou não só na Buenolândia como em muitos outros quintais desse Brasil. Misturam-se ervas, verduras, jilós e pimentas, rezas e chás, comidas e festas, mas que não romantiza, e o quintal deixa na memória essa herança cruel e violenta.

A índia que ficava no fundo da casa, com afazeres pesados e sufocada pelo machismo, desde o explorador do tempo dos arraiais que a retira do extrativismo e a coloca numa rotina doméstica embranquecida. As negras com o trabalho escravo e sua função de procriação até a portuguesa ou a paulista que entra para a sociedade colonial com submissão e castidade associada à religião e domínio de pais e maridos.

A memória carregada pelas mulheres em relação aos quintais está sendo transformada aos poucos, com a conectividade entre os quintais e o fortalecimento de seus protagonismos. A imagem da fofoca como forma de vulgarizar a ação das mulheres sertanejas, como uma maneira de aliviar as tensões ancestrais que ainda carregavam em suas práticas diárias: raizeiras, parteiras e benzedadeiras.

Quando nos deparamos com as mulheres sertanejas caracterizadas por Saint-Hilaire e Pohl, com seus olhares europeus, eles as estereotipam. Ao se ler os vários relatos deixados pelos viajantes que passaram pelas terras goianas é possível compreender que eles aqui chegavam carregando suas próprias visões a respeito do papel estabelecido para as mulheres.

Os viajantes europeus traziam consigo um ideal de mulher, de condição feminina, normativo, abstrato, carregado de estereótipos, foram resistentes e reticentes quanto ao verdadeiro papel desempenhado pelas mulheres que viram e conviveram na

Província de Goiás. “Pobres ou ricas, na quase totalidade analfabetas, viveram precariamente a sua existência, em um lugar que pouco oferecia”. O olhar estrangeiro estava turvo por preconceitos, que desclassificavam e menosprezavam cultural e socialmente essas mulheres.

Lemes (2009) demonstra que este olhar dos viajantes estrangeiros contribuiu em muito para a construção de um estereótipo na historiografia goiana de mulher, reclusa, analfabeta, indolente, associada a uma “inclinação à libertinagem”, principalmente nas falas de Saint-Hilaire e Pohl. Mas que, na verdade, são muito mais uma demonstração dos preconceitos de cada um, que tinham a Europa como modelo.

Eram ainda claramente valores misóginos, machistas, ainda persistentes na Europa que se transformava e expandia sua economia industrial, como também existiam no Brasil escravista do século XIX. Mas é possível observar, mesmo no Brasil, deste período, inexistia uma categoria única de mulher, que enquadrasse todo o comportamento feminino.

Para Lemes (2009), a construção da mulher se deu progressivamente, mediante a reconstrução desses papéis femininos, na certeza de que não existe uma mulher brasileira para o século XIX, mas muitas. Tantas vão surgindo à medida que precisam enfrentar o cotidiano da vida na província de Goiás, muitas vezes, em papéis não socialmente aceitos, não prescritos ou não valorizados na economia e sociedade goiana da época. Essa dimensão é fundamental para pensarmos o que é, hoje, a produção desses sujeitos e objetos e as relações sociais, as relações de ancoragem espaço-temporal estão muito transformadas, elas se ancoram de outra maneira porque o espaço e tempo querem dizer outras coisas. O aqui-agora é outra coisa.

O que faz o quintal ser o espaço de vida, e neste caso de vida comunitária, e de memória são as pessoas. A casa é a pessoa, a partir do estudo do espaço vivido dos quintais, presenciando a história e as tradições que nele se encontra, se percebe que os quintais são fonte de conhecimento geográfico, possibilitando, assim, reconhecer ali o conceito de lugar (Apêndice 61).

Na Barra, as mulheres sertanejas na análise de Ferreira (2016, p. 19):

[...] viviam na simplicidade, a economia era agrícola, pesqueira para alguns. A alimentação era a base de arroz com feijão, peixe, frango, esporadicamente carne de caças, verduras como abóbora, quiabo, maxixe, pepino, em tempo de chuvas, que perduravam de novembro a maio. (...) Mandioca, batata-doce e frutas como banana e mamão, durante o ano todo. Carne bovina era uma raridade. Carne suína, uma

vez ou outra, pois quase todas as famílias engordavam seu porco no quintal (chiqueiro). Só que cada um, que abatia o animal já gordo, praticava o ritual solidário de dar ao vizinho aquele pratinho de carne. (...) Uma dona de casa improvisava uma merenda para seus filhinhos, na base de um cuscuz com leite ou até uma jacuba, que se consistia num prato contendo farinha, rapadura raspada e água. Havia a criatividade na alimentação.

O quintal, como espaço vivido, aparece na pesquisa relacionando-o com lazer, família, identidade sertaneja e significados sentido pelas pessoas que os frequentam, possibilitando a preservação, conservação e manutenção dos quintais. Ainda os aspectos do quintal enquanto espaço vivido para a compreensão e valorização dos bens e fenômenos culturais. As Aroeiras, a partir da experiência e as manifestações da cultura sertaneja goiana, em seus variados aspectos, sentidos e significados, ativam o sentimento de pertencimento, levando-nos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural.

Esse quintal evidencia as práticas que são passadas de geração a geração, é nesse processo que as Aroeiras constroem a própria identidade. As expressões culturais nos quintais fazem parte do patrimônio vivo: cultivar, colher, utilizar plantas como alimentos e remédios, os sabores, a matéria-prima para construção das casas, festas culturais realizadas nos quintais, as relações sociais e familiares, as receitas passadas de geração em geração.

Tudo isso, revela os múltiplos aspectos que pode assumir a cultura viva e presente da comunidade, vivenciam os quintais como verdadeiros redutos para o exercício de práticas de produção alimentar e de saúde. Retêm antigas práticas provenientes de suas origens sertanejas, que continuam a se manifestar no vocabulário, na culinária, na pomada, na garrafada.

Além dos quintais domésticos, o espaço vivido e as possibilidades das Mulheres Aroeira de construção de lugar, desempenham importantes funções econômicas, culturais, sociais e terapêuticas. E ainda a questão da socialização, já que as pessoas plantam, cuidam do quintal, trocam mudas, sementes, alimentos, práticas culinárias e de saúde, rezas com parentes e vizinhos resgatando e mantendo essas sociabilidades. O destino da produção destes quintais é antes de tudo para o consumo da família a uma dieta saudável e adequada ao gosto das tradições locais. Mas, avançando na pesquisa, notamos que existe ali um espaço para o desenvolvimento da autonomia

feminina e de uma conexão maior que as une, oriundas do cultivo dos quintais intrinsecamente associados ao antigo modo difundido nos tempos coloniais.

Nos quintais do Arraial da Barra são guardados desde a escravidão, tradições culinárias, memórias diversas eles são, a farmácia viva das Mulheres Aroeira, lugar de castigo, cheios de história, cuidado e vida.

4.2 A DINÂMICA DOS QUINTAIS DO ARRAIAL DA BARRA

No Arraial da Barra as casas são como abrigos e ao mesmo tempo utilizadas para inúmeras tarefas do dia a dia; os quintais são utilizados para a indústria doméstica e também para horta, pomar, criação de bichos, fornecendo alimentação básica para as respectivas mesas. Mas produzem mais que isso: a transmissão oral da memória para compreender como se organizam grupos, o que caracteriza um tipo de traço cultural da comunidade rural, sendo a oralidade um dos meios responsáveis pela passagem dos saberes e do aprendizado sobre a história local.

As edificações dos quintais abrigam a casa de queijo, tulhas para armazenar alimentos e utensílios de todas as espécies, e enquanto por lá as mulheres passavam boa parte do tempo, na parte do fundo, onde a vida doméstica se desenvolvia.

Há casas com duas cozinhas: a “limpa”, do lado de dentro (Anexo 56 e Apêndice 62) que também vem do programa arquitetônico do Casarão de Origem, e a “suja”, instalada no lado externo, onde são preparados alimentos que levam mais tempo no fogo e se procedem as tarefas mais pesadas e menos higiênicas, posto que do lado de fora os fogões, trempes e jiraus são construídos pelos homens e deixados aos cuidados das mulheres (Anexo 57).

A utilização dos utensílios de mesa é extremamente simples, os sedimentos-sujeitos não têm o hábito de colocar lugares na mesa para as refeições, dispondo de pilhas de pratos ao lado de talheres dispostos numa bacia ou pote (facas, colheres, garfos). Os copos são colocados numa bandeja ou bacia, e cada um se serve individualmente de seus utensílios até a mesa. Par servir a comida, diretamente nas panelas, estão dispostas sobre uma tábua de madeira ou serve-se diretamente nas panelas sobre o fogão. Tudo extremamente asseado e tampado com forros de algodão muito alveados ou cobrindo as panelas e suas tampas.

São comuns as refeições feitas num alpendre, sentados individualmente nas muretas ao redor ou cada qual com seu prato na mão ou de cócoras, alguns buscam uma cadeira dispersos pelo cômodo ou no quintal. O hábito de comer no chão não era exclusivo da colônia ou dos índios, pois na metade do século XVIII era hábito comum, nos reinos, as esposas e os filhos acompanharem o chefe em sua refeição sentados no chão e próximos de onde este se sentava (LOPES, 2009).

A mesa serve de apoio para a matança (Apêndice 63), onde se destrincha o capado, corta-se os pedaços de carne e separa as mantas da carne do boi, depois se lava com água e sabão e volta a esperar a próxima demanda servil. Para o preparo da comida, as mulheres se colocam à sua volta para picar, ralar, enrolar as pelotas, cortar os temperos, apoiar raladores, tábuas, bacias e panelas. Ainda as mesas protagonizam toda a festa sendo o meio para organizar os panelões para servir a comida pronta dispostas nos quintais ou na rua. Mas, quase nunca para sentar-se à mesa.

Muito simples também são os alimentos - à base de banha de porco, servidos com os utensílios. A mandioca reina junto ao feijão de caldo, batido, gordo com pimenta de cheiro e cebolinha verde com fartura de pé e orelha de porco com papada, Vai ainda linguça e muito tempero no feijão de caldo. O feijão tropeiro com torresmo e couve serve de acompanhamento para as carnes assadas ou fritas (porco, boi e frango).

A carne de lata - que consiste em preservar a carne cozida e frita na sua própria banha, serve bem com o arroz, caldo de pequi com suas frutas mergulhadas no caldo ralo amarelo, a partir das águas de outubro. O palmito gueiroba, jiló refogado ou farofinha de milho verde, macarrão com molho de tomate e saladas. Se come cru a gueiroba ou repolho picados bem fininhos com tomate em cubos sem semente.

O prato quente de caldo com palmito gueiroba e frango ou caldo de gueiroba com porco, fazem também as iguarias de pelotas de carne fritas e servidas com molho de tomate. Em dois anos de campo, comemos peixe ao molho apenas uma única vez na casa da Aroeira Néia (*in memorian*).

O cotidiano dos sujeitos, em suas refeições comem com seus familiares e mais quem chegar é convidado várias vezes a fazer o prato e acompanhá-los. Mesmo já passado do horário da refeição, mesmo assim é perguntado pra quem chega se já almoçou, se quer lanche ou se toma um café. São quatro refeições diárias: café da manhã, almoço, lanche e jantar.

Para suprir suas necessidades diárias como o trabalho de limpeza das casas, alimentação, construção e até fabricação de utensílios de uso diário, os quintais são

extremamente utilizados e fazem parte da produção artesanal e economia doméstica: o sabão caseiro, a horta, os ovos, o cultivo de pequenas roças gueiroba, mandioca, milho, banana, manga, acerola, limão).

A fibra do tronco da bananeira batida no liquidificador, tingidas ou não, davam caixinhas de bibelôs e utensílios para artesanato. Também o tapete feito na grade com retalho de malha dando coloridos retoques formando uma malha mesclada e firme.

O preparo das quitandas fica a cargo das mulheres, que ganham destaque em seus sabores, onde gosta de exibir suas quitandas pão de queijo, biscoito quebrador, biscoito de queijo, biscoito frito, broinha doce e salgada, bolos e pães de mandioca milho e abóbora. A fabricação de laticínios se desenvolveu no Arraial da Barra, nas qualidades duro (para pão de queijo) e mole (para mesa), tanto para consumo próprio como para abastecer feiras e supermercados da cidade de Goiás.

Há doces de frutas e de leite nas casas como convite à sobremesa e a oferta de frutas não é comum, apenas o café, que se faz durante todo o dia, fica à disposição de quem chega a qualquer hora. Apreciam -como nós, uma receita antiga de família, que por terem sido feitas por avós, que as receberam de suas mães, tornam ainda melhor o sabor das quitandas, pois elas têm o passado compreendido na história da família, e visto que foram saboreados por várias gerações, são considerados como especiais e únicas.

Trazer à tona os quintais como uma forma possível de organização espacial onde se revelam as identidades. Elas se apresentam nos vários usos do espaço dos quintais. Preliminarmente, no campo cultural, revelam-se como lugar de casamentos, ali se prepara a comida e se reúnem as pessoas para promover encontros, conversas, risos e todo tipo de troca socioculturais qualificadas nos graus de parentesco e compadrescos.

Além disso, as festas do Divino e da Padroeira, todo o preparativo para o decorezinho da festa, com fartura e abundância são realizadas nos quintais do festeiro e dos devotos para servir a comida pronta coletivamente na rua do distrito, tal qual a procissão e o leilão. Públicos e coletivos.

Mas o que de mais relevante a tese traz para o tema quintais foi, além de festas e práticas domésticas, a conexão feita pela rede de quintais estabelecida pela Pastoral da Saúde. Esse assunto será discutido na Seção 4.5. Essa conexão se revelou como forma de extrapolar as amarras do machismo num ambiente quase totalmente feminino, o quintal.

4.3 O Tanto Como Escala Para a Métrica da Casa, o Biscoito Quebrador, o Sabão de Bola e os Remédios

A memória é emocional, e é aprendida e marcada a fogo através das sensações. Para Merleau Ponty (2006, p. 14), que define o mundo a partir da experiência: “o mundo não é aquilo que eu penso, mas aquilo que eu vivo”. O filósofo inspira o sentido de lugar da geografia humanista a partir da ideia de mundo vivido que inclui as experiências com o espaço e com as outras pessoas pela intersubjetividade: “mundo fenomenológico é não o ser puro, mas o sentido transparece na interseção de minhas experiências com aquelas do outro, pela engrenagem de umas nas outras” (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 18).

É necessário recriar o emocional para conseguir reconstruir mentalmente, não cada parede ou cada pedra, mas o verdadeiro significado do lugar, o verdadeiro valor da vida. No momento que existe uma fratura entre essas duas partes - construída e sentida; material e emocional, existe também ruptura entre contemporâneo e memória, que impede, por completo, a evolução natural dos saberes populares e sua incorporação ao ofício contemporâneo.

Quando nosso estudo se aproximou dos saberes que estavam ligados às casas sertanejas, pudemos perceber desde a realização desta ação investigativa, o quanto as pedagogias populares têm a ensinar a partir de um novo referencial, desde a métrica do “tanto”, como meio antropológico e como meio empático-emocional.

Com a finalidade de entender as concepções de Merleau-Ponty (2006) sobre a Fenomenologia da percepção e suas formas de expressão uma pesquisa foi feita no quintal da Aroeira Dona Cid. A Fenomenologia da percepção, segundo Merleau-Ponty (2006) surgiu a partir de suas descobertas científicas de sua época permitindo um conhecimento de experiências relacionadas com rigor simultâneo entre filosófico e científico, assim evidenciando o funcionamento da percepção, núcleo de sua filosofia.

Participamos com as Aroeiras Lena, Néia e Dona Cid da produção de dois produtos mais consumidos no Arraial da Barra: o biscoito quebrador e o sabão de bola como práticas de memória, sem receita e da oralidade! A questão do tanto está ligada à cultura oral, pois as mulheres ainda têm dificuldades de registrar as receitas. Foi uma experiência pra nós sem dúvida. Mas, pra elas cheio de vivência de momentos anteriores de festas do Divino e da Padroeira nas quais, se produziam inúmeras quitandas e em grande quantidade para agradecer na manhã seguinte à realização da

festa, as graças recebidas, servindo o café da manhã, com as portas da casa aberta a quem quisesse se fartar das quitandas de gratidão.

Esta experiência nos colocou para dentro de casa e mais ainda, dentro do quintal, e a memória desde os sentidos, gerando uma aproximação e inter-relação entre pesquisa e pesquisadora em vários níveis de sinestesia: olfativo, gustativo, manual, visual e na alma.

O biscoito e a casa estão intrinsecamente ligados àquele fazer com as mãos e com a receita do tempo, da passagem ancestral de se saber, fazer e reunir. A comida e a casa se fazem de processos coletivos e de forma particular, sem receitas, meandros, medidas ou pré-requisitos. O estudo das dinâmicas da casa e dos quintais nos revelou a riqueza do cotidiano em que se transmite, mas também se conformam permanentemente suas regras sociais e se reinventam, dia a dia, a cultura compartilhada.

Não há padrões métricos convencionais, a não ser aquele do “tanto”. Sem padrões ou constantes na memória sensorial somente a junção dos casos da pesquisa como a casa, o biscoito, o remédio e o sabão se conectam como memória sensorial dentro de diversos conceitos da abordagem etnogeográfica. Dito de outra maneira, essa métrica utilizada pelas Aroeiras, de forma íntima e muito própria delas, recorre a outra escala para compreender melhor a construção da dimensão espacial de sua sociedade, seu espaço geográfico. O sentido que se dá e o papel que se atribui como “mulher espacial”, proposta por Collignon (2010).

Para Merleau-Ponty (2006), o homem é o núcleo dos debates sobre o conhecer, em que é criado e percebido em seu corpo; e na percepção é convertido um processo fenomenológico em uma modalidade existencial. E segundo sua concepção, a filosofia permite um novo aprendizado do olhar sobre o universo que envolve o homem. Ainda para ele, o conhecimento está na capacidade de perceber o que nos cerca, o que implica também o processo de dar significado ao que foi assimilado pelos sentidos, para que se possam realizar as necessárias conexões entre os objetos perceptíveis, tornando-os possível em vê-los como um todo.

A casa sertaneja utilitária se torna rarefeita no tempo e recebe efeitos do presente constantemente, dos vários presentes sujeitos que já passaram por ela. O Brasil passa de Brasil manual (até 1960) para industrial (pós 1970/1980) em menos de 30 anos, e a casa sertaneja recebe esse impacto.

Não podemos esquecer que essa rarefação atinge o sertanejo, a alegria das feiras e a resistência ou aceitação de todo um modelo de comportamento, esta casa é

uma exposição sobre a cultura sertaneja goiana, protegida pela topografia e a Serra Dourada, livrando-as das monoculturas. Também pode ser saudade, a história não volta! Um convite à documentação da história do Brasil é uma resistência política, está claro. Uma resistência ao público do consumo do habitar, que ao invés de trocarem ou jogar fora suas memórias deveriam acompanhá-los ao longo da vida.

A Arquitetura e Urbanismo e a Geografia na abordagem cultural aqui se encontram profundamente ligadas com a vivência, pois parece ser evidente que os geógrafos e arquitetos se encontraram no espaço doméstico da casa, em sua escala micro de investigação. A escala micro é também a do indivíduo. Dessa forma, no marco do espaço doméstico, nos parece que adentramos juntos nesta escala, esfera íntima, como competência das duas disciplinas, a esfera da “domesticidade” é possível estudá-la como espaço geográfico (COLLIGNON, 2010).

Ao adentramos, vimos na Barra artesanatos reais, manualidades, desde o trabalho com cabaça e coité, de vassouras e cestas de miolo de buriti, ralos de lata pra pamonha, bacias adaptadas para o feitiço do biscoito quebrador e tapetes em tear de prego, barrigueira e cilha com argolas em linha e em couro. Até certos móveis feitos utilizando-se madeira local para lavar roupa ou espremer o queijo e a mandioca, a “banca” de madeira onde as mulheres se assentam com “pernas fechadas”, além de mesas, arcos e bancos. Isso não é artesanato, nem coisa nostálgica. Isso é o sertão, um convite ao seu povo para experienciar seu artesanato feito a partir das suas verdadeiras necessidades.

Nesse sentido, a casa sertaneja agrega valor como um artesanato doméstico: ninho. Pronta que estava da necessidade, pronta a ser abandonada pelo fim da mineração ou pela melhor remuneração, essa produção escapou da alienação. Entendemos que não devemos cair no afã do primitivismo e, sobretudo evitar o folclore, na medida em que este a petrifica na produção popular, e sua orientação exógena para outros fins.

A arquitetura é o espelho da personalidade de quem a escolhe, a habita ou de quem a projeta, quando você entra pela primeira vez na casa de alguém, você percebe logo a qual categoria ele pertence, independente, está claro, de ser sertanejo.

O que se apura não é conservar formas e materiais, e sim explorar as possibilidades criativas originais dessa produção que faz do sertão sua matéria-prima, dinamizando o que no folclórico seria estático. Assim, esse estudo orientado pela Antropologia Cultural evita registrar atividades que haveriam sido tomadas pelo viés

“folclorizante” - sempre paternalisticamente amparado. As casas são então aquelas da vida cotidiana, como roupas feitas de sobras, específicas, na sua realidade, dentro da capacidade e verdade de cada morador. Aroeira D. Nazareth diz: “aqui não tem luxice!”

O goiano do couro e das latas vazias, é o habitante da vila, o negro e o índio, uma massa que inventa, que traz uma contribuição indigesta, seca, dura, grosseira. Essa urgência, que não pode mais esperar, é a base real desta tese. Uma realidade que não precisa de estímulos artificiais, uma fartura cultural ao alcance das mãos, uma riqueza antropológica única, com acontecimentos históricos trágicos e fundamentais.

A volta dos nossos olhares para o penetrar dessas casas, para se esquecer da finesse, das necessidades de consumo impostas, e lembrarmos da nossa originária cultura tosca em meio ao sertão goiano.

4.4 “A MULHER ILHA”

As raizeiras, benzedadeiras, parteiras, rezadeiras podem fazer suas pomadas, unguentos, sabonetes de forma digna e reconhecidamente. Vistas como reuniões que promoviam fofocas e grupos de gente à toa, as mulheres-ilha estabeleceram nos últimos vinte anos um trabalho de cuidado com o sertão goiano e um elo com o outro, de profunda alteridade, cada uma em seu quintal, em sua comunidade separadamente, no intuito de protegerem-se e continuar a atuar de maneira isolada.

Onde o “outro” é como ela: alguém que era diferente do “eu”, o que manda e desmanda, retém e solta, faz e desfaz. A conduta dura do pai na criação e formação familiar da mulher “pra casar”, cozinhar, cuidar de casa, de marido e ter filhos, na sequência o marido. Têm como pano de fundo um ambiente gerido pelo Coronel Ramos da Buenolândia, recria o ambiente hostil e amplia o machismo, potencializando uma fragilidade na manutenção dos saberes e da cultura tradicional em saúde.

No sertão do Arraial, segregado, ninguém vive os mesmos espaços, rural excludente, que segrega, como a mulher se identificaria com esse corpo comunitário. Isso teve e continua a ter que ser construído. Em termos culturais, comportamentais, a mulher avançou e ainda enfrenta a onda conservadora do “chapéu na parede”. A cultura feminina sertaneja precisou de séculos para ajustar-se a esse meio, inseridas e conhecedoras das plantas nativas do sertão goiano, com seus recursos técnicos e formais ligados à vida cotidiana. O prosaico, a continuidade, a força da mudança.

Essa fragilidade das mulheres ilha, da delicada relação conectiva foi percebida durante um dos trabalhos de campo, num dos encontros nos quintais (Anexo 58). O estudo de fragilidade se deu por três fatores. O primeiro, quando algum integrante morre, e mediante a falta de documentar ou registrar seus saberes de mulher ilha, levar com ela os saberes apenas em sua base oral, fragiliza muito o andamento das práticas populares. Os esteios são as pessoas: como a Aroeira Dona Francisca. O envelhecimento dos membros ou seus momentos de aposentadoria aproximam outros membros do seu grupo familiar a integrar as reuniões para acompanhá-los, mas nem sempre se dá esse processo. O quintal da Aroeira Dona Francisca morreu com ela.

Apesar disso, está acontecendo uma mudança interessante no grupo que é a proposta de intercambiar-se. Ademais de mulheres-ilha à mulheres-aroeira, a necessidade real da conexão entre grupos, não apenas entre si. O grupo do assentamento Dom Tomaz Balduino podendo conectar-se com o grupo “Maria Luiza” da Buenolândia, sendo que os dois grupos estão no mesmo território, ou seja, o mesmo distrito, e ainda desconhecem o fato. A Aroeira Dita já visitou outros grupos: Itapurapuã, Cristal, Bonsucesso, Uru, Paraíso e convidou os esteios, ou seja, as mulheres que representavam aquela comunidade, que mobilizava, que tinha o poder de articulação em sua comunidade, para visitá-las na Barra.

O segundo fato foi a conversão de uma integrante da Pastoral em outra religião. Para a recém convertida evangélica, a Pastoral da Saúde não simbolizava um movimento social, apenas uma religião católica, submetida às ordens de padres, bispos da Diocese de Goiás. Algumas vezes, víamos as evangélicas frequentando as reuniões escondidas, entrando pelas portas dos fundos dos quintais, como foi o caso de Buriti. Foi necessária a intervenção da coordenadora da Pastoral da Saúde junto ao pastor para que houvesse o entendimento de que a saúde era um direito constitucional, coletivo e não católico, as práticas da reunião tinham essa missão, atendimento, capacitação, elaboração de práticas de saúde, diferente da doutrinação que é um processo alienante e forçoso.

Já no assentamento São Domingos, a participante reunia a comunidade, solicitava as reuniões e com sua conversão não podia mais participar. O elo rompeu-se. O ponto de vibração, de tensão esmaeceu, pois a resistência aos preceitos católicos foram os motivos do afastamento do grupo, infelizmente, apesar das integrantes argumentarem: “Todos precisamos de saúde!”, ainda assim não quis mais participar.

Dessa forma, muitos dos saberes se perdem, pessoas boas com conhecimentos populares insubstituíveis.

O terceiro fator, foi o caso de uma senhora que escondia o conhecimento do marido, ela simplesmente mentia ou desatinava com o grupo sobre a ausência do esposo, que tinha um conhecimento único sobre o tratamento da solitária. Médicos o recomendavam, pois sabia retirar a solitária com a cabeça do intestino da pessoa. A dificuldade se dá nesse tratamento justamente porque a solitária não solta a cabeça que se prende ao intestino e suga os nutrientes que são tão bons pra pessoa quanto pra ela. Assim, esse senhor sabia as ervas certas para o medicamento atraente para a lombriga e colocar a pessoa no urinol com água quente e não no vaso sanitário, onde a água é fria. No sertão, a maioria das doenças que se acometem são simples como o sertanejo e seu meio, derivam de carrapatos, vermes, piolhos e dos cuidados com os animais: chifres, patas, úberes.

Ainda mais um fato, que poderia ser considerado o quarto, foi que durante nossos encontros surgiu uma fala que se repetia constantemente quando no início da reunião nos encontros, as participantes, as mulheres aroeira, se apresentavam dizendo seus nomes e de onde vinham, para dar início e às boas-vindas: “meu nome é Cida, sou do São João do Monte Alegre”, “meu nome é Janaína, sou do assentamento São João do Bugre”, “meu nome é Domingas, sou da Estiva”. Todas se apresentavam com os nomes das comunidades rurais ou o assentamento ao qual pertenciam, mas nenhuma reconhecia que todas eram do mesmo distrito, de uma mesma zona rural vinculada a sua sede, Buenolândia, que elas chamam de Barra.

Esse fato se repetiu a cada reunião e ao final nós fazíamos a ressalva de que todas estavam no mesmo distrito, quando vinha sempre a negativa. Assim, perguntamos se não havia ali um mapa que pudesse demonstrar a referência de seu pertencimento a um mesmo distrito, foi quando a Dita trouxe um mapa que havia produzido como agente comunitária de saúde da zona rural de Buenolândia, durante um curso de capacitação na Secretaria de Saúde Municipal, há dez anos (Figura 22).

O mapa apresentado por ela trouxe a motivação para o debate no grupo, para elas, ele foi de muito valor afetivo e as aproximou da sua linguagem local, sua ruralidade, com referências locais e de nomes que elas reconheciam. Nomes de lugares como “Sismaria”, “Mazagão”, “Curizal”, “Mata do Baú”, “Mosquito” e nomes de fatos locais: “onça”, “lixo”, “vaca perigosa” e “agrotóxico” são do seu repertório sertanejo. Mas ainda assim não se reconheciam pertencentes a um mesmo distrito, pelas

informações estarem fragmentadas. “Não sou da Barra, sou da Santa Marta”, “Não sou da Barra, sou da Estiva”.

Para elas, somente a vila do distrito tem o nome de Buenolândia ou Barra, o nome da sede do distrito para elas não se estende à sua área rural. Na verdade, dessa forma, o que se entende é que o território em que habitam é ainda mais fragmentado se pensarmos na relação entre o distrito e o município. Esse modo de ver seu território aumenta ainda mais a condição de invisibilidade que denota a zona rural frente ao município como um todo, e delas se tornarem mulheres ilha.

A descoberta da existência de outros lugares compondo o socioespacial de suas existências, motivou a elaboração de um mapa, por parte daquelas mulheres. O mapa concebido que tivesse a mesma qualidade do mapa da dita, em linguagem de nomes e lugares onde os habitantes se reconhecessem, mas de uma maneira integral, compondo todo o distrito. Essa necessidade nasceu da fala das participantes do grupo, mulheres sertanejas moradoras do distrito, muitas ainda nascidas ali e que não tinham a informação da abrangência do seu lugar e de seu pertencimento. Nunca elas viram um mapa antes, quanto mais fazermos um juntas! Foi um grande desafio que elas aceitaram para reconhecerem-se no território.

Essa ação desencadeou-se em três etapas, para a elaboração do novo mapa, com base em seus repertórios: Foram tiradas fotos das participantes do grupo da Pastoral para se colocar sobre o mapa demarcando o lugar onde moram, assim se entenderam próximas e com mais autonomia para poder falar juntas sobre os problemas que enfrentam ou ainda realizar atividades de campo em conjunto. Por exemplo, a época de catar o pequi, ou de solicitar ao poder público o conserto de uma ponte e ainda averiguar as condições das estradas para o transporte escolar.

A base do mapa foi desenhada a partir de bases cartográficas do IBGE, assim puderam reconhecer estradas, rios, rodovias e municípios limítrofes ao distrito de Buenolândia, além da localização da vila do distrito. Colocaram seus registros de fala e de memória complementando com os nomes de comunidades rurais, nomes de lugares, de festas, colheitas e épocas de cheia com rios onde não se passa a pé ou a cavalo em época de chuva. Nesse momento entenderam que não eram mais pontos isolados no mapa, mas formavam uma rede de entrega de leite, de hortas e quintais, de saberes conectados. Houve o entendimento do “eu” e do “outro” no espaço que compartilham seus saberes e práticas.

Para melhor organizar a localização das informações que elas foram contribuindo no mapa (Figura 19), foi feito um trabalho de campo complementar com GPS apontando as coordenadas desses quintais, a distância percorrida por elas entre seus quintais e a foto de cada Mulher Aroeira, não mais Mulheres Ilhas. O mapa aponta onde as reuniões são estabelecidas no calendário anual. Desse modo puderam planejar e se reconhecerem como uma rede e não mais como Mulheres-Ilhas, dispersas pelo sertão do distrito¹²¹.

Figura 19: Elaboração do mapa dos quintais, encontros e percursos das Mulheres Aroeira



Fonte: SILVA,LHA (2019)

4.5 MICROPOLÍTICAS E A CARTOGRAFIA DOS QUINTAIS DO ARRAIAL DA BARRA: O PROTAGONISMO DAS MULHERES AROEIRA E A PASTORAL DA SAÚDE DA DIOCESE DE GOIÁS

Mais que um espaço de produção econômica doméstica feminina, subsistência familiar, lazer, o quintal revelou-se como espaço de protagonismo das mulheres sertanejas, se encontram mensalmente para trocar, saber, aprender, mexer e embalar

¹²¹ O resultado final do mapa está na Seção 4.5 deste Capítulo, o Mapa Pulsante dos Quintais das Mulheres Aroeira, com seus raios de abrangência de atendimento e compartilhamento social de saberes, conhecimento e preservação de plantas medicinais do Cerrado.

seus tradicionais saberes. Mas nem sempre elas foram vistas assim. Anteriormente as Mulheres Aroeiras eram vistas com efeito de santice, macumbaria, feitiço. As “mulheres ilhas” isoladas pelas suas condições “diferenciadas” de curandeira, seriam então motivadas pela Pastoral da Saúde e recebiam reconhecimento vinte anos mais tarde, podendo aliar-se à medicina em proposta de Lei Municipal na Cidade de Goiás.

Tal qual o apontamento das plantas mais utilizadas pelas comunidades assistidas pela Pastoral da Saúde para se conduzir a confecção dos adesivos para o evento da Pastoral (Figura 20), o poder de decisão também motivou as Mulheres Aroeiras, baseadas na Lei Estadual 16.703 de 23 setembro de 2009, apresentarem à Casa de Leis e expor sua vontade de complementar o atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS) com suas práticas integrativas e complementares na rede pública de saúde, no Arraial da Barra distrito da Buenolândia, na UBS Felipe Vicente Ferreira.

Figura 20 :Adesivos elaborados sobre as plantas apontadas, as mais representativas para as comunidades rurais: Pacari. Chanana e Sabugueiro

*“Que tu alimento sea tu medicina y
tu medicina sea tu alimento”
Hipócrates, 370 a.C.*



*“O povo planta saúde”
Pastoral da Saúde, 2019.*

Fonte: Arte de LIMA, GAP (2019), XXV Encontro da Pastoral da Saúde da Diocese de Goiás, Colégio Santana, Goiás/GO (Apêndice 64)

Assim, as maiorias das indicações populares continuarão indo ao encontro da ciência, e os conhecimentos são passados de geração para geração. Podemos sentir a força das Aroeiras, pelo discurso feito na tribuna da Câmara Municipal de Goiás, em 2019:

A Pastoral da Saúde uniu a força das mulheres sertanejas. Remédios que são canções, frutos de saberes do sertão goiano, remédios que se aproximam de um canto. Um canto entoado por vocês, nosso, que é o mesmo canto de todas nós e que é também meu próprio canto. No Brasil, a Pastoral da Saúde serviu como instrumento de resistência dos direitos das mulheres rurais pela saúde, o cuidado com o outro e com o sertão goiano. Mas o que é ser mulher aroeira da Pastoral da Saúde, grupo Maria Luiza? É seguir procurando suas memórias e vivências espalhadas como grãos de areia no deserto, trocando saberes e, naquilo que a roça mais sabe fazer: compartilhar! É buscar junto ao cerrado suas tradições e saberes, se organizar, ter a força de resistir e caminhar. E de se converter em autoras de suas próprias histórias, espelhadas em Maria Luiza! Nós não somos mais as mesmas mulheres rurais! Quando você é atingida por injustiças, no caso a conservação do cerrado e o direito à saúde, aí você quer ir, o sangue ancestral pulsa em você e você vê que tem que lutar não só pela sua saúde, mas pela saúde da sua comunidade, por pessoas que nem sabem o que está acontecendo. Pelos nossos filhos, nossos netos, nossa comunidade rural de Buenolândia, porque temos que considerar que nós temos que deixar o mundo melhor para os nossos, os que vêm vindo. E não muda, com 22 anos continua firme, como uma Aroeira!
(Pronunciamento da Aroeira Clarice, Câmara Municipal de Goiás/GO, 06/05/2019).

Este discurso, dito na tribuna municipal da Câmara Municipal de Goiás por uma Mulher Aroeira, partiu dos quintais do Arraial da Barra, representando o conhecer, os saberes e práticas através do grupo de Saúde Maria Luiza de Buenolândia/GO, acerca do uso de plantas medicinais como forma terapêutica no cuidado à saúde. Gerando cuidado, respeito e preservação do cerrado pela pesquisa qualitativa e quantitativa do tipo exploratório em conjunto Pastoral da Saúde com Dona Maria Luiza da Silva Oliveira e o médico fitoterapeuta Doutor Evando de Queiroz, com coleta de plantas baseada em capacitação semiestruturada e observação participante.

Um total de quinze mulheres que atualmente compõem o grupo, usuárias de plantas medicinais, promotoras há 20 anos desta prática, estendem seus conhecimentos por meio da rede de relações sociais na área rural dessa comunidade. Resultados: confiança e cuidado com o tratamento em longo prazo e de perto das famílias integrando os saberes populares ao atendimento da agente de saúde local (Aroeira Dita) que os conhece há gerações e enfrenta todas as dificuldades para manter o grupo unido, coeso e a manutenção e a preservação de diversos tipos de plantas e suas indicações, desde as hortas dos quintais das casas sertanejas.

Sendo assim, pode-se dar continuidade ao tratamento que a comunidade já possuía inserindo ao Sistema Único de Saúde (SUS) o conhecer ou reconhecer as práticas populares, aproximando-as do saber científico, proporcionando um cuidado

integral ao usuário, cuidado ao Cerrado, respeitando seus hábitos e costumes. Plantas; terapias complementares; cultura popular e assistência integral à saúde, proporcionando a junção do saber popular e o conhecimento dos locais cultivados por estes sertanejos, como citado abaixo:

Deste trabalho também nasceram as farmácias vivas e as visitas ao cerrado. Estas visitas, com o objetivo de conhecer e preservar as plantas medicinais do cerrado são feitas com os raizeiros educadores de saúde, técnicos e pessoas que têm grande conhecimento sobre as ervas. É realizada a identificação e discutida a indicação e forma de uso das plantas, planejada a sua reprodução em outras áreas de Cerrado e dos quintais (QUEIROZ, 1998, p. 1).

Segundo entrevista realizada com Maria Luiza Silva Oliveira em 28/08/2019, a Pastoral da Saúde nasceu da necessidade do povo por volta de 1978, juntamente com a criação do Sindicato Rural dos Trabalhadores. Segundo Sr José Lampião e D. Emília de Fazenda Nova, Dom Tomás Bispo da Diocese de Goiás foi visitar as comunidades. E ouviu o clamor dos fiéis que diziam faltar tudo remédio, atendimento médico precário, trabalho e até alimentação. Dom Tomás mobilizando as comunidades a partir de visitas e rodas de conversas, teve uma intuição fantástica porque se motivou todo o processo de uma qualidade de vida com saúde de forma comunitária e entrosada.

Para validar o grito dos sertanejos, Dom Tomás Balduino solicitou da Universidade Católica de Goiás, uma pesquisa que fora elaborada pelo Professor Carlos Brandão¹²² e daí veio o “Projeto Vida” que teve o seu início em 1993 com a formação da Comissão Diocesana de Saúde. Constituída por médicos, essa comissão foi composta por: Dr Evando de Queiroz e Dra Adriana de Deus e um psicopedagogo Luiz Carlos Castelo Branco Rena e seis Agentes de Pastorais e mais tarde integrou-se a uma equipe uma bioquímica Dra Lourdes Laureano. Essa equipe foi responsável pela formação dos Educadores Populares de Saúde de todas as Regionais da Diocese de Goiás.

Importante ressaltar o trabalho dos esteios nas comunidades, que caminham longas distâncias enfrentando a variação do clima, mas chegam para o encontro da Pastoral da Saúde. Elas são as multiplicadoras do trabalho nas localidades onde vivem, os esteios, as Mulheres Aroeira.

¹²² Equipe de Pesquisa da Diocese de Goiás. **Condições de Vida e Situação de Trabalho do Povo de Goiás**. Cadernos: 5 e 7 (coleção). Organizado por: Carlos Rodrigues Brandão; José de Souza Martins; et’ali. Universidade Católica de Goiás; Goiânia. 1978 a 1979.

Desta forma começa no Brasil a medicina sanitaria preventiva, em que estabelecia informações a pessoas para se precaver de certas doenças que ainda acometia a população de baixa renda pela falta de higiene adequada e pela falta de saneamento básico. A partir da 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986, foram lançadas as diretrizes para a construção de um sistema descentralizado e único. Saúde vista como dever do Estado e destacado do Fundo Rural e da Portaria 90 que dava direito às consultas somente aos habitantes das fazendas com vínculo empregatício. Um período em que a população pobre do Brasil morria por doenças que já tinha tratamento, porém não tinham condições de cura pelo alto preço do tratamento, a qual Brandão (1978-1979 p.12, caderno nº 5) demonstra que:

(...) o preço da cura custa, com frequência, meses de trabalho de uma família de lavradores e repetimos, custa algumas vezes os seus recursos materiais, antes empregados para a reprodução da sobrevivência familiar.

Além disso, quarenta anos após a crítica feita por Brandão, as populações tradicionais mantem seus vínculos, com o cerrado, conforme menciona Almeida (2018, p.45):

As populações que permaneceram nas áreas remanescentes nos Cerrados vêm delineando suas configurações e modos de vida entre os significados tradicionais e os valores modernos. Elas persistem na utilização de recursos naturais, sobretudo para assegurar a sua sobrevivência dificultada pela redução da área do Cerrado com desmatamentos frequentes, construção de barragens e a implantação de uma moderna agricultura.

Os remédios, a alimentação, o estudo das plantas medicinais, promove os encontros entre as mulheres e lançam esteios em cada comunidade rural, desenvolvendo assim o protagonismo e a autonomia das mulheres e do grupo. A construção desse legado entre as mulheres tem se articulado em busca de potencializar a participação social entre as comunidades e das ações que devem ser pautadas para crescer o trabalho coletivo entre os habitantes em prol de sua melhoria desde o ambiente doméstico até o da vila e do distrito como um todo, alcançando os problemas e potencialidades de cada comunidade debatido nos ambientes dos quintais e lançados para os ambientes institucionais: Pastoral da Saúde, Comissão Pastoral da Terra, Câmara Municipal e Conselho Municipal de Saúde.

Tudo passa pela casa, a mulher e o quintal, como um eixo, a Pastoral da Saúde em questão, braço da Diocese de Goiás, está dividida em quatro regiões pastorais (Figura 21):

Figura 21: Organização Pastoral – Regiões Pastorais

REGIÕES PASTORAIS



A Diocese de Goiás está dividida em quatro regiões pastorais:

Região Pastoral Serra Dourada: Goiás, Mossâmedes, Sanclerlândia e Buriti de Goiás.

Região Pastoral Rio Vermelho: Itapirapuã, Jussara, Santa Fé, Britânia, Fazenda Nova e Novo Brasil.

Região Pastoral Uru: Itaberaí: Taquaral, Itaguari, Itaguaru, Heitorai, Itapuranga, Guaraitá.

Região Pastoral São Patrício: Ceres, Carmo do Rio Verde, Nova Glória, Uruana, São Patrício, Ipiranga.

Fonte: <http://www.diocesedegoias.org.br/pastoral/organizacao-pastoral>

Anterior ao “Projeto Vida”, num momento precedente à estruturação da Pastoral da Saúde e da Casa da Agricultura Familiar Dom Tomás Balduino (Anexo 59), ainda nos anos 1970, no qual a comunidade recebia orientações de saúde e higiene desenvolvida em comunhão com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e assessorada por um médico; esta fase deu origem a uma cartilha¹²³, a qual inteirava os participantes/comunidade sobre os seus direitos.

Na sequência, a consolidação da Pastoral da Saúde na cidade de Goiás e cidades circunvizinhas (1978-1979). Esta cartilha foi elaborada a partir de rodas de conversa e cresceu junto o conhecimento entre comunidades rurais e os médicos. Esta cartilha foi a base da formação dos técnicos em saúde. Médicos fizeram a revisão da cartilha junto com a Pastoral da Saúde. E finalizada ainda apresentava as medidas como “tanto”. Maria Luiza assim nos contou:

Cheguei em Acaba Vida tinha um moço passando mal com taquicardia absurda. A sua mãe deu pra ele um chá de folha de abacate verde muito forte. Quando pedi pra ver a panela onde ela fervia o chá, notei a alta quantidade de folhas de abacate que ela havia utilizado, pensando que se coloca-se bastante seria mais potente para curar o filho. Fui para a reunião da Pastoral, mas dei a recomendação. Disse a ela: “Dá pra ele bastante água e suco pra ir diluindo e melhorando”. Assim, foi saindo do corpo dele a alta concentração que a planta tinha ocasionado a taquicardia no rapaz. Depois da reunião, ela apareceu e disse que o rapaz já tinha melhorado. Fui ver o que tinha acontecido ela tinha dado numa caçarola de *flands* um líquido preto escuro mesmo, era a folha do abacate, não consideravam a questão da medida. A folha verde do abacate tem uma toxina que acelera o coração. Expliquei pra ela: “Dona Antônia, a Sra tem que secar a folha pra eliminar a toxina!” O calor elimina, tem que secar porque senão a folha verde dá a taquicardia na pessoa (Maria Luiza 14/dez/2020).

Durante um ano convivemos intimamente com as Mulheres Aroeira, suas visões de mundo, seu espaço vivido no Arraial da Barra. Entre elas, pudemos sentir o machismo que as retorce

Minha mãe e duas irmãs foi casada com o meu pai e dois irmãos. E naquela época meu pai falava que o esteio da casa era o home e **tinha que ter um chapéu na parede**. Nós filhas fomos criadas pra aprende a cuidar da casa e respeitar o marido e cozinha, ne. Mas com o passar do tempo minha mãe foi evoluindo e queria que as filhas estudasse. Mas o que que acontece? Ela foi aluna da Maria Luiza então ela fazia parto e ali com meu avô ela aprendeu a fazer plantas medicinais, fazer remédio. Nós não vínhamos pra cidade pra vir no médico não... Minha mãe era que curava nós. Meu avô ia na Serra Dourada pegar as raízes,

¹²³ Publicada somente em 1998, a Cartilha “Nossas Plantas, Nossa Saúde”, uma relíquia que ainda a Casa de Agricultura Familiar Dom Tomás Balduino possui poucos exemplares, na cidade de Goiás/GO.

as planta pra ela fazer as garrafada fazer os remédio pra cuidar de nós. No entanto nós não fomos nascidos lá no hospital, né”

(testemunho de uma mulher Aroeira durante XXV Encontro de Formação da Pastoral da Saúde da Diocese de Goiás, UFG Santana, nov/2019 na UFG Santana e Pastoral da Saúde).

Reproduzem e produzem um material de expressão opressora e paternalista ofegante, aquele que vive na sua espreita, que a faz nascer debaixo de um padrão com baixa-estima e servil representado pelo “chapéu na parede” na casa sertaneja, como no ditado popular. Ao mesmo tempo, um outro material se compõe e recompõe, introduzindo-a no espaço doméstico dos quintais onde se dá o espaço vivido pelo protagonista. Imergimos nesse espaço, queremos experimentá-lo. Delineou-se uma cartografia, conectando uma rede de quintais, experiências, elementos que os compunham, apetrechos, comidas, garrafadas e mulheres que compartilham seus saberes: benzedeiras, raizeiras, agentes de saúde e comunidade juntos pela resistência cultural popular sobre plantas medicinais diante das transformações socioculturais do sertão goiano, dando continuidade e conservando o saber.

Esse artesanato real, apetrechos, grosseiro, tosco, muitas vezes sem acabamento, se revela a identidade do povo da Barra (Apêndice 65), que consegue conciliar o meio as suas necessidades por meio de seus saberes herdados de negros, portugueses e indígenas. Aliam-se a esses utensílios, a mobília e a própria casa que guardam memórias. Maravilhosas manualidades, utensílios, instrumentos de trabalho do Arraial da Barra são de um aprimoramento genial.

Nas comunidades rurais¹²⁴ (Anexo 60), onde foram desenvolvidos trabalhos pela Casa da Agricultura Familiar Dom Tomas Balduino e pela Pastoral da Saúde (Apêndice 66), a oralidade é um dos meios responsáveis pela passagem de saberes e dos aprendizados sobre a história local e as diversas práticas tradicionais com plantas, caracterizando um traço de resistência cultural. Há uma tentativa de supressão desses traços culturais por grupos hegemônicos que se dá a partir da seleção cultural, onde os grupos dominantes elegem o conhecimento que entendem como importante para a formação humana, imbricado em relações sociais, relações de trabalho e, principalmente, com o conhecimento científico que não está disponível para todos, como aponta Chagas (2007).

¹²⁴ Atualmente a Casa e a Pastoral atendem 21 comunidades sendo elas: Buenolândia, São João do Monte Alegre, Estiva, Mata do Baú, Caiapó, Cristal, Uru, Bom Sucesso, Estrela, Colônia de Uvá, Ruá, Setor Aeroporto, Setor Rio Vermelho, Setor Santa Bárbara e Mossâmedes, e os Pré-assentamentos de Santa Marta, São João do Bugre, Mosquito, Dom Tomás, Paraíso e Padre Felipe Leddet.

Sabemos que a subjetividade circula entre grupos sociais de diversas dimensões, sua natureza é social, embora seja assumida e vivida por indivíduos com existências particulares. A maneira como eles experimentam a subjetividade oscila entre dois polos, um, o da alienação e da opressão, de acordo com o qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe. No outro polo, o indivíduo pode viver a subjetividade segundo uma relação de criação e expressão, isto é, ele se reapropria de seus componentes, possibilitando de tal modo um processo de singularização (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 42).

Esse último polo ou corpo vibrátil (ROLNIK, 2011) tem permanecido anestesiado por causa da política de subjetivação (flexível) que nos estrutura, e que não tem deixado de exaltar até o limite o indivíduo e o princípio da identidade, o qual nos subjuga desde Aristóteles, passando por Descartes. Contudo, o corpo vibrátil está inscrito na memória de nosso corpo e pode ser ativado a qualquer instante.

Durante um ano de imersão em Buenolândia e seus quintais, pudemos conviver com os acontecimentos ocorridos durante a experimentação, marcando passagens, independências e territórios destas comunidades de mulheres e seus quintais na casa sertaneja do Arraial da Barra. Mas algo percorre tudo isso, e independente de suas casas sertanejas, tal cartografia tem em comum buscar representar como preservar a ancestralidade dos saberes do sertão e o elo com o outro. Outros espaços de vida e de afeto, informação e transformação.

Como procedimento metodológico, utilizamos a etnogeografia sem, contudo, menosprezar a etnografia. Clifford (2008) assinala que a etnografia consiste no envolvimento direto com os participantes e o campo de pesquisa, em que a operacionalização etnográfica remete em termos físicos e intelectuais, às adversidades da tradução. Em abril de 2018, entramos em contato com a Pastoral da Saúde - e a realização da etnografia foi autorizada formalmente, a pesquisa foi realizada de abril de 2018 a novembro de 2019, acompanhamos os encontros nos quintais, mensalmente em estudo em 15 quintais.

Da etnogeografia destacaram-se as técnicas da observação participante, com as descrições registradas em diários de campo, e entrevistas de histórias de vida. A observação participante consiste, para Verdejo (2006), no envolvimento do pesquisador com as atividades de seu campo de pesquisa, de modo que sua própria agenda de trabalho se torna as atividades do grupo em estudo. Participamos das dinâmicas,

canções, orações, diálogos realizados nos quintais. Durante as primeiras observações, as Aroeiras nos convidaram para participar dessas atividades.

Ouvíamos várias histórias de como transcorria o processo de se viver como uma mulher sertaneja, seus cuidados com a casa e com a família, o modo de se preparar para o encontro deixando os animais alimentados e horta molhada, para poder se ausentar das atividades domésticas e muitas vezes justificar esta ausência aos maridos redobrando a quantidade de trabalho para poder ir ao encontro. Falas atinentes aos conflitos diante dessa escolha de trabalho e sobre serem taxados como macumbeiras ou feiticeiras pela sociedade foram recorrentes durante o estudo.

Neste sentido, analisamos como as práticas cotidianas podem ser compreendidas com base na dimensão micropolítica dos processos sociais. As discussões teóricas articulam diálogos entre De Certeau (1985), Guattari (1996), Foucault (2006) e Collignon (2010), nos estudos sobre as práticas cotidianas, e os quintais como espaços domésticos.

Apesar de se tratar de espaços ignorados por muito tempo, o desafio demonstrou que resulta importante, transcendendo o interesse pelo próprio objeto, o tipo de espaço estudado: o quintal. Espaço das primeiras experiências de todo ser humano, o espaço doméstico decididamente é parte dos últimos espaços que ingressaram na lista dos espaços objeto de estudo dos geógrafos (COLLIGNON, 2010, p. 201).

Esta etnogeografia realizada nos 15 quintais sertanejos, com 20 anos de existência a partir dos encontros entre os “esteios”, identifica práticas socioculturais que proporcionam a emergência das mulheres Aroeira como promotoras culturais e a formação de redes associativas dos quintais - entre eles e com o entorno da comunidade em que se inserem), em decorrência da existência de demanda de atividades tradicionais em saúde por parte da ausência de atendimento em saúde na área rural.

Parece-nos que a escolha metodológica aqui não é o problema, mas sim epistemológico. Esta tese tenta contribuir para a inovação das abordagens de investigação em Geografia Cultural, dos lugares e dos micros espaços, pois “(...) se a análise espacial não penetrava até os anos 2000 nos espaços domésticos, é porque eles não interessavam aos geógrafos. Esse rechaço pode ser explicado através da definição da geografia que prefere a análise espacial e, antes da Geografia, desde a perspectiva da Geoagracidade dos espaços domésticos (...) e assumir um verdadeiro giro metodológico que muitos reconhecem como necessário, mas que se apresenta ainda bastante tímido na prática da pesquisa” (COLLIGNON, 2010, p. 141-142).

Também observamos os gestos políticos das mulheres Aroeira nas discussões sobre a criação da Associação dos Moradores do Distrito de Buenolândia, na Seção 4.8 deste Capítulo. Sua representação no Conselho Municipal de Saúde, a apresentação à Câmara Municipal de projeto de lei complementar ao atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS) com suas práticas integrativas e complementares na rede pública de saúde. Nascida do projeto de extensão da UFG¹²⁵, hoje é reconhecida como Lei Municipal na cidade de Goiás, sancionada em 2019 pelo governo da prefeita Selma Bastos e a presidência da Câmara Municipal de Aderson Gouvea, a Lei Municipal 224/2019 (Anexo 61). Também foi encaminhado o pedido do reconhecimento à Câmara Municipal sobre o pertencimento do Arraial aos sertanejos e de patrimônio histórico cultural sobre o Arraial da Barra e Mulheres Aroeira e a Cartografia Cultural das Mulheres Aroeira e do Pertencimento Sertanejo, encontram-se em andamento.

Não obstante, o estudo apresentou os efeitos políticos das práticas no cotidiano dos sujeitos sociais. No intuito de colocar em discussão essa perspectiva de análise, fizemos uma escolha teórica que buscasse compreender o cotidiano doméstico definido pelas Aroeiras, que define a territorialidade destas mulheres, elas a partir de seus saberes tradicionais e práticas domésticas, superam os conflitos dos quintais travados neste ambiente ancestral doméstico, e extrapolam os vínculos familiares até os locais públicos, com suas comunidades.

Concebem os raios de abrangência de compartilhamento, perpassados por redes, conectando outros quintais, mudas de plantas e ervas, receitas e saberes, numa dinamicidade construtora de territorialidade, confiança e amizades, que abrange relações de poder simbólicas e concretas, gerando micropolíticas, conforme discutidas em Guattari (1996). As micropolíticas: a) referem-se às relações da reflexividade, do confronto, das práticas com lógicas de ação determinadas desde uma perspectiva histórico-cultural; b) apresentam um cunho processual, pois as formas de organização são múltiplas e articuladas em um espaço de práticas; c) produzem efeitos no cotidiano, devido ao seu caráter relacional com as esferas normativas da sociedade.

¹²⁵ Projeto de Extensão Casa de Tradições e Paisagens do Cerrado, encontra-se em sua 3ª edição, desenvolve atividades junto à comunidade da Barra, desde 2018, sendo a assistência técnica da AMDBGO uma delas: estruturação social e participativa da Associação em decisões e políticas públicas para o distrito, elaboração de trâmites administrativos e organização de pautas, procedimentos e demandas junto à Prefeitura Municipal de Goiás, Ministério Público, Câmara Municipal de Goiás, Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, Cartório de Imóveis de Goiás, IPHAN, entre outras.

Esta imersão como forma de investigação no espaço vivido destas mulheres e seus quintais, revelou as protagonistas do campo social, e da descoberta e valorização feminina pelos quintais referenciados por Almeida (2016). Apresentou-nos outras questões marginais, com o nascimento das imensas minorias de mulheres-ilhas que, juntas, constituem a maioria da população que gera a economia de subsistência, o artesanato, o domínio dos saberes tradicionais rurais no cuidado com o outro, tornando-se questão fundamental. cremos que não haja uma cartografia geral da forma como são setorizadas essas questões, como coloca Guattari (1996, p.27), da semiotização,

Não considero que haja uma teoria ou uma cartografia geral da forma como são semiotizadas essas problemáticas. Esse ponto é para mim fundamental, pois a representação teórica e ideológica é inseparável de uma práxis social, inseparável das condições dessa práxis é algo que se busca no próprio movimento incluindo-se nesse movimento os recuos, as reapreciações e as reorganizações das referências que forem necessárias.

Estas mulheres desenvolveram tal autonomia de grupo, que corresponde a capacidade de operar sua própria prática, semiotizando, cartografando, inserindo-se em níveis de relação de força local, de fazer e desfazer alianças. Hoje elas representam as suas comunidades rurais do Arraial da Barra em seu município.

Partiram de uma cartografia tosca de mulheres-ilha. Neste sentido, aos olhos de Guattari (1996), para as pessoas qualificadas socialmente, como as mulheres sertanejas, a melhor cartografia é essa que se configura no sentido do devir, ou seja, do desejo cidadão. Apesar de estarem num quintal, a referência é geopolítica e demarcatória por natureza, aliás a partir de investimentos afetivos, as Mulheres Aroeira reativaram uma série de informações, desenvolveram a possibilidade do plano social do que tinham, de maneira a exercer um controle semiótico sobre a comunidade em que atuam. Suas ações subjetivas, proporcionaram as reinvenções da vida rural sertaneja.

Naquele nível celular que se encontravam, que Guattari (1996) chama de devires de natureza molecular no campo social do desejo, e por outro lado, engajamentos que desenvolvem uma busca incessante de ruptura com a realidade machista e preconceituosa que convivem diariamente. Não se trata de uma rejeição de ambos os lados: os homens rejeitando as mulheres, que as diminuem e que nunca poderão ou conseguirão fazer coisa alguma juntos. Trata-se aqui de aprender a dimensão dessa heterogeneidade radical para poder encontrar práticas que possibilitem

uma afirmação nesses dois opostos. Como no caso da mastite contada e recontada por D. Maria Luiza nos encontros

Nós tínhamos um grupo e tinha alguns maridos que não gostavam que as esposas iam no encontro. É não sei o que vocês vão fazer lá e tal! Tinha um dia que a gente estava num salão e tinha um marido e a porta estava meio aberta assim e aparecia um rosto lá, ne. Eu fui falando e fui encostando na porta e abri a porta de uma vez e quase que ele cai! E aí deu uma chuva mas uma chuva demais e tinha um córrego que quando ele enchia as pessoas não passavam. E a vaca dele teve um problema de mastite e era uma vaca cara e daí não podia ir na cidade comprar remédio pra mastite. Aí a mulher falou assim: olha, na vez que eu fui no encontro nós fizemos uma pomada lá. Eu passo nas feridas das crianças e cicatriza. Quem sabe é bom. Então, me dá essa porcária aqui! Aí depois ele dissolveu um pouco a pomada não sei se foi na água não sei no que e injetou no peito da vaca. Dois dias depois a vaca tava com o peito murchinho. Agora ele manda ela pra ir pro encontro.

(D. Maria Luiza em XXV Encontro de Formação da Pastoral da Saúde da Diocese de Goiás, UFG Santana, nov/2019).

Desde que elas puseram um ponto referencial nessa afirmação social, a casa sertaneja e seu quintal ganharam uma nova representação, entrando em estruturas que necessariamente as marcam subjetivamente, assumindo responsabilidades nos “devires moleculares”.

Assim a cartografia dos quintais das casas sertanejas do Arraial da Barra, em expressão coletiva, deve ser considerada de pleno direito como cartografia analítica. Ela tem a sorte de poder se inscrever fora do esquadramento dos equipamentos coletivos institucionais. Diante disso, podemos considerar como primeira figura de modelização a presença de uma atividade interpretativa criativa dos fatos subjetivos sociais, baseando em um ângulo inteiramente novo, e concomitantemente a tentativa de elaborar num esquema de interpretação ao que se pretende estrita e rigorosamente científico.

Em outras palavras, podemos conhecer a dinâmica cartográfica das mulheres aroeiras e seus quintais, com base na leitura espacial semiótica. Como ao modo das mulheres aroeira é condizente com sua atuação, é preciso também que a forma de leitura de seus espaços vividos seja proposta de uma forma inconsciente¹²⁶ que nos permita apreender melhor a articulação entre esses diferentes modos de semiotização. Ou seja,

¹²⁶ O inconsciente resulta de um conflito que implica uma oposição dinâmica: uma coisa é repelida por outra e, ao mesmo tempo, atraída, em direção ao sistema de identificação primária, por exemplo. Esse vetor dinâmico que remete a toda espécie de metáfora energética - os investimentos, a libido, a pressão, etc. - participa da mesma entidade subjetiva: é o indivíduo que tem uma instância recalcante tanto da perspectiva da primeira tópica, quanto da segunda ou da perspectiva estruturalista -, é o indivíduo que tem seu inconsciente marcado por sua história, suas fixações, etc. (GUATTARI, 1998)

que não seja redutor, ou estruturalistas, quantitativos ou cartesianos, mas sim, numa visão de micropolíticas: uma forma de tentar mudar o mundo e as coordenadas dominantes. A cartografia geral das formações do inconsciente, proposta por Guattari (1996), pode ser interpretada pela análise da cartografia elaborada pela mulher Aroeira Dita, da comunidade de São João do Monte Alegre (Figura 22).

Figura 22: Cartografia da Aroeira Dita



Elaboração: Dita, 23/11/2009

O espaço de uma certa concepção pulsional freudiano: as concepções das energéticas pulsionais (esteios), antes de terem sido esvaziadas das problemáticas do corpo e das energias não verbais. Os raios de abrangência de cada quintal que lança seu esteio, ou seja, uma Mulher Aroeira, à sua comunidade adjacente que a circunda, pulverizadas como pontos de tensão, compartilhamento, articulação, atendimento.

E por último, provisoriamente, aquilo que Guattari e Deleuze (1996, p. 210) chamam de “inconsciente maquínico”, que posicionaria a problemática da articulação desses outros componentes, e a apresentaria não como um processo de fechamento, de controle das formações do inconsciente: ao contrário, ele seria um meio de leitura do inconsciente - isso, quando sua produção é possível. Ou seja, o inconsciente maquínico

corresponderia ao agenciamento das produções de desejo e, ao mesmo tempo, a uma maneira de cartografá-las.

O inconsciente maquínico é aquele que tenderia a produzir singularidades subjetivas. Isso significa que as formações do inconsciente não provêm de um *deja-lá*, mas são construídas, produzidas, inventadas em processos de singularização. Esses processos, pelo fato de se encontrarem em ruptura com as significações dominantes, acarretam problemáticas micropolíticas: uma forma de tentar mudar o mundo e as coordenadas dominantes.

Muito embora exista uma dimensão de reprodução social no cotidiano, é preciso salientar a constituição de práticas contraditórias nesse espaço. É preciso considerar o cotidiano levando em conta as articulações entre as denominadas esferas macro e micro das ações sociais. É fundamental salientar que “macro” e “micro” não se referem a grande e pequeno nem tampouco a Estado e sociedade em oposição a grupos pequenos. Essa diferenciação está relacionada com um funcionamento que só ativa a relação com a alteridade, com o mundo, como uma projeção de nossas representações que a posiciona fora de nós, (macropolítica) e uma subjetividade processual, vulnerável a presença do outro.

De Certeau (2002) e Foucault (2010), ainda que não diretamente, empreendem um embate teórico acerca dos estudos sobre o cotidiano. Para Foucault (2006), as análises do cotidiano implicam o entendimento das redes de disciplinas que caracterizam a ordem social e as tecnologias de poder presentes nas ações dos sujeitos. Os sujeitos vivenciam material e simbolicamente o cotidiano, pois eles participam de sua elaboração e do exercício dos efeitos das relações de poder. O poder, apoiado na produção de espaço e tempo, constitui o cotidiano, bem como a emergência de saberes.

Esses saberes articulam formas específicas de relações de poder, a exemplo das práticas disciplinares, que permitem o controle minucioso do corpo, da subjetividade, garantindo uma relação de docilidade e utilidade dos sujeitos na sociedade capitalista. O poder é uma prática social constituída historicamente e exercida em diferentes formatações, e seus efeitos intervêm materialmente na realidade dos sujeitos, a exemplo do corpo biológico e socializado, caracterizando mecanismos micropolíticos de manifestação no espaço social.

Os quintais, demarcados pelas posições ocupadas pelas Mulheres Aroeiras no espaço sertanejo da Barra formam os lugares, que são pontos de ancoragem para a constituição das práticas que sustentam os mecanismos das relações de forças, bem

como configuram as formações dos sujeitos (FOUCAULT, 2010). Essa é uma das características das práticas disciplinares para Foucault (2010), pois, nesse espaço, os indivíduos são classificados e hierarquizados, segundo diferentes objetivos, para garantir sua funcionalidade.

A intervenção dos sujeitos no espaço ocorre nas modificações das relações de forças, podendo tornar intolerável o efeito do poder propagado espacialmente e do funcionamento das técnicas disciplinares. As formas de distribuição desses entrecruzamentos das relações de forças constituem as políticas das práticas cotidianas, que se caracterizam pelo confronto com a história do presente e pela constituição dos sujeitos. Para Castro (2008), Michel Foucault caracterizava as práticas como: (1) modos organizados das maneiras de fazer dos sujeitos sociais; (2) configuradoras de uma sistematicidade; e (3) compostas por uma generalidade, uma configuração histórica singular.

De Certeau (2002), analisava as políticas, afirmando que elas compreendem as formas de mobilização social no espaço que podem ser articuladas em tecnologias de poder, mas que também podem perturbar o estabelecimento de uma ordem. Por espaço, De Certeau (2002, p. 202) entende “[...] o efeito produzido pelas operações que orientam, circunstanciam, temporalizam e levam a funcionar os elementos móveis de uma unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais [...]”.

O espaço é o lugar praticado por sujeitos históricos, uma vez que, em meio a essas tramas, os sujeitos podem estabelecer intervenções de sustentação ou rupturas das tecnologias do poder, criando outros lugares que não os próprios em um espaço (DE CERTEAU, 2002). Se, para Foucault (2006), as relações de poder formam as tecnologias disciplinares, para De Certeau (2002) é no cotidiano que devemos analisar esse processo, dado que ele não está submetido tão somente ao nível disciplinar, mas também à dimensão política das práticas cotidianas.

De acordo com De Certeau (2002), as práticas cotidianas são as "maneiras de fazer" pelas quais os sujeitos se apropriam do espaço social. Por isso, afirma o triplo caráter dessas práticas: o estético, determinado pelo estilo de fazer dos sujeitos sociais; o ético, em que a recusa à identificação com a ordem estabelecida abre espaços para criações nas ações; e o polêmico, caracterizado pelas intervenções nas relações de forças. A dimensão micropolítica das práticas no cotidiano refere-se às ações dos sujeitos que, em meio à esfera de normatividade social, podem, até mesmo sob a

aparência de reprodução, transgredir ou estabelecer outros processos de organização social imbricados nas condições de existência vigentes.

De Certeau (2002) considera a existência de saberes em práticas que não são ditas nem ensinadas, tampouco pertencentes ao domínio de uma suposta inconsciência dos sujeitos. Pode haver uma lógica de ação articulada nas condições de possibilidades históricas das práticas que transgridem a ordem estabelecida, ou mesmo as representações dessas ações em contextos específicos. É isso que Foucault (2010) denomina efeito, que é produzido pelas práticas, mas que não está em seu domínio.

Sob esse enfoque, De Certeau (2002) afirma a relevância de se compreenderem as maneiras de fazer o cotidiano pelos sujeitos sociais com base na distinção dos estilos de ação em contextos específicos. Essa concepção de práticas como articulação de ações aproxima as discussões de De Certeau e Foucault em relação ao estudo das práticas domésticas percorrido também por Collignon, geógrafa que postula a domesticidade como espaços geográficos.

Se afirma aqui a dimensão cultural do espacial, demonstrando que o espaço se constrói e regula diferentemente segundo a cultura local. Ler o espaço doméstico como a experiência de um processo de “ser-no-mundo”, para desenvolver-se como uma entidade autônoma, desempenhou na Barra um processo de construção do indivíduo, desenvolvendo conjuntamente novos espaços.

4.6 A MULHER AROEIRA: “ESTEIO” COMO CONSTRUTO SOCIO-CULTURAL SERTANEJO

Com base nas reflexões de Rizek; Tramontano (2019), iniciamos uma análise sobre a abordagem de alguns aspectos da expressão “A construção da informação” no disputar o sentido do mundo. Propomos trazer a dinâmica das Mulheres Aroeira para enxergarmos a noção de informação considerando sua etimologia e seu significado de “dar forma a” algo. Entendemos que a Pastoral da Saúde proporcionou, desde os quintais, pensar a informação como um construto social recuperando entendimentos consolidados nos saberes populares e tradicionais sertanejos sendo revistos aqui pelas ciências sociais, como o próprio conceito de redes sociais desenvolvidos na conexão entre os quintais sertanejos – ou como elas chamam, do compartilhamento. Para Rizek (2019, p.89):

É bem interessante pensar que, do ponto de vista da antropologia filosófica, a questão da informação, pelo menos em termos da representação da forma, é constitutiva da própria produção da unidade cultural. Não há unidade cultural sem produção simbólica. A dimensão da passagem da natureza para a cultura, da natureza para a história, supõe essa capacidade que Marx, citando a linda metáfora de Aristóteles sobre o arquiteto e as abelhas, diria que é a de se enxergar um banquinho em uma árvore. Dar forma supõe transformar, ou a transformação da natureza pelo trabalho humano. E essa ação transforma não apenas o objeto, mas o sujeito desse processo. Do ponto de vista de uma antropologia filosófica e dos pressupostos filosóficos dessa antropologia, que está na origem das ciências sociais, é apenas nessa relação que o sujeito pode ser pensado como sujeito. Portanto, se a primeira informação é a linguagem, a linguagem é necessariamente um componente do processo de constituição do humano. Não há como alterar essa linguagem porque não existe unidade sem palavra. Não há, portanto, unidade sem informação, sem "dar forma a", sem transformar, sem informação.

Desse ponto de vista, é muito instigante pensar que o processo (então singular) dos Sedimentos-sertanejos, discutido no Capítulo 2, ou sua face feminina, as Mulheres Aroeiras, que surgiram nesse território num processo evolutivo secular, amparadas pelas condições geográficas da Serra Dourada. Elas foram vistas pelos viajantes europeus frequentemente reduzindo-as - na fala do próprio Saint-Hilaire, ao papel de “fêmeas para os homens”. Evoluírem para Mulheres Aroeira, se referindo aqui aos atuais processos de produção da informação associados também aos novos processos de produção espacial desses sujeitos é parte desta tese.

As Aroeiras não são mais os mesmos Sedimentos-sujeitos. De moeda de troca à protagonistas! Nos parece que a leitura das dinâmicas espaciais, e de conflitos sociais auxilia na organização de novos valores. A alteração do espaço do indivíduo como suas primeiras experiências geográficas, em detrimento do processo de ser tolhida desta experimentação ao longo de séculos. E se nós considerarmos toda essa dimensão, vamos perceber que a experiência supõe uma historicização e uma enorme possibilidade de diversidade sócio geográfica e sócio-histórica. Se a informação que se está produzindo é outra, ela supõe um outro sujeito e uma outra relação sujeito-objeto.

O papel da Pastoral da Saúde em quintais sertanejos do Arraial da Barra proporcionou a troca de informação e a transformação necessária para que as Mulheres Aroeira não pudessem mais ser reconhecidas apenas como aquele Sedimento-sujeito apresentado no início da tese, pensado sem essa nova maneira de produção de informação, compartilhando novos objetos de transformação e, portanto, de novas relações sujeito-objeto e sujeito-sujeito.

Na verdade, esse processo de transformação da natureza, que supõe uma produção ao mesmo tempo simbólica, não acontece individualmente, não é do indivíduo. Segundo Rizek (2019), a mediação é das relações sociais que nascem nesse mesmo contexto, nesse mesmo processo. Tudo é processo, nada está dado, assim pensar nesse processo, hoje, enriquece a concepção do que é a relação sujeito-objeto no conjunto de relações socioespaciais.

A Mulher Aroeira possui uma outra forma de construção da informação, como a construção de cidadania e de um lugar de fala. Como um ato de resistência, uma possibilidade outra de se produzir e construir conhecimento, inclusive coletivamente e comunitariamente. Para que esse processo possa ser decolonizado, elas, a partir do acesso e domínio da produção técnica e tecnológica, buscam essa decolonialidade na história dos movimentos anticoloniais, desde a assimetria do mundo datada do século XVIII.

Elas desenvolveram uma resposta, uma possibilidade de comunicação e divulgação da produção de informação independentemente das grandes empresas de comunicação. Uma forma de ser no mundo, compartilhando entre quintais, os saberes e tradições em conhecimento de saúde, desde o sertão goiano, situa a casa goiana como um espaço de habitar como objeto de cultura irradiando o ponto de tensão destes esteios.

As Mulheres Aroeira inventaram nesses espaços, e de uma forma muito potente, uma manifestação que nos impressionou muito, ali estavam os pequenos coletivos, os quintais sertanejos onde produziu-se informação. Não se pode separar a produção da tecnologia da produção de conhecimento: os esteios e suas emissões de compartilhamento com ordens de grandeza abrangendo as comunidades que as circundam. Conexão e compartilhamento de saberes e tradições em saúde baseando-se na domesticidade do espaço de habitar.

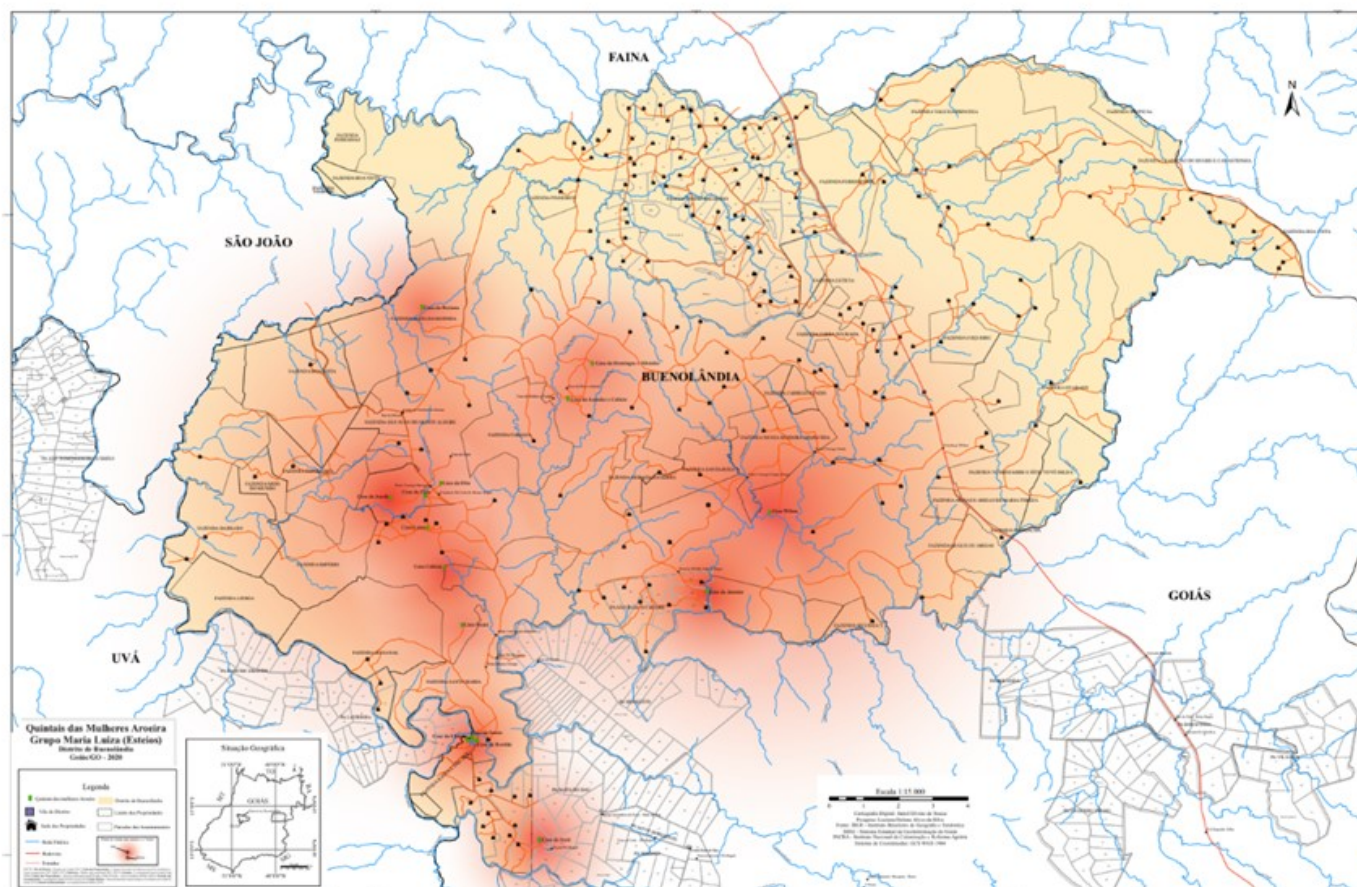
A fim de ampliar o debate, perguntamo-nos se seria possível a representação das realidades/abordagens culturais destas mulheres de forma a ressaltar um aspecto importante na construção da cartografia de manifestações culturais? Para Almeida, Vargas; Mendes (2011) esse processo sociocultural é possível ser espacializado, delineando o que chamam de uma “cartografia cultural”, entendendo-a como modo de representar cartograficamente, com sensibilidade, e comunicar conteúdos tratados por estudiosos da geografia cultural. A Cartografia Cultural é capaz de representar as vivências das representações e práticas culturais, de forma a comunicar facilmente,

mostrar, demonstrar e explicitar a representação simbólica que mapas e cartogramas oferecem.

A informação e compartilhamento em práticas em saúde propostos pelas Mulheres Aroeira e seus quintais, apresentados no processo da cartografia cultural inicia-se com a elaboração e reconhecimento por elas, definindo seus Territórios de Identidade com vistas à elaboração de uma base para a suas ações voltadas para a identidade, a cultura e o desenvolvimento sertanejo.

Para essa cartografia se considerou-se que as práticas e expressões culturais marcam as experiências das mulheres aroeira ao mesmo tempo em que são resultados de ações e também meio para que elas repensem suas ações. Dessa forma, se optou pelo mapeamento dos pontos de tensão dos esteios e de sua cultura sertaneja (Figura 23) os pontos de tensão são simbolizados no mapa pelos pontos vermelhos, são as manifestações tradicionais enraizadas como aquelas que traduzem a herança e a manutenção das práticas tal como apropriadas no passado, pela ancestralidade e práticas em saúde no quintal de 15 Mulheres Aroeira no Arraial da Barra.

Figura 23: Cartografia cultural dos quintais das mulheres Aroeira - Pontos de tensão dos esteios da Pastoral da Saúde no Arraial da Barra, grupo Maria Luiza



Fonte: Janiel Divino Sousa e Luciana Helena Alves da SILVA, dez/2020.

Esta cartografia possibilitou que o espaço doméstico se apresentasse. Um lugar privilegiado da reprodução social e da produção e invenção social das Aroeiras (Quadro 9).

Quadro 9: Cartografia Cultural (Figura 23) dos quintais das mulheres Aroeira - Pontos de tensão dos esteios da Pastoral da Saúde, no Arraial da Barra, grupo Maria Luiza

Abrangência do compartilhamento (ponto de tensão)	Quintais de Encontro – Esteios, Idade e Tempo na Pastoral da Saúde
3 km	1.Luiza Ferreira dos Santos, 65 anos, 09 anos
	2.Neuzi de Souza Jesus, 60 anos, 21 anos
	3.Josefa Dionísio da Rocha, 81 anos, 24 anos
	4.Maria de Lourdes Salomé de Aquino Dantas, 57 anos, 05 anos
	5.Domingas Aparecida C. Pereira, 38 anos, 05 anos
	6.Rosiane Cândida Gonçalves Noronha Batista, 35 anos, 03 anos
	7.Janaina Francisca de Oliveira, 34 anos, 03 anos
	8.Calixta da Cruz Pinto, 77 anos, 24 anos
	9.Izani Januária Rosa, 58 anos, 02 anos de Pastoral
Sede do distrito	10.Janete Gomes da Silva, 43 anos, 08 anos de Pastoral
	11.Rosilda Soares Xavier, 48 anos, 1º ano de Pastoral (2019)
10 km	12.Clarice Cardoso Leite Silva, 66 anos, 04 anos de Pastoral (2018)
	13.Wilma Maria da S Pinto, 61 anos, 16 anos de Pastoral (2018)
	14.Domingas Aparecida Pinto Barroso, 54 anos, 24 anos de Pastoral (2018)
	15.Benedita Ferreira Pinto de Almeida, 55 anos, 24 anos de Pastoral (2018)

Fonte: Janiel Divino Sousa e Luciana Helena Alves da SILVA, dez/2020.

Cada ponto é uma casa de uma Aroeira, a casa constrói e mantém com o espaço relações de sentido, eixos, distâncias medidas nos “tantos em tantos” entre uma e outra Aroeira. São seus fluxos, com cada Aroeira e seu quintal que define a função e apropriação dos lugares. A contribuição da construção do cotidiano doméstico como objeto geográfico não se limita neste aspecto, entendemos que a construção de sua micropolítica enquanto dinâmica de relação entre elas é muito mais complexa.

O papel espacial na elaboração do social das Aroeiras é muito mais do que uma simples pesquisa no espaço e sobre as normas sociais. O entendimento sobre o estudo dos quintais das Aroeiras nos mostra que o tema dos espaços domésticos e suas transformações/informações não são tão fáceis de se instrumentar.

Demonstrar as sensibilidades ao longo do tempo, como evoluíram as normas e os valores imperceptivelmente, contribui para revelar todo o valor do cotidiano para a análise geográfica, em especial a geografia social e geografia cultural. Representam a complexidade dos quintais e de seus *habitus* geográficos.

Delineou-se na Figura 23 uma interpretação e uma expressão semiótica buscando demonstrar com a implantação cartográfica dos pontos de tensão dos esteios e a localização dos quintais das Mulheres Aroeira da Barra, de acordo com suas representações para o lugar. Ou seja, foram definidas as grandezas de irradiação e alcance de cada esteio em sua comunidade, delimitando o alcance de conexão e compartilhamento de saberes que cada mulher consegue desempenhar e compartilhar em sua comunidade.

A representação que possibilitou a construção da demarcação oriunda de cada quintal e o degradê representando como mobilizam a comunidade e/ou expressam o lugar, estão mapeados com a cor vermelha e vai esmaecendo. Essa categoria de representação é ilustrada na espacialização dos raios dos pontos de compartilhamento designados por cada esteio. Os caminhos mensurados pela possibilidade de cada Mulher Aroeira em caminhar a pé, a cavalo ou ir de moto aos demais quintais, percorrendo o total de 1374,29 Km, sendo 91,62 KM a média de caminhada por ano (Anexo 62) para as reuniões mensais da Pastoral da Saúde e o raio de atendimento de seu ponto em sua comunidade cotidianamente. Soma-se ao percurso a dificuldade do trajeto e das pontes dos caminhos (Apêndice 67)

Optou-se por tal implantação de forma a facilitar a visualização do conjunto de manifestações levantadas, mas também, dos agrupamentos e especificidades. A intensidade do degradê vermelho constitui neste mapeamento um sistema de signos que proporcionou a apreensão da localização dos quintais e seu potencial de atendimento. Também, a abrangência de compartilhamento e relações socioculturais com referência a demais marcos de importância para as comunidades do Arraial da Barra.

Foram selecionadas quinze Mulheres Aroeira, todas habitantes do Arraial da Barra, que participaram da pesquisa que gerou a tese, voluntariamente, com as mais diversas condições de mobilidade, tempo de atividade junto à Pastoral da Saúde e saberes tradicionais em saúde e seu histórico ancestral junto nesse local. Todas abrem suas casas e recebem em seus quintais as dinâmicas da Pastoral da Saúde de forma a estabelecer um rodízio, uma vez por mês uma das Aroeiras recebe em seu quintal a reunião e as demais Aroeiras.

As Aroeiras geram um movimento interessante com suas “casas abertas”, por causa das Aroeiras o encontro se manifesta nos quintais que começara a receber em suas casas que quando se adentra vê-se todos reunidos. Elas começaram a abrir seus quintais e todos começaram a abrir, mas foi por causa delas que as porteiras e fechaduras se destrancaram.

No centro do diálogo se pode, se faz, entre as polaridades que superaram e transmutaram. Foi possível uma compreensão entre todos, mesmo com o processo de perdas, a emoção, de um nível de sensibilidade incrível, se defrontando permanentemente com as dificuldades onde vivem.

Foi bem inconveniente ligar esta sabedoria ao protagonismo feminino em meio a uma sociedade machista e de comportamento tradicional. Então era melhor serem reconhecidas como feiticeiras, curandeiras, do que ter o reconhecimento e seu legado? Mudar implica ter de enfrentar a insegurança e a falta de respeito. Elas são detentoras de muito conhecimento, como resultado das suas ancestralidades, mas quem carrega a cultura é o povo, no seu colo, as Aroeiras morrem, mas ficará a obra, que não é para os covardes. Compartilhar e resistir, encontrar e repartir: Evoquemo-nas!

4.7 A NARRATIVA SENSÍVEL DAS MULHERES AROEIRA REPRESENTADA PELA *ARPILLERA*

Abordar o quintal da casa sertaneja goiana pela narrativa feminina, enquanto elemento demarcatório de memória e compartilhamento, perpassando pela concepção da identidade delas mesmas e suas transformações, principalmente sobre seus quintais, representam a visibilidade e identidade para as diferentes comunidades rurais, por meio de uma concepção cultural.

Para que esta identificação de elementos culturais e as relações de memória emergissem, foram desenvolvidos 15 quadros integrados formando uma *Arpillera* (Figura 24), bordada a partir de um processo narrativo das mulheres Aroeira, envolvendo o entrelaçamento entre teoria e prática. *Arpilleras* é uma técnica têxtil, é construída a partir de retalhos e sobras de panos e o bordado é um “acessório” ao trabalho têxtil utilizado para realçar os contornos. Numa base de tecido branco de algodão, chamada de *Arpillera*, as mulheres contam suas histórias pessoais e coletivas, dramas familiares, problemas políticos e sociais, ao construir uma narrativa visual e, motivando outras comunidades.

Figura 24: *Arpillera* das Aroeiras



Fonte: SILVA, LHA (2018)

Com base metodológica, a experiência e a percepção, desenvolveu-se a possibilidade de debate científico estruturado pelo conjunto de imagens e representações dos aspectos culturais sertanejos cotidianos.

Realizado em parceria com o mestrando em Letras, Jossier Boleão, em 2018, convidamos as Mulheres Aroeira para desenvolver a técnica a partir de motivações estéticas e a temática dos quintais e sua atuação junto à Pastoral da Saúde (Apêndice 68). Essa experiência do bordado regional, originário do Chile, conhecido como *Arpilleras* e as aproximações que há entre as autoras e a proposta constitutiva das técnicas de bordado feito originalmente por mulheres em contextos de conflitividade em suas comunidades, sejam em aspectos sociais, econômicos e/ou políticos, aproximou-as e aceitaram o desafio.

A narrativa teve como resultado a casa sertaneja e seu quintal, a memória registrada, o território como marco simbólico e a vivência nas casas sertanejas como espaços de vida e compartilhamento. As considerações finais sublinham a importância do quintal enquanto espaço identitário, a identificação de elementos culturais presentes nas casas busca entender o espírito do lugar, as relações da memória afetiva das Aroeiras com seus quintais e o significado da casa sertaneja goiana através do tempo. A transmissão oral da memória e a manualidade caracterizam-se por traços culturais da comunidade do Arraial estando presentes no dia a dia da cultura sertaneja goiana, seja no processo de construção da casa, no plantar, no comer, no ensinar, no aprender, no bordar.

A partir da leitura desse traço cultural foram escolhidas a percepção e a experiência como ferramentas de leitura dos aspectos constituintes da cultura sertaneja goiana e técnicas manuais mistas tal qual o bordado como ferramenta de representação desses elementos. Para Paul Claval (2007), cada indivíduo está ligado aos outros por meio de uma rede complexa de relações sob o viés da cultura, que compartilham os mesmos códigos. A manualidade do bordado auxilia no registro da memória coletiva dessa comunidade, assim, Chagas (2007, p.47) afirma que:

O registro da cultura vivida só pode ter sua história articulada se consultamos a memória dos praticantes, aos que sabem e lembram porque viveram para falar e os ouvimos, o que é feito com muita frequência nos cotidianos.

A construção de significados não se restringe à mera conceitualização, mas diz respeito à nossa conexão visceral com o mundo, que é constituída por imagens, corpo,

sistema sensório-motor, qualidades, sentimentos, emoções, assim como afirma Gumbrecht (2010), que as formas poéticas estão numa situação de tensão oscilando para a dimensão de sentido contribuindo para a relação entre efeitos de sentido e de presença.

Pela compreensão da importância do estudo acerca da composição da cultura sertaneja goiana, seus processos de formação e seus significados atuais, a pesquisa buscou evidenciar a relação com a casa. Isto é, o seu caráter de resistência cultural diante das transformações sociais e a mudança na vida no espaço rural percebido pela manutenção da manualidade presente no dia a dia do Arraial da Barra, com pontos, nós, cores e símbolos próprios da cultura sertaneja goiana.

A *Arpillera* cirandou depois de pronta (Figura 25 e Anexo 63), buscando outras comunidades nas mãos da coordenadora da Pastoral da Saúde (23 comunidades rurais), além do evento da CPT “Caravana de Mulheres” em 2018¹²⁷. Em 2019 foi à Rionegro - Colômbia (Apêndice 69) durante o XVIII Seminário Internacional Sobre Território y Cultura foi exposta no Teatro São Joaquim e na UFG Unidade Santana (Apêndice 70 e 71) no evento I Seminário Questão Agrária e Direitos na Cidade de Goiás, e no Arraial da Barra durante a Festa da Padroeira ficou exposta na casa da Aroeira D. Francisca.

¹²⁷ Link para acessar o vídeo do evento: <https://www.facebook.com/watch/?v=765313727300401>

Figura 25: Cartaz informativo que ciranda juntamente com a *Arpilleira* das Aroeiras



Fonte: SILVA, L.H.A. e SILVA, N.C.G. (2019).

Ademais da parceria com o mestrando em Letras Jossier Boleão (2017) para confeccionarmos e bordarmos a *Arpillera*, num segundo momento, e para melhor entendimento sobre o conteúdo das cartas das Aroeiras, convidamos o Professor Flávio Alves Barbosa, da UEG Anápolis, com formação em Ciências Sociais, mas como ele mesmo se define: “procuro viver meu ofício de cientista social em diálogo com a Filosofia e a Literatura”. Seu conhecimento foi valioso para nos elucidar sobre a profundidade respeitosa das cartas das Aroeiras, de cada um dos 15 bolsos, suas narrativas sertanejas ao seu olhar sensível, nos esclarece:

“Na carta de dona Calixta, as palavras são ontológicas, palavras são o ser e existência dela na comunidade e no mundo, para mim, a carta dela está ancorada nas palavras história, cuidado e rueira. Se olharmos superficialmente e, mesmo, a brevidade da carta, corremos o risco de ver que essas palavras como adjetivos, ou seja, designando qualidades de dona Calixta. Essas palavras não designam qualidades, elas são a própria dona Calixta. Por isso, as vejo como palavras ontológicas.

Rueira é identidade, portanto é ontologia. “Tenho minha história”, me fiz e sou rueira. O ser rueiro é um ser indomável, rueira tem a ver com movimento, com liberdade. Rueira é incomensurável, rompe com o pensamento, rueiro é infinito, escapa às definições de um “pensamento sobre” para afirmar um “pensamento de”.

A palavra cuidado é também ontológica, porque na vida de dona de dona Calixta o cuidado é transversal, está entranhado na identidade dela. O cuidado é imanente (cuidar da família e da comunidade por meio da pastoral da saúde) é transcendente, porque deseja o cuidado de Deus, ele é vivido e entendido como responsabilidade.

A história de dona Calixta não tem a ver apenas com o tempo. Eu até ousou criar uma expressão para nominar o ser de dona Calixta: O ser dela é ecossistêmico. Eco porque tem um lugar, uma casa, uma comunidade, escolhida livremente: eu quis viver aqui. Sistêmico porque o ser de dona Calixta é na sua totalidade interação.

A palavra cuidado está presente em quase todas as cartas. E, pela leitura que fiz, ainda muito verde, concluo que cada palavra foi escrita com cuidado. Cuidar tem sua origem em *cogitare*, que quer dizer pensar. De modos diferentes, nas cartas, é perceptível o cuidado na escrita e na reescrita da história de vida. Nas cartas, o cuidado me parece ser a linha que dá unidade entre história, memória, identidade e percepção do mundo ao longo dos anos de vida e de participação na Pastoral da Saúde.

Ao ler as cartas, lembrei de um pensamento de Merleau-Ponty (2006), que transcrevo do livro *Fenomenologia da percepção* "A verdadeira filosofia é reaprender a ver o mundo, e nesse sentido uma história narrada pode significar o mundo com tanta 'profundidade' quanto um tratado de filosofia. Nós tomamos em nossas mãos o nosso destino, tornamo-nos responsáveis, pela reflexão, por nossa história, mas também, graças a uma decisão em que empenhamos nossa vida" (MERLEAU-PONTY, 2006 p. 19).

As palavras de algumas cartas me pareceram ser a expressão de mulheres que, desde a Pastoral da Saúde, têm aprendido a ver o mundo e a tomar nas mãos a sua história. O cuidado com a mãe, os filhos, netos, com as plantas, com os animais, não me pareceu não ser um cuidado no sentido de dar atenção, mas de ser responsável por. E este segundo sentido é mais profundo é ontológico, é vivido, ou seja, um modo de perceber como Ser e de Ser o que para elas, não são atributo moral, mas o próprio ser.

De novo, vou a Merleau-Ponty (2006, p. 497): "Na raiz de todas as nossas experiências e de todas as nossas reflexões encontramos então um ser que se reconhece a si mesmo imediatamente, porque ele é seu saber de si e de todas as coisas, e que conhece sua própria existência".

O cuidado com o Outro revelado nas cartas, pela participação na Pastoral da Saúde, possibilitou às mulheres Aroeira aparecerem na história com o direito à palavra. Existe uma diferença infinita entre, simplesmente aparecer na história e aparecer na história com o direito à palavra (Totalidade e Infinito, LEVINAS, 1980). Não tem "um teto em que eu possa chamar de meu lar" (NEUZI). "Todas nós moramos longe" (ROSIANE). "E também as fazendas distantes uma da outra as dificuldades de cada moradores fazerem parte do nosso encontro" (CLARICE). "O rio com a ponte quebrada" (CLARICE).

Pelas cartas, as mulheres Aroeira têm tornado possível em suas histórias/vidas o que historicamente foi dado como impossível (LEVINAS, 1980). Na carta da Neuzi "e o médico ficou admirado com o que tinha acontecido isto ele disse há são umas macumbeiras, raizeiras e professoras lá de minha vizinhança o médico perguntou: quanto custou? Ele respondeu a amizade e o conhecimento". Estas palavras me levam a pensar que o vivido pelas mulheres Aroeira é irreduzível, não pode ser totalizado. A resposta "amizade e o conhecimento" crava uma interrogação, abre para o infinito.

As raizeiras, benzedadeiras, sempre existiram, nem as fogueiras medievais conseguiram detê-las. Pela memória delas, outras raizeiras e benzedadeiras se constituem.

"Pela memória, fundo-me a posteriori" (LEVINAS, 1980, p. 44). "A partir daí resgatamos as garrafadas, os xaropes, chás etc. de nossos avós, aprendemos a fazer os sabonetes medicinais pó da bananeira, as pomadas. Passamos a valorizar mais o Cerrado as benzedadeiras. A preservar a nossas nascentes a nos conscientizar dos nossos direitos" (CIDA - DOMINGAS APARECIDA). "Pela memória, assumo e ponho de novo em questão" (LEVINAS, 1980, p. 44).

Colocar em questão é tudo que a vida pede. "Eu, Neuzi, falo um pouco sobre a minha infância e adolescência Estas duas etapas da minha vida foram felizes difíceis" "A minha história é:" Minha mãe faleceu deixou eu apenas com 13 anos de idade e mais 3 irmãos pequeno pra eu cuidar e de meu pai também A minha infância foi muito triste que eu com apenas 13 anos eu aprendi a cuidar dos afazeres de casa tomar conta de casa e cuidar dos meus irmãos pequenos" (Janete).

As histórias singulares de cada uma das mulheres Aroeira parecem ser um exercício de não deixar que suas existências singulares se percam na história universal, que generaliza e tira de cada uma a possibilidade de construir a sua história e o seu destino. Parece-me que a Pastoral da Saúde e a experiência de escrever as cartas têm possibilitado/possibilitou isso" (Prof. FLÁVIO ALVES BARBOSA, 2020).

Convidamos que "entre pra dentro!" de cada quintal e conheça as mulheres Aroeira, por elas mesmas, a partir de suas cartas, rostos e quintais! Pesquisar os espaços domésticos nos aproximou destas "mulheres espaciais", ou atores geográficos. Suas narrativas as legitimam tal qual a disposição de seus quintais. Se expressa a influência das normas e dos valores sociais e culturais, se expressando a partir da dimensão individual e da prática. Longe de seguir reproduções de modelos impostos, as Aroeiras elaboram uma interpretação pessoal, em função de sua atuação geográfica nos lugares, os espaços e territórios.

Cada Aroeira demonstra sua capacidade narrativa para configurar seus espaços de vida. E nos parece aqui que não deixa de ser um eco particular dos resultados das reflexões de Collignon (2010) e De Certeau (1985). Graças às múltiplas e micros estratégias e táticas espaciais resulta mais fácil ao indivíduo relatar sobre seu espaço doméstico e sua dimensão social. As Aroeiras narram com maestria, o que o conjunto das ciências sociais em seu campo de análise intenta traduzir sobre o tema da integração do indivíduo em seu campo de análise e dos meios pelos quais se pode articular o individual e o coletivo, e a possibilidade de ascender ao social sem perder a complexidade do pessoal.

Com essa complexidade aflorada, a Associação dos Moradores do Distrito de Buenolândia (AMDBGO) sabe que têm pela frente uma nova agenda, aquela que tira-os da invisibilidade, do tempo de negligência e esquecimento e estabelece um ritmo de tarefas com essência no compartilhar, cuidar e nutrir publicamente e coletivamente, em estruturação política e social, as demandas representativas de suas gentes.

4.8 A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO DISTRITO DE BUENOLÂNDIA (AMDBGO) E A NOVA AGENDA SERTANEJA

Dentre as várias tarefas que a AMDBGO deve conduzir, a primeira levaria em consideração o que esta tese traz à luz: que a casa de 1727 tinha referências da arquitetura trazida por Bartolomeu Bueno da Silva (filho) da Capitania de São Paulo. O Casarão não integra a lista de imóveis do IPHAN - Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional, nem aos órgãos do Estado de Goiás ou do município da cidade de Goiás. Soma-se a isso a tarefa de buscar retardar a descaracterização do Largo da Barra e o total descaso com as referências culturais, histórico-geográfico e políticas referenciadas pela paisagem cultural da primeira casa sertaneja goiana. Desde 2018, o projeto de extensão junto à comunidade trata, a partir de pesquisa bibliográfica sobre a intencionalidade do Rei D João V, o *Uti Possidetis*, Tratado de Madri, a “expedição sem mapa” e a construção da casa permanente, sede de governo de Estado Português, do Capitão-Mor Bartolomeu Bueno, que desenharam o percurso histórico único e originário de Goiás.

Na sequência, a segunda contribuição da tese para as tarefas da AMDBGO, referente ao estudo comparativo dos dois Casarões (Fronteira e Origem) e as 4 casas sertanejas da Barra, a fim de compreender o partido arquitetônico, o programa de necessidades, a tecnologia construtiva, os materiais, a mão-de-obra regional. Resultou em análises que evidenciaram o fato de que o Casarão de Fronteira do sertão das minas dos Goyazes se implantou como casa permanente e suas referências arquitetônicas descendem do Casarão de Origem da Capitania de São Paulo. O Casarão de Fronteira é um marco político-geográfico-arquitetônico brasileiro de referência bandeirista urbano paulista.

E a terceira contribuição da tese, se deu sobre a materialidade do poder revelada pela construção da casa permanente e a proto-identidade nacional implantada

no sertão das minas dos Guayazes como característica da identidade configurada por uma arquitetura que mescla conhecimento indígena e paulista num mesmo objeto. Assim, o Casarão de Fronteira revela a presença do Estado e é um símbolo da identidade nacional em tempos de identidades pulverizadas das Capitânicas brasileiras.

Na ausência deste conjunto arquitetônico ao qual se contextualiza, da lista de patrimônio de imóveis de interesse municipal, estadual ou nacional, o Casarão jamais esteve numa zona de proteção. Tanto a população quanto os estudiosos, sentem que a demolição que passou pelo Casarão pode alcançar a igreja de Nossa Senhora do Rosário, o cemitério e o Largo, que já se encontra ocupado. Afirmamos que, o esforço, por parte da comunidade, alicerçada pelo poder público, numa atitude para sua preservação ou conservação, propondo políticas públicas a fim de prevenir e guardar os demais elementos do aglomerado que compreende o conjunto do Casarão de Fronteira.

Essa preocupação nos convida a construir uma agenda que faça constar o acervo sertanejo junto aos órgãos imediatos de interesse municipal da Cidade de Goiás, com a gestão de Associações de Moradores, para a providência real de acervos, preservação, agenciamentos turísticos e de intercâmbio em pesquisa. Atitude que fomentaria ações entre os 5 museus. A proposta de reconstrução para o tombamento do aglomerado (pátio, igreja, cruz, rio e casa) ser a primeira casa sertaneja em Goiás, compreendendo o projeto da Casa das Tradições e Paisagens do Cerrado. Pois, tendo essa tese respaldo na Geografia, e entendendo como Yves Lacoste (1988, p.6):

A Geografia deve nos ajudar a mais do que simplesmente descrever o mundo, mas estabelecer um olhar crítico sobre essa realidade, compreender a dimensão dessa desigualdade, apontar por quais meios podemos identificar as contradições desse sistema e não medir esforços para transformá-lo econômico e socialmente.

O caso deste Casarão, ficando à mercê dos interesses particulares e especulativos, ocorre também pela ausência de regularização fundiária. Essa ausência de titularidades mostrou-se na pesquisa como um procedimento cultural do sertanejo com seu patrimônio, e contribui para as condições de posse das famílias seculares na transição de terra e imóveis no local. A Associação de Moradores do Distrito de Buenolândia está se mostrando preocupada na salvaguarda de seu patrimônio, pois já entenderam que o acervo sertanejo verificado, fora do alcance dos interesses e da proteção da Unesco, está sujeito às críticas e apontamentos pelas suas arquiteturas “não admitidas”. Será deles a gestão do Casarão ressignificado.

A dor coletiva da demolição do Casarão de Fronteira pode ser ressignificada, a partir da oralidade dos descendentes, pois a única voz é daqueles que ficaram. O Casarão de Fronteira pertence aos descendentes dos Arraiais que permanecem, que resistem ao apagamento do tempo e da história, a reconstrução deste espaço possibilitaria uma experiência sensível, individual ou compartilhada de visitantes ao Arraial comunidade sertaneja, pesquisadores, turistas com os descendentes que ali ainda vivem. Eles dão voz e forma às suas memórias, o Casarão de Fronteira traz seus significados, ali, demarcatório cultural local de pertencimento e de identidade. E, em nível macro, o Arraial da Barra referência no contexto histórico-geográfico-arquitetônico, possibilidades no cenário nacional, na relação intercontinental e ultramarina. Esta é a pauta da nova agenda sertaneja dos seus descendentes, pela AMDBGO.

Aconteceu a Primeira Reunião Presencial da Associação de Moradores do Distrito de Buenolândia/ Goiás-AMDBGO

A reunião presencial foi realizada na quarta-feira, dia 17 de novembro de 2021, estava prevista para iniciar as 19:00 horas na Escola Municipal Terezinha de Jesus Rocha, mas com a forte chuva o encontro começou por volta das 19:40 min e término as 22:00 horas. Por problemas técnicos não aconteceu a transmissão virtual, via plataforma *Meet* dessa reunião. A reunião contou 31 pessoas presentes (Apêndice 72).

Na abertura, a presença de Claudio Leite de Brito, bisneto de Honório Dias da Silva, autor dos recortados do século XIX da Barra, abriu com a música autoral de seu ancestral: Rio Vermelho, acompanhado da presidente da AMDBGO, eles acolheram a todos com um trecho da música típica dos mutirões e tradições sertanejas daquele lugar. Neste momento houve a homenagem aos sertanejos de Buenolândia que os precederam em treições, mutirões, recortados, garrafadas, catiras, festeiros de sua cultura sertaneja: Sr Inocêncio, D. Antônia, Néia, Eládio, Nica e Dona Francisca.

A presidente da Associação Clarice Cardoso Leite Silva, a vice-presidente Leovane (Vaninha) Raimunda e a Professora Luciana Helena Alves da Silva da Universidade Federal de Goiás-UFG, do curso de Arquitetura e Urbanismo do Campus

Goiás, coordenadora do projeto de extensão¹²⁸ que dá suporte técnico à AMDBGO, apresentaram as pautas relativas a essa reunião.

Foram apresentadas as ações da AMDBGO durante o início do quadriênio de 2020-2024 (Quadro 10), onde atuou nos eixos: administrativo, cultural, representativo institucional, apoio à pesquisa e na parceria público privada (Anexo 64).

Quadro 10 - Apresentação à comunidade das atividades do histórico da Associação (gestão 2020-2024)

Histórico da AMDBGO	
2018	
08/09/2018	Elaboração do Estatuto
2020	
13/03/2020	Finalização do Estatuto e assinatura do advogado
14/03/2020	Assembléia para aprovação do Estatuto
17/03/2020	Registro da Ata e Estatuto em Cartório (pandemia)
20/03/2020	Cadastro CNPJ
2021	
04/04/2021	Criação do Email da AMDBGO
29/04/2021	Aprovação CNPJ
10/07/2021	Criação do zap da AMDBGO
12/07/2021	Posse virtual da Diretoria
17/11/2021	1ª reunião híbrida com a comunidade (Escola e meet UFG)

Fonte: AMDBGO (2021)

Na sequência foi proposto o planejamento para 2022, e as pautas foram:

Apresentação das datas das próximas reuniões da Associação de Moradores do Distrito de Buenolândia, a comunidade presente decidiu pela proposta para o dia das reuniões da Associação, toda primeira sexta-feira de cada mês (respeitando as normas e protocolos de higiene sanitária para atendimento do Decreto Municipal sobre a pandemia).

Apresentação da diretoria da Associação à comunidade, a AMDBGO composta por 12 membros, os quais seis estavam presentes, realizando o *quórum*, de acordo com seu Estatuto (Anexo 65): Clarice Cardoso Leite Silva (presidente), Leovane Raimunda Pinto (vice-presidente), Antônio Teixeira Fabino (segunda tesouraria), Venâncio Sabino Dantas (conselho fiscal titular), Romildo Rodrigues da Cunha (conselho fiscal suplente) e Domingos de Ramos Silva (conselho fiscal suplente).

¹²⁸ Projeto de Extensão Casa de Tradições e Paisagens do Cerrado (2021)

Apresentação da documentação (CNPJ) (Anexo 66), Estatuto, Ata da Assembléia de criação da AMDBGO, roteiro da *LIVE* de posse da diretoria (Anexo 67), Ata da participação da AMDBGO junto ao Plano Diretor de Goiás, *LIVE* do lançamento do Catálogo Terras da Santa (Anexo 68) com parceria UFG Campus Goiás e Iesa/Laboter da UFG de Goiânia, a Minuta do Cadastro do plano de trabalho do projeto de extensão e o atual Projeto de Extensão realizado em parceria com a UFG Campus Goiás, a carta de adesão da AMDBGO ao Observatório Popular do Plano Diretor de Goiás, o ofício de encaminhamento a Câmara Municipal do pedido de reconhecimento de território sertanejo ancestral, a carta escrita e lida pela presidente da Associação aos parceiros do projeto Terras da Santa na abertura da reunião junto à Prefeitura Municipal em fev/2020 (Anexo 69), o ofício com anexos para a Secretaria Municipal de Obras solicitando serviços para o distrito, Atas de reuniões da AMDBGO (Anexo 70), fotos e imagens de notícias da Associação em ações solicitando parcerias, preservação ambiental e histórica do distrito, *LIVE* da reunião preparatório sobre o Plano Diretor de Goiás (Anexo 71), aos presentes, deixando aberta a consulta dos mesmos sobre a mesa junto à lista de presença da reunião.

Apresentação dos projetos e parceiros da Associação em andamento:

- a) “Terras da Santa”, projeto em parceria público privado entre a Associação, UFG, Sindicato Extrativista de Mineração de Goiás e DF, Grupo Pirineus, GLP Incorporadora, Prefeitura de Goiás (Decreto 76/2021) (Anexo 72) e Estado de Goiás. O arquiteto e urbanista Renato Rocha – representante da Secretaria de Turismo do Estado de Goiás, Renato esteve por videoconferência falando sobre o projeto e ouvindo a comunidade presente. Encaminhamento: O projeto foi aprovado pela maioria dos presentes. É necessário buscar a regularização fundiária junto aos órgãos gestores para a implantação do projeto já com a limitação destas áreas de uso específico de interesse cultural e de patrimônio. O Tribunal de Justiça de Goiás já encaminhou sua Decisão/Ofício sobre a regularização fundiária do distrito (Anexo 73).
- b) A vice-presidente da Associação, Vaninha falou sobre os Ofícios levados à Prefeitura Municipal de Goiás. Encaminhamento: Buscar parcerias para contrapartida junto aos eventos que ocorrem em Buenolândia.
- c) Sebastião Santos e Natanael Gomes falaram sobre a emenda do Deputado Lucas Calil destinado a Distrito de Buenolândia, para levar uma ambulância que deve ficar 24 horas

a disposição da população da comunidade. Encaminhamento: O projeto foi aprovado pela maioria dos presentes.

d) A Professora Luciana Helena falou sobre o núcleo da Universidade Federal de Goiás, que tem o lançamento da pedra fundamental da Casa de Tradições e Paisagens do Cerrado, marcado para 13 de dezembro de 2021, às 15 horas, em Buenolândia, com a presença do reitor Edward Madureira Brasil, pró-reitores e diretores da UFG juntamente com autoridades estaduais e municipais (Anexo 74 e 75).

Foi importante reunirmos presencialmente, o envolvimento e participação se deram de forma muito mais participativa do que antes, nas reuniões on line. Depois de dados os informes e debatidas as pautas foram discutidos com os moradores que estavam presentes nessa reunião e direcionados os encaminhamentos para as próximas ações da AMDBGO, constando seu conteúdo em Ata. A próxima reunião será na primeira sexta de março de 2022.

Em 13 de dezembro de 2021 a UFG reconheceu cientificamente e politicamente o marco do território de formação secular de Goiás e, neste momento, precede as comemorações dos 300 anos de Goiás, que em 2022 enfatiza a saída de Anhanguera da Capitania de São Paulo em direção a ocupação do Sertão das Minas dos Goyazes, implantando no Arraial da Barra a primeira casa sertaneja goiana.

Um marco acadêmico resiliente em meio ao momento crítico que passamos frente ao descaso do governo com a ciência brasileira, que honra os ancestrais sertanejos da “Terra da Santa” e aproxima a comunidade e a Universidade em seu papel fundamental: da função social da ciência na comunidade rural de Buenolândia/GO.

No evento, a mesa redonda reuniu o reitor da UFG, Prof. Edward Madureira Brasil; a diretora do Câmpus Goiás da UFG, Profa. Margareth Pereira Arbués; a pró reitora da UFG, Profa. de extensão e cultura Lucilene Maria Sousa; a responsável pela tese e o projeto de extensão em Buenolândia, Casa de Tradições e Paisagens do Cerrado, Profa. Luciana Helena Alves da Silva, o promotor do Ministério Público promotor Dr. Edward da Costa Muniz; o Prof. Eguimar Felicio Chaveiro representando o IESA/LABOTER e o Instituto Bernardo Elis, a presidente da Associação dos Moradores do Distrito de Buenolândia Goiás (AMDBGO) Clarice Cardoso Leite Silva, o presidente do Instituto de História e Geografia de Goiás (IHGG) promotor Dr. Jalles Mendonça Guedes; o superintendente da Secretaria de Estado de Cultura de Goiás Nilson Jaime, esteve também presente o Prefeito da Cidade de Goiás Aderson Liberato

Gouvea e o presidente da Câmara Municipal de Goiás, o vereador Sidnei Antônio Rosa.

129

A fala de abertura do evento da UFG teve como protagonista Clarice Cardoso Leite Silva, presidente da Associação de Moradores do Distrito, Mulher Aroeira, sertaneja e representante ancestral do Arraial da Barra, em seguida a Direção da UFG, a coordenadora do projeto de extensão Casa de Tradições e Paisagens do Cerrado, a direção da UFG do Campus Goiás, o representante cultural do Estado de Goiás, o Prefeito e o reitor da UFG. A fala de abertura e boas vindas da presidente da AMDBGO saudaram a todos nos emocionando,

“Boa tarde a todos! Cumprimento os ocupantes da mesa, o Senhor Reitor, a Direção do Campus Goiás e a todos da UFG. Cumprimento o Senhor Prefeito e Presidente da Câmara, Promotor Dr Edivar, e a todos os seus companheiros de trabalho. Nossas boas vindas a todos os presentes nesse momento em nome deste Distrito. Meu nome é Clarice Cardoso, Presidente da Associação dos Moradores do Distrito de Buenolândia. Nós somos os sertanejos, herdeiros das memórias dessa terra do ouro dos arraiais de mineração: indígenas, negros, portugueses e paulistas, há quase 300 anos, onde encanta a nossa casa sertaneja goiana, reconhecida cientificamente agora pela UFG. A partir da pesquisa de doutorado da professora Luciana Helena que tem nos ajudado imensamente desde 2018 e seus projetos de extensão, nasce a Associação de Moradores. Ainda da pesquisa e extensão construímos juntos a Arpillera das Aroeiras, a Lei Municipal 224/2019, que da base ao Programa de Saúde com as Práticas Integrativas e Complementares junto ao SUS. A produção do mapa da Buenolândia junto a UEG Cora Coralina, o Catálogo de Pesquisa “Terras da Santa” junto ao IESA/LABOTER/UFG, a pesquisa do Casarão de Fronteira ou Casa de Anhanguera, a participação das Mulheres Aroeira no Conselho Municipal de Saúde e agora esta Casa de Tradições e Paisagens do Cerrado. Nossa eterna gratidão a UFG ! Sou filha de Francisco J. L. Brito e Argelina Cardoso de Brito, nascida no Sítio Mata Pau a beira do Rio Vermelho. Sou uma Mulher Aroeira! Quando há festas, fazemos nossas comidas nos fundos dos quintais, benzeções com raminhos e muita fé. Somos festeiras da Padroeira e do Divino Espírito Santo. Tocam também suas violas, pandeiros e violões os sertanejos, alegrando-nos com suas catiras e recortados nas Festas de Santos Reis. Aqui vocês encontram as raizeiras cuidando do cerrado, parteiras, trazendo a paz aos corações para todos aqueles que vão procurar a cura e ajuda para o alívio das dores. Peço a benção a todos os nossos ancestrais: ao meu irmão Eládio, a tia Chica, a Dona Antônia, a Aroeira Nica, Sr Inocêncio e a minha prima Néia, homenagando-os com a entrega de uma muda de aroeira à família da Aroeira Nica (*in memorian*) e homenagando-os pelo toque do berrante.”

Nessa cerimônia aconteceram várias manifestações artísticas, a primeira delas foi a apresentação dos violeiros bisnetos de Honório Dias da Silva: Claudio e José Leite, com a música “Rio Vermelho”. Também a leitura da carta da Pastoral da Saúde às

¹²⁹ As fotos do evento podem ser acessadas em: <https://photos.google.com/share/AF1QipOR8oPyIIaD-Ag1DR5HoXoSTLxkJwzO1SEFpEB8vUFpzUVOW9cBbYKhsmGAeEA3Mw?key=T2ZLcmNER1NE N1Jqbm9zcldUblVJUUG5bGtyYkpB>

autoridades municipais presentes feita pela Aroeira Domingas Aparecida Pinto Barroso sobre o Programa das Práticas Integrativas no município de Goiás, pedindo celeridade de sua implantação e apoio aos governantes locais. A professora Luciana Helena (UFG Campus Goiás) homenageou três dos cinco alunos – da graduação em Arquitetura e Urbanismo UFG Campus Goiás, que participaram dos projetos de extensão e iniciação científica do projeto Casa de Tradições e Paisagens do Cerrado, com a produção do Catálogo de Pesquisa Terras da Santa. São eles Nayara Cristina Gonçalves Silva; José William Azevedo Pinto e Eliezer Batista França.

A cerimônia foi encerrada com o descerramento da placa da pedra fundamental, que foi instalada na parede externa da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e logo depois ocorreram as bênçãos de líderes religiosos locais: Dona Josefa Dionísio da Rocha (Aroeira Anciã Vó Zefa) representou a tradição indígena; Elbio de Brito Silva representou a tradição de matriz africana e o Diácono Dionísio representou as tradições cristãs, da Igreja Católica.

Com o reconhecimento científico deste território e seu percurso ancestral, a fala da Mulher Aroeira, o toque de berrante em homenagem aos ancestrais sertanejos, as bênçãos sobre a pedra da Casa de Tradições e Paisagens do Cerrado, deu início a uma nova agenda comum em Buenolândia/GO retirando-a das camadas de sua invisibilidade, que envolve a ciência, a comunidade, a parceria privada e os gestores públicos.

CONSIDERAÇÕES

Esta tese convida para a reflexão com um novo olhar sobre os arraiais auríferos de Anhanguera, na cidade de Goiás. Revisitar a história dos arraiais e colocá-los à prova foi uma tarefa desafiadora a todo o momento desta tese. O ranço sobre o trajeto e a pessoa de Anhanguera atrapalhou o avanço do interesse por pesquisadores em ampliar o campo de visão sobre este território.

A formação do marco zero de Goiás, a entrada pela documentação referente ao Arraial da Barra, a Freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Barra e finalmente Buenolândia nos motivava a cada vez mais entendermos este processo de troca e marco de território político e geográfico da formação do Estado de Goiás. Na condução deste caminho, a entrada pelo Casarão de Origem e suas conexões de trocas e intercâmbios territoriais régios, trouxeram para Goiás uma arquitetura marcante portuguesa.

A evolução deste processo demarcatório, que foi motivado por uma missão exploratória tinha como essência a ocupação deste território da Capitania de São Paulo que estava sob a guarda da Espanha, motivando a construção de um ponto, um estabelecimento que firmasse a negociação entre reis.

O Casarão de Fronteira extrapola a paisagem do sertão das minas dos Goyazes e desenha um novo horizonte temporal. A primeira casa sertaneja goiana, com elementos trazidos de uma arquitetura paulista com enraizamento no território sertanejo goiano, confeccionado por mão e sabedoria escrava indígena e negra. Esta que seria a primeira casa de proto-identidade nacional em tempos de Capitânicas, identidades pulverizadas motivada por uma perspectiva precedente do Casarão de Origem com seu programa de necessidades e tectônica ajustadas ao sertão goiano.

Esta revisão, evidencia a ausência arquitetônica da casa sede de poder do Arraial da Barra, a casa do Capitão-Mor. Ela não consta como referência nos órgãos de patrimônio, nem tampouco na concepção estrutural arquitetônica e de paisagem das casas sedes de poder do Estado de Goiás. Se implanta como a primeira casa em detrimento da negociação do *uti possidetis*, e referencia uma arquitetura anterior ao Palácio Conde dos Arcos, instalado em Vila Boa de Goiás.

Em seu contexto, a implantação de todo o conjunto arquitetônico é importante e relevante. A igreja, o Largo, o rio Vermelho, o cruzeiro e a casa. Um conjunto urbanístico que nos conecta ao Conselho Ultramarino de Portugal e a Coroa Portuguesa

do século XVIII, na história de formação do Brasil colônia. Suas trilhas e itinerários mineradores e demais arraiais ao longo da formação e ocupação do interior do Brasil.

O nome dado por Anhanguera ao Arraial da Barra em 1726 foi alterado por um decreto em 1938 para o distrito de Buenolândia. Seus habitantes, porém, mantêm o nome de Barra, mesmo com a mudança de nomenclatura em plantas, mapas e documentos. A vida cotidiana e esse apego ao antigo nome do lugar é evidenciada nesta tese. Para Marandola Jr (2013), é pelo lugar que identificamos a nós mesmos, ou lembramos de nós, constituindo, assim, a base de nossa experiência no mundo. Alterar o nome de um território, um lugar, seu topônimo, implica demolir a história vivida ali. Apagá-la da memória.

Generalizar o distrito com o olhar de fora e de longe, não o identifica segundo suas especificidades, pois o homogeneiza, generaliza, massifica. É preciso ir ao seu encontro e diminuir ou aumentar a escala de análise para conhecermos a casa sertaneja de perto e de dentro.

Na imersão que foi feita nestas casas possibilitando a aproximação com seus habitantes percebemos em suas falas a existência do Coronel Ramos, personagem que tem o poder de decisões e de mando. Seu poder intangível e invisível se alastra não somente entre as pessoas do lugar como na aquisição de terras, gado, demolições, apadrinhamentos e demais ações que acabam ligando-os aos seus domínios pelo poder aquisitivo e econômico. Não há na vila do distrito um representante eleito democraticamente e com participação decisória popular, fazendo com que o Coronel Ramos avance e obtenha espaço para alargar suas conquistas, repercutindo como uma forma de símbolo do “coronelismo”.

Essa dependência se determina pela possibilidade de Ramos empregar e desempregar as pessoas do lugar. Os sertanejos da Barra, que têm poucas opções de escolha no meio em que vivem decorrente da ausência de trabalho formal, ou ainda de se conformar com o subemprego e o subtrabalho, vivem de fazer “bico”. Embora sejam trabalhos rápidos e informais, como podas, bater veneno e roçagens de pasto ou colocação e recuperação de cercas, essas atividades informais reforçam a relação de pouca oportunidade de escolha frente à ausência de políticas públicas e cidadania para o trabalho e a ampliação do potencial de desenvolvimento de renda no lugar.

Os habitantes da Barra, desde a mineração em 1726 até 1830, com a vinda da pecuária, até hoje se qualificaram em quase nada para poderem melhorar de vida e ter oportunidade de escolha. Caindo nas mãos de Ramos para se empregarem (minoria das

vezes) ou fazendo os “bicos”, muitas vezes sem ter remuneração decente e ainda muitas vezes sem alimentação, como foi relatado pelos sujeitos da Barra.

Na imersão foi possível conhecer que ademais das casas existentes, havia uma em especial que era recorrente na fala dos habitantes e ainda existe na imaginação, nas conversas e nas memórias das pessoas: o casarão de Bartolomeu Bueno. Essa casa foi demolida em 1997, tempos depois de ser adquirida pelo Coronel Ramos, que o comprou da família Berquó junto com o terreno onde se situava essa posse.

Durante o período da elaboração da tese, o Coronel se mostrou bastante arredo e se dedicou pouco ao diálogo sobre o Casarão. Tivemos várias oportunidades para debater, mas ele se mostrava contundente na imposição sobre sua propriedade. No momento em que a Associação de Moradores do Distrito de Buenolândia, junto aos parceiros, propuseram a reabilitação urbana e que o Casarão seria reconstruído, ele se opôs, justificando a perda do seu patrimônio.

O Ministério Público de Goiás e a Associação de Moradores durante as reuniões que tiveram sobre o caso da área do Casarão, o promotor deixou clara a posição legal da área que seria feito o pagamento da área do Casarão para o Coronel, referente aos valores da tabela do judiciário. Ele não aceitou a proposta. Então a Associação procurou a Prefeitura para dialogar com o Coronel, orientando-o que aquela área seria revertida para área pública e teria o investimento da iniciativa público-privada.

Nesta conversa, o Coronel convidou toda gestão municipal envolvida, Prefeito, Secretário de Turismo para um almoço em sua fazenda, presenteou-os com quartos de leitoa e deixou clara sua posição contrária ao projeto de revitalização urbana e do retorno do Casarão. Como a Prefeitura depende do Coronel para os serviços imediatos que não alcança realizar pela facilidade da dependência no Coronel que a tudo se prontifica: roçagem do Largo, reconstrução de pontes, construção de lixeiras para o distrito, terraplanagem de estradas, apoio as viagens para a sede primária de pessoas que precisam ir a bancos, médico, etc. Ou seja, organização de toda ordem de serviços públicos que deveriam ser realizados pela gestão e acaba devendo assim, favores ao Coronel. A gestão local tomou partido do Coronel e deixou de lado a vontade da Associação de Moradores, que é coletiva e legítima.

Segundo o Tribunal de Justiça de Goiás, que emitiu a Decisão sobre a liberação das matrículas de forma gratuita ao distrito, os habitantes da vila teriam seu registro imobiliário e nisso a Prefeitura achou interessante a postura de iniciar o diálogo sobre a cobrança do IPTU. Fez de plataforma de campanha e se elegeu com a promessa de

regularizar as terras dos distritos de Goiás, incluindo a Barra. Contratou um técnico para o levantamento cadastral das áreas e iniciou o processo, mas sem convidar a participação a Associação, nem a assessoria da UFG que lhe acompanha.

Não houve nestes anos de desenvolvimento da tese, nenhuma visita do IPHAN, apesar de a Associação e a Universidade promoverem comunicação com o órgão em Goiás e em Goiânia. A Secretaria Municipal de Cultura de Goiás tampouco promoveu uma visita técnica ou mostrou interesse em dialogar sobre o descaso em que o patrimônio da Barra se encontra.

A Escola Terezinha de Jesus tem se mostrado parceira junto ao corpo docente e a Associação em promover ações para avançar o debate sobre o Complexo dos Arraiais, o Casarão de Fronteira ou ampliar o diálogo com a comunidade de Buenolândia, propondo parceria em expandir o projeto de extensão Casa de Tradições e Paisagens do Cerrado para envolver mais ancestrais e descendentes dos sertanejos. A Escola entende a importância do projeto e da paisagem cultural da vila que está nas mãos do Coronel e da gestão que fica à sua sombra.

O tema do Casarão motivou o debate da Universidade Federal de Goiás, Campus Goiás além do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e o Ministério Público, a aproximação com o Instituto Histórico Geográfico de Goiás. Os cinco órgãos entendem a urgência em promover uma ação mais eficaz, que retire da sombra do Coronel e da sua aba a gestão local para decisões em nível estadual, entendendo a área deste território como sendo de terras devolutas do estado de Goiás, de soluções e proporções para o âmbito do estado promover.

A Universidade então solicitou oficialmente ao Tribunal de Justiça de Goiás a isenção das taxas cartoriais para pesquisar junto ao Cartório de Imóveis de Goiás as paroquiais da Freguesia de Nossa Senhora da Barra. A Procuradoria Geral do Estado já havia liberado o Livro 3 onde estão os índices dos imóveis da Barra - onomástico, cronológico e toponímico, que embasa a pesquisa ao Cartório em Goiás para retirar a Buenolândia do véu que cobre sua situação fundiária desde 1850. O próximo passo será proceder essa pesquisa cartorária.

Também o fio condutor da regularização fundiária iniciada pela Prefeitura em 2012 encontra-se paralisada e a Prefeitura, ao contratar outro técnico, sem o diálogo com a Universidade e a Associação de Moradores, ignora um processo que já está em aberto e em debate. Tanto o Ministério Público, o Tribunal de Justiça de Goiás, quanto a Universidade e a Associação de Moradores estão empenhadas em propor a continuidade

deste processo iniciado em 2012, dando celeridade ao que já havia sido produzido naquela vez pela Prefeitura e a Câmara Municipal. Em 2012, já havia sido elaborado o levantamento cadastral, memorial descritivo, e matrícula total da vila do distrito de Buenolândia.

Agora seria necessário ajustar este material e dar sequência com a participação popular do distrito e a assistência da Universidade junto aos órgãos competentes (Cartório, Câmara Municipal, Prefeitura Municipal). Ignorar esse processo é um retrocesso. Processo violento e tão destrutivo quanto o que permitiu a demolição do Casarão de Fronteira, ausente do debate público, indiferente à comunidade acadêmica e aos ancestrais sedimentos-sertanejos e Mulheres Aroeira da Barra.

Esse fato de ter sido demolida ou não causa um burburinho entre os habitantes do lugar que na época nada fizeram, por ser posse do Coronel e hoje se incomodam com esse fato somado ao total descaso do Estado, omissão do IPHAN, do Conselho Municipal de Cultura de Goiás e do Patrimônio do Estado. Os habitantes da Barra querem o Casarão de volta. Em reunião junto À Associação de Moradores, consta em ata a maioria votando a instalação do projeto de reabilitação urbana “Terras da Santa”, do qual a reconstrução do Casarão faz parte. Esse fato retoma uma lembrança de triste pertencimento dos negros e indígenas ali escravizados, da memória do quintal violento e opressor do passado que se mantêm em elo com os habitantes de hoje, seus descendentes.

O colonialismo ainda decorrente de anteriores práticas locais herdadas por Bartolomeu Bueno, a Coroa Portuguesa ou a Igreja Católica, reverbera e ecoa ainda é sentido como efeito social de mágoa coletiva, vitimando os habitantes do lugar. Isso causa profundo sofrimento, acobertando a situação pelo convívio diário, guardando raiva, ansiedade, agonia o que pode prejudicar o desenvolvimento da cidadania e da autonomia, permanecendo essa relação doente de dependência. Uma comunidade que guarda debaixo do sorriso e da gentileza uma depressão por sentir ter seu símbolo passado roubado. A casa da agonia, do castigo e da dor do passado teria de voltar para salientar as histórias das almas negras e indígenas e não a lembrança de Bartolomeu ou do Coronel Ramos.

A imersão nas casas ainda revelou a sociedade machista que a Barra se encontra, onde as mulheres ainda fazem tudo, ajudando a fazer o queijo e a rapadura; enquanto os maridos vendem os produtos na cidade e põem o dinheiro no bolso. Mas a mulher tem as despesas dela. Ela quer um batom, e ter que se justificar para o marido para que quer

um batom? A saída em que elas se encontram em sua comunidade foi fazer o artesanato, a comida ou vender os ovos do quintal - sua localidade de economia doméstica, fazer tapete, artesanato, vender a colheita da horta, fazer doce, banana, mel que o marido tira. Destas práticas puderam buscar junto a Pastoral da Saúde, com a coordenação há vinte anos de Maria Luiza da Silva Oliveira, oportunidade para comercializarem seus produtos com a associação A Casa da Agricultura, onde essas mulheres, as Mulheres Aroeira, têm um espaço de referência para comercializarem e apresentarem suas práticas com retorno sociopolítico e econômico por meio de seu protagonismo. Na casa do senhor Inocêncio, Dona Amélia não opina e não vai à reunião da Pastoral da Saúde.

As Aroeiras, tal qual a D Amélia, enfrentam obstáculos por ser mulher, um grupo de mulheres. Elas tiveram vários desafios para permanecermos fortes e unidas ao longo de todos esses anos, um deles foi o de enfrentar o machismo dos companheiros que não permitiam que as mulheres saíssem de casa para participar dos Encontros nos quintais ou fazerem parte do grupo.

Inicia-se o berço territorial e a necessidade da expansão e do reconhecimento da localização dos quintais do Arraial da Barra, a proximidade entre quintais afins, a distância entre pontos de encontro mensais e suas dificuldades de percurso ou pela época do ano com as chuvas e dificuldades de travessia em localidades sem pontes. A conexão ou compartilhamento da rede de saberes que as Mulheres Aroeira promovem no território, o fortalecimento e a resistência da tradição da cultura popular, a libertação feminina frente à opressão machista, acolhida à diversidade religiosa tendo o entendimento de que a saúde está acima dos interesses da igreja católica, entendendo a saúde como um direito de todos.

O reconhecimento do pertencimento a um mesmo distrito, a sobreposição do saber feminino e de seus quintais ao machismo duro e cego, a conexão dos quintais como repertório de saberes ancestrais, denotando-o para além de espaços de lazer e de subsistência familiar. O quintal como espaço do protagonismo feminino enlaça a conectividade entre as mulheres-ilha e agora Mulheres Aroeira.

Para esses homens as reuniões eram má influência, lugar de fuxicos e muitas delas tinham que sair escondido ou enfrentar violências domésticas para continuar mantendo a rotina do grupo, porque no campo ainda mantém a dura tradição de que o homem é quem manda, segundo o ditado daqui que diz: “Toda casa tem um chapéu na parede”. Além disso, muitas delas tiveram que esconder por muito tempo seus dons por

causa da vergonha ou discriminação de suas famílias, que não gostavam do movimento na porta de suas casas, isolando-as com os seus saberes.

E ainda, a diferença entre as religiões que as separavam pelo fato de não entenderem a Pastoral da Saúde como um movimento comunitário, aberto para todas, colocando-as unidas em prol de um bem, a saúde popular. Contam ainda hoje com esta e outras dificuldades, de algumas delas não dominarem ou pouco, a língua escrita. Têm para elas apenas o recurso da oralidade, e na ausência de registros ou pela morte de suas companheiras, muitas vezes sua sabedoria ficou perdida pelo tempo. Ainda, durante a Pandemia tiveram que parar com os encontros presenciais. Está sendo muito difícil, muitas delas sofrem, porque têm uma rotina que fortalece uma a outra e diante desse desafio, o isolamento social, foram buscando o celular e o grupo de *WhatsApp* para não perderem seus vínculos construídos ao longo desses 20 anos.

Da mulher do Casarão de Fronteira – objeto de troca, à mulher ilha, isolada em seus quintais à mulher aroeira, existe um processo de libertação e protagonismo incrível nos espaços domésticos dos quintais e seus conteúdos de saberes e práticas. Antes as mulheres ancestrais que plantavam saúde, hoje a rede de quintais no Cerrado conectando a casa sertaneja goiana se fortalece reinventando-se dia-a-dia, inclusive neste momento pandêmico.

O Arraial da Barra, o Casarão de Fronteira guardam uma história singular das Mulheres Aroeiras, que por muitos anos vêm construindo uma identidade cultural e modos de vida de convivência comunitária que resgata a memória dos ancestrais pelos saberes e fazeres da sabedoria popular das plantas que curam, por meio de receitas que vêm sendo passadas de geração a geração e se não registradas podem ficar no anonimato. O Distrito de Buenolândia é o espaço que acolhe o protagonismo dessas mulheres sertanejas que se ajuntaram pelas iniciativas da Pastoral da Saúde, Grupo Maria Luiza, que lhes revelou o quintal como um espaço para que elas pudessem trocar, saber, aprender, mexer e embalar os seus diferentes saberes tradicionais, buscando a emancipação e o direito coletivo feminino de (re)existência social.

O cuidado com a alimentação e com a saúde passa de gerações pelo saber popular, bem como o feitiço da casa. A essas ações e práticas diárias, o habitante da Barra lida de maneira especial como o uso da medida que se classifica como “tanto”. Um “tanto” de polvilho, uma “tanto” de areia, um “tanto” de açúcar. O modo de vida está muito ligado às oralidades e aos hábitos diários.

O que representa a Mulher Aroeira e a casa sertaneja goiana? Como sujeito da micropolítica, a Mulher Aroeira, semeia a formação continuada nos encontros nas casas. Proporciona às mulheres participantes compreender o seu papel na sociedade. Essa construção de aprendizagens e troca de experiências se faz necessário para reafirmar sua identidade e história de lutas com a família e a cultura.

Seus quintais são espaços de vida que carregam suas vivências que são passadas de geração para geração e como Mulher Aroeira, considerada raizeira, curandeira, benzedeira e parteira vão recuperando saberes que por muitos anos foram invisibilizados.

A experiência com as Aroeira e sua comunidade nos fez refletir sobre nossa vivência aqui em Buenolândia/GO. São mais de 20 anos que as Mulheres Aroeira, por meio da Pastoral da Saúde, dedicam esforços para promover saúde popular para crianças, mulheres e idosos pelos espaços dos seus quintais e possibilitar que muitas mulheres que se encontram nos distritos, nas comunidades e assentamentos rurais saiam da invisibilidade e da ociosidade por meio das práticas nos encontros promovendo através da casa sertaneja goiana as suas experiências cotidianas, a construção de novos saberes importantes para sua emancipação e da comunidade local.

A Barra, foi se organizando a partir desses encontros nos quintais e isso teve uma relevância para que as pessoas que ali escolheram para plantar suas história, pudessem reafirmar a sua formação e identidade sertaneja e com isso buscar também uma emancipação social coletiva com o fortalecimento da Associação dos Moradores do Distrito de Buenolândia. Esse território, marco inicial do território goiano, primeiro distrito da Cidade de Goiás, que traz na memória do povo as marcas das bandeiras e dos bandeirantes que registra a missão ultramarina e *locus* de definição política régia, palco de negociação ibérica do século XVIII entre Portugal e Espanha.

Os saberes locais mantidos na rotina das Aroeiras mantêm-se vivos nas memórias dos moradores que por muitos anos receberam os xaropes dos quintais da casa sertaneja das Aroeiras; o alimento da multimistura da Aroeira Dita; os sabonetes e unguentos medicinais; os chás com quitandas que circulam de casa em casa que têm raízes nas tradições dos povos africanos e indígenas que são elementos centrais que permeiam no modo de viver de todas nós mulheres. E com isso suas tradições mantêm-se vivas pelos quintais que se somam com a vida em comunidade pela sua atuação durante os encontros das Aroeiras e a Pastoral da Saúde da Diocese de Goiás ajudou muito a construir e fortalecer os saberes e a identidade desse grupo.

A religião nesse caso da Pastoral se abriu, e acolhe também mulheres de outras religiões não católicas, entendendo que a reunião tem uma motivação de pertencimento, de alteridade, de autoestima, buscando inclusive aprender a ler e escrever pra estimular a produção de conhecimento. Elas articulam os encontros andando a pé, passando por dentro dos rios, às vezes vão a cavalo, ou o filho leva de moto, outras o marido ainda não deixa ir, mas buscam o protagonismo.

Abrir a casa para receber as pessoas não é uma atitude assim tão fácil. É preciso um tempo para isso, para se conquistar e depois afetar. Foi preciso, para a realização desta investigação, desenvolver esse afeto a ponto de podermos acessar as informações que hoje resultam nesta tese. Estabelecer a troca, a parceria, a confiança, no momento que há a devolutiva e a efetividade que envolve o quintal, a cozinha, formando uma rede de mais de vinte comunidades e assentamentos interligados pelo mesmo objetivo. Mesmo com as dificuldades da falta de pontes, falta de sinalização, falta tudo menos a vontade de mudar e de reagir destas mulheres, suas casas, plantas e saberes: esteios, pontos de tensão, conexão e compartilhamento.

A casa sertaneja também revela muito dos saberes, onde se pode encontrar artefatos construídos com base na necessidade das práticas diárias. Bacias para amassar o biscoito quebrador, a colher para mexer o sabão, a prensa para fazer queijo, o tirador de escama de peixe, as bacias e raladores, os arreios, peneiras, batedor de roupa e prensa de mandioca para fazer a farinha. A casa se constrói pela ajuda de parentes e passa de pai para filho. Tudo retirado de materiais locais e fabricados das heranças familiares.

Esse artesanato real, apetrechos, grosseiro, tosco, muitas vezes sem acabamento, revela a identidade do povo da Barra, que consegue conciliar o meio as suas necessidades por meio de seus saberes herdados de negros, portugueses e indígenas. Aliam-se a esses utensílios, a mobília e a própria casa que guardam memórias. Maravilhosas manualidades, instrumentos de trabalho na cozinha, para lavar a roupa, para a mineração, a agricultura, a pescaria e a pecuária do Arraial da Barra são de um aprimoramento genial.

Não no sentido folclórico, mas no sentido estrutural. Seu contexto socioeconômico e político, na estrutura do lugar, do país, como o caso do Brasil, revela em si outras histórias, geografias e arquiteturas; além do patrimônio e do valor institucional que lhes desmerecem e descartam, pois seu valor é singular.

A arquitetura das casas é o espelho das personalidades de quem as habita. Quando se entra pela primeira vez na casa identifica-se a qual habitante pertence,

independentemente de ser rico ou pobre, pelas atividades culturais. Assumem os valores de uma cultura historicamente pobre, supera a fase “culturalística” e “historicista” do Ocidente, apoiando-se numa experiência popular - rigorosamente distinta do folclore, entram num mundo da verdadeira cultura sertaneja, com os instrumentos da técnica, como método, e a força do humanismo.

A experiência da casa sertaneja e das Mulheres Aroeira serve como motivação para outras comunidades. A Cidade de Goiás, sítio histórico reconhecido mundialmente pela Unesco, por ocupar um lugar de destaque na região do Vale do Rio Vermelho, se firmou como um referencial cultural e político para diversas cidades do entorno goiano. Temos a maior concentração de assentamentos rurais do Estado com 24 registros. O grupo das Mulheres Aroeira têm sido referência em nosso município e suas ações dentro da comunidade de Buenolândia tem inspirado outros grupos de mulheres em nossa região, como o Grupo de Mulheres Renascer no PA Mata do Baú, Grupos de Mulheres no PA Mosquito e As Mulheres Coralinas.

Seus encontros têm motivado mulheres e a gestão local a priorizarem a luta das mulheres do Campo. Acreditamos que outros municípios no Brasil poderão inspirar-se em sua experiência e verem que é possível desenvolver a união de mulheres por meio de grupos locais mesmo com poucos recursos, é possível fazer o “ajuntório”, ou seja, esse grupo de mulheres.

Muitas vão à reunião a cavalo, à pé, de bicicleta, dão carona umas às outras. Cada qual levando o que pode para compartilhar suas “quitandas” na hora da “merenda”, na roça dizem assim! Que é possível estabelecer uma rede de proteção e cuidados das mulheres pelos quintais afinal, em qualquer território. Há mulheres que sofrem violências, que vivem os males da depressão que são invisibilizadas pelos companheiros e muitas até mortas. Por isso, outras comunidades precisam conhecer a luta das Aroeiras e assim a história de cada mulher que compõe o grupo Maria Luiza se identifica com a força dessa árvore que tem raízes consolidadas: Aroeira! Lutam diariamente por uma vida livre de violência, pelo bem viver das mulheres do campo e da cidade, e de sua comunidade.

As quatro casas quebram a hostilidade de uma classe cultural constituída em moldes provincianos, a celebridade do tombamento de artistas reunidos em grupos folclóricos (dado o caráter turístico da cidade de Goiás como patrimônio da humanidade tombada pela Unesco, e a imprensa local. O provincianismo cultural reduzido a uma classe dirigente decadente dá ao Arraial da Barra a oportunidade de ser um verdadeiro

movimento de contracultura de base, superando a inércia conservadora, em campo cultural.

Encontramos ali, o aspecto prático da cultura, sem o sentido retórico do termo. A casa representa a vida dos sujeitos em todos os instantes. A casa sertaneja apresentou uma comunidade pensada em todo os detalhes, foi estudada tecnicamente, (mesmo se a palavra “técnico” defina as colchas de retalho, as roupas em crochê, latas, bules estruturas de telhados, tipo de caiação de parede, brinquedos, móveis, armas.

É a resistência de arquiteturas que não são “admitidas”, que se coloca desesperada e raivosamente positiva, que reclamam seu direito à vida. Uma luta insistente a cada momento para não afundar no esquecimento, na ausência, no desespero, uma afirmação de beleza sertaneja conseguida com o rigor que somente a presença constante de uma realidade pode dar. As casas riscam o limite do nada, da escassez do sertão goiano do ouro e do gado para essa gente, com a presença do “útil” e “necessário” é que se constituem com seu real valor. Produção poética rústica das coisas humanas não-gratuitas, não criadas por uma mera fantasia. É nesse sentido de realidade que apresentamos criticamente esta tese.

A casa sertaneja como exemplo de simplificação direta de formas cheias de energia vital, longe do desenho urbano industrial, em forma de desenho artesanal que insiste na identidade objeto artesanal-padrão baseada na produção técnica ligada à realidade dos materiais e não à abstração formal folclórico-coreográfica. Daquele folclore estático e regressivo, cuja herança paternalista dos responsáveis pela cultura, excluiria a representação popular definida pela atitude progressista da cultura popular e negaria a resolução de problemas diários reais.

Esta casa resume-se num convite para que novas gerações considerem o problema da simplificação, no mundo de hoje, caminho necessário para encontrar, uma poética. O papel das Aroeiras em conectar os quintais ancestrais da casa sertaneja goiana, desde o Casarão de Fronteira, que herda o quintal e a cozinha com suas práticas desde o Casarão de Origem, barrotear a casa, materializa e persiste entre o saber tradicional e uma maneira própria de encarar não somente o machismo, mas também a arquitetura e todas as formas de vida humana entre as quais, elas, as Aroeiras, desenvolvem suas hortas, garrafadas e contribuem para a comunidade.

Acreditamos que entre o Casarão de Fronteira e a casa sertaneja goiana exista uma solidariedade internacional, num concerto de todas as vozes femininas. Seria um contrassenso se pensar numa cultura comum aos povos se cada um não aprofundasse

suas raízes que são diferentes. A realidade à beira do rio Vermelho (Casarão de Fronteira) não é a mesma a beira do rio Tietê (Casarão de Origem), de onde veio o quintal e práticas de Santana do Parnayba. O quintal goiano tem manualidades, os apetrechos, os instrumentos de trabalho das Aroeiras do rio Vermelho são de um aprimoramento maravilhoso.

A casa sertaneja abriga com sua ancestralidade a Pastoral da Saúde, numa realidade tão importante como aquela socioeconômico e político na estrutura do distrito, sendo esta casa sertaneja a guardiã da criatividade, a criatividade a serviço de alguém, o desejo de fazer e de possibilidades da cultura sertaneja feminina. A casa sertaneja, que tem como precedentes os Casarões, exprime as estruturas que se desfizeram, o misticismo e a passividade.

Os Casarões, a Pastoral e a Casa de Tradições e Paisagens do Cerrado inauguram uma saída para uma situação humana mais digna, antes alicerçada no misticismo, a casa era apenas uma solução provisória. Bem longe da religião que restringe e direciona para o aprisionamento cultural, a casa sertaneja recebe com a chegada da Pastoral da Saúde técnicas de ligação entre casa, quintais, mulheres, tradição de conexão entre materiais ligados à natureza que indicam a possibilidade de uma civilização que procura saídas que não são aquelas do consumo. Uma tomada de consciência coletiva como contribuição que transcende fronteiras, gerações marcado pelo esforço humano.

O empenho da Pastoral da Saúde traz uma contribuição fundamental que é a de oportunizar às mulheres do distrito encontros para promover cidadania, trocas e falas sobre suas dificuldades e potencializar seus saberes, aliados ao regionalismo com materiais, plantas do Cerrado e divulgar seus símbolos, repertórios e experiências de forma respeitosa e reconhecida pela comunidade.

A partir da necessidade da saúde como direito constitucional, a forma de atuar em alteridade no cuidado com o outro e no cuidado com o Cerrado, as mulheres têm conseguido há vinte anos manter a Pastoral da Saúde voluntariamente.

Os remédios, a alimentação, o estudo das plantas medicinais, promovem os encontros entre as mulheres e lança esteios em cada comunidade rural, desenvolvendo assim o protagonismo e a autonomia das mulheres e do grupo. A construção desse legado entre as mulheres tem se articulado em busca de potencializar a participação social entre as falas da comunidade e das ações que devem ser pautadas para crescer o

trabalho coletivo entre os habitantes em prol de sua melhoria desde o ambiente doméstico até o da vila e do distrito como um todo.

A partir da reunião da Pastoral foi possível a integração de ideias e vontades para criar a conexão entre quintais e debater sobre outras pautas como saneamento, regularização fundiária, atendimento de saúde no distrito complementando os saberes populares ao SUS (Sistema Único de Saúde). Todas essas ações ocorrem dentro das casas, revelando que além do cuidado com o outro e com o Cerrado, também existem nos quintais ações em política, cidadania e cultura.

É o que evidencia a experiência que tivemos com a demonstração das mulheres da Pastoral da Saúde de Buenolândia, pela “tensão” que geram e pelo caráter fortemente popular do sertão goiano. Essa tensão se destaca por polaridades opostas. Num primeiro momento, a fala da sua comunidade não pertencer ao distrito revelou-se para nós como uma forma de proteger suas tradições em frações menores e dispersas no território. Como pequenos relicários, mantinham-se apartadas e atendiam em pequenos raios de abrangência, sem divulgar muito seus saberes para guardá-los das oligarquias, dos movimentos estabelecidos pelos “eus” locais. Num segundo momento, a tensão vibracional da afetação proporcionada pela Pastoral da Saúde, conferindo respeito e alicerce aos conhecimentos e práticas populares polarizaram-nas como um ímã em seus quintais, unindo-as e conectando-as num processo expansivo de alcance, pulsante e de atendimento, acolhendo.

A casa, a mulher e o quintal. As Aroeiras e a Associação promovem, valorizam, informam e cuidam de vidas; proporcionando assim, a cidadania para a comunidade da Barra, em busca de uma vida melhor, principalmente para as gentes humildes da área rural, promovendo uma sociedade mais humana e justa. Nesses mais de 20 anos de ações coletivas por meio da prática de saúde e os encontros de fortalecimento social das Mulheres Aroeira, contribuíram com o desenvolvimento comunitário local promovendo entre as participantes o respeito às tradições, a humanização das relações e o empoderamento dos sujeitos e das comunidades.

Estamos vivendo tempos bastante preocupantes, muitas pessoas pobres e marginalizadas com condições precárias de trabalho e de vida e no campo esse contexto não é diferente, agregar-se ainda o patriarcalismo presente. O acesso à terra está longe de ser igual, e o processo capitalista tem contribuído para o agravamento das condições de sobrevivência humana, muitas pessoas com extremas restrições de saúde, educação, renda, nutrição e outros direitos fundamentais para o bem viver. A atuação do grupo

Mulheres Aroeira e a abertura das casas mostrou-se fundamental por permitir às pessoas durante os encontros de formação que elas têm o direito de exigir o tratamento igualitário às oportunidades e aos benefícios oferecidos pelo poder público, podendo mesmo no campo levar vidas decentes, dignas e gratificantes.

A casa sertaneja goiana e suas experiências advindas dos quintais possibilitaram às pessoas resgatarem hábitos que reconhecem que “ser humano e natureza” é um elemento só e que a cultura e a diversidade cultural são fontes de enriquecimento importantes para o desenvolvimento sustentável dos territórios e sua biodiversidade. Possibilitar as trocas de experiências das plantas e do cultivo dos quintais são iniciativas de desenvolvimento que possibilitam às pessoas exercerem um papel ativo e único na preservação do meio ambiente e das tradições ancestrais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Geralda de (Org.). **A captura do cerrado e a precarização de territórios: um olhar sobre habitantes excluídos**. Tantos Cerrados: múltiplas abordagens sobre a biodiversidade e singularidade cultural. Goiânia: Ed. Vieira, 2005.
- ALMEIDA, Maria Geralda de. Fronteiras, territórios e territorialidades. **Revista da ANPEGE**. Fortaleza, ano 2, n. 2, p. 103-114, 2005.
- ALMEIDA, Maria Geralda de. Geografia Cultural: um modo de ver. Goiânia: Gráfica UFG, 2018.
- ABRAMOVAY, R. (Org.). **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS Ed., 2003. 149 p. (Estudos rurais).
- ALMEIDA, G. M.; VARGAS, M. A. M; MENDES, G. F. Territórios, paisagens e representações: um diálogo em construção Mercator – **Revista de Geografia da UFC**, vol. 10, num 22, maio-agosto, 2011, pp. 23-35.
- AZEVEDO, Aroldo de. Geografia, espaço e memória. **Terra Livre**, AGB, São Paulo, p.23-78, número 10, janeiro-julho 1992. Disponível em: <<https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/113/111>>.
- BACHELARD, G. O racionalismo aplicado. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- _____. A poética do espaço. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BARBO, LC & RIBEIRO, RJC. **OS ITINERÁRIOS DA REDE DE CAMINHOS DE VILA BOA DE GOIÁS NO SÉCULO XVIII**, Atas do VI Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, 4 a 7 de novembro de 2015. Braga, Portugal. **2015**, 14p.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. RJ: Zahar, 2005.
- BERTRAN, Paulo. **Notícia Geral da Capitania de Goiás em 1738**. Goiânia: Universidade Católica de Goiás; Universidade Federal de Goiás; Brasília: Solo Editores, 1996, 260p.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: um livro sobre sociologia do conhecimento*. Lisboa: Dinalivro, 2004.
- BOSI, Alfredo (org.). Plural, mas não caótico. In _____. Cultura brasileira - temas e situações. São Paulo: Ática, 1987. p.7-15.
- BOURDIEU, Pierre. La distinction. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979.
- BICCA, BEP & Bicca, PRS (orgs). Arquitetura na Formação do Brasil. 2. Ed. Brasília: UNESCO, Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2008. ISBN: 978-85-7652-080-1.

BISELLI, M. **Teoria e prática do partido arquitetônico**. Arquitectos, São Paulo, ano 12, n. 134.00, Vitruvius, jul. 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/12.134/3974>>. Acesso em 03 mai. 2019.

BORGES, Júlio César Pereira. **Do sertão ao cerrado: trajetórias do território e do sertanejo goiano**. Ateliê Geográfico. Goiânia-GO, v. 11, n. 2, ago./2017, p. 156-169. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/atelie/article/viewFile/50088/24607>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

BRANDÃO, D. Q.; HEINECK, L. F. M. **Significado multidimensional e dinâmico do morar**: compreendendo as modificações na fase de uso e propondo flexibilidade nas habitações sociais: Ambiente Construído. Porto Alegre, v.3, n.4, out./dez.2003, p.35-48.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. **As Cidades da Cidade**. A natureza da cidade e a natureza humana. In: Brandão, Carlos Antônio Leite (Org) Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 55-79.

BRASIL. Decreto-Lei Estadual nº 1233, de 31-10-1938, Goiás.

_____. Lei Provincial nº 5, de 04-06-1850, Assembleia Legislativa de Goyaz, 1850 Livro nº 3, Índice dos Imóveis no Registro das Paroquiais, de 20 de Junho de 1857 a 02 de Abril de 1860, Paroquiais do Padroado Régio da Freguesia Collada de Nossa Senhora do Rozário da Barra (em índice toponímico) Procuradoria Geral do Estado de Goiás.

_____. Projeto de Lei Municipal 07/2012, Câmara Municipal de Goiás, sobre Regularização fundiária do distrito de Buenolândia/GO.

BRAGA; José Peixoto da Silva. **O Relato de Silva Braga**, de São Paulo, 1953.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus; ANTUNES, Alessandra Martins. Princípios teóricos de toponímia e antroponímia: a questão do nome próprio. **Cadernos do CNLF**(Congresso Nacional de Lingüística e Filologia), Ano: v. 11, n. 3, p. 108-121, 2007.

CARVALHO, Sandra Andrade de. Quintais do Centro Histórico da Cidade de Goiás: Espaço Vivido e possibilidades de construção da noção de Lugar no Ensino da Geografia, Goiás, 2005 Universidade Estadual de Goiás Unidade Universitária Cora Coralina, Curso de Geografia, Monografia para Licenciatura.

CASTRO, E. *Vocabulário de Foucault*. Tradução de Ingrid Muller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 480 p.

CASTRO, Diana Mundim Ferrari. **Política de reabilitação de centros urbanos[manuscrito]: uma análise do programa de reabilitação de áreas urbanas centrais**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. 2015.

CASTRO, AB. ESPAÇO E MEMÓRIA: Um resgate das raízes no arraial da barra, UEG, dissertação de mestrado em Geografia, 2012, 48 p.

CASTRO, Angélica Batista De. Espaço e memória: um resgate das raízes no arraial da barra. Universidade estadual de goiás, monografia curso de licenciatura em geografia, cidade de Goiás, 2012.

CARPINEJAR, Fabrício. Humor inteligente. 2017. Disponível em: <<https://www.pensador.com/frase>>. Acesso em: 28 dez. 2018.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

_____. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2002. 352 p.

CENSO BRASILEIRO DE 2010. Rio de Janeiro. Instituto brasileiro de geografia e estatística. IBGE, 2012.

COELHO, Gustavo Neiva. **Goiás: uma reflexão sobre a formação do espaço urbano**. Goiânia: Ed. UCG, 1996. 44 p.

_____. Espaço Urbano em Vila Boa: entre o erudito e o vernacular. Goiânia: Ed da UCG, 2001. pgs 67-144

COSTA, Lena Castello Branco Ferreira. Arraial e Coronel, dois estudos de história social. São Paulo: Editora Cultrix, 1975, 206p.

COSTA, Írio Barbosa da. Tipos de Habitação Rural No Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1978. 72 p.: Il. Mapas.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Sobre a geografia cultural**. Departamento de Geografia – UFRJ, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Publicado no site em 16 nov. 2009.

COSGROVE, D. Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria. In: Introdução à Geografia Cultural. CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003 (1983).

_____. Mundos de significados. Geografia cultural e imaginação. In: Geografia Cultural: Um Século (2). CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2000.

COLLIGNON, B. De las virtudes de los espacios domésticos para la geografía humana. In: LINDÓN, A.; HIERNAUX, D. (Orgs). **Los Giros de la Geografía Humana: Desafíos y horizontes**. México: Anthropos, 2010, p.201-240.

CLAVAL, Paul. De Haussmann au Musée social. In: V. Berdoulay; P. Claval (dir.), Les débuts de l'urbanisme français, op. cit, 1995, p. 11-23.

_____. Geografia cultural ou abordagem cultural em geografia? 3ª ed., Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2007.

CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. 320 p.

CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade / Ed. Unesp, 2001.

DA MATTA, Roberto. 1. A casa brasileira. Casa, rua & outro mundo: reflexões sobre o espaço e a sociedade. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 19, 1984, p.4-14.

DARDEL, Éric. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica**. Trad. Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.

ESTEVAN, Luís. No Cerrado das Tropas e Boiadas. In: **Universo do Cerrado**. Horieste Gomes (Coord.). Goiânia: Ed. da UCG, 2008.

FERREIRA, Brasil Vicente. Lembranças. Goiânia: Kelps, 2016. 172 p.

GONÇALVES, José Reginaldo. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/Iphan, 1996.

GUATTARRI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica, cartografias do desejo**. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1996, 328p.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 1990.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.) Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p. 169-190.

_____. Viver no limite: território e multi/ transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HOLZER, W. O lugar na geografia humanista. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano IV, nº 7, p. 67-78, jul/dez 1999.

HOLZER, W. Memórias de viajantes: paisagens e lugares de um novo mundo. **Geographia**, ano II, n.3, p.111-123, 2000.

IBGE, **Manual da Base Territorial. Ministério do Planejamento, Ordenamento e Gestão**. 2014, 2. Ed., Rio de Janeiro, 157p.

IBGE, **Classificação e Caracterização dos Espaços Rurais e Urbanos do Brasil: Uma Primeira Aproximação**. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão,

Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia, Estudos e Pesquisas, Informação Geográfica, n. 11, 2017, Rio de Janeiro, 83p.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Relatório de gestão exercício 2015 Incra**. São Paulo, 2015.

IPHAN. **Entorno de bens tombados** / [Pesquisa e texto de Lia Motta e Analucia Thompson]. – Rio de Janeiro: IPHAN/ DAF/ Copedoc, 2014. 174 p.: il.; 23cm. – (

IPHAN-SP, Germano (Herman Hugo Graeser), 1955, Archivo fotográfico de la 9ªSR .

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário da língua portuguesa, 2ª edição revisada e aumentada. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

FONSECA, Cláudia Damasceno. Poder e espaço urbano Minas Gerais “Ciclo do Ouro” (Brasil, XVIII – XIX século). Les Cahiers du Centro de Historia 17, 1996 (online) disponível em 27 de fevereiro de 2009. URL: <http://ccrh.revues.org/index2588.html>. Acessado em 08 de março de 2021.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2006. 432 p.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 231-249.

LACOSTE, Yves (1988). *Geografia do Subdesenvolvimento*. São Paulo: Difel

LEITÃO, L & LACERDA, N. O Espaço na Geografia e o Espaço na Arquitetura: Reflexões Epistemológicas, Caderno Metrop, São Paulo, v.18, n 37, pp. 803—822, set/dez 2016, <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3709>

LE BOSSÉ, Mathias. As questões de identidade em geografia cultural – algumas concepções contemporâneas. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.) **Paisagens, textos e identidade**. EDUERJ, 2004, p. 157-177.

LENCIONI, Sandra. *Região e Geografia*. São Paulo: Edusp, 1999. II Série

LE BONNIEC, Fabien. Capítulo 2: Las identidades territoriales o Como hacer história desde hoy día, 2000, artigo, 9p.

LIMA, Tânia Stolze. O Dois e Seu Múltiplo: Reflexões sobre o perspectivismo em uma cosmologia Tupi. In: **Mana: Estudos de Antropologia Social**, vol. 2, nº. 2, out.1996, p.21-47.

LIVRO CARTORIAL DA FREGUEZIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DA BARRA, 1889.

LOPES, Lilian Maria de Siqueira. *A ALIMENTAÇÃO NO BRASIL COLÔNIA*, LINS: UNISALESIANO Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium Curso de História, 2009

LOURENÇO, Edival. **Naqueles Morros Depois da Chuva: o jogo do Diabolô**. São Paulo: Hedra, 2011. 236 p.

MAGALHÃES, Agenor Couto de. **Encantos do Oeste**. São Paulo: Imprensa Nacional RJ, 23 jul. 1945,

MAFFESOLI, Michael. O mistério da conjunção: ensaios sobre comunicação, corpo e socialidade. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MARX, Murilo. **Cidade brasileira**. São Paulo: Melhoramentos: ed. Da Universidade de São Paulo, 1980.

MERLEAU-PONTY, M. F. A estrutura do comportamento. São Paulo: Martins Fontes, p. 341, 2006

MILFONT, Magna Lícia Barros. A Urbanidade no Século XVIII: Vila do Recife e Arraial do Tijuco, Recife, 2010, 251 fl, tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, CAC. Desenvolvimento Urbano.

MOREIRA, U.A. **Adélia Prado: Uma poética da casa**. UNILETRAS, Ed. UEPG, V.22, DEZ. 2000.

MONBEIG, Pierre. O estudo geográfico das cidades. Boletim Geográfico, IBGE. ano 1, nº 7, p. 7-29, outubro de 1943.

_____. O estudo geográfico das cidades. Boletim Geográfico, IBGE. ano 1, nº 7, p. 7-29, outubro de 1944.

_____. Complexidade em geografia humana”, O Estado de São Paulo, 9 e 16 abr.1950.

OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de. Fazendas Goianas: a casa como universo de fronteira. Goiânia: Editora UFG, 2010, 452 p.

PINTO JÚNIOR, Rafael Alves. Representações do feminino na era das grandes revistas: cultura de morar nas páginas de Casa e Jardim e Casa Cláudia. Anais... I Congresso Internacional do Curso de História da UFG, Jataí/GO, 28 set a 01 de out de 2010. Disponível em <www.congressohistoriajatai.org/2010, acesso em 07 jan 2018.

PONTY, Merleau. **Fenomenologia da Percepção**. Trad.: Carlos Alberto Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

RELATOS SERTANISTAS. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953. Exemplar nº 308. Biblioteca histórica paulista VII, direção de Afonso de E. Taunay.

RISÉRIO, Antônio. Mulher, casa e cidade. ISBN 978-85-7326-597-2 2015 - 1ª edição, 424 p.

RIZEK, C. S.; TRAMONTANO, M. Para disputar o sentido do mundo. V!RUS, São Carlos, n. 19, 2019. [online] disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/_virus19/?sec=2&item=1&lang=pt>. Acesso em: 13 Dez. 2019.

ROLNIK, Suely Cartografia sentimental. Transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Editora Sulina, [2006] 2011.

SALA, Tiago. BRASIL: SÃO PAULO Santana de Parnaíba 2007. acessível em: <http://www.casasbandeiristas.com.br/regiao/brasil/> acessado em 24/02/2020.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SALIGNON, B. (1997). “Fondements de la psychanalyse et architecture”. In: SALIGNON, B. La cité n’appartient à personne. Saint Maximin, Théétète éditions.

SERPA, A. O Trabalho de Campo em Geografia: Uma Abordagem Teórico Metodológica. IN: Boletim Paulista de Geografia. São Paulo: AGB, n. 84, p. 7 – 24, 2006

SILVESTREIM, Ricardo. **No Mesmo Galho Uma Formiga a Passeio Outra a Trabalho**. Disponível em: <<http://www.ricardosilvestrin.com.br/>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

SOARES, Beatriz Ribeiro e MELO, Nágela Aparecida de. **Cidades Médias e Pequenas: Reflexões Sobre os Desafios no Estudo Dessas Realidades Socioespaciais** (p.229-236) In: Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso. / Diva Maria Ferlin Lopes, Wendel Henrique (organizadores). – Salvador: SEI, 2010. 250 p. il. (Série estudos e pesquisas, 87). ISBN 978-85-85976-84-2

TEIXEIRA, Amália Hermano. História de Goiás. Instituto Histórico e Geográfico de Goiás; Goiânia: Kelps, 2011, 586 p.

TUAN, Yi – Fu. Topofilia: um estudo de percepção, atitudes e valores do meio ambiente. New Jersey, 1983.

_____. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Trad. Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012.

_____. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Trad. de Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2013.

TRINDADE, Jaelson Bitran Luís Saia, arquiteto (1911-1975): a descoberta, estudo e restauro das “moradas paulistas” Revista Risco. 2[2013-1[2014

QUEIROZ, Evandro de; VILELA, Maria Esther de A.; CARNEIRO, Livia Martins; LAUREANO, Lurdes Cardoso; DIAS, Heleno Ferreira. Cartilha. In : DIOCESE DE GOIÁS (Goiás). **Nossas plantas, nossa saúde**. [S. l. : s. n.], 1998. p. 1-136.

UNESCO. *Working towards a Convention: in fokit of the Convention for the safeguarding of the intangible cultural heritage*. Unesco, 2011.

VEIGA, Felipe Berocan. Profetamento dos Bichos: visões e reminiscências de viagens em busca do sertão de Goiás. **O público e o privado**, N°7, jan./jun., 2006. Disponível em:

<http://lemetro.ifcs.ufrj.br/pesquisadores/Felipe%20Berocan/profetamento_o_publico.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2018.

APÊNDICES

Apêndice 1

Conversa com os irmãos Sr Caetano José Leite de Brito (81 anos) e Sr Cláudio Leite de Brito (71 anos) bisnetos de Honório Dias da Silva, Goiás 28/01/2021

Ai, casa que tinha corredor, aquele povo, aquela moçaiada sempre ficava no corredor oiando a catira, oiando o cururu, oiando nedota, ai ele fazia o que, ele tocava a viola e falava assim: Eu prantei meu arrozá, foi da cacho da vergonha, a moça pra se bunita precisa de te os oio que nem onça”, e ia pro lado do corredor e as moças corria dele, e eu tava rapaizola assim ne duns quinze ano, e eu achava bom demais ele com essas brincadeira. E ele benzia, ele benzia tanto que naquela época, que quando as mulheres tava cum... menstruada, como é que o povo falava, ele benzia, parava e fora outras coisas que eu conto isso, é quando outras pessoas me contam. As pessoas me contavam ne agora é do passado. Eu tinha uns quinze anos, me alembro demais da conta dele, até das moda que ele cantava eu ainda alembro. Caetano é de 38 com 15 anos, isso foi nos anos 50. Vô Honório nessa época, ele podia te uns 70 por ai, porque ele brincava bom catira, sapateava e tudo né, a saúde dele era ampla. Esses dias tinha um povo cantando na casa da Brasilina, minha irmão, eu sozinho mais tio Mané do Santos, nóis dois cantava uma média, assim, nóis cantava 25 moda, só nois dois na noite. Era um aniversário, naquele tempo tinha treição, o nome verdadeiro é traição, né, só naquele tempo falava treição. A treição se da como, alguém que tem uma roça ou um pasto precisando de socorro, capiná, roçá, qualquer coisa, faze cerca, isto, ai juntava-se os amigos daquela casa, escondido dele, escondido, por isso que é treição, ai então o que que faziam, juntava os amigos e quando era lá pela meia noite, ou uma hora da manhã, combinava aqueles cumpanheiro todinho combinado e iam na casa da vítima, ai com viola, violão, pandero, e ai muitos fogos dando foguete, e ai moral da história. Alguns levavam até as coisas de come, bolo, biscoito essas coisas. Chegava lá cantava na porta, já tem os versos adequado praquele momento, já chegava lá já cantava e ai ele ia, era pego de surpresa. Alguns amanhecia lá, algumas das cumadre, porque as cumadre naquela época era muito presente. Ia pra la, ajudava a dona da casa, no outro dia já tava muita gente lá. Ai aquelas pessoas que já sabiam já ia pra la cedinho, já ia pra onde tinha que se feito o serviço e já ia trabalhando quando fosse dez hora, já chegava o almoço, e por ai. E as veize se eu subesse que nóis vai da treição no ce, nóis sobesse que ce tinha esse tanto de lavora o pasto que seja la o que for, ai nóis sabia que se tava mais fraco de situação, nóis levava feijão conzido, levava carne, levava frango, levava de tudo pra faze o almoço. É a bença! Mas agora acabo essa coisa tudo né. O que é bom cabo, né. Não tem mais nada. Nóis não temos paixão por não termos vivido isso, nóis vivemos, vivenciamos, participamos. Pois é isso ai é que é a treição ou surpresa ne. No mínimo umas vinte pessoas, era parente, cumpadi, cumadi, sobrinho, os amigos afins, aquele pessoal tava sempre presente na vida do outro, do companheiro lá da roça. Nos anos 50, isso era constante. Acho que até antes porque isso ai a gente nem pode cita ano do inicio disso porque a gente não tem uma precisão porque crescemos com isso. Paro depois dessa modernidade que ta por ai ne, depois de tanto egoísmo que ta por ai, da necessidade, tem muita gente que não gosta de faze despesa, e ai essas coisas boas vão acabando e acaba no que ta ai ó. Isso acontecia na área rural em torno da Barra, que acontecia isso. A gente morava no Jatobá, Jatobá é um córrego que caia no Rio Vermelho, que cai no Rio Vermelho, antes daquela ponte